

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

GLAYCON VINÍCIOS ANTUNES DE SOUZA

A ELABORAÇÃO DA VIABILIDADE TERRITORIAL PARA O AGRONEGÓCIO NA
REGIÃO DO MATOPIBA

UBERLÂNDIA
2017

GLAYCON VINÍCIOS ANTUNES DE SOUZA

A ELABORAÇÃO DA VIABILIDADE TERRITORIAL PARA O AGRONEGÓCIO NA
REGIÃO DO MATOPIBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira

Auxílio Financeiro:
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAPEMIG

UBERLÂNDIA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S729e 2017	<p>Souza, Glaycon Vinícios Antunes de, 1990- A elaboração da viabilidade territorial para o agronegócio na região do Matopiba / Glaycon Vinícios Antunes de Souza. - 2017. 194 f. : il.</p> <p>Orientador Mirlei Fachini Vicente Pereira. Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Geografia - Teses. 2. Território - Teses. 3. Agroindústria - Brasil - Teses. I. Pereira, Mirlei Fachini Vicente. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.</p>
---------------	--

CDU: 910.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia



GLAYCON VINÍCIOS ANTUNES DE SOUZA

A ELABORAÇÃO DA VIABILIDADE TERRITORIAL PARA O
AGRONEGÓCIO NA REGIÃO DO MATOPIBA

Professor Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira - UFU

Professor Dr. Samuel Frederico – UNESP

Professora Drª. Vera Lúcia Salazar Pessoa – UFG – Catalão - GO

Data: 07 / 04 de 2017

Resultado: Aprovado

AGRADECIMENTOS

A execução de uma dissertação às vezes nos impede de dar a merecida atenção às pessoas que amamos, devido a ditadura dos prazos e as cobranças impostas pela academia. Assim, agradeço aos familiares, sobretudo meus pais, Mozart e Valda, por estarem sempre me apoiando na busca de mais conhecimento e qualificação profissional.

Aos bons amigos de geografia deixo meu agradecimento, principalmente ao camarada Luciano Lepera, Sâmara Pacheco, Daise de Jesus, à Rosimeire Petrucí, e Claudia Salmim. Cabe mencionar os meus sinceros agradecimentos à Laís Ribeiro Silva, amiga desde o ensino médio e que soma dez anos de amizade, pelas inúmeras discussões sobre assunto de cunho político, econômico, acadêmico e também de “potocas”.

À Marileide e ao Candido expresso a minha gratidão pela atenção e afeto no período que estive hospedado em sua casa, muito obrigado por terem me apresentado um grande laboratório para a geografia que é a cidade de Luís Eduardo Magalhães (BA).

Agradeço a todos os professores que tiveram a oportunidade de compartilhar comigo o conhecimento historicamente construído e acumulado pela sociedade, principalmente às professoras Rita de Cássia de Souza e Gláucia Gomes. Também sou grato aos professores Antônio de Oliveira e Antônio Pedrosa (que infelizmente já nos deixou) pelos primeiros ensinamentos sobre os procedimentos para confecção de mapas, uma ferramenta importante para investigação geográfica, mas pouco trabalhada nas salas de aula de graduação.

Registro minha gratidão ao professor Mirlei Pereira, que me (des)orienta desde a graduação, sendo um profissional muito sério, que sempre buscou realizar orientações muito rigorosas com o objetivo de colaborar na construção de um trabalho que compreenda o território como fato político.

Agradeço novamente a professora Gláucia pelo posicionamento muito crítico feito na minha defesa de projeto. Também sou grato à professora Vera Lúcia Salazar Pessoa por participar das bancas de projeto e de qualificação às quais fui submetido, e por ter feito várias sugestões para o meu trabalho. Ao professor Samuel Frederico sou grato pelas críticas feitas na qualificação, fundamentalmente por apontar soluções para corrigir as fraquezas da dissertação. À Vera e Samuel agradeço de antemão por terem aceitado o convite para participar da banca de defesa desta dissertação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço imensamente à Bethânia Mariano por “territorializar” na minha vida e criar redes com intensos nexos de carinho, amor e respeito cada

vez mais profundos comigo! Obrigado por ser essa pessoa maravilhosa que me ensina diariamente como ser melhor!

RESUMO

Essa dissertação possui como objetivo compreender as transformações regionais, no campo e nas cidades, promovidas pela difusão recente do agronegócio na porção do território brasileiro conhecida como MATOPIBA (composta por porções dos estados da Bahia, Piauí, Maranhão e pelo estado do Tocantins). A expansão do agronegócio no MATOPIBA está promovendo uma série de mudanças regionais tanto nos espaços agrícolas modernos (tais como adensamento de objetos técnicos agrícolas, especialização na produção de *commodities*, êxodo rural, conflitos fundiários, entre outros) quanto nos centros urbanos (migração de diversos tipos, especialização do setor terciário voltados às demandas do campo moderno, urbanização, aumento das desigualdades, etc.). São avaliadas as atividades econômicas e as ações políticas que possibilitam a “invenção” da região como ferramenta estatal para a consolidação e expansão do agronegócio. Esse processo de expansão do *front* agrícola moderno para o MATOPIBA está sendo viabilizado para o agronegócio através do adensamento técnico e normativo, da constituição de uma tecnosfera e uma psicosfera produzidas pelos atores hegemônicos do setor como forma de tornar o MATOPIBA um espaço viável e competitivo para a agricultura científica globalizada. Nas últimas três décadas o meio geográfico nesta região vem acolhendo inúmeros eventos produzidos pelo Estado e setor privado, que resultam de um contexto interno e externo ao território brasileiro, que se materializam na formação de uma nova região do agronegócio.

Palavras-chave: MATOPIBA; Agronegócio; Região agrícola; Viabilidade territorial.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to understand MATOPIBA's region transformations, in the countryside and in the cities, promoted by the recent diffusion of the agribusiness in this region. MATOPIBA is composed by portions of the states of Bahia, Piauí, Maranhão and the whole state of Tocantins. The MATOPIBA agribusiness expansion is promoting a series of region alterations in modern agricultural spaces as well as in urban centers. Some of the modern agricultural spaces changes are the densification of agricultural technical objects, the specialization in commodities production, rural exodus and land conflicts; whereas, the urban centers transformations are migration, the tertiary sector specialization driven to modern countryside demands, urbanization, and the increase of inequalities. Economic activities and political actions that enable the "invention" of the region as a state tool for the agribusiness consolidation and expansion are evaluated in this dissertation. This process of expansion of the modern agricultural front in MATOPIBA is being facilitated for the agribusiness through the technical and normative densification, and the establishment of a techno-sphere and a psychosphere, which are produced by the agribusiness hegemonic actors as a way of making MATOPIBA become a viable and competitive space for the global scientific agriculture. In the three last decades the geographical environment in the region mentioned above has been receiving several events produced by the State and the private sector; such events are caused by contexts that are internal and external to Brazilian territory, and they enable the formation of a new agribusiness region.

Keywords: MATOPIBA; Agribusiness; Agricultural region; Territorial viability.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Prática agrícola no baixão piauiense	33
Foto 2 – Fazenda Tunísia no topo de chapada no município de Uruçuí (PI)	33
Foto 3 – Aspectos e antagonismo na paisagem das cidades do agronegócio no MATOPIBA	166
Foto 4 – Psicossfera da modernização nas publicidades em Uruçuí – PI	171

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – “Geometrização” do espaço agrícola moderno no Oeste baiano (Luis Eduardo Magalhães)	72
Imagem 2 – Vetores logísticos	81
Imagem 3 – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento	81
Imagem 4 – Principais rotas de escoamento da produção de grãos no MATOPIBA	89
Imagem 5– Ferrovia Norte Sul e projeções de conexões com outras ferrovias	98
Imagem 6 – “Desenvolvimento social” da CHS no Piuái	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Parcerias público-privado para viabilização de uma maior fluidez nas estradas no Oeste baiano	93
Quadro 2– Terminais/pátios multimodais da ferrovia Norte-Sul (FNS)	96
Quadro 3 – Atividades da Granol no território brasileiro	115
Quadro 4 –Organização empresarial da Sollus do Brasil	129
Quadro 5 – Propriedades agrícolas da BrasilAgro no MATOPIBA (2016)	132
Quadro 6 – Portfólio da SLC Agrícola no MATOPIBA (2017)	136
Quadro 7 – Conjunto de serviços e comércio para o agronegócio	156

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Expansão da produção regional de soja no MATOPIBA (anos 1990, 2000 e 2014)	47
Mapa 2 – Recorte territorial do MATOPIBA	52
Mapa 3 – Municípios que mais desmataram o bioma Cerrado (2002-2010)	58
Mapa 4 – Volume e unidades (convencional e graneleiro) de armazenamento (2015)	87
Mapa 5 – Principais eixos do sistema de movimento rodoviário no MATOPIBA	91
Mapa 6 – Unidades de processamento de grãos no MATOPIBA	109
Mapa 7 – Escritório das principais tradings no MATOPIBA e exportação de soja (grãos, óleo e farelo) por município (2015)	119
Mapa 8– Localização dos municípios e cidades do agronegócio analisadas	142
Mapa 9 – Fluxos comerciais e de serviços especializados ofertados pelas cidades do agronegócio (empresas selecionadas)	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações sobre o PRODECER – I, II, III (maio/ 1999).....	39
Tabela 2 – Quantidade produzida, área colhida e valor da produção das principais commodities agrícolas no MATOPIBA.....	45
Tabela 3 – Distribuição do orçamento para Pesquisa Desenvolvimento e Inovação (PD & I) no MATOPIBA.....	61
Tabela 4 – Municípios com maior quantidade e área ocupada por pivô central no MATOPIBA (2013).....	73
Tabela 5 – Quantidade de estabelecimentos agrícolas com uso de trator (potência de menos de 100 cavalos e de 100 ou mais cavalos) e de máquinas e implementos agrícolas existentes no MATOPIBA (2006).....	76
Tabela 6 – Exportação de soja, milho e farelo de soja provenientes da região do MATOPIBA por porto – 2014 (mil ton.).....	100
Tabela 7 – Evolução do preço médio das terras (R\$/ha) por unidades da federação.....	127
Tabela 8 – Crescimento populacional dos municípios (1980 a 2010).....	145
Tabela 9 – Mão de obra para a agricultura moderna nas cidades do agronegócio (2010).....	147
Tabela 10 – Crescimento econômico, populacional e da desigualdade.....	162
Tabela 11 – Relação entre déficit habitacional e domicílios vagos (2010).....	164
Tabela 12 – Manifestações e ocupações nos estados que compõem o MATOPIBA (2000 a 2014)....	175

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da quantidade de tratores nos estados do MA, TO, PI e BA (1970 a 2006)	75
Gráfico 2 – Quantidade de armazéns (convencionais e graneleiros)	85
Gráfico 3 – Capacidade instalada de processamento de oleaginosas –	110
Gráfico 4 – Capacidade de armazenamento da Cargill no MATOPIBA (2015).....	111
Gráfico 5 – Capacidade de armazenamento da Bunge no MATOPIBA (2015)	112
Gráfico 6 – Capacidade instalada de processamento de oleaginosas	114
Gráfico 7 – Capacidade Instalada de Processamento de Oleaginosas – Maranhão (2007 a 2015).....	116
Gráfico 8 – Capacidade de armazenamento da Algar no MATOPIBA (2015).....	117
Gráfico 9 – Evolução do preço médio das terras por tipo/finalidade em porções mais racionalizadas ao agronegócio no MATOPIBA – 2003 a 2013.....	138
Gráfico 10 – Valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços no PIB (R\$) – Luís Eduardo Magalhães, Balsas, Porto Nacional, Uruçuí, Bom Jesus e Pedro Afonso	144
Gráfico 11 – Admissão de trabalhadores nas cidades do agronegócio	149
Gráfico 12 – Evolução do crédito agropecuário nas cidades do agronegócio – MATOPIBA	151
Gráfico 13 – Relação entre produção e exportação de soja e derivados	153
Gráfico 14– Déficit habitacional urbano por rendimento salarial domiciliar (2010)	163
Gráfico 15 – Inadequação de esgoto sanitário nos domicílios urbanos (2010).....	165

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
AGETEC – Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação
AIBA – Associação dos Produtores Irrigantes da Bahia
ANTAQ – Agência Nacional Transportes Aquaviários
BACEN – Banco Central
BASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAIs –Complexos Agroindustriais
CAMPO – Companhia de Produção Agrícola
CNT – Confederação Nacional de Transportes
COAPA – Cooperativa Agroindustrial do Tocantins
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CREA – Conselho Regional de Engenharia Agrônômica
Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra
EFC – Estrada de Ferro Carajás
EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENID – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
FAPCEN – Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte
FEITO – Federação das Indústrias do Estado do Tocantins
FINOR – Fundos de Investimentos do Nordeste
FJP – Fundação João Pinheiro
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNS – Ferrovia Norte Sul
GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégica
IAA – Instituto Açúcar e Alcool
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFTO – Instituto Federal do Tocantins
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCT do MATOPIBA – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia-MATOPIBA
INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
ITE –Inteligência Territorial Estratégica
JADECO – Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrário
JICA – Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior
MPOG – Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OLVEBASA – Óleos Vegetais da Bahia
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PAM – Produção Agrícola Municipal
PCI – Programa de Crédito Integrado do Cerrado
PDA-MATOPIBA – Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA

PIB – Produto Interno Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLT – Plano Nacional de Logística e Transporte
POLOAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
SPEVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônica
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PPAs – Planos Plurianuais
PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado
PRODIAT – Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins
PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
RPAs – Regiões Produtivas do Agronegócio
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
SITE – Sistema de Inteligência Territorial Estratégica
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
TEGRAM – Terminal de Grão do Maranhão
UFT – Universidade Federal do Tocantins

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
2 FRONTS AGRÍCOLAS E OCUPAÇÃO DOS CERRADOS	23
2.1 Periodização da expansão dos <i>fronts</i> agrícolas nos Cerrados	23
2.2 <i>Front</i> agrícola nos Cerrados do Norte e Nordeste	30
2.3 Políticas públicas, eventos sociais bases para a conformação do <i>front</i> agrícola nos Cerrados Norte e Nordeste	35
2.4 Agricultura científica globalizada e “commoditização” do território	41
2.5 A informação como ferramenta para a definição de uma região do agronegócio: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE)	48
2.6 O Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) – MATOPIBA: a produção de uma região como ferramenta e a viabilização do território ao agronegócio	55
3 AÇÕES DO ESTADO E A ATUAÇÃO DAS <i>TRADINGS</i> NA FORMAÇÃO DA REGIÃO COMPETITIVA AGRÍCOLA NO MATOPIBA	67
3.1 Densidade do sistema técnico agrícola	70
3.1.1 Sistemas de irrigação	70
3.1.2 Tratores e implementos agrícolas	74
3.1.3 Uso de agrotóxicos no campo	77
3.2 Ação estatal para a viabilização da logística	78
3.3 Sistemas de movimentos e fluxos corporativos no MATOPIBA	83
3.3.1 Infraestruturas de armazenamento	84
3.3.2 Sistema de movimento rodoviário	88
3.3.3 Sistema de movimento ferroviário	93
3.3.4 Os portos que finalizam o movimento de exportação	99
3.4 Algumas considerações sobre a logística no MATOPIBA	102
4 REDES AGROINDUSTRIAIS E AGENTES DA VALORIZAÇÃO E CONTROLE DE TERRAS	104
4.1 Unidades de processamento de grãos da região	107
4.2 A rede de escritórios de comercialização de <i>commodities</i>	118
4.3 O controle corporativo da terra e a especulação fundiária	124
5 AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA: COMPLEMENTARIEDADE ENTRE URBANIZAÇÃO E CAMPO MODERNO	140
5.1 O processo de urbanização nas cidades do agronegócio e a dinâmica da economia urbana	140
5.2 Nexos complementares entre o campo e as cidades: consumo produtivo da agricultura moderna	149
5.3 Desigualdades e vulnerabilidades socioterritoriais nas cidades do agronegócio	160
5.4 A construção de uma psicosfera modernizadora e as articulações contra hegemônicas	167
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS	182

1 INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XX, a produção agrícola no território brasileiro passou por grandes transformações em suas bases técnicas, resultado de um novo sistema de objetos que foi engendrado por um conjunto de ações praticadas por agentes públicos e privados, sendo o Estado brasileiro o maior incentivador do processo de modernização do campo. Estas mudanças na base técnica possibilitaram a reestruturação produtiva no campo, viabilizando maior produtividade e competitividade dos gêneros agrícolas. Este processo deu-se, sobretudo, com produtos mais valorizados e visando o mercado externo, tais como soja, milho, cana-de-açúcar, entre outras *commodities*.

É marca deste período o uso de inovações técnicas como máquinas, insumos agrícolas, inovações científicas (produzidas pela biotecnologia e agronomia), estabelecimento de novos fixos como rodovias, ferrovias, estruturas de secagem e armazenamento de grãos, entre outros. Além disto, a integração técnica agricultura-indústria é estabelecida através da constituição dos chamados complexos agroindustriais (MULLER, 1989; DELGADO, 2012), administrados por grandes empresas nacionais e estrangeiras. Estes complexos agroindustriais podem ser caracterizados, grosso modo, como uma nova constituição técnica e política da agropecuária decorrente da união dos setores industrial, agrícola e financeiro (ELIAS, 2006a). Destarte, há cada vez mais a dependência ou a inserção do capital financeiro nas práticas agrícolas no país, conforme aponta Delgado (2012).

De modo geral, o processo de modernização da agricultura foi acompanhado pela reestruturação produtiva do campo, que pode ser caracterizada pela difusão de novos sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2002). A modernização do campo, também é marcada pelo intervencionismo do Estado no setor, sendo o principal articulador e financiador deste processo. Percebe-se, assim, que a produção agrícola brasileira neste momento torna-se cada vez mais dependente de conhecimento científico, de técnicas modernas e de informação para sua realização. Segundo Santos (2002), o meio geográfico no campo torna-se um meio técnico-científico-informacional (ainda que de forma bastante desigual e com diferentes densidades), expressão geográfica do período da globalização.

O meio técnico-científico-informacional é caracterizado pela profunda interação entre as técnicas, o conhecimento científico e a informação, sob a égide do mercado global (SANTOS, 2001, 2002; SANTOS; SILVEIRA, 2011). O grande diferencial deste período, frente aos anteriores – meio natural e meio técnico-científico, é a lógica global da informação. A profusão da informação atinge todos os territórios, mesmo que de forma pontual, e levando

em conta as especificidades de cada lugar. A informação torna-se um instrumento indispensável para a atividade social (política, econômica e cultural), e assim, os territórios são cada vez mais equipados com fixos para facilitar a circulação (fluxos) de pessoas, dinheiro e informação. Com o aumento da circulação há o aprofundamento das especializações produtivas surgindo, assim, lugares especializados, no campo e nas cidades.

Até a década de 1970, o meio técnico-científico-informacional no campo apresentou-se com maior densidade na região concentrada (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.25) o que corresponde, especialmente, às regiões Sul e Sudeste da atual proposta de regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir desta década houve uma expansão do meio técnico-científico-informacional em outras regiões do território, como é o caso dos Cerrados do Centro-Oeste. É neste período que se configura, no território brasileiro, a agricultura científica globalizada (SANTOS, 2001, p. 88), fundamentalmente a partir de 1990, com o aprofundamento do capitalismo na atividade agrícola com um novo modelo técnico, econômico e social.

Neste contexto observa-se a constituição de um novo *front* agrícola no território brasileiro, implicando em um novo tempo nos Cerrados (FREDERICO, 2008). Novos espaços são seletivamente preparados para a expansão do agronegócio, situação que ganha importância em regiões dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que recentemente foram denominadas como MATOPIBA¹.

Para Delgado (2012, p.92), os anos 2000 constituíram um momento histórico de surgimento de um novo paradigma agrícola denominado de “pacto da economia política do agronegócio”. A partir deste período, vislumbra-se uma rearticulação política entre a agricultura moderna, as cadeias agroindustriais, o sistema de crédito e o mercado de terras, na busca de estratégias de capital financeiro. A exportação de *commodities* agrícolas e minerais foi uma das principais estratégias para alcançar o *superávit*.

É neste contexto que visualizamos o aprofundamento da especialização produtiva territorial do MATOPIBA, com ênfase na produção de *commodities* agrícolas, sendo uma tentativa do Estado brasileiro e dos agentes hegemônicos do agronegócio para alcançar tal meta política e econômica. Esta região, nas últimas três décadas, conhece um aumento expressivo na produção de *commodities* agrícolas, notoriamente soja, milho e algodão. Percebe-se que o

¹ MATOPIBA é uma nomenclatura cunhada conjuntamente pelos técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), através de seu Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), que elaboraram estudos com a finalidade de propor uma região de planejamento para a agricultura moderna nesta porção do território brasileiro.

considerável aumento da produção deu-se de forma acentuada a partir dos anos 2000 e uma das características para a conformação desta especialização territorial produtiva deve-se a atuação dos grandes grupos do agronegócio, notoriamente as *tradings* – Bunge, Cargill, CGG, CHS, Multigrain, Glencore, Amaggi & Louis Dreyfus Commodities, que nas últimas décadas estendem suas atividades na região.

Nesta conjuntura, vários eventos (SANTOS, 2002) externos à região foram criados e sobrepostos pelo Estado e agentes privados para suprir necessidades internas ao próprio território brasileiro. Tais eventos são datados desde os anos 1980, intensificados a partir de 1990 e ganham mais expressão nos anos 2000. Estes eventos também são resultados de condições exteriores ao território e ao MATOPIBA, como a crescente demanda por *commodities* agrícolas, sobretudo pela Ásia. São as lógicas exógenas ditando o ritmo da produção.

A atuação do Estado e também do setor privado no MATOPIBA vem implicando novos (re)arranjos do espaço regional (ELIAS, 2006a). Estas transformações são perceptíveis através do adensamento de objetos técnicos agrícolas e dos sistemas de engenharia, promovendo maior rapidez na produção e da circulação das mercadorias, processo de assalariamento das populações tradicionais, migração populacional, entre outros. Tais reconfigurações advindas do agronegócio não implicam em mudanças apenas no espaço agrícola, já que o meio urbano também sofre significativas alterações. Conforme Elias (2006a, 2006b), a reestruturação produtiva no campo vem provocando a especialização das cidades próximas às áreas agrícolas modernas. Esta especialização dá-se sobretudo nos serviços e comércio voltados para atender as necessidades do agronegócio.

O MATOPIBA vem sendo cuidadosamente pensado pela elite dirigente, pelo setor agroindustrial e agentes do capital financeiro, pois esta região configura-se como uma das últimas áreas de reserva, ou fundos territoriais (MORAES, 2008) nos Cerrados. Uma das ações mais recentes (maio de 2015) elaborada pelo Estado foi a oficialização do MATOPIBA como área especial de planejamento estatal, através do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA – decreto nº 8.447. Esta articulação política vem demonstrando o quanto esta região configura-se como uma área de interesse estatal. Conforme pronunciamento de Kátia Abreu², “Acompanhar de perto essa região (MATOPIBA) e seus produtores se tornou

² A senadora Katia Abreu, pecuarista do estado do Tocantins, era ministra do MAPA (Ministério Agricultura Pecuária e Abastecimento). Atualmente este ministério é dirigido por Blairo Maggi, um dos donos do grupo Amaggi.

uma política de Estado. [...] Trata-se de uma das últimas fronteiras agrícolas em franca expansão no Brasil e no mundo” (MAPA, 2015, grifo nosso).

Diante de tais argumentos, percebe-se que o PDA do MATOPIBA é carregado de expectativas balizadas por uma racionalidade hegemônica. Esta racionalidade hegemônica parece ser nutria e legitimada por uma “psicosfera” (SANTOS, 2002), com intencionalidades de dotar esta região de condições imateriais (política, ideologia, informação, entre outros) e materiais (sistemas de engenharia, máquinas e implementos agrícolas, armazéns, etc), que confirmam maior competitividade à produção agrícola moderna na região em questão.

Essa psicosfera, construída pelo Estado bem como grandes produtores, empresas e meios de comunicação, fundamenta uma mistificação geográfica sobre a região. Estes agentes divulgam a região como sendo o “Eldorado” dos Cerrados, onde convivem com harmonia o agronegócio e a agricultura familiar, pautados na sustentabilidade. Nas palavras de Evaristo Miranda, o agronegócio e a agricultura familiar “[...] **podem conviver perfeitamente**, mesmo que uma nunca converse com a outra, [...] **Essa convivência harmoniosa** é única no País, **só acontece nessa região**” (ONDEI, 2015, grifo nosso). Tal discurso é propagado pelo coordenador do GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégico, Evaristo Miranda, que foi responsável pela delimitação do recorte espacial do MATOPIBA. Percebe-se, portanto, uma leitura que nos apresenta um espaço sem tensões e conflitos, que para nós configura-se como uma leitura míope, pois a constituição de fronteira é promovida sob intensos conflitos (MARTINS, 2014). Assim, o “equivoco aparece como verdade e torna-se consenso; mais precisamente, quando se mascara a dinâmica social do real e se naturaliza a sua história” (LENCIONI, 2003, p.20), conformando uma mistificação regional.

Assim, a psicosfera que formula um conjunto de mitos e expectativas sob esta porção do território, também fundamenta uma flexibilidade organizacional, que possibilita “inventar” a viabilidade territorial (SILVEIRA, 2003) para o agronegócio. Segundo Silveira (2003), esta flexibilidade organizacional é setorial, criada apenas para os atores hegemônicos, ou seja, apenas para aqueles que possuem o controle técnico, político e econômico, e que ditam a dinâmica territorial. No MATOPIBA, a flexibilidade organizacional se expressa pela criação do PDA, cujo objetivo é o fortalecimento do agronegócio nesta região, a partir do aumento dos investimentos nos sistemas de engenharia – ferrovias, hidrovias, rodovias e armazéns – e no desenvolvimento tecnológico para a agricultura científica globalizada.

Esta “invenção” da viabilidade do território (SILVEIRA, 2003), nos parece, manifesta-se como ao fenômeno de regionalização como ferramenta apontada por Ribeiro (2015). Conforme a autora, a regionalização como ferramenta traduz-se na elaboração de práticas

políticas do presente, construídas por e para atores hegemônicos da política e da economia (RIBEIRO, 2015). Esta região/regionalização como ferramenta é expressa quando assume a forma-conteúdo regida pelo planejamento de Estado, e é caracterizada pela “imposição do agir instrumental e estratégico e pelo desvendamento contínuo de contexto de inovação” (RIBEIRO, 2015, p.197), enquanto as condições históricas pretéritas, as heranças das relações socioespaciais de tempos passados, estabelecidas por relações de poder entre atores hegemônicos e não hegemônicos, são compreendidas como uma região como fato (RIBEIRO, 2015). Nas palavras de Ribeiro (2015, p.195), a regionalização como fato “Trata-se da reflexão simultânea da estrutura espacial e da dinâmica sócio-econômica e político-jurídica da formação brasileira”. A regionalização como fato é indispensável para compreensão da regionalização como ferramenta, neste sentido, também é fundamental para compreensão dos usos estabelecidos no MATOPIBA.

Este trabalho visa conhecer a dinâmica do agronegócio na porção territorial dos Cerrados Norte e Nordeste, conhecido atualmente por MATOPIBA, e como as articulações políticas e econômicas promovidas pelo Estado brasileiro e o setor privado vem dotando esta região de condições materiais e imateriais, de uma psicosfera e uma tecnosfera, de densidades técnicas e normativas, resultando em uma reorganização do espaço agrícola e nas cidades. Portanto, busca-se compreender a constituição do *front* agrícola no MATOPIBA e as suas implicações na (re)estruturação econômica e regional (campo e cidade) através da difusão do agronegócio globalizado.

Assim, consideramos pertinente fazermos os seguintes questionamentos: quais foram os eventos sociais e condições naturais que fundamentam a constituição de um novo *front* agrícola nos Cerrados do MATOPIBA? Porque esta porção do território brasileiro foi acionada pelo Estado e agentes hegemônicos do agronegócio como espaço estratégico a partir dos anos de 1990? Qual é a função desta região na atual divisão territorial do trabalho? Como são estabelecidas as articulações das redes de trocas de serviços e informações? Qual o papel desempenhado pelas cidades no interior da região produtiva, especialmente no que se refere às demandas do campo moderno? Quais são as intencionalidades do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA? Poderíamos pensar o MATOPIBA como uma região “inventada” para a viabilidade do agronegócio e para a remuneração do capital que o alenta?

O entendimento do que figura como conteúdo novo ou “moderno” na região torna-se fundamental para a realização desta pesquisa. Visto que, é “[...] o ‘moderno’, ou seja, aquilo que se impõe a determinado lugar como ‘novo’, que define possibilidades de, em cada período, conferir distintas coerências a porções também diferenciadas do espaço – as regiões”

(PEREIRA, 2009, p.17). O moderno no MATOPIBA é representado pelos eventos sociais inéditos que se instalam no lugar a partir do agronegócio, que vem possibilitando novos usos, novas divisões territoriais do trabalho, um novo tempo, e assim uma “nova” região no território brasileiro. O evento é o veículo das inúmeras possibilidades do mundo, podendo ser, também, um vetor das possibilidades existentes (SANTOS, 2002). Os eventos tomam forma nos lugares, e “[...] o lugar, ao permitir, via espaço, que os eventos existam em momentos históricos precisos, converte-se, em sua especificidade, na oportunidade para a realização das potencialidades do mundo” (FIGHERA, 1996, p.270).

Cada evento possui expressão espacial e temporal, “os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço” (SANTOS, 2002, p.145). Santos (2002), afirma que não há evento sem ator, e como os atores são formuladores de ações, pode-se dizer que não existe evento sem ação. Ainda segundo o referido autor, essa relação mútua entre ator, ação e evento são fundamentais para a teoria geográfica, visto que a cada novo conjunto de ações uma nova situação geográfica se estabelece (SILVEIRA, 1999).

A situação decorreria de um conjunto de forças, isto é, de um conjunto de eventos geografizados, porque tornados materialidade e norma. Muda, paralelamente, o valor dos lugares porque muda a situação, criando uma nova geografia. Assim, ao longo do tempo, os eventos constroem situações geográficas que podem ser demarcadas em períodos e analisadas na sua coerência. (SILVEIRA, 1999, p.22).

Percebe-se, assim, a inseparabilidade entre eventos, períodos e situação geográfica. Conforme Silveira (1999), a situação geográfica é um instrumento metodológico onde devemos escolher e hierarquizar os eventos históricos que mais contribuíram para conformação da situação geografia que se pretende investigar, no nosso caso a constituição de uma moderna região agrícola no MATOPIBA. Uma das formas de hierarquização dos eventos é através da análise do fenômeno técnico. As técnicas são compreendidas como um “conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (SANTOS, 2002, p.29), e carregam consigo a história de seu período. Estas são medidas de tempo: tempo da circulação, tempo da divisão social do trabalho, tempo da cooperação e o tempo do processo direto de trabalho (SANTOS, 2002, p.54).

Assim, as técnicas têm a possibilidade de empiricização do tempo, pois se materializam nos objetos geográficos. Logo, “a técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica” (SANTOS, 2002, p.49). Portanto, as diversas técnicas utilizadas no decorrer da

história nos dão a possibilidade de fazermos o exercício de periodização da materialidade do território. Mas as técnicas por si só são insuficientes para explicar o dinamismo do território, é preciso considerar as intenções e as ações no uso das técnicas. A noção de situação geográfica visa produzir o retrato dos lugares e das regiões no presente, que deve ser acompanhada por uma teoria, por um método de investigação (SILVEIRA, 1999).

Neste trabalho compreendemos o espaço geográfico como sinônimo de território usado, espaço banal, pois conforme Santos e Silveira (2011, p.225) o que define o território é o seu uso. Ou seja, o que caracteriza o território são os usos estabelecidos e, fundamentalmente, quem e como o utiliza. O uso do território representa as formas geográficas, o trabalho e a política que animam o meio construído, “[...] revela também as ações passadas e do presente, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.225). O território usado é um verdadeiro palimpsesto (SANTOS, 2002), é passado, mas sobretudo presente, são formas e normas, fluxos e fixos, é espaço vivo e animado.

No período técnico-científico-informacional ampliam-se as diferenças regionais devido aos eventos históricos e condições naturais precedentes, “[...] cada lugar difere de outro, apresentando um arranjo entre as variáveis modernas e as preexistentes que não será encontrado em outra parte [...] quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares [...]” (ELIAS, 1999, p.98). Nesse sentido, as noções de lugar e de região tornam-se fundamentais para compreensão dos usos estabelecidos no MATOPIBA. É a partir do lugar e da região que vislumbramos a materialização das ações e das intencionalidades em objetos, essas categorias de análise possibilitam entender a relação entre o local/regional e o global.

Como forma de articular o arcabouço teórico discutido até aqui com a situação geográfica de nossa investigação (que é compreender como a expansão do agronegócio no MATOPIBA vem implicando em uma (re)organização regional – no campo e nas cidades) utilizaremos a noção desenvolvida por Denise Elias de Regiões Produtivas do Agronegócio – RPAs (2011, 2013, 2015). Sumariamente, para a referida autora as regiões produtivas do agronegócio condizem com as porções do território cujas atividades da agropecuária moderna são hegemônicas sobre qualquer outro tipo de atividade econômica (o que não implica no desaparecimento de outras formas sociais de produção agrícola ou não agrícola), sendo articuladas pelas redes agroindustriais relativas à atuação das grandes corporações. As tramas agroindustriais induzem a reestruturação das condições produtivas (técnica e política) no campo, assim como nos espaços urbanos próximos às áreas agrícolas integradas ao agronegócio globalizado, o que implica na especialização territorial produtiva e na conformação de novas regiões. Nas palavras da autora

[...] as RPAs compõem-se quer por modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados, quer por modernos espaços urbanos não metropolitanos (especialmente cidades pequenas, mas também cidades de porte médio). Esses formam nós, pontos ou manchas de redes agroindustriais e são perpassados pelos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de importantes *commodities* ou importantes produções agropecuárias. (ELIAS, 2013, p.201).

Para realizar as investigações sobre as RPAs, Elias (2013, p.205, 2015, p.34) propõe uma matriz metodológica (ou analítica) que concerne na seleção de “temas, processos, agentes, variáveis e indicadores”. A matriz metodológica nos auxilia na organização, articulação e execução dos procedimentos teóricos-metodológicos com a situação empírica a ser compreendida. Nesse sentido a autora elenca quatro temas básicos para analisar as RPAs, aos quais tomamos como base para instrumentalizar essa pesquisa, que são: reestruturação produtiva da agropecuária, organização das redes agroindustriais, novas relações entre o campo e a cidade e reestruturação regional, e a reestruturação da cidade. Cada um dos temas supracitados possui objetivo de compreender determinados processos sociais, econômicos e territoriais. Além desses temas, somamos à pesquisa um importante tema de análise que é a organização da logística nestas regiões, pois é um atributo que confere maior fluidez corporativa e competição à região competitiva agrícola (CASTILLO, 2008).

As noções de região produtiva do agronegócio (ELIAS, 2011) e região competitiva agrícola (CASTILLO, 2008), neste trabalho serão consideradas como sinônimos. Ambas noções visam compreender o mesmo processo geográfico de especialização territorial produtiva a partir do agronegócio e como essa situação conforma novas regiões econômicas cada vez mais integradas com as lógicas exógenas, promovendo e ampliando a fragmentação do território e a vulnerabilidade territorial. Além do mais, os dois autores comungam da mesma matriz teórica, fortemente embasada nas proposições do Milton Santos, que compreende o entendimento de região como fruto e produto de uma coesão organizacional, baseada em uma racionalidade criada por ações verticais dos agentes hegemônicos da economia e da política.

A partir desses pressupostos teóricos-metodológicos iremos avaliar as transformações no espaço agrícola e urbano na região do MATOPIBA, bem como os usos estabelecidos pelos agentes do agronegócio nesta porção do território nacional. Assim, a dissertação está dividida em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. Na segunda seção, buscamos avaliar a ocupação dos *fronts* agrícolas no Cerrado, com ênfase na região hoje reconhecida como MATOPIBA. Para tal, um exercício de periodização foi realizado, fazendo-se necessário hierarquizar os principais eventos (sobretudo as ações políticas) que proporcionaram a situação

geográfica atual da região. Ainda foi alvo de análise o processo de especialização territorial produtiva do MATOPIBA com relação ao cultivo de *commodities* como soja, milho e algodão, bem como as transformações promovidas pelo processo de modernização sobre as condições socioespaciais pretéritas à modernização do campo. Por fim, avaliamos as articulações providas da Embrapa, agente responsável pela elaboração do recorte espacial do MATOPIBA.

Na terceira seção, avaliamos como a composição técnica do território colabora para atribuir à região um maior grau de competitividade produtiva. Dessa maneira, um dos objetivos dessa seção foi analisar como e quem controla os objetos técnicos agrícolas (máquinas e implementos agrícolas, e sistema de irrigação) que proporcionam maior produção e produtividade, com intuito de revelar a densidade técnica da região. Além disso, a circulação no atual período de globalização torna-se um elemento relevante para o processo produtivo, sendo um tema de pesquisa basilar para compreendermos o grau de competitividade. Assim, avaliamos os sistemas de engenharia que conformam a base material da logística (rodovias, ferrovias, portos e armazéns), o uso desses objetos geográficos, bem como analisamos a criação de ações que viabilizam a circulação corporativa.

A atuação do mercado nessa região dá-se através dos grandes grupos do agronegócio, como as *tradings* agrícolas e as corporações que atuam na especulação fundiária. Essas corporações estabelecem relação com o território de forma pontual e seletiva, com intuito de eleger as áreas mais propícias para ampliação de suas estratégias corporativas, assim, são capazes de conformar redes agroindustriais para o processamento e circulação de grãos na região, tal como o uso corporativo da propriedade fundiária. Nesse sentido, essas corporações são importantes agentes provedores da expansão do agronegócio no MATOPIBA, e na quarta seção, procuramos averiguar a “territorialização” dos principais agentes desse processo a partir da instalação de escritórios de exportação, de unidades de processamento de soja, bem como a chegada de empresas especializadas na compra e venda de propriedades agrícolas como forma de entendermos os usos estabelecidos por esses agentes do agronegócio no MATOPIBA.

Por fim, a quinta seção estuda as relações de complementariedade entre os processos de urbanização e aprofundamento do agronegócio no MATOPIBA. Buscamos avaliar a especialização das atividades não agrícolas presentes nos centros urbanos, sobretudo com relação ao consumo produtivo do campo moderno, bem como a dinamização da economia urbana a partir do aprofundamento do agronegócio. Além disso, fez-se necessário verificar o processo de urbanização das cidades próximas aos espaços agrícolas que acolhem os eventos modernizadores do campo, sendo importante perceber o movimento migratório ascendente (êxodo rural) e descendente (mão de obra especializada). A criação ou aprofundamento das

desigualdades sociais nessas cidades é uma das marcas deste processo, processo este que procuramos avaliar na última seção.

2 *FRONTS* AGRÍCOLAS E OCUPAÇÃO DOS CERRADOS

2.1 Periodização da expansão dos *fronts* agrícolas nos Cerrados

Segundo Santos e Silveira (2011, p.109), após a segunda metade do século XX o território brasileiro passou por significativas mudanças na sua configuração sendo a reestruturação produtiva no campo uma dessas mudanças que proporcionaram novos usos do território. Observamos a constituição de uma maior densidade técnica no campo através da utilização de máquinas e equipamentos agrícolas, irrigação por pivô central, fertilizantes e agrotóxicos, bem como uma densidade normativa como a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), entre outros. Estes processos criam novos nexos modernizantes no território, assim o meio geográfico tornou-se cada vez mais carregado de conteúdo técnico, científico e informacional, acompanhado de uma acentuação da divisão territorial do trabalho.

Neste contexto há uma nova constituição geográfica formada por *belts* e *fronts* (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.110). Entendemos os *belts* como “[...] heranças e cristalizações de *fronts* próprios de uma divisão territorial do trabalho anterior; áreas que, ocupadas em outros momentos, que hoje se densificam e se tecnificam” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.110). Ao passo que o *front* corresponde à difusão de novos elementos técnicos e políticos proporcionando um novo uso do território, “[...] que se traduz em um novo tempo, tornando-se a organização dos novos *fronts* um dos pilares da organização do território e do planejamento” (BERNARDES, 2009, p.15), fundamentalmente em áreas do Brasil com baixa densidade técnica e normativa, como o Centro Oeste, a Amazônia, e também porções dos Cerrados do Nordeste e do Norte (como é exatamente o caso do MATOPIBA.)

Segundo Frederico (2008, p.28), a expansão da agropecuária moderna para os Cerrados³ constitui-se como um processo de ocupação dos fundos territoriais (MORAES, 2008, 2011). No entendimento de Moraes (2008, 2011), os fundos territoriais são as áreas de reserva ainda não acionadas pelo modo de produção dominante. A história da formação territorial brasileira se caracteriza por um processo contínuo de conquista, ocupação e valorização capitalista de novas áreas, sendo os Cerrados e a Amazônia porções do território do Brasil acionados pelo Estado e agentes hegemônicos com objetivo de aprofundar as relações

³ É importante ressaltar que a constituição dos *fronts* agrícolas no território brasileiro, a partir de 1970, não se deu apenas na porção territorial dos Cerrados, mas, também, na Amazônia, como bem aborda Martins (2014). Como o foco de nossa análise é sobre o uso do território pelo agronegócio nos Cerrados do MATOPIBA, iremos nos dedicar a apresentar a constituição do *front* agrícola nesta porção do Brasil.

capitalistas através da agricultura moderna, sobretudo após a década de 1970⁴. Nas palavras do autor,

País de dimensões continentais, o Brasil é um dos poucos no mundo atual a não ter seu território ainda plenamente construído, sua área de soberania excedendo seu efetivo espaço econômico, o que faz com que o país conheça – até na atualidade – dinâmicas de fronteiras de povoamento e situações de apropriação de meios naturais “originais”. Assim, a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial (ainda em curso), cuja gênese remonta ao expansionismo lusitano. Desse modo, o país tem por antecedente o signo da conquista de espaços, situação que marca profundamente o seu desenvolvimento. (MORAES, 2011, p.24).

Por conseguinte, vemos que a constituição de *fronts* sempre visa a conquista, dominação e o uso de uma porção do território que ainda não está plenamente incorporada ao tempo e à lógica do capitalismo, ou seja, a abertura de *fronts* está sempre vinculada a apropriação dos fundos territoriais.

Os *fronts* agrícolas não se deram (ou se dão) de forma homogênea pelos Cerrados, pois este processo se constitui(u) de forma difusa, havendo sub-regiões de expansão como porções de Rondônia (sobretudo o sul), norte do Mato Grosso, região sul de Goiás, centro-sul do Mato Grosso do Sul, porção oeste de Minas Gerais, extremo Oeste Baiano, Sul do Maranhão e sul do Piauí. Para Frederico (2008), esta descontinuidade espacial do *front* agrícola nos Cerrados possibilita falar em *fronts* agrícolas, no plural, devido as várias ramificações de fronteiras agrícolas pelos Cerrados.

Mesmo que a lógica de produção, em todas as ramificações da fronteira agrícola nos Cerrados seja racional ao modelo hegemônico, Frederico (2008, p.28) faz uma ressalva e nos alerta que as configurações socioespaciais pretéritas, estabelecidas historicamente em cada lugar, proporcionam condições diferentes de produção, ou seja, mesmo que todas as sub-regiões possuam condições técnicas (sistemas de objetos) e normativas similares, não podemos considerar que tais condições produzam uma homogeneidade do território, pois cada lugar guarda especificidades. Portanto, mesmo que os eventos externos ao lugar possuam intencionalidades e lógicas convergentes, estes não atingem os lugares da mesma forma e intensidade, visto que “cada lugar [...] se caracteriza por um certo arranjo de variáveis, arranjo

⁴ O processo de expansão da fronteira agrícola no território brasileiro a partir dos incentivos do Estado é anterior à década de 1970. Segundo Silva (2007, p.291), este movimento vem desde os governos de Getúlio Vargas sobretudo com a marcha para o Oeste, em 1943. Mas, a ocupação dos Cerrados pela agropecuária moderna, símbolo da expansão capitalista, se deu com maior intensidade a partir da década de 1970.

espacial localizado e, de certa maneira, espacialmente determinado. Esta é uma das formas como os lugares se distinguem uns dos outros” (SANTOS, 2014, p.104).

Além disto, a incorporação dos fundos territoriais à lógica capitalista, a partir da atividade agrícola moderna, não se realiza da mesma forma no tempo histórico, pois cada período carrega condições socioespaciais que são particulares. No sentido de compreender os diferentes momentos dos *fronts* agrícolas modernos nos Cerrados, Frederico (2014) estabelece uma periodização espaço-temporal através da constituição técnica e das políticas elaboradas pelo Estado e agentes hegemônicos relacionados à atividade agropecuária; assim o autor reconhece três períodos distintos deste processo, entre 1970 e 2010.

O primeiro período de constituição do *front* agrícola nos Cerrados (entre 1970 e 1985) é caracterizado por estratégias geopolíticas e geoeconômicas, elaboradas fundamentalmente pelo Estado brasileiro. A necessidade de expandir e integrar o espaço econômico nacional, através da ocupação de regiões onde as atividades capitalistas não haviam se constituído plenamente, bem como, aumentar a produção agrícola como estratégia de abastecimento interno, configuraram-se como interesses geoeconômicos. Por sua vez, a estratégia geopolítica se revelava pelo anseio da integração territorial, através do deslocamento de contingentes populacionais de áreas onde a ocupação populacional era mais densa, sobretudo do sul do país, e também promovendo a migração de populações de regiões em que o conflito fundiário era mais intenso, como no caso da região do Nordeste (FREDERICO, 2014, p.2138).

Segundo Delgado (2012), o cenário nacional para a agricultura neste período de modernização conservadora é marcado pela forte intervenção estatal na regulamentação da atividade agrícola através do controle da produção e comércio de alguns produtos. Além destas ações, o Estado brasileiro criou inúmeras ações políticas de incentivos fiscais e financeiros para os grandes produtores, como o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR (1965). O SNCR com finalidade de facilitar a aquisição das técnicas e tecnologias da “Revolução Verde”, entendida como o mais moderno pacote tecnológico agrícola do período. Cabe destacar que houve a formulação de ações específicas para incentivar a ocupação dos Cerrados, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - PADAP; e o Programa de Crédito Integrado do Cerrado – PCI, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER, que foram importantes para o desenvolvimento de infraestrutura para a atividade agrícola.

As estratégias políticas foram fundamentais para a expansão do *front* agrícola e conseqüentemente para o aprofundamento das práticas capitalistas aos Cerrados do Brasil central. Conforme Silva (2007, p.292), a fronteira agrícola no território brasileiro visa a

ampliação da riqueza capitalista, e esse movimento se deu e se dá por meio de articulações políticas promovidas pelo Estado brasileiro através de um conjunto de medidas políticas e ideológicas. Ainda é marcante deste primeiro período (1970 -1985) a constituição dos chamados complexos agroindustriais, definidos como

[...] conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/ transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica. (MULLER, 1989, p.45).

Nesse sentido os CAIs (Complexos Agroindustriais), são uma “[...] nova organização econômica e social da agropecuária, que acompanha a unificação da economia pelo movimento do capital industrial e financeiro” (ELIAS, 2006a, p.4). Portanto é resultado dos esforços de integração técnica e financeira entre a agricultura, indústria e bancos. A expansão de tais práticas e políticas para os Cerrados se deu, neste momento histórico, fundamentalmente no Centro-Oeste do país, tendo destaque região de Dourados (MS), Rio Verde (GO), Rondonópolis (MT), além de áreas do Sudeste como a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG).

A prática da agricultura moderna teve o desenvolvimento técnico e científico como elemento fundamental para sua constituição. No Brasil, o órgão de maior expressão no desenvolvimento científico de espécies e produtos agrícolas adaptáveis às condições físico-naturais dos Cerrados foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada pelo Estado brasileiro em 1973. Assim, percebemos que o meio geográfico nesta porção do território, onde a atividade agropecuária moderna se estabeleceu, vai se configurando como um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002). O meio técnico-científico-informacional⁵ é caracterizado pela profunda interação entre as técnicas, o conhecimento científico e a informação sobre égide do mercado global, “[...] a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção” (SANTOS, 2002, p.238).

As regiões acionadas neste primeiro período de expansão do *front* agrícola no território brasileiro configuram-se atualmente como um *belt* agrícola moderno. Pois trata-se de uma área com processo mais antigo de ocupação agrícola, tendo maior densidade técnica e normativa, com formas geográficas mais cristalizadas se comparadas aos *fronts* agrícolas mais recentes

⁵ Este conceito desenvolvido por Milton Santos é um aperfeiçoamento, ou atualização, do trabalho proposto por R. Richta (1968) de período técnico-científico (SANTOS, 2002, p.238).

(como é o caso dos Cerrados Norte/Nordeste). Em outras palavras, são regiões que “acumularam, ao longo das últimas quatro décadas, várias camadas de objetos e ações, representados pela materialidade e pelas normas políticas e técnicas” (FREDERICO, 2008, p.39). Portanto são regiões dos Cerrados que possuem rugosidades (SANTOS, 2002, p.140)⁶ territoriais mais densas com relação a produção agrícola moderna, se comparadas às áreas de recente expansão.

Segundo Delgado (2012, p.77), em meados da década de 1980 constata-se mudanças da configuração da economia política da agricultura no Brasil, isto se deve pelas graves crises cambiais, em 1982 e 1999, provocando uma forte desorganização econômica no país. Além disso, houveram mudanças políticas com o movimento de redemocratização do país, que teve como grande marco a promulgação da Constituição, em 1988. Somando a esses elementos, houve a adoção de medidas políticas de cunho neoliberal, principalmente na década de 1990, com os governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Estas mudanças políticas provocaram grandes impactos na agricultura brasileira, pois o Estado deixou de intervir de forma intensiva na regulamentação agrícola. Um dos sinais da diminuição da ação Estatal, foi perceptível com a extinção de várias instituições que regulamentavam a produção agrícola, como o Instituto Açúcar e Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), ficando a cargo do mercado regular a produção.

Este contexto político e econômico configurou-se como marco temporal para delimitação do segundo período de expansão do *front* agrícola. O segundo período é marco para a constituição dos *fronts* em expansão (FREDERICO, 2008, p.48), caracterizado por sua ocorrência em áreas cujas terras com preços baixos foram adquiridos por produtores de origem da região Sul e Sudeste, ou mesmo por produtores que migraram do *front* agrícola consolidado para as novas áreas em expansão. A constituição desta nova forma de *front*, entre 1985 e 2000, não se deu de forma intensa como no primeiro período, pois o contexto político e econômico implicou em menor atuação do Estado no incentivo à expansão da atividade agropecuária moderna para o interior do país. No entanto, o Estado foi responsável pela criação de infraestruturas estratégicas como como portos, rodovias, ferrovias, entre outros. Assim, os grandes grupos empresariais do setor, bem como produtores agrícolas, através de cooperativas

⁶ “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço – fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2002, p.140).

e associações, foram responsáveis pela articulação de ações para dinamização da atividade agropecuária.

Essa segunda fase marcou o aumento da participação e do poder de regulação da produção das grandes empresas do comércio mundial de grãos, conhecidas como *tradings*. Elas ocuparam gradativamente algumas das antigas funções do Estado, especialmente as atividades consideradas estratégicas, como o processamento agroindustrial e o controle da circulação material (armazenamento, beneficiamento, transporte, venda de sementes e fertilizantes) e imaterial (financiamento, comercialização e exportação). (FREDERICO, 2014, p.2139).

Este momento da constituição do *front* agrícola corresponde à fase de transição da configuração política econômica da modernização conservadora para a economia do agronegócio (DELGADO, 2012, p.77).

Conforme Samuel Frederico (2014), a partir da década de 2000 ocorre uma nova configuração da expansão do *front* agrícola nos Cerrados, marcado pela rápida expansão da área produzida, de lavouras permanentes e temporárias, em várias porções do MT, MS, GO, MG e na região atualmente conhecida como MATOPIBA. Ainda é característico deste terceiro período do agronegócio nos Cerrados o estabelecimento do mencionado “pacto de economia política do agronegócio” (DELGADO, 2012). Para Delgado (2012), esta nova configuração agrícola no país é resultado dos esforços públicos e privados desenvolvidos no início do século XXI, com objetivo de gerar saldos comerciais externos para suprir o *déficit* da conta corrente, sendo, também, uma estratégia econômica de acumulação de capital a partir do sistema financeiro.

Delgado (2012) elenca cinco medidas políticas desenvolvidas no segundo governo do Fernando Henrique Cardoso para aumentar a competitividade do agronegócio brasileiro. A primeira foi a ampliação e construção de nova infraestrutura territorial (rodovias, ferrovias e portos), investimento em pesquisa agropecuária via Embrapa indo ao encontro com as necessidades de grupos do agronegócio, conformando como segundo ponto. A terceira medida foi a regulação branda do mercado de terras, já a quarta articulação política foi a mudança na política cambial que deixou mais competitiva a economia do agronegócio. A quinta e última medida foi a liberação de crédito rural a partir dos planos de safra (DELGADO, 2012, p.94).

Tal configuração pode ser entendida como uma associação política entre a agricultura moderna, as cadeias agroindustriais, o sistema de crédito (sendo o Estado brasileiro um dos principais agentes neste setor) e o mercado de terras, com o objetivo de promover uma estratégia econômica do capital financeiro para maior acumulação de riqueza. Nas palavras do autor

[...] agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (DELGADO, 2012, p.94).

Observamos neste período que a intensificação da exportação de *commodities* agrícolas promoveu a verticalização do agronegócio na região dos Cerrados Centro-Norte (ALVES, 2015). Esta porção do território é cada vez mais tecnificada, cientificada e informatizada para atender as demandas exteriores por produtos primários. Neste contexto, Frederico (2014) reconhece o terceiro período de expansão do *front* agrícola para a porção setentrional dos Cerrados, sobretudo para áreas da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins.

Esta porção do território nacional foi denominada num primeiro momento, e para fins acadêmicos, como BAMAPITO, por Julia Adão Bernardes (2009), ou ainda como Cerrados do Centro Norte, por Vicente Eudes Alves (2015). Nossa opção é pela utilização da nomenclatura MATOPIBA, denominação recente definida pelo Estado brasileiro com fins de ser um instrumento institucional de planejamento. O termo e o recorte espacial do MATOPIBA, surgem com intencionalidade de ser um instrumento para viabilização do território para o agronegócio, visando torná-lo ainda mais racionalizado e operacional aos imperativos do mercado globalizado, resultando em uma regionalização como ferramenta (RIBEIRO, 2015). Além disso, esta proposta compreende condições que vão para além da questão produtiva⁷, levando em consideração a logística de circulação das *commodities* produzidas nesta região, o que é fundamental para compreendermos as regiões competitivas agrícolas (CASTILLO; FREDERICO, 2010a; 2010b).

Por conseguinte, é a partir dos anos 2000 que constatamos a constituição do MATOPIBA como uma região que rapidamente se torna especializada na produção de

⁷ A proposta de Julião Adão Bernardes (2009), BAMAPITO, considera elementos para além da produção agrícola; a autora se apoia em um conjunto de variáveis normativas e técnicas (conforme proposição de Milton Santos) para elaborar seu raciocínio. Consideramos que o recorte regional estabelecido pela autora que engloba “[...] Sul do Maranhão, do Sudoeste e Sul do Piauí, do Oeste da Bahia e Tocantins” (BERNARDES, 2009, p.11), configura-se naquilo que estamos compreendendo como área *core* desta região competitiva agrícola. Onde há maiores áreas de produção de *commodities* agrícolas, concentração de capital, presença de grandes grupos do agronegócio, maior densidade técnica (tratores, implementos agrícolas, silos, entre outros), presença de universidades e laboratórios especializados no desenvolvimento de pesquisa para o agronegócio, cidades funcionalmente especializadas para o consumo produtivo do campo. As demais áreas do MATOPIBA são importantes para a circulação da mercadoria produzida nesta área “*core*”, através do corredor Centro-Norte (Projeto de Lei Complementar – 228/2012), sendo verdadeiros eixos de escoamento da produção para mercados internacionais.

commodities agrícolas valorizadas, sobretudo grãos. Mas, sua configuração geográfica como moderna região do agronegócio não se dá a partir dos anos 2000. Os eventos que propiciaram a atual situação geográfica (SILVEIRA, 1999) no atual recorte do MATOPIBA resultam de articulações políticas e econômicas anteriores. Além disso, fatores físico-naturais do domínio morfoclimático dos Cerrados (AB' SABER, 2003), bem como o preço baixo das terras, se comparado às regiões de *belts* ou *fronts* consolidados, foram fundamentais para a constituição de novos objetos técnicos (SANTOS, 2002) que possibilitaram a configuração de uma densidade técnica sob égide de um conjunto de ações estabelecidas na região. A discussão sobre a formação do *front* agrícola nos Cerrados do Norte e Nordeste, será melhor compreendida no item seguinte.

2.2 *Front* agrícola nos Cerrados do Norte e Nordeste

Nas últimas três décadas observamos a constituição do *front* em expansão nos Cerrados brasileiros do Nordeste e do Norte, porções do território que estão sendo cada vez mais transformadas pelo agronegócio, devido à crescente importância desta região na produção de *commodities* como soja, milho e algodão. Uma das condições para a expansão do agronegócio foram as próprias condições físicos-naturais do domínio morfoclimático dos Cerrados (AB'SABER, 2003, p.115-135) como clima, relevo e hidrografia que favoreceram a expansão da agricultura moderna nesta região. Segundo Ab'Saber (2003, p.39) este domínio de natureza possui em sua área *core*⁸ uma sazonalidade climática bem definida de três a cinco meses com baixos índices pluviométricos e seis ou sete meses de índices pluviométricos elevados, possuindo uma precipitação média anual que varia de 1300 a 1800 mm, com temperaturas médias de um mínimo que varia entre 20 a 22°C, até um máximo de 24 a 26°C.

Uma das características dos Cerrados é a forte presença de chapadões na paisagem, onde “ocorre a maior macissividade, extensividade e homogeneidade relativa de forma topográficas planálticas do Brasil intertropical” (AB'SABER, 2003, p.122), muito favoráveis à utilização de máquinas e implementos agrícolas. Assim,

[...] há uma verdadeira obsessão dos agronegociantes por ocuparem essas chapadas. Isso porque desenvolvem uma prática agrária/agrícola energívora, ou seja, voraz consumidora de energia, que vê a planura das imensas chapadas como uma bênção da natureza, pois seus tratores não tendo que subir e descer

⁸ “[...] área nuclear dos Cerrados, ou seja, regiões como chapadões do centro sul de Mato Grosso, do Triângulo Mineiro, do sudoeste de Goiás e do oeste da Bahia, do Maranhão e do Piauí” (AB' SABER, 2003, p. 42).

poupam energia, um dos insumos mais importantes que, para eles, significa menor custo em dinheiro e, logo, maiores lucros acumulados. (PORTO-GONÇALVES, 2014, p.93).

No domínio morfoclimático dos Cerrados os cursos d'água principais e secundários são perenes, como é o caso do Tocantins, Araguaia, São Francisco, entre outros. Mesmo no período de seca estes cursos continuam existindo, entretanto, com vazões menores (AB' SABER, 2003, p.119). Os cursos d'água de menor ordem desaparecem no período de seca, mas permanece uma “espécie de linha molhada d'água em sub-superficial [...] o lençol d'água sofre variações ao longo do ano, desde um a 1,5 m até 3 a 4 m no subsolo superficial dos Cerrados [...]” (AB' SABER, 2003, p.119). Estas características dos cursos hídricos de ordem principal e secundários, bem como a presença de água em subsuperfície são fatores que favorecem a irrigação em seus diversos métodos (aspersão, gotejamento, pivô central, entre outros) no cultivo de diferentes produtos agrícolas que são extremamente dependentes de água

No entanto, tal expansão do *front* agrícola na atualidade, período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2001, 2002), se dá em áreas onde a vegetação natural já foi alterada pela ação antrópica, visto que usos pretéritos ao do agronegócio, como é o caso pecuária extensiva, já ocorriam nesta porção do território. Diniz (1984, p.14) identifica quatro sistemas primários tradicionais na região, que são: a pecuária solta, o sistema de roça, o sistema de ocupação de várzeas e brejos e o sistema semiextensivo de encostas e vales.

O sistema de pecuária solta é a atividade mais tradicional da ocupação dos “gerais” (topos de chapadas), com baixa quantidade de rebanhos de bovinos e caprinos que se associa ao sistema de lavoura com uma agricultura mista onde a ausência de cercas era marcante na paisagem, e a relação de trabalho se dava através de parceria (DINIZ, 1984, p.14). O autor caracteriza o sistema de roça como uma atividade em que o uso do solo, por posseiros, se dava de forma esparsa, com presença de propriedades de 50 hectares, com pequenas áreas de produção (entre 3 a 4 hectares), marcado por uma rotação de terra em longo período e de pousio que poderia alcançar 20 anos. Além disso o sistema de roça se associava com a atividade de extração vegetal para produção de carvão (DINIZ, 1984, p.15).

Já o sistema de ocupação tradicional de várzeas e brejos é marcado pela pesca e pela lavoura em que predominava a produção de feijão, arroz, tomate, entre outras hortícolas nas margens dos rios Guruguia e Parnaíba. Nas margens do São Francisco havia a produção de batatinha, feijão de corda e milho, que eram “comprados pelos barcos e trocados por querosene, sal e sabão” (DINIZ, 1984, p.15), o que possibilita pensarmos em um sistema em que predomina

a economia de excedentes⁹ (MARTINS, 2014). Por fim, o sistema semiextensivo tradicional de encostas é caracterizado pela ocupação mais intensiva do solo com maior produtividade nas lavouras, se comparada ao sistema de roça, pela criação de gado bovino e caprino. Ainda é marca do sistema semiextensivo tradicional de encosta a presença, em algumas áreas, da mecanização agrícola, bem como o financiamento da atividade agrícola via banco (DINIZ, 1984, p.16).

Este conjunto de arranjos produtivos agrícolas (ELIAS, 2006b) se deu sobretudo antes do aprofundamento das práticas capitalistas no campo na região, ou seja, antes da década de 1980. Isso não quer dizer que as práticas agrícolas descritas por Diniz (1984) tenham desaparecido, pelo contrário, permanecem formas produtivas não integradas à lógica capitalista de produção. Conforme Elias (2006b), há sobreposições de diferentes arranjos produtivos agrícolas no território brasileiro que possuem duas lógicas diferentes, sendo elas, grosso modo,

[...] uma conservadora, que ainda funciona fortemente alicerçada nas especificidades das condições naturais e dos ciclos biológicos das plantas e dos animais; e outra modernizadora, que articula a escala local com a internacional, organizando o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. (ELIAS, 2006b, p.227).

Tais sobreposições de arranjos produtivos são comuns no MATOPIBA. Percebemos a coexistência de diferentes usos do território no espaço regional, comportando assim tempos distintos, pois cada prática agrícola carrega consigo determinada família de objetos técnicos (SANTOS, 2002) e estas datam de determinado período histórico. Ou seja, é o novo representado pela expansão do agronegócio, que traz consigo uma série de objetos técnicos para a região, sobrepondo-se ao “velho” (práticas agrícolas vistas como tradicionais). O velho é traduzido pelas formas produtivas descritas por Diniz (1984), com baixa densidade técnica, assim, “Novo e velho se encontram ambos, permanentemente, em estado de mudança, que é dialética. Sendo contraditórios, funcionam, porém, em forma complementar e conjunta” (SANTOS, 2014, p.106-107).

Em visita a Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em Porto Nacional (TO), Uruçuí (PI), Bom Jesus (PI) e Balsas (MA), constatamos que há produtores que estabelecem práticas produtivas tais como as apresentadas por Diniz (1984), com predomínio do cultivo de feijão,

⁹ “Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quanto plantar e até onde plantar, está organizado a partir da ideia de que, do que se planta, uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca ou comércio” (MARTINS, 2014, p.160)

milho, mandioca (para a produção artesanal de farinha), e em alguns casos há criação de animais como porcos, aves e bovinos, visando o próprio consumo. Os produtores que ainda habitam o campo encontram-se “encurralados” nos fundos de vales ou baixões (Foto 1), espaços que historicamente foram ocupados pelas populações indígenas, quilombolas e camponesas, visto que as áreas dos gerais (os topos de chapadas, que eram terras sem cercas e de uso comum), que historicamente eram usados pelos camponeses “para caçar, coletar frutos e remédios (raízes, por exemplo) e soltar seus rebanhos” (PITTA; MENDONÇA, 2015, p.29), dão lugar às grandes propriedades privadas destinadas à produção de soja, milho, algodão, sorgo e milheto (Foto 2).

Foto 1 – Prática agrícola no baixão piauiense



Foto 2 – Fazenda Tunísia no topo de chapada no município de Uruaú (PI)



Autor: SOUZA, G.V.A. (maio, 2016)

Os chamados baixões, especificamente para os camponeses do Piauí, ainda representam um espaço indispensável para essa população, devido à proximidade dos cursos d'água, garantindo a essa “[...] população excluída, a possibilidade de se manter com a sua família, produzindo apenas o necessário para sua sobrevivência e, eventualmente, comercializando o excedente nas feiras livres ou vendendo para algum comerciante das cidades locais” (ALVES, 2006, p.180). O processo de expansão do agronegócio na região, sobretudo no topo das chapadas – espaços propícios para a mecanização do processo produtivo, deu-se de forma intensa e tensa, sobretudo na década de 1980 e início de 1990. Tal configuração provocou inúmeros conflitos pela terra entre os grandes proprietários locais, os posseiros e os sulistas.

Os três agentes de modernização produzem choques profundos em toda a área em que penetram. Conflitos diretos são gerados quando ‘gaúchos’, ‘paranaenses’ e empresas cercam áreas imensas dos Gerais e criam atritos com posseiros e agregados; conflitos indiretos explodem quando o grande

proprietário tradicional, que nunca deu valor a terra, começa a se preocupar com roceiros que existem em seus domínios. (DINIZ, 1984, p.19).

Conforme Alves (2006), na década de 1970 houve no Piauí o início do processo de grilagem de terras, através do cercamento de terras devolutas, ou seja, apropriação privada de terras públicas de forma ilegal, configurando como uma das características mais marcantes da abertura da fronteira, juntamente com a especulação de terras agrícolas. “A grilagem de terra consiste no ato ilegal de forjar a titularidade, de cercá-la, expulsando os camponeses, e de posteriormente vender ou arrendar a ‘nova’ propriedade como se estivesse legalizada” (PITTA; MENDONÇA, 2015, p.42). Tal situação ocorre(u) de forma similar em outras porções do MATOPIBA, como avaliou Lima (2014) para o estado de Tocantins, bem como na porção sul do Maranhão e Sul do Piauí, analisado por Pitta e Mendonça (2015).

Neste contexto, o velho, na região, são também os grupos sociais preexistentes e as suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço. Eles constituem, desse modo, seja um obstáculo ‘natural’, seja, às vezes, um dado da expansão capitalista e exigem, desse modo, um tratamento espacial, pois, quando o velho não pode colaborar para a expansão do novo, a lógica do capital manda que seja eliminado. (SANTOS, 2014, p.106).

Tal processo foi acompanhado por práticas consideradas por Martins (2014) como escravidão por dívida ou peonagem, visto que os grandes produtores, utilizando-se de poder despótico, coagiam os trabalhadores através de tortura e ameaças a trabalharem em condições subumanas e em ritmo intenso, como nos relatou um produtor no Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Uruçuí (PI). A escravidão por dívida “trata-se, claramente, de uma relação de sujeição, que vão ao ponto de fazer o patrão supor que tem um direito absoluto ao corpo do trabalhador, além do presumível direito ao próprio trabalho, como se vê quando este é submetido à humilhação, à tortura, ao castigo e até a morte” (MARTINS, 2014, p.73).

A abertura desta fronteira agrícola foi e ainda é palco de intensas disputas de terras entre grandes proprietários, empresas especuladores de terras (como a Radar S/A e Tellus S/A¹⁰), que atualmente são em sua maioria oriundas de outras porções do país e até mesmo de outros países, e os camponeses que ainda resistem nos baixões. Uma das maiores reivindicações dessa população (camponeses) é o reconhecimento legal de posse e uso da terra. Assim, podemos considerar o *front* agrícola como aquele “[...] que adentra áreas antes não ocupadas,

¹⁰ Para uma análise detida sobre a atuação do capital financeiro através da especulação de terras agrícolas realizada por essas empresas em diferentes regiões do país, incluindo o MATOPIBA, ver o trabalho de Pitta e Mendonça (2015).

mas de uma fronteira agrícola que encontra espaço para expansão em áreas já formadas por atividades econômicas anteriores, que constituíram a base da estrutura social dessas regiões” (FORNARO, 2012, p.80), bem como espaços vazios.

É importante destacar que no período técnico-científico-informacional “[...] as frentes pioneiras são abertas sobretudo pelas grandes empresas, com a cooperação do poder público” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.110). De tal modo, as grandes empresas do agronegócio estendem suas atividades nos Cerrados Norte e Nordeste na década de 1980, com a chegada da Bunge em duas das principais sub-regiões agrícolas da atualidade – Sul do Maranhão e Oeste Baiano. No encalço da Bunge, a Cargill começa a atividade na região na década de 1990, sobretudo no Oeste baiano e Sul do Maranhão. Sem dúvida, estas multinacionais foram pioneiras na abertura do *front* agrícola nos Cerrados Norte/Nordeste.

Os grandes produtores nacionais e estrangeiros começam a chegar na região em meados de 1980, na Bahia, e início dos anos 1990 nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí. Segundo Inocêncio (2010, p.29) o PRODECER foi o “*big push*” (grande impulso) de modernização técnica da agricultura nos Cerrados, propiciando a inserção da produção capitalista nesta porção do país provocando transformações territoriais. O PRODECER configura-se como um evento fundamental para compreendermos a gênese da moderna região agrícola, visto que partes desta região são atingidas por este programa (Bahia, Tocantins e Maranhão). Tal articulação será alvo de discussão no próximo item.

2.3 Políticas públicas, eventos sociais bases para a conformação do *front* agrícola nos Cerrados Norte e Nordeste

A expansão do *front* agrícola nas áreas dos Cerrados, a partir de 1970, foi uma estratégia geopolítica e geoeconômica em que a ação do Estado foi fundamental para ocupar o território através de financiamentos, construção de infraestruturas, incentivos fiscais e desenvolvimento de centros de pesquisa que possibilitaram a constituição das redes agroindustriais (ELIAS, 2006b, p.224), fundamentais para os circuitos espaciais da produção agrícola moderna. A constituição de políticas públicas para incentivar a ocupação capitalista no campo na região vem sendo desenvolvida desde 1970 e 1980, tendo como exemplo os planos para ocupação da “Amazônia Tocantinense” tais como:

POLOAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônia) PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), PRODIAT (Projeto de

Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins). (LIMA, 2014, p.26).

Também foram criados, entre 1960 e 1970, programas direcionados para o Nordeste, tais como o Polonordeste, Projeto Sertanejo, Programa de Irrigação do Nordeste, Fundos de Investimentos do Nordeste (FINOR). De forma sintetizada, tais ações políticas visavam disponibilizar

[...] recursos para aqueles agricultores que pudessem responder mais rapidamente o propósito definido pelo estado brasileiro naquele momento garantindo, com isso, o equilíbrio da balança comercial, além de responder à crescente pressão por alimentos do processo de urbanização em curso no país. (ALVES, 2006, p.171).

O Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), executado durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), foi um dos primeiros programas que contemplou o município de Gurupi na década de 1970, que até então fazia parte do estado de Goiás, sendo incorporado, em 1988, ao recém-criado estado do Tocantins. O programa não obteve êxito e foi desativado no início da década de 1980. Mesmo assim, esse programa teve relevância para a “[...] incorporação do Cerrado ao processo produtivo nacional e internacional, por meio da implementação de políticas de incentivos fiscais e subsídios, visando à produção de produtos para exportação, especialmente a soja” (PEIXINHO; SCOPEL, 2009, p.98), modificando a estrutura produtiva nos Cerrados através da inserção do capitalismo na agricultura, bem como o favorecimento da acumulação de capital monopolista sobretudo no setor urbano-industrial (INOCÊNCIO, 2010, p.73).

Segundo Inocêncio (2010), a política pública que mais obteve êxito na ocupação dos Cerrados pela agricultura moderna foi o PRODECER. Sem dúvida o PRODECER um foi dos programas que mais perdurou no território brasileiro, por mais de três décadas, e de maior abrangência territorial englobando os estados de Minas Gerais¹¹, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e incluindo estados que hoje compõem o MATOPIBA como Bahia, Tocantins e Maranhão.

O PRODECER foi tanto uma “política pública de ordenamento territorial quanto uma política de Estado para a ocupação do Cerrado” (INOCÊNCIO, 2010, p.77), que visava estabelecer a produção agrícola moderna neste bioma, com finalidade de abastecer o mercado internacional. Foi uma estratégia para regular a oferta de produtos e consequentemente

¹¹ Um estudo aprofundado das implicações territoriais do PRODECER nos Cerrados de Minas Gerais foi realizado por Pessoa (1988).

promover a queda dos preços. Suas implicações foram além do ordenamento territorial brasileiro, visto que a produção de *commodities* agrícolas, sobretudo grãos como soja, sorgo e milho, competiram com a produção do mercado mundial. Tal ação teve o intuito de diminuir o monopólio dos Estados Unidos, principal concorrente na produção de grãos. O Japão, país em que a soja é considerada a base da alimentação de sua população, foi favorecido nesta relação, visto que *commodities* agrícolas, como a soja, tornaram-se mais baratas. Além disso, havia todo interesse na comercialização de mercadorias com maior valor agregado, como máquinas agrícolas, insumos e agrotóxicos¹², bem como o desenvolvimento de pesquisas agropecuárias (INOCÊNCIO, 2010).

O PRODECER, criado no início de 1970, foi um programa binacional através da fusão capital privado/público brasileiro e japonês, possuiu três grandes objetivos que possibilitaram a consolidação e expansão do capital nos Cerrados. Os objetivos foram:

[...] o desenvolvimento da fronteira agrícola no território do Cerrado, abrangendo extensas áreas. Segundo, buscou aumentar a oferta internacional de alimentos, através da exportação de produtos agrícolas, com repercussão a nível mundial. E terceiro, teve longa duração, tendo desenvolvido estratégias próprias de incorporação do campo brasileiro ao circuito produtivo capitalista mundial. (INOCÊNCIO, 2010, p.86).

Foram escolhidos 22 municípios em diferentes áreas do país para o desenvolvimento de 21 projetos de colonização, dez projetos-pilotos e 11 de expansão, em mais de 330 mil hectares. Foram assentados cerca de 750 produtores, em sua maioria vindo das regiões Sul e Sudeste, pois “[...] os agricultores do Cerrado eram considerados pelos órgãos que financiaram e executaram o PRODECER, despreparados tanto técnica quanto financeiramente” (INOCÊNCIO, 2010, p.97-98). Conforme Haesbaert (2008), “Alguns indivíduos personificam de maneira mais radical esta ‘condição moderna’, agentes da globalização, da busca obsessiva pelo novo e de uma verdadeira paixão pelo movimento, pela ‘abertura de novas fronteiras’” (HAESBAERT, 2008, p.374). Na década de 1990, estima-se que 40 mil pessoas migraram para esta área, sobretudo para o Oeste baiano (HAESBAERT, 2008, p.368), lembrando que muitos

¹² Como exemplo, a empresa japonesa Mitsui & Co., Ltda que produziu fertilizante fosfatado (Yoorin) utilizando recurso minerais no Brasil, Araxá – MG, sendo o fertilizante mais consumido nos projetos do PRODECER (INOCÊNCIO, 2010, p.89)

produtores rurais do Sudeste e principalmente do Sul foram atraídos pelo baixo custo das terras desta região¹³.

O PRODECER se estabelece em áreas dos Cerrados Norte e Nordeste em meados de 1980, quando foram executados os projetos de colonização Brasil Central e Ouro Verde, em Formoso do Rio Preto (BA) e em 1990, com a colonização de Gerais de Balsas e Pedro Afonso, respectivamente nos municípios de Balsas (MA) e Pedro Afonso (TO) (Tabela 1). Nos quatro projetos de colonização a área ocupada foi de 111.432 hectares (33% de toda área ocupada pelo PRODECER, em suas três etapas), sendo 31.342 hectares no município de Formosa do Rio Preto (BA), 40 mil hectares em Balsas (MA) e 40 mil hectares em Pedro Afonso (TO), com investimentos que somam US\$ 153.327 milhões (28% de todo investimento do programa), distribuídos em 24 milhões de dólares para colonização Brasil Central e 26 milhões de dólares para Ouro Verde. Já em Pedro Afonso a quantia disponibilizada foi de US\$ 42.903 milhões, e o projeto Gerais de Balsas foi o que mais recebeu investimento dentre os 21 projetos do PRODECER, com valor de US\$ 60.424 milhões (YOSHII, 2000, p. 29-30).

Como podemos verificar na tabela 1, o programa tinha como meta incentivar a produção irrigada, foram estabelecidos diagnósticos para encontrar áreas com potencial de irrigação, constataram que 42 mil hectares seriam propensos à irrigação. Contudo, a prática irrigada não obteve o êxito esperado, pois cerca de 20 mil hectares do total da área propícia para a irrigação foram de fato efetivado. Nos municípios localizados nos Cerrados Nordeste e Norte, onde foram executados projetos do PRODECER, mais de nove mil hectares foram considerados com potencial para o cultivo irrigado, com destaque para Formosa do Rio Preto com mais de cinco mil hectares. Seguindo a mesma perspectiva do projeto como um todo, a produção irrigada nos municípios dos Cerrados Norte/Nordeste ficou abaixo do esperado, pois apenas 1.620 hectares foram irrigados.

Como destaca Ramos (2011, p.345), o Estado brasileiro vem desenvolvendo ações políticas de incentivo ao uso de irrigação na produção agrícola desde o início do século passado através de órgãos responsáveis por obras contra a seca¹⁴, que toma maiores esforços sobretudo

¹³ Na década de 1980, no atual município de Luís Eduardo Magalhães, 10 mil hectares de terra poderiam ser trocados por um fusca. Em 2014, esta mesma área de terra equivalia à uma quantia em torno de R\$ 165 milhões (COURA, 2014).

¹⁴ Tais como a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, de 1919, que se transforma no ano de 1945 no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e cria o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (RAMOS, 2011, p.345). Um debate aprofundado sobre esses departamentos é realizado por Francisco de Oliveira em *Elegia para uma re(li)gião* (1977) – que destaca como a Sudene foi uma estratégia para a criação de condições à ação hegemônica no Nordeste, configurando enquanto uma regionalização como ferramenta, como exemplificado no trabalho de Ribeiro (2015).

a partir de 1970 com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (1974), Programa de Irrigação do Nordeste (1986) e o Programa Nacional de Irrigação. Dentre as ações promovidas pelo Estado destacamos o Programa de Irrigação do Nordeste (1986), que atinge porções dos Cerrados do Nordeste. A ampliação da área irrigada no país é fruto da articulação estatal, que visa o aumento da produtividade agrícola.

Tabela 1 – Informações sobre o PRODECER – I, II, III (maio/ 1999)

Etapas	Projetos de Colonização	Cooperativas	Municípios	Área total (ha)		Produtores Assentados	Valor do investimento (US\$ mil)	Área irrigada	
								Potencial	Executado
PRODECER I – Piloto (1980)	Mundo Novo	Coopernovo	Paracatu – MG	23.000		48	26.500	2.198	1.635
	Iraí de Minas	Coopamil	Iraí de Minas – MG	9.000		26	11.610	3.030	3.303
	Coromandel	Appecor	Coromandel – MG	6.000		18	4.800	94	94
	Entre-Ribeiros I	Coopervap	Paracatu – MG	10.315		41	17.120	3.424	3.191
	Subtotal			48.315		133	60.030	8.746	7.950
PRODECER II – Piloto (1985-1990)	Brasil Central	Coaceral	Formosa do Rio Preto – BA	15.028		38	24.000	1.800	-
	Ouro Verde	Coproeste	Formosa do Rio Preto – BA	16.404		48	26.000	3.226	-
	Ana Terra	Apparan	Tapurah – MT	18.600		40	22.000	846	846
	Piúva	Cooperlucas	Lucas do Rio Verde – MT	16.717		39	28.000	2.160	-
	Subtotal			66.749		165	100.000	8.032	846
PRODECER II – Expansão (1985 -1993)	Entre-Ribeiros II	Coopervap	Paracatu – MG	10.843		28	23.655	3.000	373
	Entre-Ribeiros III	Coopervap	Paracatu – MG	5.953		20	19.317	2.400	-
	Entre-Ribeiros IV	Coopervap	Paracatu – MG	3.984		10	9.103	1.140	60
	Guardar-Mor	Oeste Mineiro	Guarda-Mor-MG	11.916		37	24.350	4.180	2.000
	Bofinópolis	Coanor	Bonfinópolis – MG	16.588		49	38.300	2.300	1.982
	Buritis	Cooacertis	Buritis – MG	17.004		42	24.200	2.140	60
	Piratinga	Coopertinga	Formoso – MG	20.643		53	41.800	2.698	1.998
	Paineiras	Coacer	Campo Alegre e Ipameri – GO	8.274		29	23.129	1.565	1.445
	Cristalina	Coacer	Cristalina – GO	6.115		16	9.428	590	550
	Buriti Alto	Coopacen	Água Fria - GO S. João D’Aliança - GO Niquelândia - GO Alto Paraíso - GO	15.615		40	35.650	1.345	919
	Alvorada	Copper	Água Claras - MS	22.001		56	26.096	-	-
	Subtotal			138.936		380	275.028	21.358	9.387
	PRODECER III	Gerais de Balsas	Batavo NE	Balsas – MA	40.000		40	60.424	2.050
Pedro Afonso		Coopersan	Pedro Afonso – TO	40.000		40	42.903	2.050	100
Subtotal			80.000		80	103.327	4.100	1.620	
Total				334.000		758	538.385	42.236	19.803

Fonte: YOSHII (2000, p. 29-30). Org. SOUZA. G.V.A (2015)

A iniciativa privada teve papel relevante na constituição do *front* agrícola na região, através do PRODECER, visto que a implantação do projeto nesta porção do território aconteceu

em um momento de crise econômica no país, que atingiu o setor agrícola. Neste sentido, foi fundamental para vigência do programa ações privadas das cooperativas e da Companhia de Produção Agrícola (CAMPO), criada em 1978, a partir da associação entre a *holdings* japonesa JADECO¹⁵ (Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrário), e pela BASAGRO¹⁶ (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial), *holding* brasileira. A CAMPO era constituída por 51% de capital da empresa brasileira e 49% da *holding* japonesa, e foi criada para executar e coordenar o programa, desempenhando nos primeiros anos a função de

[...] levantar, planejar e coordenar o programa; definir a área do projeto; selecionar os participantes do projeto (produtores e cooperativas); elaborar o plano de administração rural, por meio de projeto técnico individual; recomendar e supervisionar a liberação dos recursos de financiamento e administrar os campos das empresas de demonstração e/ou produção e distribuição de sementes. Decorridos três anos da instalação, a assistência técnica ao produtor foi repassada à cooperativa. (BRASIL, 2002, apud, INOCÊNCIO, 2009, p.99).

Consideramos que os investimentos realizados pelo PRODECER, foram o grande impulso modernizador na região, através da aplicação de capitais no processo produtivo, na comercialização e industrialização, bem como no incentivo à pesquisa científica com finalidade de melhorar os produtos. Conforme Bernardes (2009), a Embrapa Soja em conjunto com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (FAPCEN) vem desenvolvendo pesquisas em sub-regiões dos Cerrados Norte e Nordeste desde da década de 1980, fundamentalmente em Balsas (MA). Tal aliança do círculo de cooperação (SANTOS; SILVEIRA, 2011) científico para o agronegócio

[...] permitiu dinamizar a disponibilização de novas cultivares de soja com elevado potencial genético de produtividade, com resistência a doenças e adaptação às diversas condições de solo e clima, resultando na disponibilização de 11 cultivares convencionais e 2 geneticamente modificados. A FAPCEN é responsável pela organização do setor sementeiro, transferindo tecnologia aos cotista multiplicadores e aos sojicultores, realizando a comercialização em toda a região do BAMAPITO. (BERNARDES, 2009, p.23).

¹⁵ Constituída pelos investimentos da Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA) e bancos privados do Japão (INOCÊNCIO, 2010, p. 90).

¹⁶ Formada por capitais do Banco do Brasil e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, IBRASA (subsidiária do BNDE), Companhia do Rio Doce, bem como capitais de bancos privados (INOCÊNCIO, 2010, p.90).

Assim, houve a constituição de uma tecnosfera a partir do adensamento técnico para a produção agrícola (armazéns, sistema de irrigação, máquinas e implementos agrícolas), e uma psicosfera, através do discurso e ideologia de modernização agrícola. Segundo Santos (2002, p.255) a psicosfera é a esfera da ação, que estimula o imaginário e fornece regras à racionalidade, é o “[...] reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido” (SANTOS, 2002, p.256), esta por vez se objetiva em uma tecnosfera, mundo dos objetos, pois estas duas esferas se condicionam de forma mútua e indissociável.

O estabelecimento do agronegócio nos Cerrados Norte/Nordeste ocorre no sentido de inserir os fundos territoriais (MORAES, 2008; 2012) ao circuito capitalista e cumprir, a partir a territorialização do capital, com advento das colonizações do PRODECER em meados da década de 1980, bem como um conjunto de outros interesses públicos e privados foram fundamentais para a instrumentalização desta porção do território para o atendimento das necessidades do Estado e agentes hegemônicos da economia e da política. A partir dos anos 2000, momento histórico em que o agronegócio é acionado para gerar saldos positivos na balança comercial externa, como aponta Delgado (2014, p.93), observamos o grande salto qualitativo e quantitativo desta região no contexto nacional, com expressiva participação no agronegócio.

Esta nova situação fruto de articulações internas para responder demandas externas ao território, é, ao mesmo tempo, resultado das condições externas que implicam em reconfigurações internas no MATOPIBA. “A evolução de um país, uma região, uma localidade, deve, pois, muito ao resultado do entrechoque entre dados externos e internos. A situação de um lugar é, em dado momento, um resultado dessa síntese, permanentemente feita e refeita” (SANTOS, 2014, p.105). Neste contexto, de eventos externos e internos implicando em uma nova configuração espacial, observamos o aprofundamento da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2001) culminando na “commoditização” do território nesta porção do país.

2.4 Agricultura científica globalizada e “commoditização” do território

Conforme Santos (1999a, 2001, 2002), a globalização é sustentada por três fenômenos que se inter-relacionam, são: a convergência dos momentos (unicidade do tempo), unicidade da técnica e o motor único – a mais valia universal. A convergência dos momentos é entendida pela facilidade, rapidez e simultaneidade instantânea em que a informação pode chegar a diferentes lugares. Torna-se “[...] possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria, entre lugares e acontecimentos, uma relação unitária à escala

do mundo” (SANTOS, 1999a, p.9). É a oportunidade de comunicar à distância, de interligar e comandar a produção através das atividades financeiras, que se torna uma informação. Neste período, podemos conhecer distintos eventos (feixes de tempos) em diferentes lugares da Terra, é a possibilidade de percebermos o acontecer planetário. A convergência dos momentos se deve aos progressos técnicos, a partir das redes telemáticas (CASTILLO, 2003), possibilitando a circulação da informação pelos meios de comunicação, grandes grupos empresariais e bancos.

Conforme Santos (2001, p.24), cada período carrega consigo uma família de técnicas, visto que as técnicas se realizam de forma sistêmica, em conjunto com vários objetos técnicos que nunca se concretizam como fato isolado. O atual período é marcado pela técnica da informação – cibernética, *internet*, computadores, fibra ótica, satélites, informática, microeletrônica, entre outros – atingindo (ou como coloca o autor, invadindo) de forma estratégica e seletivamente pontos dos territórios em diversas porções do globo, proporcionando certa “homogeneização” técnica no planeta, pois “À medida que o capitalismo se desenvolve, diminui o número de modelos técnicos, a escolha se torna mais restrita” (SANTOS, 2002, p.190).

O surgimento de novos objetos técnicos não implica no desaparecimento das famílias de técnicas precedentes, “[...] o novo conjunto de instrumentos passa a ser usado pelos novos atores hegemônicos, enquanto os não hegemônicos continuam utilizando conjuntos menos atuais e menos poderosos” (SANTOS, 2001, p.25). Os sistemas de objetos na atualidade possibilitam que a informação produzida em um determinado lugar chegue em diferentes pontos do globo terrestre de forma instantânea (unicidade do tempo), assegurando a existência do capital financeiro e suas conexões em diferentes partes do mundo de forma constante, incessante e imediata¹⁷, viabilizando uma mais-valia mundial.

Entende-se como motor da vida social a mais-valia mundial, devido à “imposição de um mercado global, fundado no intercâmbio global e numa lei do valor universal” (DOS SANTOS, 1993, apud, SANTOS, 1999, p.9). A mais-valia em nível global é assegurada pela ação convergente das grandes organizações (empresas multinacionais e os bancos transnacionais), sejam nacionais ou supranacionais, públicas ou privadas, promovidas pela unicidade das técnicas. Assim, tudo se internacionaliza, a produção, a circulação, o consumo, a cultura, o crédito, o dinheiro, entre outros, devido à atuação sistêmica das grandes corporações

¹⁷Um exemplo simples do contínuo fluxo informacional do capital financeiro pode ser visto pelas bolsas de valores que, “Durante vinte e quatro horas do dia, têm bolsas com pregão funcionando durante 23 horas, ou seja, apenas entre 20:00 hs e 21:00 hs de Brasília, não há bolsas funcionando em algum lugar do mundo” (OLIVEIRA, 2014, p.26).

que regulam a atividade econômica e social dos lugares em todo o planeta (SANTOS, 2002, p.204).

Este processo do qual Santos (2001) avalia, a globalização, atinge o processo produtivo agrícola. Para o autor, visualizamos uma verdadeira agricultura científica globalizada, respondendo aos mesmos imperativos que ditam a dinâmica econômica e política de qualquer atividade produtiva, “onde o dinheiro passa ser ‘informação’ indispensável” (SANTOS, 2001, p.89), uma vez que as condições no atual estágio produtivo são crescentemente tecnificado, cientificizado e informatizado, induzindo ao aumento da produtividade agrícola. Assim, a agricultura científica globalizada possui uma referência em nível global, devido ao caráter competitivo dessa atividade (SANTOS, 2001).

Samuel Frederico (2015) considera que o entendimento de agricultura científica globalizada seja expressão geográfica do agronegócio. É importante reiterar a proposição de agronegócio estabelecido por Guilherme Costa Delgado (2012), que reconhece a estratégica do capital financeiro na agricultura como um acontecimento que historicamente (a partir de 1960, tomando contornos mais aprofundado a partir dos anos 2000) depende dos

[...] mercados organizados – de terras, de crédito, e dos complexos agroindustriais; e como esses mercados dependem essencialmente da regulação (ou desregulação, conforme o caso) e provisão estatal, o capital financeiro na agricultura irá se configurar como virtual pacto da economia política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, tendo em vista viabilizar uma parceria estratégica. (DELGADO, 2012, p.92).

A partir da análise relacional entre os diferentes agentes que compõem o agronegócio, pode-se compreender as estratégias de acumulação da agricultura. Ainda com Delgado (2012), esta proposição supera o entendimento descritivo e técnico da noção tradicional de *agribusiness* (que se aproxima das noções de complexo agroindustriais, cadeias produtivas, complexo rural e *filère*) trabalhado por Davis e Goldberg (1957), esse último não possui poder explicativo para compreender as relações econômicas e sociais do setor agrícola, pois são noções técnicas e “[...] contém fatos e informações, mas não constituem propriamente um conceito seminal, teoricamente explicativo de relações econômicas e sociais determinadas” (DELGADO, p.89-90). Para além da avaliação da relação entre os distintos setores do agronegócio é relevante compreendermos a relação entre os lugares escolhidos para desempenhar essa atividade econômica e fundamentalmente compreendermos como estes agentes estão utilizando o território para a ampliação da acumulação, assim o entendimento de agricultura científica globalizada nos possibilita investigar tal situação.

A agricultura científica globalizada, compreendida como manifestação geográfica do agronegócio do período técnico-científico-informacional (FREDERICO, 2015), é alimentada por uma ideologia perversa, em que o dinheiro em estado puro e a competitividade em estado puro são as bases desta globalização como perversidade (SANTOS, 2001). Entendo o dinheiro em estado puro como acumulação em si mesmo (SANTOS, 2001, p.56), é o capital que “[...] busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedido” (CHESNAIS, 2005, p.35). O dinheiro torna-se um dado onipresente, uma informação indispensável na regulação da atividade que visa ser competitiva, sendo necessário para a agricultura científica globalizada.

Ainda segundo Santos (2001), a competitividade no atual período não possui nenhuma relação de compaixão, tem como norma a guerra. As relações sociais são estabelecidas com um único propósito: a defesa dos interesses próprios de cada empresa e pessoa, fundamentando o egoísmo e o individualismo que é marca da nossa sociedade. “A competitividade se funda na invenção de novas armas de luta, num exercício em que a única regra é a conquista de melhor posição [...] sua prática provoca o afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência” (SANTOS, 2001, p.57). A competitividade não é um atributo apenas das pessoas e empresas, esta ideologia torna-se fundamento dos lugares e regiões a partir da distribuição desigual da densidade normativa e técnica. Neste sentido a proposição de regiões competitivas (CASTILLO, 2008) configura-se como uma elaboração conceitual acertada para compreendermos as compartimentações geográficas resultantes da globalização contemporânea.

As regiões competitivas estão relacionadas com a especialização territorial produtiva, influenciadas por parâmetros de custo e qualidade internacionais. Segundo Oliveira (2014, p.28), uma das marcas da mundialização do campo brasileiro é a produção de *commodities*, assim, o surgimento da especialização regional dá-se através da produção de *commodities* agrícolas e/ou minerais (CASTILLO, 2009, p.8). Como assevera Castillo (2011a, p.340), precisamos ultrapassar o entendimento clássico de *commodities* compreendido como “[...] produto primário ou semielaborado, mineral ou agrícola, padronizado mundialmente, cujo preço é cotado nos mercados internacionais, em bolsas de mercadoria”. Devemos considerá-las como fenômeno financeiro, econômico e sobretudo como fato político, capaz de estabelecer diretrizes de ordenamento territorial através do estabelecimento de políticas de Estado.

Diante desta conjectura, as *commodities* devem ser compreendidas como fenômeno resultante das condições materiais e fundamentalmente das articulações políticas que

conseguem promover a especialização territorial produtiva tornando os lugares vulneráveis às oscilações da dinâmica econômica internacional.

A situação geográfica (SILVEIRA, 1999) que visualizamos no MATOPIBA é exemplar de uma região competitiva agrícola, pois essa porção do território vem sofrendo um profundo processo de especialização produtiva regional a partir da produção de *commodities* agrícolas, em especial a soja. A partir dos anos de 1990 observamos o crescimento da quantidade de produtos agrícolas para exportação, sobretudo os grãos como soja e milho, bem como o algodão, que alcançam significativo aumento a partir dos anos 2000 (Tabela 2).

Tabela 2 – Quantidade produzida, área colhida e valor da produção das principais commodities agrícolas no MATOPIBA

Quantidade produzida (toneladas)				
Cultivos	1990	2000	2014	Crescimento relativo entre 1990 e 2014
Soja	260.624	2.208.221	8.642.199	3.215%
Milho	189.796	1.319.112	5.292.925	2.688%
Algodão herbáceo	8.920	124.262	1.288.536	14.345%
Área colhida (hectares)				
Cultivos	1990	2000	2014	Crescimento relativo entre 1990 e 2014
Soja	403.070	904.995	3.291.778	716%
Milho	499.856	486.739	1.073.853	114%
Algodão herbáceo	16.295	41.574	357.798	2.095%
Valor de produção (R\$ mil)				
Cultivos	1994	2000	2014	Crescimento relativo entre 1994 e 2014
Soja	170.445	581.933	8.192.283	4.706%
Milho	79.293	228.345	2.114.586	2.566%
Algodão herbáceo	2.642	82.197	3.331.552	126.000%

Fonte: PAM/IBGE (2016). Org.: SOUZA, G.V.A. (2016)

Segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE, 2016), a produção de soja em 1990 foi de aproximadamente de 300 mil ton, passando para quase 8,6 milhões de ton, em 2014. Ainda destacamos que aproximadamente 11% da soja produzida no Brasil em 2014 foi colhida na região do MATOPIBA, quantidade expressiva se considerarmos que em 1990, esta mesma produção representava cerca de 1% da produção nacional.

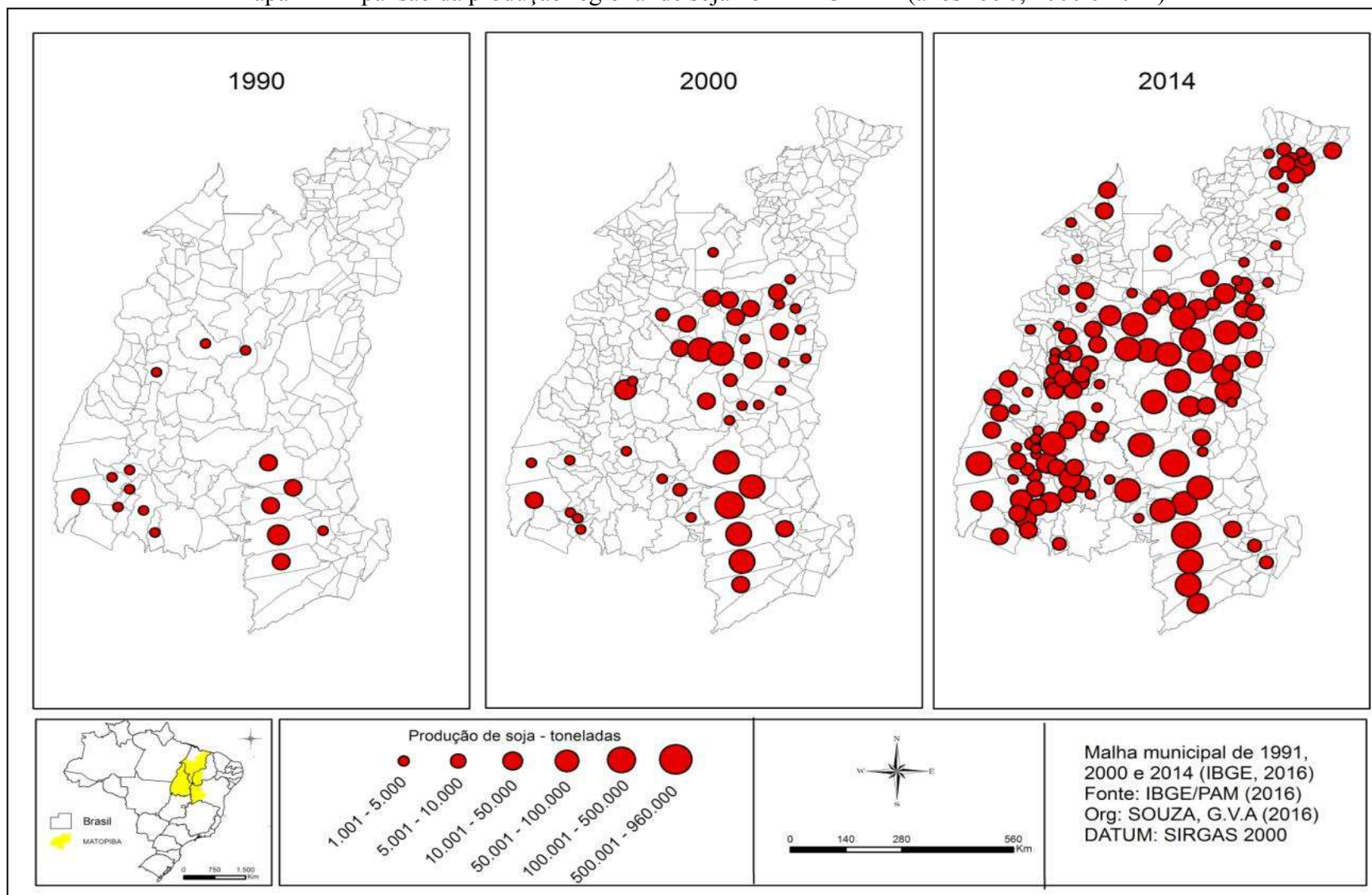
A quantidade produzida de milho, assim como a de soja, vem passando por significativo aumento em sua produção. Em 1990, a quantidade produzida era de quase 190 mil

ton, crescendo para quase 5,2 milhões de ton em 2014 (Tabela 2). A área colhida de milho entre 1990 e 2014 aumentou cerca de 115%, acima do crescimento brasileiro que foi 35%. Percebemos que no MATOPIBA há a expansão concomitante da arena da produção, compreendida como aumento dos hectares da produção propriamente dita, bem como da área de produção considerada como o “[...] espaço utilizado para a produção de um determinado produto, desde a produção em si até o consumo final” (CASTILLO; FREDERICO, 2010a, p.469), visto que parte da produção é enviada para o mercado externo.

Mesmo que a produção e área colhida do algodão na região seja quantitativamente menor se comparada as outras *commodities* agrícolas de exportação, esta foi a *commodity* que mais cresceu em termos relativos tanto na quantidade produzida, área colhida e valor (Tabela 2). Contudo, a produção de algodão no MATOPIBA está concentrada no Oeste baiano, somente esta sub-região foi responsável por 66% da área colhida no MATOPIBA. Cabe destacar que o cultivo de algodão no Oeste baiano não possui relevância apenas no MATOPIBA, é a segunda maior região produtora desta *commodity* no país, ficando atrás apenas da região norte mato-grossense que produziu pouco mais de 1,3 milhões de toneladas em 2014 (PAM/IBGE, 2016).

Sem dúvida a soja é a *commodity* que mais contribui com a economia regional, tendo em vista que a produção obteve um valor de R\$ 8 bilhões em 2014. Neste sentido a produção de soja é o carro-chefe na abertura do *front* agrícola, conforme aponta Bernardes (2009, p.13). Segundo dados do IBGE (2016), em 1990 apenas 6 municípios obtiveram produção de soja acima de 10 mil toneladas, maior parte localizados no Oeste baiano com destaque para São Desidério que produziu quase 92 mil ton; na década seguinte a quantidade de municípios com esta quantidade produzida chegou a 21, a importância do Oeste da Bahia foi ainda maior, pois somente Barreiras e São Desidério colheram quase 1 milhão de ton de soja, contudo a expansão da produção atingiu várias porções do MATOPIBA como alguns municípios do Piauí (Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro), Tocantins (Pedro Afonso, Formoso do Araguaia e Campos Lindos) e em especial o sul do Maranhão (Balsas, Tasso Fragoso, Sambaíba, Riachão, entre outros); e por fim, em 2014 a produção de soja superior a 10 mil ton ocorreu em 85 municípios em diversas sub-regiões do MATOPIBA, chegando a áreas mais ao norte da região como os municípios maranhenses de Brejo, Anapurus, entre outros (Mapa 1).

Mapa 1 – Expansão da produção regional de soja no MATOPIBA (anos 1990, 2000 e 2014)



Percebe-se que há uma “commoditização” regional decorrente das articulações políticas e técnicas, bem como do aumento dos nexos estabelecidos pelas grandes empresas do agronegócio, agroindústrias e *tradings*, reguladas por lógicas globais. A instalação destas empresas, responsáveis pela comercialização e algumas pela industrialização de grãos, provocam a complexização das redes agroindustriais na região do MATOPIBA, que são fundamentais para a conformação de um novo arranjo produtivo agrícola (ELIAS, 2006b, p.224), propiciando a intensificação da divisão territorial do trabalho, bem como a especialização regional na produção de *commodities*.

O surgimento de vários eventos sociais foi indispensável para a conformação da situação geográfica em tela. Diante desta conjectura, de crescimento produtivo e econômico do agronegócio no MATOPIBA, o Estado vem articulando estratégias específicas para esta região, com propósito de tornar essa porção do território nacional mais racionalizada à atividade hegemônica. Dentre as articulações mais recentes provindas do esforço estatal destacam a criação do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), vinculado a Embrapa, que foi fundamental para construir as bases para a confecção do Plano de Desenvolvimento Agrícola para o MATOPIBA. Tais estratégias estatal serão analisadas no próximo item.

2.5 A informação como ferramenta para a definição de uma região do agronegócio: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE)

Segundo informação publicada pela revista Dinheiro Rural (ONDEI, 2015), o coordenador do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Embrapa, Evaristo Miranda, vem realizando pesquisa na área dos Cerrados Norte e Nordeste desde a década de 1980, quando era membro da Embrapa Semiárido. Conforme Evaristo Miranda, “Na época, nós estávamos em busca de áreas com potencial para a produção de alimentos [...] Foi daí que surgiu o zoneamento agrícola para a soja, no Nordeste, quando poucos acreditavam nela como uma cultura de peso para a região” (ONDEI, 2015). No âmbito propriamente político, observamos uma primeira organização nos anos 2012, quando o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou uma portaria com o objetivo de criar um grupo de trabalho para desenvolver estudos sobre o MATOPIBA¹⁸ – portaria nº 269, de 3 de abril de 2012. Este grupo foi composto por representantes do poder executivo a partir de secretárias do MAPA, instituições como a CONAB e a Embrapa. Assim, percebemos que um conjunto de

¹⁸ MATOPIBA é o acrônimo das primeiras sílabas dos quatros estados que constituem esta porção do território (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

especulações e interesses sobre esta região dos Cerrados estavam sendo orquestrados desde a década de 1980, com apoio dos estudos técnicos realizados pela Embrapa.

O GITE foi criado em 2013, pela Embrapa, com a finalidade de ser um grupo de pesquisa “voltado para a temática do planejamento e do monitoramento territorial do uso e da ocupação das terras no Brasil, com ênfase na agricultura” (GITE, 2016). Este grupo possui um banco de dados cartográfico e icnográfico (imagens de satélites, fotos aéreas, entre outros) de todo o território brasileiro, contendo informações necessárias para realizar diagnósticos sobre o quadro natural, condições de infraestrutura, situação agrícola, agrário e o socioeconômico. Os diagnósticos são, em alguns casos, bases para norteamento de ações governamentais, para o planejamento políticas formuladas por órgãos públicos (MAPA, MPOG e MDA)¹⁹ e setor privado. Entre os trabalhos desenvolvidos por este grupo de pesquisa, podemos destacar o acompanhamento das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estudos sobre o impacto da colheita mecanizada de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e o projeto para o MATOPIBA.

Em 2014 o GITE juntamente com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário), estabeleceram uma cooperação técnica para realização de estudos baseados na “Inteligência Territorial Estratégica” (ITE) para o levantamento e confecção de uma base de dados territoriais sobre o MATOPIBA. Em entrevista à revista da Embrapa, Evaristo Miranda expõe que os estudos de ITE consideram um conjunto de fatores para propiciar o desenvolvimento da agricultura, buscando “[...] os melhores caminhos para que ela (agricultura) possa progredir e para que os produtores rurais tenham o melhor retorno do seu trabalho [...], a inteligência e a gestão territorial focam não só o presente, mas também perspectivas de futuro, desenham cenários evolutivos possíveis” (MIURA, 2016, p.1), com interesse de apresentar o “retrato territorial da agricultura em muitas dimensões temáticas (solo, água, vegetação, cultivos), bem como em termos temporais (evolução) e ainda em muitas escalas espaciais (detalhe de uma fazenda, de um vale ou de uma região geoeconômica)” (MIURA, 2016, p.1). Portanto,

A ITE pode ser entendida como um conjunto de ferramentas e métodos aplicados para a compreensão de um território em sua totalidade, através da integração de informações provenientes de diferentes bancos de dados. Essas informações integradas servirão para apoiar a tomada de decisão para o desenvolvimento territorial. (EMBRAPA, 2016).

¹⁹ Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Uma estratégia criada pelo grupo de pesquisa da Embrapa (GITE), a partir dos estudos de ITE, para a produção de um banco de dados integrado deu-se através da criação do Sistema de Inteligência Territorial Estratégica (SITE) específico para o MATOPIBA. Para os elaboradores da proposta da delimitação regional do MATOPIBA, os estudos realizados para a região não servem, apenas, para confecção de diagnósticos e relatórios de caracterização territorial, pois o planejamento territorial do MATOPIBA necessita de um SITE “[...] capaz de apoiar diversos zoneamentos, diagnósticos e aplicações, bem como a geração e a simulação de cenários em função dos interesses e necessidades das instituições públicas e privadas que atuam na região (GITE, 2014c, p.3).

Por ser fruto de estudos da ITE o SITE segue os mesmos eixos estruturantes dessa pesquisa (quadro natural, agrário, agrícola, infraestrutura e socioeconômico) agregando dados governamentais de vários institutos, e têm como base para elaboração cartográfica as normas do IBGE e da INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. Para a equipe técnica do GITE, o grande diferencial desse sistema de informação (SITE) é a possibilidade de integrar as inúmeras informações inseridas nesse banco de dados, indo além da sobreposição e armazenamento. Somando a isto, o SITE tem a capacidade de inserção contínua de novos dados o que torna esse sistema uma “[...] ferramenta eficiente e essencial para ações de planejamento e gestão territorial” (GITE, 2014c, p.5).

Mesmo demonstrando certo interesse com a dinâmica territorial da atividade agrícola, os estudos baseados na noção de Inteligência Territorial Estratégica tem como essência o propósito de confeccionar diagnósticos através de levantamentos, enumeração e mapeamento das condições agrícola da região. Neste sentido é um estudo que visa mostrar a configuração territorial²⁰ da região em estudo, deixando de lado as relações sociais que dinamizam e atribuem funcionamento à configuração territorial a partir do uso do território, ou seja, não considera o território (o espaço banal) ou as dinâmicas territoriais como um fato político (SANTOS, 2005). Assim, o estudo de ITE figura como uma ferramenta para a ampliação do capital dos agentes hegemônicos, visto que responde a várias “perguntas”:

É como se o interessado tivesse um técnico à sua disposição para dizer qual é o melhor lugar para plantar determinada espécie; onde existem problemas de erosão; quais são as melhores localidades para implantar uma rede de fomento agrícola ou para investir em irrigação, armazenagem e logística. (MIURA, 2016, p.1).

²⁰ “A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (SANTOS, 2002, p.62).

A partir da ITE e da criação do SITE foram elaborados diagnósticos com informações sobre as características físico-naturais, a quantidade de comunidades quilombolas, aldeias indígenas, áreas de proteção ambiental e assentamentos de reforma agrária presentes na região. Teve como pressupostos para a delimitação territorial do MATOPIBA “[...] bases multifatoriais, contemplando as dimensões agroecológicas e socioeconômicas [...] a partir de dinâmicas do tempo passado e do presente” (GITE, 2015a). Os critérios utilizados para a delimitação desta região foram: a configuração do quadro natural (biomas, cobertura vegetal, clima, geologia, relevo, pedologia, hidrografia, recursos minerais e energéticos), quadro agrário (unidades de conservação, terras indígenas, áreas quilombolas, assentamentos agrários), quadro socioeconômico (estabelecimentos agropecuários – área e renda, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, população total, rural e urbana, Produto Interno Bruto – PIB), e infraestrutura (energia, rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovias e porto) (GITE, 2015a).

O cruzamento destas informações, via procedimentos computadorizados, produziu o recorte espacial que engloba 337 municípios dos estados do Maranhão (135), Tocantins (139), Piauí (33) e Bahia (30), correspondendo a aproximadamente 9% do território brasileiro (Mapa 2). O recorte territorial proposto pela Embrapa e reconhecido pelo Estado brasileiro em 2015 para o MATOPIBA é composto por todo o estado do Tocantins (38% ou 27.772.052 hectares), porções Sul e Leste do Maranhão (cerca de 33% ou 24 milhões de hectares), o Oeste baiano (com mais de 13 milhões de hectares – representando cerca de 11% da região), e porção Sudoeste do Piauí 11% (com um pouco mais de 8 milhões de hectares). O principal critério para a delimitação desta região foi a ocorrência de áreas de Cerrados, bioma esse que representa cerca de 91% da área do MATOPIBA, seguido pelo bioma Amazônia (7,3%) e com mínima área de Caatinga (1,7%) (GITE, 2015).

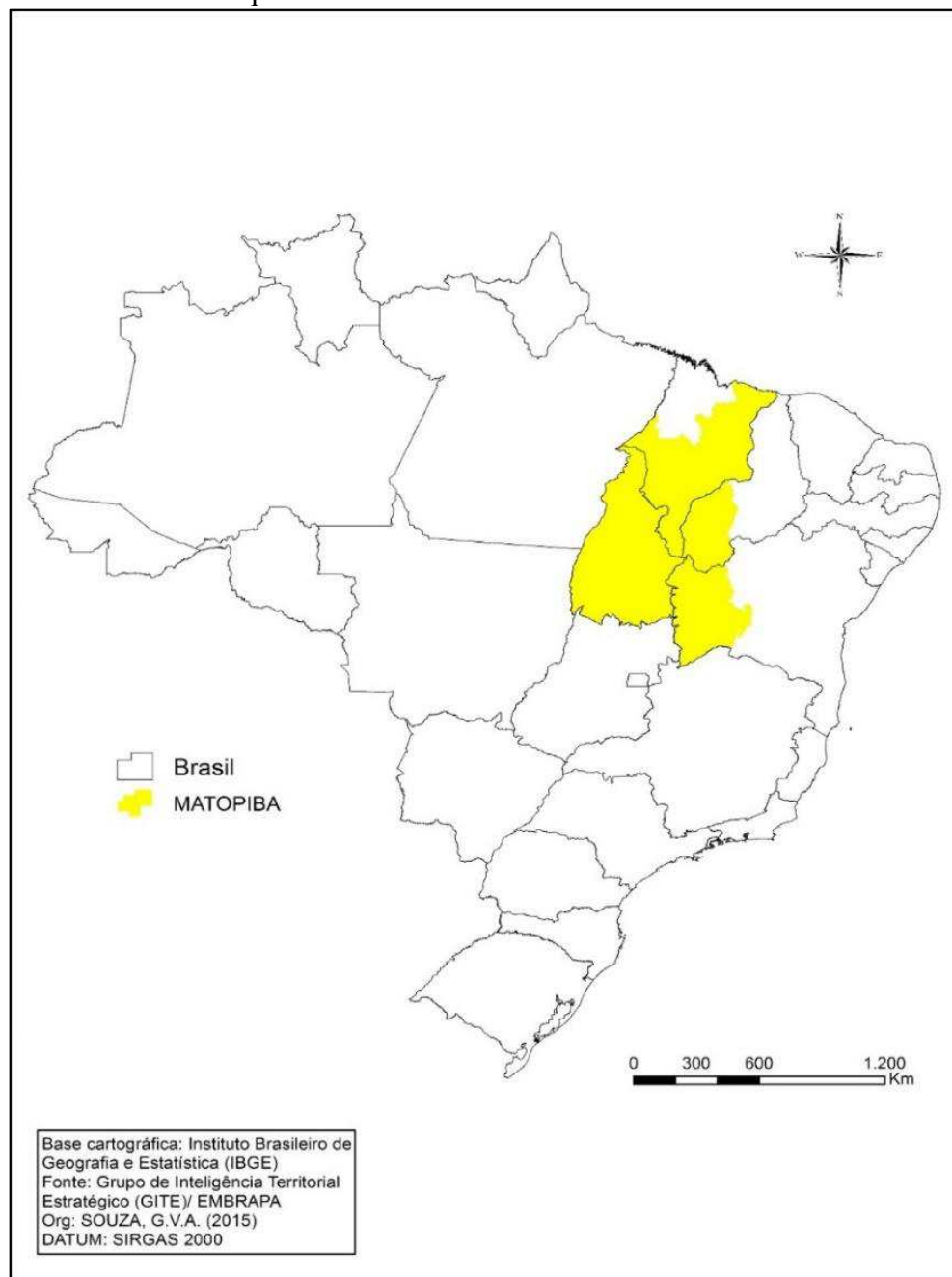
Um dos resultados deste estudo técnico (ITE) foi a elaboração do MATOPIBA GeoWeb²¹ (lançado em dezembro de 2015), que nos parece exemplificar a efetivação do SITE, onde são armazenados e integrados os dados e toda a sistematização de informações sobre a região feito pelo GITE. Na visão de Evaristo Miranda, o GeoWeb

[...] auxiliará a tomada de decisão de governantes e subsidiará estudos e projetos de **empresas e investidores privados** e de instituições de ensino superior, sendo, portanto, uma **ferramenta estratégica** que pode ser usada nos programas do Ministério da Agricultura para o desenvolvimento agropecuário da região (EMBRAPA, 2015, grifo nosso),

²¹ <https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/matopiba/index.html> Acesso em: 03 out. 2016

Isto nos demonstra que a ITE se trata de um estudo voltado para atender interesses específicos para o “desenvolvimento” agrícola regional do MATOPIBA, sobretudo os interesses do setor privado. Este sistema *online* de informação geográfica (MATOPIBA GeoWeb) contém mais de 200 bases de dados, agregando informações como a quantidade de pivôs centrais, disponibilidade de armazenamento, condição logística (rodovias e ferrovias), distribuição populacional, produto interno bruto dos municípios, entre outros; em síntese contém dados sobre os cinco grandes eixos que caracterizam o estudo de Inteligência Territorial Estratégica – quadro natural, agrícola, agrário, infraestrutura e socioeconômico.

Mapa 2 – Recorte territorial do MATOPIBA



A partir desta exposição, percebemos o quanto há uma construção técnico-científica para promoção e a instrumentalização do território através de uma ação informatizada (SANTOS, 2002), alcançada através do trabalho fomentado por um órgão de pesquisa de grande destaque no país, que é a Embrapa. Estes estudos apontam lugares/regiões viáveis para a atuação agrícola moderna, identificando “os polos de desenvolvimento existentes e potenciais; e delinear o cenário geral, identificando oportunidades, necessidades de avanço de conhecimento e de desenvolvimento tecnológico” (GEOWEB, 2016).

A ferramenta de Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e seus desdobramentos também sinalizam áreas favoráveis para implantação de objetos técnicos indispensáveis para os circuitos espaciais produtivos (SANTOS; SILVEIRA, 2011) como os sistemas de armazenamento, demonstrando, assim, a condição de infraestrutura logística da região. Esta conjuntura é reveladora do quanto a informação é de fato um elemento caracterizador do atual período de globalização, pois as ações e os objetos são portadores de informações que por sua vez são carregados de intenções e ações bem definidas (SANTOS, 2002).

Cria-se uma densidade informacional sobre o MATOPIBA, sinalizando as potencialidades para a expansão do agronegócio nesta região, ou seja, apontando os espaços estratégicos para o aumento da riqueza do setor agroindustrial, do mercado de terras, do sistema de crédito rural (via Estado e corporações) e da atividade agrícola propriamente dita, em busca de estratégia de capital financeiro, características marcantes da atual configuração do agronegócio (DELGADO, 2012). Conforme Santos (2002, p.257), “a densidade informacional nos indica o grau de exterioridade do lugar e a realização de sua propensão a entrar em relação com outros lugares, privilegiando setores e atores”. Partindo desta perspectiva, apreende-se que o adensamento de informações sobre o MATOPIBA é um instrumento que permite tornar essa porção do território brasileiro integrada aos interesses globais, permitindo a atuação mais aprofundada dos agentes hegemônicos (*tradings* agrícolas) que, em parte, são responsáveis pela implantação de novas cargas de racionalidade ao lugar.

Esta densidade informacional alimenta uma psicosfera que pode ser perceptível pelo discurso que, em alguns casos, soam de forma exagerada, que compreendendo o MATOPIBA como uma “[...] região de **maior dinâmica (da) agricultura do Brasil** e maior fronteira agrícola da atualidade” (INCRA, 2014, grifo nosso) ou como sendo “a **última fronteira agrícola em expansão do mundo**” (BRASIL, 2015a, grifo nosso)²². Podemos inferir que o

²² Este discurso que enquadra os Cerrados do MATOPIBA como “última” fronteira agrícola do mundo é propagado desde os anos 2000 quando o ministro da agricultura da época (Marcos Vinícius Pratini de Moraes) narrou que “Somos a última fronteira agrícola do mundo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2000).

GITE, a partir de seus diagnósticos, torna-se uma agência cuja finalidade é a formulação de informações especializadas para atender interesses precisos, que são voltados para o adensamento técnico (tecnosfera) bem como na formulação de discursos (psicosfera) que legitimem ações territoriais no MATOPIBA, pois “As ações necessitam de legitimação prévia para ser mais docilmente aceitas e ativas na vida social e assim mais rapidamente repetidas e multiplicadas” (SANTOS, 1994, p.51).

A edificação do discurso de viabilidade territorial no MATOPIBA, para o aprofundamento do agronegócio, é nutrida por um dos maiores articuladores desta proposta, Evaristo Miranda. Para o diretor do GITE, há uma coexistência harmoniosa/pacífica entre pequenos produtores e a produção em larga escala²³, formula-se o discurso de uma região sem conflitos fundiários, em que os pequenos produtores não figuram como problemas para os investimentos que visam produzir de forma intensiva na região. Compreendemos que esta leitura sobre a realidade da região dá-se de forma míope, pois as áreas de expansão capitalistas são palcos de relações conflituosas estabelecidas entre as frentes de expansão e frente pioneira (MARTINS, 2014).

Esta relação “harmoniosa” exposta por Evaristo Miranda, parece ser uma tentativa de construir uma fabulação (a partir da esfera das ideias) de uma região propícia para agentes dispostos a investir no MATOPIBA, cuja garantia do retorno do capital é dada como quase certa diante deste “cenário único” no país. Como expõem Vicente Ferraz²⁴, o “Matopiba é um bom negócio, para quem pensa no longo prazo” (ONDEI, 2015).

Toda essa articulação técnico/científica promovida pelo grupo de pesquisa da Embrapa (GITE) foi fundamental para a conformação de uma proposta política criada pelo Estado, com vista de fortalecer e incentivar a expansão do agronegócio nesta região. A proposta em questão é o Plano de Desenvolvimento Agropecuário para o MATOPIBA, que expõem as intenções e as expectativas sob esta porção do território brasileiro.

Na fala anterior, Marcos Morais se referiu aos Cerrados nordestinos, e tal situação aponta que o Estado brasileiro já vinha construindo uma psicosfera sob esta região agrícola há algum tempo.

²³ Discurso pode ser encontrado na reportagem “Valor da Terra” redigido por Vera Ondeí e publicado na revista Dinheiro Rural (2015). Disponível em: <http://dinheiro rural.com.br/secao/capa/terra-de-valor>.

²⁴ Vicente Ferraz é consultor da FNP Informa Economics - revista especializada no setor e que realiza levantamentos detalhados sobre o mercado de terras que são publicados no Agrianual.

2.6 O Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) – MATOPIBA: a produção de uma região como ferramenta e a viabilização do território ao agronegócio

Em maio de 2015 foi promulgado o decreto nº 8.447, que cria o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) – MATOPIBA. Este plano é o reconhecimento do Estado sobre a importância estratégica desta região agrícola para o país, demonstrando a necessidade de elaboração de ações para tornar as condições materiais e imateriais ainda mais competitivas nesta região. Conforme Limonad (2015), uma regionalização pode fundamentar reflexões teóricas ou servir para o atendimento das necessidades impostas por ações políticas, uma prática para o desenvolvimento do planejamento. Ressaltando que o planejamento é antes de tudo e sobretudo uma ferramenta indispensável para a ampliação da riqueza dos agentes hegemônicos da economia capitalista, “a função do planejamento é garantir, dentro da lei e da ordem, um mínimo de segurança e de estabilidade, é proteger a segurança física das pessoas e da propriedade, é promover e estimular o investimento privado” (TINBERGEN, 1959, p.15-18 apud SANTOS, 2007a, p.14), perpetuando e ampliando as disparidades sociais do país.

O PDA – MATOPIBA é uma ação estatal que visa criar uma região planejada para o desenvolvimento do agronegócio, sobretudo para atender aos anseios dos agentes hegemônicos, exemplificando aquilo que Ana Clara Torres Ribeiro (2015) denominou “regionalização como ferramenta”, visto que esta conformação espacial é resultado das forças econômicas e políticas que dominam o território, fomentadas principalmente pelo Estado e pelas corporações. Ou seja, a região torna-se uma “ferramenta”, uma “peça fundamental” à operacionalização do modelo de acumulação pautado na exportação de *commodities*.

Assim, a regionalização como ferramenta é fruto de ações hegemônicas do presente que possuem interesses políticos e econômicos que estimulem a competitividade regional, visando a inserção da atividade local à economia globalizada. A regionalização como ferramenta é fundamentada quando recortes espaciais assumem a “[...] forma-conteúdo, historicamente determinada, do planejamento conduzido pelo Estado” (RIBEIRO, 2015, p.196). Ou seja, é quando ações desenvolvidas pelo Estado através de políticas de planejamento buscam tornar determinadas porções do território ainda mais racionais às necessidades dos agentes hegemônicos. Portanto, a regionalização como ferramenta é resultante da relação de poder, de um agir estratégico e instrumentalizado, que busca o estabelecimento de nexos solidários cada vez mais verticalizados (SANTOS, 2005) com lugares/regiões distantes.

O PDA – MATOPIBA possui o objetivo de “promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e

pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (BRASIL, 2015b, p.1). O Plano está ancorado nos dois ideários característicos do capitalismo da atualidade: o discurso de “desenvolvimento sustentável” e o de competitividade, duas lógicas totalmente opostas, mas que interagem para a promoção de uma psicosfera para a racionalidade global (CASTILLO, 2011a), e a propagação deste ideal é realizada pelo Estado brasileiro através de instituições como a Embrapa.

O Matopiba é peça-chave para o desenvolvimento da agricultura e para a segurança alimentar do País. "O **investimento na produção sustentável** na região do Matopiba será fator de **segurança alimentar para o Nordeste**, assolado por secas que matam as plantas de sede e os animais de fome", apontou o presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, que prevê com o crescimento do agronegócio um valioso desenvolvimento social para a região. "Ganhará o Matopiba e o Brasil como **um todo com desenvolvimento regional mais equilibrado, geração de mais empregos e renda, e menos perdas na pecuária do Semiárido**", ressalta Lopes. (EMBRAPA, 2014).

Somando ao discurso feito pelo presidente da Embrapa, de como o agronegócio pode ser um elemento importante para o “desenvolvimento” sustentável para a região, destacamos novamente a narrativa do Evaristo Miranda. Nas palavras do coordenador do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE)²⁵, uma das primeiras ações para preservação dos Cerrados dá-se a partir da delimitação das unidades de conservação e na demarcação das terras indígenas que juntas somam quase 11 milhões de hectares dos 66 milhões de hectares de Cerrados presentes no MATOPIBA. Para o pesquisador, esta é uma situação regional ímpar no país, pois em nenhuma outra região geoeconômica dos Cerrados há tantas áreas de preservação ambiental. Outro ponto que Miranda considera extremamente importante para a conservação do domínio morfoclimático de Cerrados dá-se através das imposições do código florestal, que exige uma área destinada à conservação da mata nativa (20% da propriedade rural, das fazendas localizadas nos Cerrados). Esta porcentagem da reserva legal aumenta para 35% em regiões da Amazônia Legal, e cerca de 60% do MATOPIBA está em área da Amazônia Legal. Assim, o técnico do GITE diz:

Se toda a cobertura de Cerrados do MATOPIBA na Amazônia Legal (32 milhões de hectares) fosse, um dia, ocupada apenas pela agricultura, o que está muito longe de ser o caso, mais de 11 milhões de hectares seriam preservados nas áreas de reserva legal (28%). No restante (fora da Amazônia

²⁵ Esta discussão pode ser encontrada nos seguintes sítios: <<http://www.evaristodemiranda.com.br/postagens/Cerrados-a-salvacao-na-lavoura/>> Acesso em: 05 out. 2015; <<http://www.evaristodemiranda.com.br/artigos-tecnicos/agricultura-preservacao-no-matopiba/>>. Acesso em: 05 out. 2015.

Legal), os 20% de preservação dos Cerrados em imóveis rurais potencialmente representam 4,6 milhões de hectares e 17% da área total. (MIRANDA, 2015a).

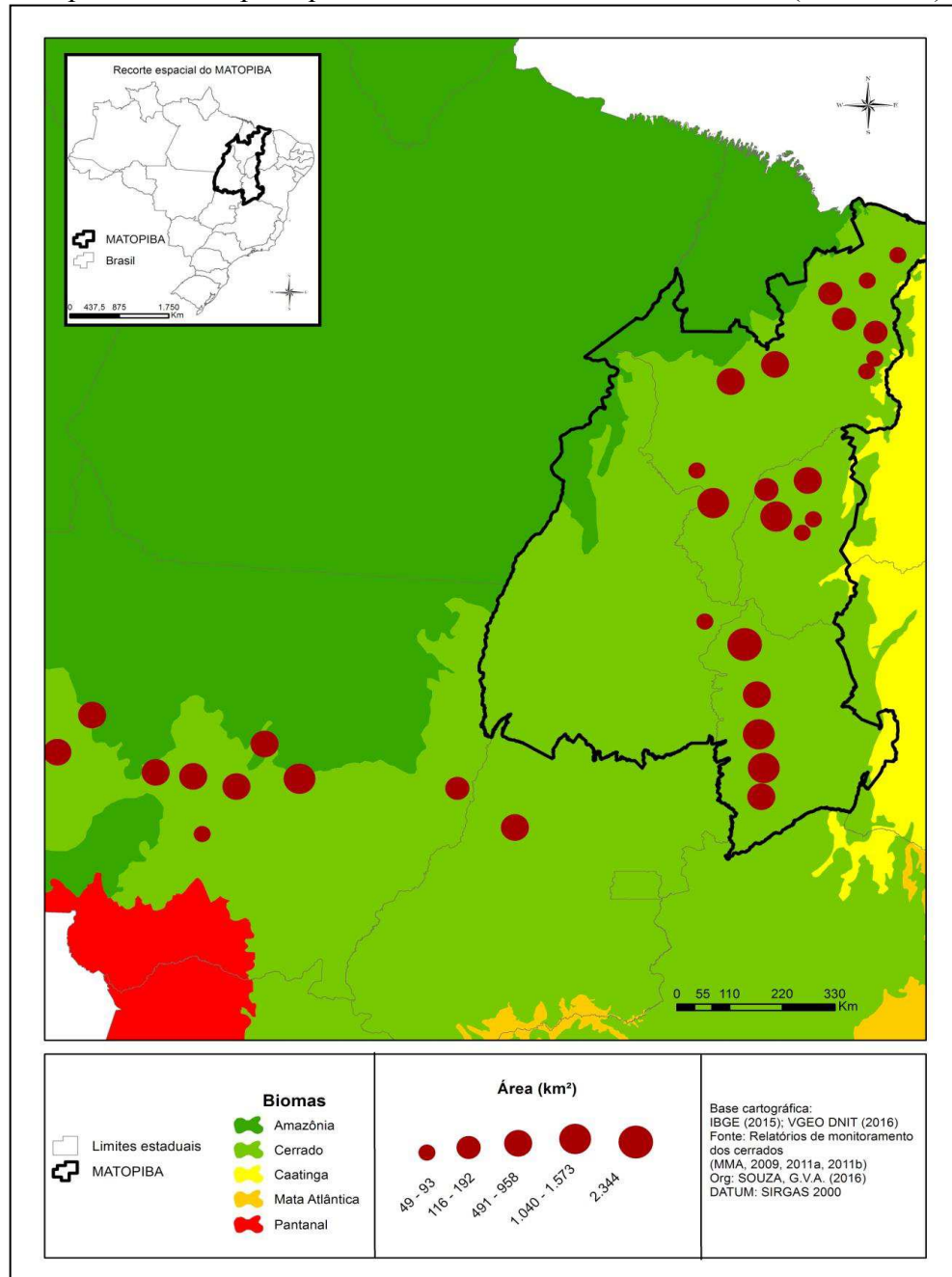
Diante da imposição legal (código florestal) Evaristo Miranda compreende que o agronegócio proporcionará a conservação dos Cerrados a partir das reservas legais, visto que “Existem potencialmente mais Cerrados a serem preservados como reserva legal das propriedades rurais do que em todas as áreas protegidas existentes no MATOPIBA” (MIRANDA, 2015a). Trata-se um discurso respaldado na análise do código florestal, que tem como intenção demonstrar uma falsa ideia de relação harmoniosa entre agronegócio e preservação ambiental, ou ainda pior, de como o agronegócio é uma atividade que manterá a conservação deste ambiente. Um contra-argumento para desmistificar a tese defendida por Miranda é que, justamente os municípios que mais desmataram os Cerrados entre 2002 e 2010 (momento histórico onde observamos a expansão do *front* agrícola nesta região de forma intensa) estão localizados no MATOPIBA (Mapa 3), com desmatamento total de 50 mil km² nos quatro estados que compõem esta região (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009; 2011a; 2011b).

Conforme Orioli e Camargo (2000), o desmatamento está entre os principais problemas ambientais provocados pela agricultura nos Cerrados. Esta atividade econômica gera a diminuição da biodiversidade da fauna e flora, erosão dos solos, contaminação do solo e de recursos hídricos em superfície e subsuperfície (com o uso inadequado e intensivo de fertilizantes e agrotóxicos), assoreamento de curso d’água, entre outros. Estes impactos ambientais atingem as populações tradicionais, visto que a escassez ou deterioração destes recursos implica no cerceamento das possibilidades de realização de suas práticas sociais no campo, deste modo “os impactos ambientais não devem ser considerados como estritamente destruidores de bens naturais, pois afetam comunidades com formas violentas de expropriação e migração forçada” (PITTA; MENDONÇA, 2015, p.41).

O Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA traduz-se em uma estratégia de viabilização do território (SILVEIRA, 2003), que “inventa” uma região potencialmente apta à atividade agropecuária moderna. Conforme Silveira (2003, p.414), as “compartimentações do território são formas de valorização feitas, crescentemente, pelas firmas, mas com a ajuda de um poder público devotado a ‘inventar’ a viabilidade do território para as empresas”. E esta viabilidade territorial é fundamentada pela flexibilidade organizacional (SILVEIRA, 2003), que pode ser expressa pelos esforços de invenção de uma região para o agronegócio, como parece ser o caso do MATOPIBA. Ainda segundo a autora, a

flexibilidade organizacional pode ser compreendida pela criação, via Estado, de uma série de normas que abrandam (tornam facilitadas) as condições jurídicas-políticas para que as grandes corporações possam desempenhar suas atividades com maior lucro. Portanto, trata-se de uma flexibilidade organizacional que privilegia sobretudo os atores hegemônicos da economia, tratando-se de uma flexibilidade setorial (SILVEIRA, 2003).

Mapa 3 – Municípios que mais desmataram o bioma Cerrado (2002-2010)



Além da questão normativa da flexibilidade organizativa para a atividade hegemônica, o Estado é fundamental para a constituição da base técnica que permita maior fluidez às

necessidades das corporações. A fluidez torna-se um elemento essencial no atual período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2001, 2002), visto que a produção, distribuição e consumo tornam-se cada vez mais acelerados. Em áreas de *fronts* agrícolas, caso do MATOPIBA, a atuação do Estado para constituição de sistemas de engenharia possui peso ainda maior. Estas áreas possuem densidades técnicas rarefeitas, rodovias, ferrovias, energia, comunicação – telefonia e internet, o que constitui um problema para a fluidez corporativa. Assim, cabe ao Estado dotar o território de novos objetos geográficos para viabilizar e aumentar a fluidez de pessoas, mercadorias, ordens e informação. Estas ações que possibilitam maior densidade técnica e normativa nas regiões, são condições de viabilização do território para o uso corporativo. Portanto as densidades técnicas, informacionais e normativas são indispensáveis para essa invenção da viabilidade (SILVEIRA, 2003) da agropecuária moderna.

No MATOPIBA, esta flexibilidade organizacional é a própria invenção da compartimentação territorial para o agronegócio, por meio da oficialização desta região como área de interesse Estatal. Somando este elemento, há um conjunto de intencionalidades que visa dotar o MATOPIBA com um conjunto de objetos técnicos para aumentar a fluidez territorial. Estas intenções são expressas nas seguintes diretrizes do PDA-MATOPIBA:

- I – desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias;
- II – apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias;
- III – ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais. (BRASIL, 2015b).

A primeira diretriz demonstra a preocupação em melhorar e expandir a infraestrutura logística da região, visto que no contexto da globalização as “esferas da produção e da troca tornam-se geograficamente dispersas, fazendo da circulação uma prioridade e um campo de atuação estratégica de Estados e empresas” (CASTILLO; FREDERICO, 2010a, p.461). Desta forma, as infraestruturas logísticas são um dos pontos centrais do plano para o MATOPIBA. Esta região está inserida no eixo Centro-Norte de exportação, possuindo importantes sistemas de movimentos (CONTEL, 2011), como a Ferrovia Norte Sul (FNS) e Estrada de Ferro Carajás (EFC), e rodovias federais e estaduais que conectam a região a importantes cidades como Brasília, Belém, São Luís e Salvador. Temos que destacar que a FNS faz conexão com a EFC, o que possibilita o escoamento da produção do MATOPIBA para o Porto de Itaqui – São Luís (MA), visto que a EFC liga-se diretamente com este porto, sendo objetos geográficos

indispensáveis para dotar os circuitos espaciais produtivos (SANTOS; SILVEIRA, 2011) de competitividade.

Ações para o melhoramento da condição logística no MATOPIBA já estão sendo organizadas pelo Estado em conjunto com importantes agentes do agronegócio da região. Com vistas ao aumento da competitividade do agronegócio regional, o governo federal (através da CONAB) juntamente com instituições civis da região (como a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia – AIBA), estão articulando ações para construção e melhoramento de armazéns no MATOPIBA, através de fóruns de discussão denominados “Circuito MATOPIBA de Armazenagem²⁶” (CONAB, 2015). Esta articulação política, possui uma intencionalidade de criar novos objetos técnicos, como é o caso dos armazéns, que são importantes para o estoque de *commodities* agrícolas, bem como para a circulação corporativa (CASTILLO, 2011a).

O conhecimento científico é um dos fundamentos básicos, juntamente com a técnica e a informação, para estabelecer a produção agrícola e pecuária com a racionalidade do atual período técnico-científico-informacional. Por isso, observamos a preocupação dos agentes elaboradores do plano do MATOPIBA no desenvolvimento de pesquisa para a agropecuária na região. Não é por descuido que o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação fazem parte do comitê gestor²⁷ deste plano, inclusive com um conjunto significativo de unidades da Embrapa²⁸ que estabelecem parcerias em diferentes porções do MATOPIBA, com vistas à produção de conhecimento científico que dê suporte para a produção agropecuária na região.

Desde de 2015 diferentes unidades da Embrapa, 27 ao total, estão desenvolvendo cerca de 80 projetos agrícolas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) voltados especificamente para a região do MATOPIBA (GITE, 2015a). Ainda segundo o GITE (2015a), todos os projetos têm previsão de finalização até 2019, apontando a grande necessidade e certa urgência de criação de produtos imbuídos de conhecimento científico para o campo moderno na região. Como constatado na Tabela 3, o orçamento para o custeio e o investimento destes

²⁶ Na terceira seção deste trabalho encontra-se maiores informações sobre o Circuito MATOPIBA de Armazenagem.

²⁷ Ainda compõem o comitê gestor o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Integração Nacional. Bem como, órgãos do executivo de cada estado que compõem o MATOPIBA. Além de representantes do Estado, estão asseguradas cadeiras para representantes do setor empresarial e de entidades sindicais patronais das agroindústrias e agropecuária, e sindicato dos trabalhadores da agroindústria e agropecuária, bem como para instituições de ensino e pesquisa atuantes na área de abrangência do MATOPIBA.

²⁸ Embrapa Cerrado, Embrapa Meio Norte, Embrapa Cacaos (possui uma unidade avançada de pesquisa em Balsas – MA) e Embrapa Pesca e Aquicultura sediada em Palma (TO). (MATOPIBA, 2014)

projetos chega a um montante de R\$ 124 milhões. Mais da metade deste valor (cerca de 57%) é destinado para o tema “melhoramento genético”, sendo que 38% do orçamento, do referido tema de pesquisa, é voltado para o cultivo de soja (GITE, 2015a).

Tais informações nos apontam que esta porção do território brasileiro está sendo alvo de intenso investimento público para o desenvolvimento científico para a produção agrícola capitalista, sobretudo para *commodities* como a soja, milho, algodão e cana-de-açúcar, que são os cultivos de interesse das grandes corporações. Não podemos negligenciar que há projetos voltados para outros cultivos que não possuem como destino final o mercado externo, contudo os investimentos nestas áreas são irrisórios se comparados com o orçamento voltado para a agricultura de exportação.

Também é importante destacar a intenção de criar um centro de pesquisa organizado por instituições públicas localizadas no MATOPIBA como a Universidade Federal do Tocantins (UFT), Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação (Agetec), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (Fieto) e o Instituto Federal do Tocantins – IFTO (IFTO, 2016). Tal articulação envolve esforços para criar o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) do MATOPIBA. Conforme o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFT, Waldecy Rodrigues, o INCT, para o MATOPIBA, busca a “excelência em alguns temas relevantes e significativos pra ciência, tecnologia e inovação. [...] a ideia é constituir um ambiente de inovação, juntar forças e esforços em direção à geração de conhecimento e inovação na área estratégica” (EMBRAPA, 2015).

Tabela 3 – Distribuição do orçamento para Pesquisa Desenvolvimento e Inovação (PD & I) no MATOPIBA

Temas de PD & I	Orçamento – custeio e investimento		Orçamento destinado para projetos e participação em % dos principais cultivos para exportação
	Em R\$ milhões	Em %	
Melhoramento genético	70	57	Soja (38%)
			Milho (5%)
			Algodão (3%)
Sistemas de produção	12,7	10	Soja (27%)
			Algodão (10%)
			Cana-de-açúcar (15%)
Defesa sanitária	9,7	7	Milho (11%)
			Soja (7%)
Temas transversais	12,6	10	-
Transferência de tecnologia	19	16	Soja (3%)

Fonte: GITE (2015a). Org. SOUZA, G.V.A. (2016)

Deste modo, o PDA do MATOPIBA já surge carregado de uma intencionalidade que busca a instrumentalização do território através da constituição de mais objetos técnicos no intuito de aumentar a circulação da produção agrícola. Além disso, o plano reforça a necessidade do conhecimento científico para a potencialização da produção agropecuária, demonstrando que cada vez mais a ciência e a informação são indispensáveis para realização de uma agricultura científica globalizada (SANTOS, 2001).

Há uma nítida escolha dos agentes que serão beneficiados neste processo, que são os produtores de classe média, demonstrando o seu caráter seletivo que privilegia a “ampliação e fortalecimento da classe média rural” (BRASIL, 2015b). Tomando como base informações do censo agropecuário de 2006, bem como o valor do salário mínimo da época – 300 reais, o GITE (2015b) estabeleceu quatro classes de renda bruta para o MATOPIBA.

A primeira classe, denominada muito pobre, compreende renda bruta mensal, entre zero, não incluído, e dois salários mínimos, dois incluído. Em símbolos, (0, 2]. A segunda classe é denominada pobre, (2, 10]. **A terceira classe, denominada de média, (10, 200].** E, finalmente, a última classe, denominada rica, tem renda bruta mensal maior que duzentos salários mínimos. (GITE, 2015b, p.7, grifo nosso).

Frente a esta informação, percebemos que este plano não dirige ações para os quem realmente necessitam do apoio estatal para alcançar melhores condições materiais de vida, considerados como pobres e muito pobres. Assim, “devemos recordar que a região, a despeito de todas as adjetivações que a acompanham e perseguem, é antes de qualquer coisa uma construção social que atende interesses políticos precisos, mesmo se tratando de uma região funcional, ou de região natural” (LIMONAD, 2015, p.57). Portanto, o MATOPIBA é uma região que surge a partir de articulações políticas, de demandas exercidas pelos atores hegemônicos nela presente, como associações, sindicatos patronais, *tradings*, etc.

É importante salientar que o Estado e os agentes que formularam o recorte territorial do MATOPIBA, notoriamente a Embrapa através do GITE, reconhecem que esta região possui grandes desigualdade sociais, com um nível de pobreza alarmante. Aliás, a pobreza é uma das justificativas para a elaboração desta proposta do PDA-MATOPIBA, com vista de organizar políticas públicas voltadas para viabilizar a expansão do agronegócio na região, com intenção de promover o “desenvolvimento” econômico, social e ambiental de forma sustentável e equilibrada, o que em tese pode proporcionar a atenuação das desigualdades.

Apesar de seu dinamismo no setor agropecuário, há no MATOPIBA grande concentração de riqueza, sendo a região uma das mais pobres do Brasil. Seu PIB per capita é de apenas 40% do PIB brasileiro. Cerca de 94% das

propriedades rurais lá existentes estão em condições que podem ser consideradas ruins; e dos seus 250 mil produtores rurais, 235 mil possuem condição econômica de pobres e muito pobres. Em consequência, observa-se que o desenvolvimento agrícola registrado na região não tem sido acompanhado pelo desenvolvimento dos agricultores locais, especialmente o dos médios e pequenos produtores, caracterizando-se como ilhas de prosperidade em um mar de miséria e pobreza. (BRASIL, 2016a, p.7).

Como reconheceu Evaristo Miranda (2015b), os 6% dos produtores considerados como classe média e ricos são responsáveis por concentrar quase 87% da renda bruta do MATOPIBA, e um dos motivos da pobreza rural é a falta de acesso e do uso de tecnologias por produtores pobres e muito pobres, bem como pelo tamanho de suas propriedades. No entanto, as tecnologias ou técnicas são produtos das relações sociais, logo são embutidas de um conteúdo político, e “responsabilizar a técnica pelos seus ‘impactos sociais negativos’, ou mesmo seus ‘impactos sociais positivos’, é desconhecer, antes de mais nada, o quanto – objetiva e subjetivamente – ela é construída por atores sociais, ou seja, no contexto da própria sociedade” (BENAKOUCHE, 2007, p.80). Assim, para além da ampliação do uso da tecnologia deve haver um novo uso político do conjunto de objetos técnicos que conformam o atual sistema técnico agrícola, sem essa transformação nada adiantará a ampliação da disseminação da tecnologia entre os produtores.

Outro desdobramento decorrente do estudo Inteligência Territorial Estratégica desenvolvido pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica, foi a criação de uma agência regional, sendo também, fruto do PDA-MATOPIBA. A “Agência de Desenvolvimento do Matopiba” estava prevista no PDA-MATOPIBA, com propósito de fomentar discussões e elaborar planos/projetos para o estímulo do setor agrícola desta região. Esta agência de desenvolvimento surgiu com o Projeto de lei complementar nº 279 de 2016, com o intuito de desenvolver e executar as diretrizes presentes no PDA-MATOPIBA, sendo delegado à agência a função de operacionalizar e colocar em prática as expectativas e intencionalidades imbutidas neste projeto de lei que oficializa o MATOPIBA como área de interesse estatal. Conforme o artigo dois do Projeto de lei complementar nº 279, de 2016,

Compete à Agência Matopiba planejar, articular e desenvolver programas, projetos e ações destinados ao fortalecimento da infraestrutura agrícola da região do Matopiba, à inovação tecnológica no campo da agricultura sustentável e à orientação e ao apoio ao produtor rural, a qual deverá:

- I – articular, apoiar e acompanhar a execução de projetos de infraestrutura e logística para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário;
- II – promover, coordenar, apoiar e elaborar estudos, levantamentos, pesquisas e projetos de desenvolvimento do Matopiba;

- III – articular e elaborar projetos e atividades, nos âmbitos público e privado, de assistência técnica, extensão rural e formação profissional aos pequenos e médios produtores rurais do Matopiba;
- IV – promover a capacitação de agentes públicos e privados da região do Matopiba com vistas à organização da base produtiva e à incorporação de novas tecnologias agrícolas, pecuárias e gerenciais;
- V – gerenciar, técnica e administrativamente, projetos de cooperação técnica e financeira com instituições públicas e privadas nacionais e internacionais;
- e VI – cooperar com o Poder Público na implementação da política de defesa agropecuária. (BRASIL, 2016a)

Compreendemos que as propostas para esta agência replicam os mesmos erros do PDA-MATOPIBA, visto que esta instituição não irá agregar órgãos que representem o interesse de comunidades tradicionais que vivem nesta região. A ausência de representantes dos quilombolas, das tribos indígenas e de líderes de movimentos sociais ligados a luta pela terra, parece ser uma estratégia de não incluir agentes sociais compreendidos como potenciais “entraves” para os produtores de *commodities* agrícolas, visto que há conflito de interesses sobre um dos principais elementos do agronegócio, a propriedade privada da terra. Além disso, há a falta de órgãos do próprio poder executivo como Ministério do Meio Ambiente e instituições relacionados com a questão ambiental (Instituto Chico Mendes – ICMBIO) no comitê gestor desta agência (bem como no próprio PDA-MATOPIBA), demonstrando descaso com as implicações ambientais.

Tal carência de representantes das comunidades tradicionais (povos dos Cerrados) e de agências nacionais voltadas ao meio ambiente nos revelam o descompromisso do PDA e do órgão gestor deste plano com relação as questões que são de grande relevância para um projeto que visa “o desenvolvimento sustentável e equilibrado” socialmente e ambientalmente, apontando o caráter excludente e celetista dos agentes que serão beneficiados neste processo.

Outro esforço político para a formação da ação estatal com finalidade de consolidar o agronegócio na região em análise, foi a preparação do Plano Diretor para o Desenvolvimento do MATOPIBA, apresentado à Dilma Rousseff antes da oficialização da Agência de Desenvolvimento para o MATOPIBA. O plano diretor teve como propositores o MAPA e as empresas *Freedom Partners* e *The Boston Consulting Group* (BCG)²⁹, tal documento apresentava as “[...] diretrizes até 2035 para que a região se torne referência mundial na tradução do desenvolvimento acelerado do agronegócio em avanços sociais em educação, saúde e infraestrutura básica” (MAPA, 2016).

²⁹ A “empresa de consultoria BCG foi responsável pela realização técnica do projeto, e o fundo de investimentos Freedom Partners patrocinou o estudo” (MAPA, 2016).

Segundo informações do MAPA (2016), entre os objetivos deste plano destaca-se: “aumentar a produção de grãos, reduzir o custo da produção de soja, manter competitividade no custo logístico, garantir acesso a saneamento e elevar o Produto Interno Bruto Per Capita, a expectativa de vida e o tempo médio de permanência na escola”, percebe-se que são objetivos voltados especificamente e restritamente para atender às demandas do agronegócio. Para alcançar tais metas, estimou-se que será necessário o investimento na ordem de R\$ 29 a 66 bilhões, sobretudo para os setores estratégicos como a infraestrutura logística, educação (qualificação técnica de mão de obra) e serviços básicos (saneamento e eletricidade), investimentos que serão financiados em sua maioria pelo setor privado (MAPA, 2016).

Para os organizadores deste projeto, o Plano Diretor para o Desenvolvimento do MATOPIBA será importante para

[...] atrair investidores e empresários mundo afora para investir na nossa região. Esse projeto está sustentado por **fundos de investimento e pela iniciativa privada**, entes que estão cada dia mais interessados no Matopiba. Por todo lugar do mundo onde estive, todos só querem saber dessa nova fronteira agrícola brasileira, desse grande potencial em produção de alimentos que temos”, afirmou a ministra (Kátia Abreu), durante a solenidade. (MAPA, 2016, grifo nosso)

Frente a estas informações apreende-se que esta região não é apenas de interesse estatal, mas, também, há interesses de grupos internacionais e fundos de investimentos, visto que a *Freedom Partners* e a JG Capital realizaram uma parceria e criaram um fundo de investimento para viabilizar as propostas do Plano Diretor para o MATOPIBA (MAPA, 2016). Além desse fundo de investimento, estava previsto a criação de outros fundos “a fim de atender às áreas apontadas como prioritárias pelo estudo” (MAPA, 2016). Neste sentido, há a união de esforços privados para obter maior quantidade de informações sobre esta porção do território brasileiro, com o propósito de realização de investimentos futuros. Há, também, uma articulação técnica e política do setor público (Estado) e privado (Mercado) para construir uma ação planejada, e conjuntamente estão construindo um discurso para legitimar investimentos no MATOPIBA, evidenciando o interesse do Estado e do mercado em integrar essa região à economia internacional, ou seja, de viabilizar a “entrega” do território a agentes externos ávidos por um retorno e um lucro substancial de seus investimentos.

Diante da situação em tela, podemos afirmar que toda construção realizada pela iniciativa privada e pelo Estado brasileiro através dos estudos realizados a partir da Embrapa/GITE e todos seus desdobramentos, confirmam o caráter extravertido de todas as expectativas propostas na delimitação geográfica dessa região de planejamento agrícola. Além

disso, podemos inferir que esse conjunto de informações e ações estratégicas criadas pelos os agentes hegemônicos são indícios do alto grau de alienação territorial (SANTOS; SILVEIRA, 2011) por qual sofre o território brasileiro e especificamente o MATOPIBA.

3 AÇÕES DO ESTADO E A ATUAÇÃO DAS *TRADINGS* NA FORMAÇÃO DA REGIÃO COMPETITIVA AGRÍCOLA NO MATOPIBA

No atual período de globalização e fragmentação territorial, observamos a expansão das áreas agrícolas nos Cerrados brasileiros e a lógica da produção extravertida (imperativo das exportações próprio da produção de *commodities* agrícolas), acarretando no distanciamento das regiões produtoras dos centros consumidores, bem como no aumento da distância dos portos. A fragmentação é decorrente “tanto da enorme seletividade e ‘flexibilidade’ econômica promovida pela globalização quanto da manifestação de múltiplas e/ou híbridas identidades culturais e sistemas políticos de governança” (HAESBAERT, 2014, p.144). Este é o motor e o resultado do aprofundamento da divisão territorial do trabalho e do consequente processo de especialização territorial produtiva. Neste sentido, não podemos caracterizar a região pela relação de

[...] solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque elas se impõem arranjos organizacionais, criadoras de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição. (SANTOS, 2002, p.285).

Uma das expressões geográficas decorrentes do agronegócio globalizado, que impõem às regiões novas formas organizacionais e novas coesões organizacionais, são as regiões competitivas agrícolas (CASTILLO, 2008, 2011a, 2011b; CASTILLO; FREDERICO, 2010a, 2010b; FREDERICO, 2012). A região competitiva agrícola caracteriza-se como um recorte do espaço onde a atividade do agronegócio é muito relevante, tendo forças políticas e técnicas para promover o aprofundamento da agricultura científica globalizada. Esta prática agrícola é obediente a parâmetros internacionais de produção quanto ao custo e qualidade, ou seja, “as regiões competitivas derivam exatamente da integração reticular de determinadas áreas do território aos mercados internacionais” (FREDERICO, 2012, p.11). As regiões competitivas agrícolas são espaços onde a produção do agronegócio é

[...] hegemônica sobre as demais atividades, fazendo com que a região reúna uma forte densidade técnica (infraestrutura de transporte e comunicação, sistemas de armazenamento, centros de pesquisa, agroindústrias) e normativa (desoneração fiscal, normas que facilitam o desembaraço das mercadorias, selos de denominação de origem etc.) vinculada à atividade agrícola dominante. (CASTILLO; FREDERICO, 2010b, p.20).

Essas regiões passam por significativas modificações em sua composição técnica e política, resultando em novos arranjos territoriais produtivos, promovidos pelo aprofundamento

das redes agroindustriais advindas com o agronegócio globalizado, conformando verdadeiras “regiões produtivas do agronegócio” noção formulada por Denise Elias (2011, 2013, 2015)³⁰. A reestruturação produtiva resultante dos eventos modernizadores do agronegócio globalizado, implica na especialização territorial produtiva que atingem os espaços agrícolas, assim como o espaço urbano – visto que as cidades são lugares indispensáveis para realização das práticas do agronegócio. Assim, as regiões produtivas do agronegócio “[...] são compostas tanto pelos espaços agrícolas como pelos urbanos escolhidos para receber os mais sólidos investimentos privados, formando os focos dinâmicos da economia agrária” (ELIAS, 2011, p.155).

Para Castillo e Frederico (2010b), a logística neste período de globalização é um instrumento ainda mais relevante no processo de circulação corporativa, sendo indispensável para a competitividade e, do mesmo modo, para compreensão de uma região competitiva agrícola. A logística pode ser compreendida como sinônimo de circulação corporativa, ou seja, viabilização da circulação/fluxo dos produtos através de sistemas de movimentos (CONTEL, 2011) que em sua maioria são criados pelo poder público. Em síntese, a dimensão geográfica de logística pode ser definida a partir de três componentes: material (objetos geográficos – rodovias, ferrovias, armazéns, portos, entre outros), normativa (ações público-privadas, concessões, pedágios, entre outros) e organizacional (acesso privilegiado à informações especializadas do setor), “[...] que, reunidas em um subespaço, conferem fluidez e competitividade aos agentes e aos círculos espaciais produtivos. Trata-se da versão atual da circulação corporativa” (CASTILLO, 2011a, p.340). Ou seja, a logística é elemento fundamental para viabilizar o agronegócio no MATOPIBA.

A noção de rede também é um importante elemento para compreensão das dinâmicas regionais da atualidade devido a constituição de maior fluidez e fluxo de mercadorias e informação (CASTILLO; FREDERICO, 2010b). Segundo os autores, as redes exercem, em diversas escalas, importantes funções na organização e uso no território, tornando-se um instrumento técnico e político que possibilita a conexão e comunicação à distância. Portanto as regiões competitivas agrícolas e/ou regiões produtivas do agronegócio

[...] devem ser estudadas como lugares funcionais de circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da produção de importantes *commodities*,

³⁰ A noção de região produtiva do agronegócio, proposição de Denise Elias, muito se aproxima do entendimento de regiões competitivas agrícolas, desenvolvido por Castillo (2008) e Castillo e Frederico (2010b). Ambas noções visam compreender as transformações das regiões que vem acolhendo os imperativos da agricultura científica globalizada, com modernos sistemas de objetos e ações. Além disso, os autores partem da mesma concepção teórica, que compreende o espaço como um híbrido de ações e objetos, normas e técnica, fixos e fluxos, forma e conteúdo (SANTOS, 2002).

cada vez menos resistente às ingerências exógenas e aos novos signos do período histórico atual, comandado por algumas empresas hegemônicas do setor, tornando-se lugares do fazer do agronegócio globalizado. (ELIAS, 2011, p.156).

Os circuitos espaciais da produção “[...] são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.132). Segundo Castillo e Frederico (2010a), o que mais caracteriza o conceito de circuito espacial produtivo é a circulação de um determinado produto em suas várias etapas produtivas como a produção, distribuição, troca e consumo, visto que “a produção não se limitaria ao ato produtivo em si, mas seria definida pela circulação da mercadoria, desde a sua produção até o consumo final, momento em que se realiza a apropriação do excedente (mais-valia)” (CASTILLO; FREDERICO, 2010a, p. 463). O circuito espacial produtivo traduz-se na compreensão da dinâmica do território, na apreciação de uma geografia do movimento e sobretudo na investigação do uso do território.

O território brasileiro, em especial os *fronts* agrícolas, é organizado para atender as demandas exógenas estabelecidos pelos grandes grupos econômicos. Essas lógicas “roubam às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto” (SANTOS, 2001, p.80). Nesse sentido, há o aprofundamento da segmentação e o distanciamento dos lugares responsáveis por cada etapa da produção, sendo os fluxos imateriais como ordens, mensagens, informações e capitais os responsáveis pela unificação do que “[...] o processo direto da produção havia separado em diversas empresas e lugares, mediante o aparecimento de verdadeiros círculos de cooperação” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.133), ou seja, a produção que foi territorialmente compartimentada, é conectada com os diferentes círculos de cooperação “entre as empresas; entre empresas e poderes públicos locais, regionais e nacionais; entre empresas, associações e instituições etc” (CASTILLO; FREDERICO, 2010a, p.465).

No MATOPIBA, a constituição de uma densidade técnica e normativa é fundamental para a viabilidade de uma região competitiva agrícola, sendo o Estado o principal agente fomentador na manutenção dos sistemas de engenharia (rede técnica) que são, em sua maioria, controlados e usados por uma quantidade pequena de empresas. Além da densidade dos sistemas de movimentos, outros objetos técnicos são necessários para a competitividade agrícola como os sistemas técnicos agrícolas que proporcionam maior produção e produtividade no campo, propiciando maior volume de produto para comercialização, circulação e consumo.

3.1 Densidade do sistema técnico agrícola

No período técnico-científico-informacional o território brasileiro é constituído de diferentes densidades, que podem ser “[...] quanto às coisas, aos objetos, aos homens, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.236). Segundo Scherma e Kahil (2011, p.106) uma das formas de demonstrar as desigualdades regionais é justamente através da análise das densidades técnico-políticas de cada região. Em nosso entendimento, a densidade dos sistemas técnicos agrícolas é uma das variáveis válidas para analisarmos a distribuição desigual dos objetos técnicos no território.

O conjunto de sistemas técnicos agrícolas – sistemas de irrigação, máquinas e implementos agrícolas, e agrotóxicos (que também é um importante elemento que compõem o sistema técnico para a produção agrícola moderna), constitui verdadeiras próteses territoriais (SANTOS; SILVEIRA, 2011). Tais sistemas técnicos possibilitam maior produtividade agrícola, que, por consequência, implica em uma maior competitividade regional, configurando como elementos indispensáveis para uma agricultura que visa o estabelecimento de nexos com mercados distantes. Nesse subitem propomos apresentar o conjunto de sistemas técnicos voltados para a produção agrícola no MATOPIBA, visando demonstrar o uso seletivo dos mesmos, bem como a seletividade espacial no conjunto de suas sub-regiões.

3.1.1 Sistemas de irrigação

Os técnicos da Embrapa Milho e Sorgo (2014), apoiados em Pivot (2013), apontam que a produtividade de *commodities* agrícolas como o milho e soja obtêm aumento de 57% e 60%, respectivamente, com o uso da irrigação. Por conseguinte, os sistemas de irrigação em seus diversos métodos como aspersão, gotejamento, pivô central, entre outros, configuram-se como técnicas importantes para o desenvolvimento da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2001), sendo uma de suas características o aumento da produtividade agrícola, que resulta do aumento da quantidade produzida na mesma área.

Elias (2003, p.82) nos relata que a utilização de irrigação no campo ainda é pouco difundida no país devido ao elevado preço para aquisição, implantação e manutenção desse sistema técnico. Entre 2000 e 2013, observamos o crescimento do uso deste sistema técnico na produção agrícola. Tal crescimento, ainda que expressivo ocorreu em porções muito localizadas do país. Em 2000, a área irrigada no país foi de três milhões de hectares, 13 anos depois a área

irrigada era de cinco milhões de hectares. O crescimento foi de 63% entre 2000 e 2013 (CASEI/ABIMAQ, 2014, apud ROCHA; CHRISTOFIDIS, 2015). Mesmo com este crescimento a área irrigada, essa ainda permanece baixa se comparada com a área plantada no país, em 2013 a área plantada de grãos no Brasil totalizou 53 milhões de hectares (CONAB, 2013).

Acompanhando a realidade brasileira, no MATOPIBA a utilização dos sistemas de irrigação ainda não é intensa, pois havia cerca de 11,5 mil estabelecimentos com algum tipo de irrigação, do total de 324 mil estabelecimentos no ano de 2006 (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). A área irrigada, 2006, foi de quase 217 mil hectares, sendo que a maior desta área estava concentrada em grandes propriedades. Cerca de 60% (115 mil hectares) da área total irrigada (217 mil hectares) estava em estabelecimentos com mais de 500 hectares³¹, ressaltando que havia apenas 137 fazendas com este tamanho (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). Estes dados demonstram que o uso deste sistema técnico se dá de forma seletiva, sobretudo para os produtores que possuem recurso financeiro para aquisição dos equipamentos de irrigação.

Com a utilização deste sistema técnico, observamos que as paisagens nos Cerrados no MATOPIBA vêm passando por uma geometrização de suas formas (Imagem 1). “À linearidade do padrão retangular da maioria das unidades agrícolas vem somar-se a perfeita geometria circular dos imensos pivôs centrais [...] em cores múltiplas que refletem os distintos momentos de colheita e a diversificação nos tipos de cultivo” (HAESBAERT, 2008, p.370-371). Portanto, as paisagens nos Cerrados tornam-se tecnificadas: “[...] hoje, os eventos naturais se dão em lugares cada vez mais artificiais, que alteram o valor, a significação dos acontecimentos naturais” (SANTOS, 2002, p.147). Essas são algumas das implicações da modernização da agricultura, que vem transformando o meio natural em meio técnico-científico-informacional no MATOPIBA.

³¹ Avaliamos que, uma propriedade agrícola no MATOPIBA, para ser competitiva, tem que ter no mínimo mil hectares. Esta constatação foi realizada a partir de vistas a diversos setores vinculados ao agronegócio (sindicatos patronais e dos trabalhadores, *tradings*, cooperativa, empresas de consultoria agrônômica e ambiental, entre outros), no trabalho de campo que realizamos em Porto Nacional (TO), Pedro Afonso (TO), Balsas (MA), Uruçuí (PI), Bom Jesus (PI) e Luís Eduardo Magalhães (BA), em maio de 2016.

Imagem 1 – “Geometrização” do espaço agrícola moderno no Oeste baiano (Luis Eduardo Magalhães)



Fonte: Google maps (2016)

O método de irrigação por pivô central é, indubitavelmente, o mais utilizado nas grandes e modernas propriedades agrícolas, e também é o método mais oneroso (devido ao alto custo dos equipamentos), entretanto, é o que menos emprega mão de obra, poupando despesas com empregados (ELIAS, 2003, p.83). Segundo dados do censo agropecuário (2006), em 2006 cerca 64 mil hectares foram irrigados por pivô central, a utilização deste sistema de irrigação provavelmente é fruto de esforços dos produtores agrícolas que vem tecnificando a produção desde a década de 1990, sobretudo no cultivo de gêneros alimentícios como café e feijão. Em 2014, a Embrapa Milho e Sorgo publicou um relatório sobre o uso de irrigação por pivô central no MATOPIBA³². O estudo foi realizado através de análise de imagens de satélites e a partir desta metodologia foram constatados, em 2013, 1.401 pivôs centrais na região, irrigando uma área de 138 mil hectares (EMBRAPA MILHO E SORGO, 2014), representando crescimento de mais de 100% se comparado com os dados do censo agropecuário de 2006. A distribuição geográfica destes objetos técnicos na região ocorre de forma concentrada nos municípios do Oeste Baiano (Tabela 4), representando aproximadamente 90% dos pivôs da região.

³² É importante frisar que a região compreendida como “MATOPIBA” pelo estudo da Embrapa milho e sorgo, em 2014, possui o seguinte recorte espacial “[...] Mesorregiões situadas mais ao Sul do Estado do Maranhão, Leste do Estado do Tocantins, Sudoeste do Estado do Piauí e Extremo Oeste do Estado da Bahia” (EMBRAPA MILHO E SORGO, 2014, p.7). Nesse sentido, a região definida pelo GITE difere do recorte da EMBRAPA milho e sorgo.

Os municípios do Oeste baiano que mais se destacaram foram: Barreiras, com 328, São Desidério, com 321 e Luís Eduardo Magalhães, com 167 pivôs centrais (EMBRAPA MILHO E SORGO, 2014). No sul do Maranhão, 83 pivôs centrais eram utilizados, sendo que 43% desses objetos estavam localizados no município de Balsas. Eram 68 pivôs centrais utilizados no leste do Tocantins e 19 no sudoeste do Piauí. O município de Pedro Afonso (TO) é o que concentrava maior quantidade, com 31 pivôs centrais, o que equivale a aproximadamente 46% dos pivôs encontrados na porção leste do Tocantins em 2013. Como podemos constatar, alguns dos municípios que mais possuem pivôs centrais, como é o caso de Formosa do Rio Preto, Balsas e Pedro Afonso, foram os selecionados pelo PRODECER. Tal programa tinha como um dos objetivos o incentivo da prática agrícola irrigada, demonstrando que esta política resultou em marcas territoriais expressivas nesta região.

Tabela 4 – Municípios com maior quantidade e área ocupada por pivô central no MATOPIBA (2013)

Municípios	Número de pivôs centrais	Área relativa do município ocupado por pivôs centrais (%)	Área irrigada (hectare)
Barreiras (BA)	328	4,4	34.714,68
São Desidério (BA)	321	2,26	33.488,18
Luís Eduardo Magalhães/BA	167	3,72	14.955,29
Jaborandi (BA)	118	1,31	12.426,23
Correntina (BA)	79	0,69	8.356,62
Riachão das Neves (BA)	54	1,59	9.293,04
Cocos (BA)	52	0,48	4.889,42
Balsas (MA)	36	0,16	2.148,08
Pedro Afonso (TO)	31	2,03	4.088,87
Santana (BA)	30	1,28	2.561,79
São Félix do Coribe (BA)	29	2,18	1.843,30
São Raimundo das Mangabeiras (MA)	22	0,22	762,94
Riachão (MA)	19	0,28	1.762,33
Formosa do Rio Preto (BA)	18	-	1.836,76
Porto Nacional (TO)	13	0,21	956,38
Coribe (BA)	7	0,2	526,36
Guadalupe (PI)	7	0,41	421,26
Palmas (TO)	7	0,29	648,5
Cotegipe (BA)	6	-	481,17
Santa Maria da Vitória (BA)	6	0,19	359,31
Jerumenha (PI)	3	0,13	-
Ipueiras (TO)	1	0,12	-

Fonte: EMBRAPA Milho e Sorgo (2014). Adaptado por SOUZA, G.V.A. (2016)

Um dos motivos que nos ajuda a compreender a concentração de pivôs centrais no Oeste baiano deve-se a organização política e econômica da Associação dos Produtores Irrigantes da Bahia (Aiba), criada em 1990³³. A Aiba possui papel central, especialmente no

³³ “Inicialmente, era a Associação de Irrigantes do Oeste da Bahia. Em 1996, a associação agrega os agricultores de sequeiro e altera a denominação para Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia. Já em 2004, passa a ser Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA, 2010, apud MENEZES, 2014, p.135)

Oeste baiano, na articulação política e econômica do agronegócio da região, representando cerca de 1.300 produtores do Oeste baiano que juntos possuem 2,25 milhões de hectares de terras plantadas (AIBA, 2016a), demonstrando a força da representatividade desta instituição. Esta organização visa a modernização das práticas agrícolas a partir da utilização de um conjunto de objetos técnicos como máquinas agrícolas modernas e sistemas de irrigação, bem como na busca de produtos que são cada vez mais carregados de conhecimento científico.

A associação influenciou diretamente em ações que visavam a instituição de novas infraestruturas, bem como incentivos fiscais tais como:

[...] a eletrificação rural de mais de 1.160 km, só na Bacia do Rio Grande, durante as décadas de 1990 e 2000; a implantação de rodovias; a utilização de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos insumos da produção, como óleo diesel; isenções do imposto em energia; ações movidas na justiça com ganho de causa da AIBA. O caso, por exemplo, da suspensão da exigibilidade da Contribuição Social Rural, o Funrural, para seus associados constitui outro ganho da entidade. A AIBA também foi a responsável direta em ações como o Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais (PARA/Oeste Sustentável), que poderá eliminar o passivo ambiental desses produtores junto aos órgãos ambientais (MENEZES, 2014, p.133-134).

Cabe destacar que a Aiba é uma das instituições responsáveis pela organização de uma das “vitrines” do agronegócio do Oeste baiano, que é a Bahia Farm Show, uma das maiores feiras do agronegócio do país, que movimentou mais de um bilhão de Reais, em 2016 (BAHIA FARM SHOW, 2016). Certamente essa associação é uma das organizações que mais promove e incentiva o agronegócio no MATOPIBA, exercendo “[...] seu poder de forma corporativa com total influência na economia, na política e na produção do espaço regional” (PEQUENO; ELIAS, 2015, p.17). Alguns ex-presidentes desta instituição foram prefeitos de Luís Eduardo Magalhães, como apontam Pequeno e Elias (2015) e Menezes (2014), indicando o quanto a organização política está intimamente ligada com o agronegócio.

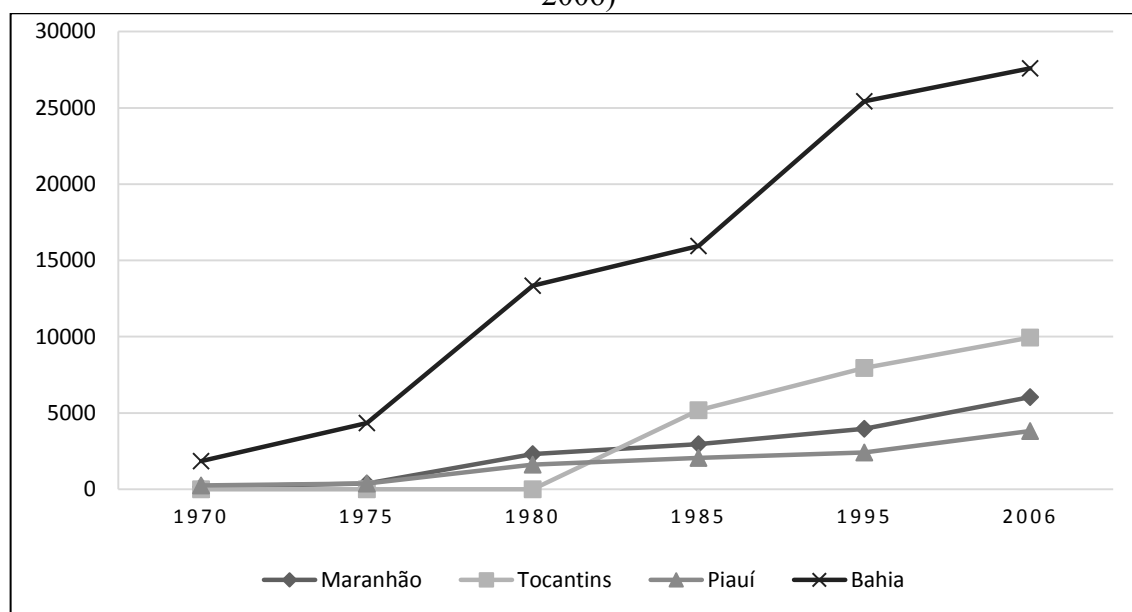
Percebemos que as articulações políticas e econômicas desenvolvidas pelo Estado, assim como agentes organizacionais, como o caso da Aiba no Oeste baiano, são fundamentais para a cristalização de objetos técnicos que são seletivamente instalados no território.

3.1.2 Tratores e implementos agrícolas

Acompanhando o processo de mecanização da produção agrícola, também observamos o crescimento do uso de tratores na agropecuária nos estados que compõem o

MATOPIBA. Assim, a região já “nasce” num momento de forte mecanização da produção agrícola, e mais uma vez o estado que mais concentra tais objetos é a Bahia, com quase 30 mil tratores em 2006 (IBGE, 2016). Também merece ênfase o Maranhão, visto que, em termos relativos, foi onde houve maior incorporação de tratores no processo produtivo, dentre os estados avaliados, crescendo quase 3.500%, entre 1970 e 2006 (Gráfico 1). Provavelmente o aumento da quantidade de tratores se deve diretamente pela inserção agricultura científica globalizada na região, sobretudo na porção que hoje integra o MATOPIBA, já que o maior crescimento deu-se, sobretudo, a partir de 1980, quando inicia-se o processo de abertura do *front* agrícola principalmente no Oeste baiano e no Sul do Maranhão.

Gráfico 1 – Evolução da quantidade de tratores nos estados do MA, TO, PI e BA (1970 a 2006)



Fonte: IBGE (2016). Org. SOUZA, G.V.A. (2016)

Segundo dados do IBGE, em 2006 havia mais de 23 mil tratores (Tabela 5) nos estabelecimentos agrícolas localizados no MATOPIBA, ou seja, quase 50% das máquinas agrícolas presentes nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia estavam nesta região (IBGE, 2016). Tal situação evidência o quanto o MATOPIBA vem se conformando em uma região agrícola moderna, concentrando uma considerável quantidade de máquinas agrícolas. Cabe reforçar que, em 2006, o uso deste objeto técnico estava sob o controle dos grandes produtores, especialmente aqueles que possuíam estabelecimentos com área superior a 500 hectares. Estes agricultores concentravam 29% (6.610) dos tratores da região (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Tabela 5 – Quantidade de estabelecimentos agrícolas com uso de trator (potência de menos de 100 cavalos e de 100 ou mais cavalos) e de máquinas e implementos agrícolas existentes no MATOPIBA (2006)

Tamanho dos estabelecimentos	Número de estabelecimentos agropecuários com tratores (Unidades)		Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de máquinas e implementos agrícolas existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades)	
	Absoluto	Em %	Absoluto	Em %	Absoluto	Em %	Absoluto	Em %
Maior de 0 a menos de 1 ha	265	2	300	1	60.329	19	4.334	5
De 1 a 2 ha	460	4	568	2	51.753	16	5.552	7
De 2 a 5 ha	1.210	11	1.519	7	50.689	16	10.212	12
De 5 a 10 ha	759	7	1.001	4	16.086	5	5.355	6
De 10 a 20 ha	658	6	874	4	9.184	3	4.277	5
De 20 a 50 ha	642	6	1.063	5	6.692	2	4.147	5
De 50 a 100 ha	350	3	620	3	2.719	1	2.211	3
De 100 a 200 ha	354	3	796	3	1.480	<1	2.708	3
De 200 a 500 ha	606	5	1.707	7	1.491	<1	5.055	6
Acima de 500 ha	1.085	10	6.610	29	1.371	<1	18.831	22
Sem declaração	4.922	43	7.994	35	122.532	38	22.571	26
Total	11.311	100	23052	100	324.326	100	85.253	100

Fonte: Censo agropecuário/ IBGE (2006). Org. SOUZA, G.V.A. (2015)

Somando aos tratores a quantidade de implementos agrícolas³⁴ utilizados no campo, tais como colheitadeiras, pulverizadores, semeadeiras, roçadeiras, equipamentos para irrigação, entre outros, são, também, mais um indicador da densidade técnica para a produção agrícola (ELIAS, 2003). Tais objetos técnicos reduzem a mão de obra, tempo de trabalho e proporcionam maior rapidez da produção, permitindo a circulação em um intervalo de tempo menor proporcionando maiores lucros aos produtores e *tradings*.

Segundo dados do censo agropecuário (2006) havia cerca de 85 mil implementos agrícolas no MATOPIBA, esta quantidade representou aproximadamente 24% dos equipamentos presentes nos quatros estados que compõem a região. Novamente, estes objetos técnicos concentram-se nas grandes propriedades, conforme o censo agropecuário (2006), os estabelecimentos agrícolas com mais de 500 hectares concentravam aproximadamente 22% dos implementos agrícolas em 2006 (Tabela 5), demonstrando a seletividade do uso deste sistema técnico entre os produtores agrícolas.

³⁴ Segundo IBGE, máquinas e implementos agrícolas são compreendidos como arados; grades e/ou enxadas rotativas; roçadeiras; semeadeiras e/ou plantadeiras; colheitadeiras; pulverizadores e/ou atomizadores; adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário; ceifadeiras (picadeira de forragens).

De forma geral, muitas propriedades pequenas, abaixo de 100 hectares, possuem equipamentos técnicos para a produção, visto que a presença destas propriedades no MATOPIBA é quantitativamente superior às unidades produtivas com mais de 100 hectares. Em contrapartida, a quantidade dos equipamentos técnicos na região em análise concentra-se de forma significativa nos grandes estabelecimentos agropecuários. Assim, podemos afirmar que o conjunto de equipamentos agrícolas, símbolo de modernidade e competitividade, são seletivamente utilizados pelos produtores rurais que possuem as maiores propriedades, e, conseqüentemente, maior capital para adquirir esse conjunto de ferramentas que são essenciais à produção do agronegócio globalizado.

3.1.3 Uso de agrotóxicos no campo

Segundo Ramos (2011), a modernização das práticas agrícolas geralmente é marcada por duas etapas. A primeira fase refere-se à constituição de uma densidade do sistema técnico agrícola através da mecanização do processo produtivo “observada pela utilização crescente de arados, aspersores, colheitadeiras, pulverizadores e tratores” (RAMOS, 2011, p.343). O segundo momento é caracterizado pela utilização de produtos provindos da indústria química, tais como fertilizantes, agrotóxicos – herbicidas, fungicidas, e inseticidas, bem como produtos que portam alto nível de conhecimento científico e técnico, frutos do desenvolvimento da biotecnologia e da engenharia genética. Os agrotóxicos configuram-se como elemento importante no conjunto de ferramentas técnicas para a produção agrícola, pois permitem o controle de pragas e conferindo maior produtividade às *commodities* agrícolas. Assim, os agrotóxicos também compõem a família de técnica que simboliza a modernização do campo.

Segundo dados do Censo Agropecuário – IBGE de 2006, aproximadamente 42 mil estabelecimentos agrícolas presentes no MATOPIBA utilizaram agrotóxicos no processo produtivo, o que representou cerca de 21% das propriedades localizadas nos quatro estados que compõem esta região. Cabe destacar que comercialização de agrotóxicos e fertilizantes estão

[...] sob controle de grandes empresas como a Bunge Fertilizantes e a Monsanto, com distribuição seletiva no interior da região, segundo o nível de exigências, implicando em variações na quantidade de insumos utilizada e no uso de produtos com maior tecnologia. A Bunge e a Monsanto podem ser encontradas em Balsas, no Maranhão e em municípios da Bahia, como Luís Eduardo Magalhães, entre outros, estando a Bunge também presente em Uruçuí (PI). (BERNARDES, 2009, p.23).

A utilização de aeronaves para aplicação do agrotóxico na plantação é indicativo de alto grau modernização das práticas agrícolas, devido ao elevado preço deste objeto técnico. Segundo o censo agropecuário/IBGE (2006), em 2006 cerca de 2% (1.053) dos estabelecimentos agrícolas, no MATOPIBA, utilizaram aeronaves na aplicação de agrotóxicos nas lavouras. No Brasil, cerca de 1% (10.043) das propriedades agrícolas utilizavam aviões para disseminar o agrotóxico no campo (2006) assim, o uso aeronaves para aplicação de veneno no MATOPIBA é mais expressivo quando comparado a situação brasileira (duas vezes maior), sinalizando o quanto essa região utilizava essa técnica moderna para a produção agrícola já em meados da primeira década do século atual. A utilização desses agrotóxicos se deu fundamentalmente pelo uso de sementes industrializadas, próprias do pacote tecnológico da agricultura científica.

Toda a incorporação técnica no MATOPIBA que resulta no adensamento dos sistemas técnicos agrícolas através do uso de irrigação, máquinas e implementos agrícolas, contribuiu para o aumento recente da produção, bem como o aumento da produtividade das culturas voltadas para o mercado externo. Integra este conjunto de técnicas agrícolas as sementes transgênicas, bem como os inseticidas, fertilizantes, herbicidas, entre outros, que são frutos do desenvolvimento científico, com destaque para a biotecnologia. Esta configuração técnica no campo na região do MATOPIBA possibilitou um “novo uso do tempo e um novo uso da terra” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.109), a partir do aprofundamento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2001, 2002), no qual vem demandando a criação de sistemas de engenharia para a circulação de mercadorias, bem como na articulação política que viabiliza uma logística favorável para circulação corporativa.

3.2 Ação estatal para a viabilização da logística

As formas de viabilização territorial para a logística ocorrem através de políticas públicas e na construção de infraestruturas de circulação que são asseguradas pelo Estado. Nos últimos 15 anos observamos a elaboração de inúmeras ações estatais que buscaram tornar o território mais fluido para o transporte de mercadorias, com destaque para as *commodities* agrícolas nos Cerrados. Essas ações são expressas nos Planos Plurianuais, no Programa de Aceleração do Crescimento e nos Planos Nacionais de Logística e Transportes, que conferem à região dos Cerrados (incluindo o MATOPIBA) uma densidade normativa com intenção de propiciar uma logística competitiva para circulação corporativa.

Os Planos Plurianuais (PPAs) configuram-se como instrumentos de planejamento governamental executados pelo poder Executivo (União e estados) durante o primeiro ano de governo, com vigência a partir do segundo ano. Tais planos estabelecem as diretrizes, objetivos e metas para viabilização e gestão das políticas públicas. Tal medida política (adotada a partir da constituição de 1988) obriga a regulamentação efetivada das propostas estabelecidas neste plano, através de leis de orçamentos aprovados no Congresso Nacional que autoriza qualquer tipo de investimento realizada pela União. Assim, qualquer gasto público realizado pelo poder executivo necessariamente deve estar presente no PPA, ressaltando que nem tudo que está presente neste documento será executado (CASTILLO, 2011a).

Segundo Ricardo Castillo (2011a), os PPAs criados no governo FHC (1996-99 e 2000-03) deram continuidade a estruturação territorial voltada para a afirmação de uma logística extravertida, já que nestes planos foram instituídos os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), que são de certo modo prosseguimento da proposta de planejamento territorial executada durante as décadas de 1970 e 1980, de “Corredores de Exportação”. Conforme Frederico (2004), os ENID possuem orientações de estruturar “corredores” de exportações favoráveis para o escoamento da produção dos *fronts* agrícolas, com intenção de tornar a produção regional mais competitiva, bem como ser um instrumento para diminuir o chamado “custo Brasil”.

A partir do ENID foram instituídos vários eixos logísticos no país, dentre eles o Centro-Norte (Araguaia-Tocantins). Este eixo abrangia a região do MATOPIBA e possuía como área de influência as “[...] regiões Sul do Maranhão, Sudoeste do Piauí, porções do Tocantins, Leste do Pará e Centro-Leste do Mato Grosso” (FREDERICO, 2004, p.142). Com o projeto de lei complementar 228/212, a abrangência desse Eixo é compreendida pelos estados “[...] do Maranhão, do Piauí e do Tocantins, e o Distrito Federal, em sua totalidade; o Estado de Goiás, acima do paralelo de 16° de latitude; os Municípios do sudeste do Pará, e os Municípios do nordeste de Mato Grosso” (BRASIL, 2012a). Segundo Lima (2015, p.327), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) inclui o Oeste baiano no Eixo Centro-Norte. Percebe-se que a proposição dos PPA criadas no governo FHC ainda possui reflexos na organização territorial desta porção do país, sobretudo para a fluidez das *commodities* agrícolas e minerais.

No governo Lula, os PPAs (2004-07 e 2008-11) tiveram uma verticalização nos investimentos no setor logísticos, estendidos posteriormente para o governo Dilma. Em 2007 foram lançadas medidas políticas e econômicas importantes, expressas no PPA 2004-07, como a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a elaboração de um plano

voltado especificamente para a logística – Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT). O PAC configura-se como uma proposta de crescimento econômico a partir do investimento público e privado em setores estratégicos, com destaque para a construção civil, seja através do Programa Minha Casa Minha Vida ou por obras em logística – rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Este programa está estruturado em cinco grandes blocos de investimentos que são: infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhora do ambiente de investimentos, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário, medidas fiscais de longo prazo.

Segundo Vencovsky (2011), estava previsto entre 2007 e 2010 o investimento de quase R\$ 504 bilhões distribuídos em três grandes eixos de infraestrutura: energia (R\$ 278 bilhões), infraestrutura social e urbana – habitação e saneamento (aproximadamente R\$ 171 bilhões) e logística (cerca de R\$ 58 bilhões). O acréscimo nos investimentos em logística teve aumento de R\$ 8 bilhões, em 2007, para R\$ 15,5 bilhões em 2010 (CNI, 2014), demonstrando a necessidade de aplicar recursos para melhor circulação de bens, como as *commodities* agrícolas produzidas nos Cerrados, já que cerca de 49% dos investimentos em obras do PAC foram destinados para infraestrutura de transporte nesta região (CASTILLO, 2011a, p.237).

Em 2010 foi lançado o PAC 2 que dá continuidade aos investimentos previstos no programa anterior. Conforme Fornaro (2012), nesta segunda proposta do PAC foi instituído o “PAC transporte”, que prossegue o interesse de ampliar e diversificar a malha de transporte do país, com vista a diminuir os custos e promover a integração regional do Brasil, promovendo e dinamizando o crescimento da economia. Segundo Vencovsky (2011, p.133) “esse programa contemplava uma relação de obras que indicavam que o principal objetivo dos investimentos era favorecer o escoamento da produção agrícola para exportação, principalmente dos produtos do complexo soja, e facilitar os acessos aos portos exportadores”.

Outro importante instrumento de planejamento instituído neste período foi o PNLT, criado pelo Ministério do Transporte e Ministério da Defesa em 2007. Desde então foram desenvolvidos três relatórios, em 2007, 2009 e 2011. O PNLT configura-se como um plano de médio a longo prazo que visa subsidiar, a partir do chamado planejamento estratégico, ações públicas para o setor de transporte, fomentando a organização dos PPAs com ano horizonte de 2008 e 2023, bem como auxiliar no desenvolvimento do PAC (BRASIL, 2007). O referido programa ainda possui como premissa estar embasado cientificamente por uma investigação respaldada em dados territoriais georreferenciados e análises da estrutura macroeconômica. Sendo assim, o PNLT busca um planejamento territorial que visa-se “o respeito ao meio ambiente, a abordagem de projetos de nexos político, voltados à redução de desigualdades

regionais, à indução ao desenvolvimento, à integração continental e à segurança nacional” (BRASIL, 2007, p.3). Dentre os principais objetivos estão a

[...] otimização e racionalização dos custos das cadeias logísticas, equilibrando a matriz de transportes de cargas no país e por sua vez, a expansão e adequação dos sistemas ferroviário, rodoviário, hidroviário, aeroviário, portuário e dutoviário, buscando assim a integração intermodal. (FORNARO, 2012, p.53).

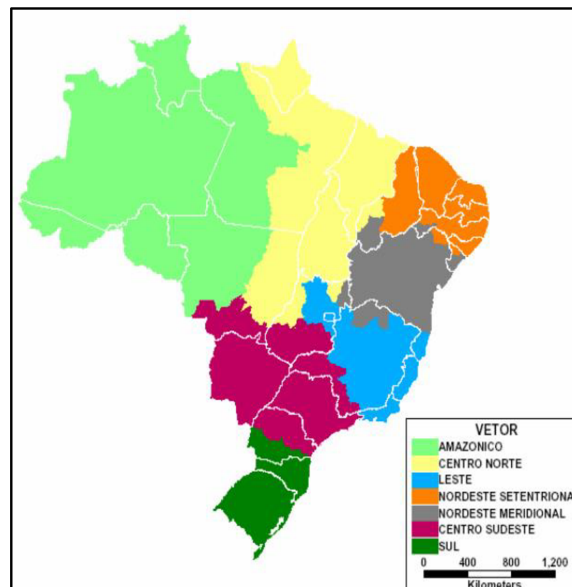
Um dos principais pontos deste plano foi a instituição de uma “nova” regionalização logística para o país, os “Vetores Logísticos”, que substituem os ENID. No discurso oficial, esta nova regionalização não possui como foco o entendimento de “eixos de escoamento”, mas, trata-se de eixos de desenvolvimento, tendo uma concepção mais ampla que implicaria no desenvolvimento, “na antiga concepção, os corredores existiam previamente e os planos procuravam justifica-los. Já os ‘Vetores’ seriam definidos *a posteriori* e com base em estudos prévios” (CASTILLO, 2011a, p.348).

Imagem 3 – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento



Fonte: FREDERICO (2004)

Imagem 2 – Vetores logísticos



Fonte: PNLT (2007)

Como bem salienta Castillo (2011a), esta “nova” proposição de planejamento territorial continua sendo um estudo que formula uma regionalização logística extravertida, que visa a instrumentalização de redes de transporte para o escoamento da produção realizada no interior do país em direção as áreas portuárias (Imagem 2 e 3). Além da mudança de

nomenclatura das regiões do ENID para Vetores Logísticos, outra diferença foi a subtração dos eixos Oeste e Sudoeste que foram incorporados aos Vetores Amazônico, Centro Norte e Centro Sudeste. Como podemos perceber o MATOPIBA está inserido em dois vetores logísticos, Nordeste Meridional (Oeste Baiano e porções do Sudoeste do Piauí) e Centro Norte (Tocantins, Maranhão e trechos do Piauí), esta regionalização representa bem duas condições logísticas de escoamento das *commodities* agrícolas produzidas nesta região, como iremos avaliar adiante.

Segundo informações do PNLT (BRASIL, 2012b), estavam previstos mais de R\$ 24 bilhões em investimentos no sistema de movimento ferroviário – com destaque para a Ferrovia Norte Sul e Ferrovia Leste-Oeste, rodoviário e hidroviário para a região do MATOPIBA. O alto investimento em infraestrutura logística no MATOPIBA continua sendo alvo de planejamento Estatal, segundo o PPA 2016-2019 (BRASIL, 2016b) aproximadamente R\$ 32 bilhões estavam aprovados para serem investidos nesse setor. O sistema de movimento ferroviário é o que mais se destaca, com previsão de investimentos na ordem de R\$ 19 bilhões destinados para as Ferrovias Norte-Sul, Oeste Leste e Transnordestina (BRASIL, 2016b).

A partir destas informações, apreende-se o quanto o Estado vem insistindo em gastos no sistema de movimento ferroviário na região do MATOPIBA, sobretudo para FNS que tem previsto a alocação de R\$ 11,5 bilhões (BRASIL, 2016b), pois este sistema de engenharia é considerado uma das melhores opções para transporte de grandes volumes de cargas, como os grãos produzidos neste *front* agrícola.

Conforme Harvey (2016), o capital e o Estado são fundamentais para a produção de lugares propícios para a realização da atividade capitalista, e uma das estratégias para ampliação do capital é justamente a estruturação e investimentos em logística de transporte (bem como comunicação) para acelerar o tempo do processo produtivo, pois “tempo é dinheiro para o capital. [...] A economia do tempo e do dinheiro é a chave para a lucratividade” (HARVEY, 2016, p.140), logo trata-se de construir infraestrutura territorial para ampliação da acumulação de capital dos agentes hegemônicos.

O PAC e o PNLT, são medidas políticas que viabilizam e legitimam os gastos públicos em setores estratégicos para a obtenção de maiores lucros às corporações, com visíveis intensões em tornar os Cerrados do MATOPIBA um espaço de fluidez, voltado para o transporte de *commodities* agrícolas. Cria-se uma fluidez virtual, pois o adensamento de infraestruturas, bem como adensamento normativo para a circulação de mercadorias de grande volume e baixo valor agregado, tem como objetivo inserir a atividade produtiva regional ao mercado internacional de forma mais competitiva. Contudo, esta fluidez potencial não promove

exatamente uma fluidez efetiva, pois os usos desses sistemas de engenharias se dão de forma restrita (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

Os últimos governos (meados de 1990 até a atualidade) vem dando prosseguimento a instrumentalização do território para a consolidação de uma logística extravertida, ou seja, trata-se de um projeto de Estado de longa duração para viabilizar o escoamento da produção brasileira ao mercado externo, através do planejamento territorial. Este processo torna-se mais verticalizado a partir dos anos 2000, sobretudo nos governos Lula, quando observamos o aumento da produção de *commodities* agrícolas nos Cerrados, incluindo o MATOPIBA, acarretando na pressão de grupos hegemônicos (corporações e grandes produtores agrícola) sob a elite dirigente por melhores condições de circulação material destes produtos.

3.3 Sistemas de movimentos e fluxos corporativos no MATOPIBA

Observamos cada vez mais no *front* agrícola do MATOPIBA a especialização na produção de *commodities* atreladas à racionalidade globalizada e, dessa maneira, os sistemas de movimentos (CONTEL, 2011) são estrategicamente implantados nesta região, possibilitando maior fluidez de mercadorias dos grandes grupos do agronegócio. Os sistemas de movimentos são definidos como “[...] conjunto indissociável de sistemas de engenharia (fixos) e de sistemas de fluxos (materiais ou imateriais) que respondem pela solidariedade geográfica entre os lugares” (CONTEL, 2011, p.323). Há em determinados sistemas de movimento, sobretudo o ferroviário e o portuário, um caráter monofuncional acarretando na própria especialização desses sistemas.

Isso pode ser observado nos traçados das ferrovias e rodovias, na localização dos pontos de captação de cargas, nas características dos terminais e pátios ferroviários, nos tipos de material rodante utilizado e, também, nos contratos de diversos serviços relacionados aos transportes. (VENCOVSKY, 2011, p.85).

Para Vencovsky (2011), a fluidez no território é possível a partir da criação de novos sistemas de transporte em seus variados modais como o rodoviário, ferroviário e hidroviário, bem como a constituição de outros fixos de infraestrutura, como armazéns e terminais de transbordo. Há, também, uma situação em que os setores privado e público elaboram medidas políticas para o melhoramento das condições desses sistemas de movimentos na região do MATOPIBA, que são demandas para fluidez corporativa (CASTILLO, 2008, 2011a). No MATOPIBA há importantes rodovias que conectam diferentes lugares da região, direcionando

o fluxo das *commodities* para as ferrovias e portos com destino aos mercados distantes. Conforme Bernardes (2009), essa situação de valorização e estímulo do transporte intermodal pode ser considerado como uma vantagem comparativa desta região, principalmente nos estados do Tocantins, Maranhão e Piauí.

3.3.1 Infraestruturas de armazenamento

O sistema de armazenamento apresenta-se como objeto geográfico imprescindível ao circuito espacial produtivo dos principais cultivos atrelados aos imperativos da agricultura científica globalizada, fundamentalmente em regiões de *front* agrícola como o MATOPIBA, por estar distante da região litorânea onde se localizam os portos responsáveis pelo embarque das *commodities*. Como assevera Frederico (2008, p.207), a rede armazenadora

Permite o cadenciamento da circulação dos grãos e intensifica o intercâmbio entre os lugares e pode ser interpretado como um signo das verticalidades impostas aos lugares. Os silos configuram-se como pontos de uma rede hierárquica que transcende os lugares de sua existência, obedecendo a um controle remoto concentrado nos lugares sede das grandes empresas.

Conforme Frederico (2008), as redes de armazenamento configuram-se como instrumento político a partir da capacidade de administração dos estoques estratégicos e regulatórios. Os estoques regulatórios são importantes para evitar oscilações do preço dos produtos, “o descompasso entre a sazonalidade da produção de grãos e o seu consumo ininterrupto promove, caso não se tenha uma capacidade estática de armazenamento suficiente para a formação de estoques reguladores, uma flutuação dos preços dos produtos” (FREDERICO, 2008, p.174).

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), cerca de 80% dos armazéns dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, estão localizados no MATOPIBA. Em números absolutos, isso significa que, das 1.114 unidades existentes nos quatro estados, 894 localizam-se na região. Tal densidade é ainda maior quando observamos a capacidade de armazenagem, correspondendo a aproximadamente 87%, ou seja, a região possui armazéns com capacidade estocar quase 8,5 milhões de ton. Esses dados demonstram o quanto a atividade agrícola demanda infraestrutura de armazenamento.

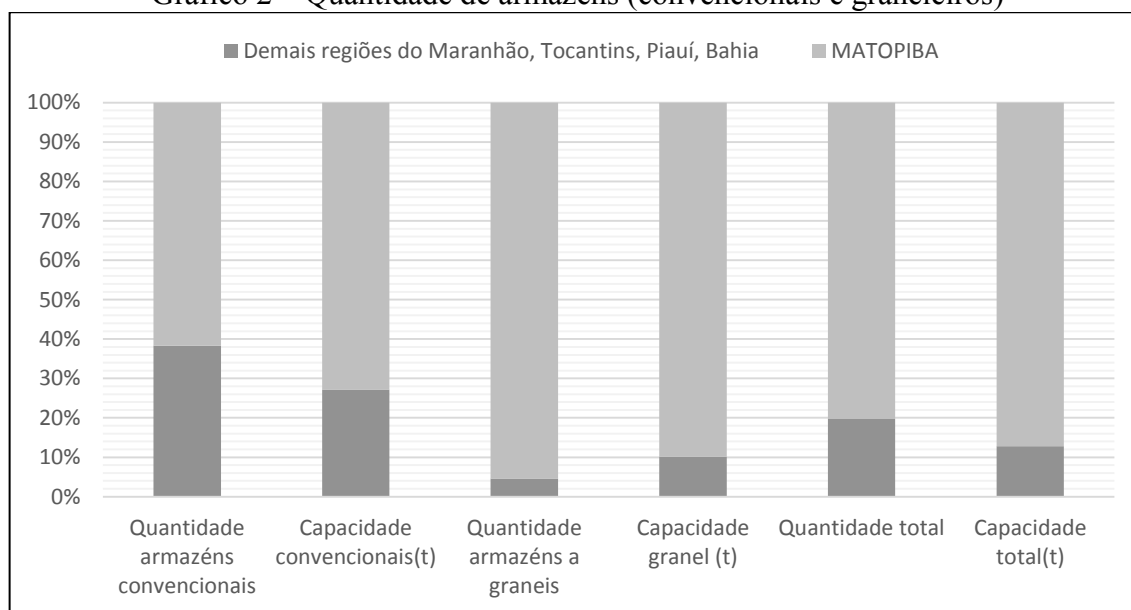
Comumente, a agricultura utiliza-se de dois tipos de armazéns, o convencional e o graneleiro. Conforme Frederico (2008), os armazéns graneleiros são objetos mais intensos em tecnologia se comparados aos armazéns convencionais. Os armazéns graneleiros possuem sistemas de moega, secadores, sistema de aeração e máquina de limpeza. Tais sistemas

presentes nos armazéns graneleiros permitem melhor conservação e qualidade do produto e, nesse sentido, são objetos técnicos mais modernos. Os principais produtos estocados nos armazéns com tecnologia mais avançada são milho, soja, sorgo, trigo, cevada, aveia, entre outros, enquanto os armazéns convencionais

[...] permitem apenas o armazenamento dos produtos ensacados, são horizontais, de formato retangular e não possuem mecanização para carga e descarga dos grãos. Esses são de múltiplo uso, sendo utilizados para a guarda de sementes, fertilizantes, adubos, máquinas e veículos. Os armazéns convencionais são empregados para o armazenamento de açúcar, algodão (caroço), amendoim, arroz, café beneficiado, feijão, girassol e mamona. (FREDERICO, 2008, p.180).

No MATOPIBA existem 309 unidades de armazéns convencionais com capacidade de armazenar quase 1,1 milhões de toneladas, o que corresponde a aproximadamente 73% da capacidade total desse tipo de armazenamento dos quatro estados que compõem a região (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Quantidade de armazéns (convencionais e graneleiros)



Fonte: CONAB (2015). Org. SOUZA, G. V. A. (2015)

A concentração de armazéns ganha mais expressão quando avaliamos especificamente os armazéns graneleiros. Cerca de 95% (585) das unidades presentes no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia estão localizados na região de estudo, sendo que a capacidade de armazenagem equivale a 90%, pouco mais de 7 milhões de ton. A capacidade de armazenagem na região ainda é, sem dúvida, insuficiente, pois somente a produção de soja em 2014 foi de aproximadamente 8,6 milhões de ton (IBGE/PAM, 2016), enquanto a capacidade total desse tipo de armazenamento da região é de pouco mais de 8,5 milhões de ton. No sentido de melhorar a

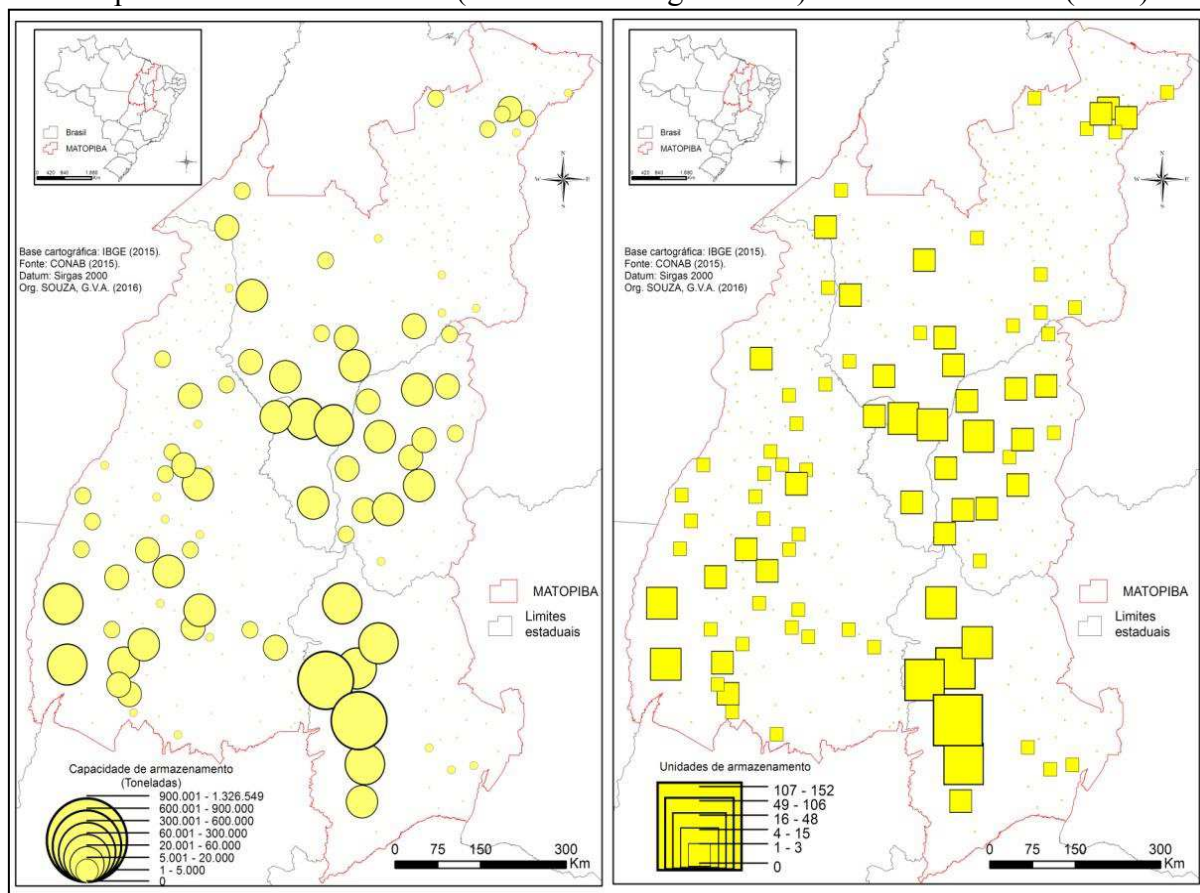
questão da logística de estoque e escoamento da produção, com vista ao aumento da competitividade, o governo federal juntamente com instituições civis da região, estão articulando ações para construção e melhoramento de armazéns do MATOPIBA através de fóruns de discussão denominados “Circuito MATOPIBA de Armazenagem” (CONAB, 2015).

Em 2015, foi iniciado o projeto “Circuito MATOPIBA de Armazéns”, com um evento realizado em Luís Eduardo Magalhães (BA), a partir de representantes da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e da Aiba, que teve como objetivo discutir a necessidade de construção de armazéns públicos na região, e traçar estratégias para o financiamento voltado para a construção de silos. Foi anunciada a construção, em Luís Eduardo Magalhães, de um armazém graneleiro da CONAB com capacidade estática de armazenar 100 mil toneladas que custará aos cofres públicos R\$ 72,5 milhões (AIBA, 2015a).

Segundo informações da Aiba (2015a), estavam disponíveis para a safra 2015/16 R\$ 2 bilhões para financiamento direcionado para o investimento em infraestrutura de armazenamento, via Programa para Construção e Ampliação de Armazéns. Esta linha de financiamento possui uma flexibilidade de pagamento, como carência de três anos, juros de 7,5% ao ano e até 15 anos para quitar a dívida. Percebemos que há um incentivo do Estado brasileiro, visto que os financiamentos são concedidos por bancos públicos – Banco Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste, que visam equipar o MATOPIBA de objetos técnicos para aumentar o armazenamento da produção agrícola.

A maior concentração de unidades e capacidade armazenamento, convencional e graneleiro se encontra nos municípios do Oeste baiano (Mapa 4). Essa concentração no Oeste baiano justifica-se por essa região ser uma das primeiras sub-regiões do MATOPIBA a receber com mais intensidade as ações de modernização, e com isso possui maior densidade técnica, viabilizando maior produtividade e consequentemente demandando maior necessidade de sistemas de armazenamento. No Sul do Piauí e do Maranhão visualizamos uma pequena concentração de armazéns, quando comparamos com o Oeste baiano. Já no Tocantins a distribuição destes objetos técnicos dá-se de forma dispersa, havendo maior concentração na parte Ocidental do estado, seguindo modais de transportes importantes para o escoamento da produção, como a rodovia BR 153 e a ferrovia Norte-Sul (FNS).

Mapa 4 – Volume e unidades (convencional e graneleiro) de armazenamento (2015)



A maior parte dos armazéns presentes no MATOPIBA, aproximadamente 96%, são privados e estão sob o controle das *tradings*, revelando a dimensão corporativa do controle das atividades de comercialização, como bem apontou Frederico (2008). Cerca de 3,60% dos armazéns estão sob controle das cooperativas e apenas 0,40% são de administração pública (AIBA, 2015a). Segundo dados de Conab (2016), somente a Bunge possuía sob seu domínio aproximadamente 17% (1 milhão de ton) de toda a capacidade de armazenamento do MATOPIBA, demonstrando o poder desta firma em controlar os fluxos dos grãos produzidos na região. A Bunge, juntamente com outras cinco *tradings* (Cargill, Algar Agro, SCL, Multigrain e ADM) tem sob controle quase 37% da disponibilidade de armazenagem desta região, e os demais armazéns estão sob controle de outras entidades mantenedoras tais como produtores rurais, cooperativas e empresas especializadas em logística – como a Novaagri, entre outros (CONAB, 2016).

Além destas empresas, é importante destacar os investimentos em armazenamento realizados pela *joint venture* Amaggi & LDC. A empresa possuía, em 2009, o objetivo de iniciar suas atividades no MATOPIBA com armazéns próprios em Luís Eduardo Magalhães (BA) e Correntina (BA), ambas com capacidade de 60 mil ton, com previsão de construir mais 12

unidades espalhadas pela região (AMAGGI, 2009). Em 2015, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) disponibilizou 27 milhões de reais para a construção de armazéns em Balsas (MA) e Formosa do Rio Preto (BA), com capacidade de estocar 70 mil e 50 mil ton, respectivamente (BNDS, 2015). Esta oferta de dinheiro público para o setor privado é mais um exemplo da ação viabilizadora do Estado para o uso corporativo no território.

Logo, fica a cargo do setor privado a escolha do produto agrícola a ser estocado, sendo selecionados prioritariamente os que propiciam maior lucro às empresas, notoriamente a soja. As *tradings* preferem “[...] manter os seus armazéns vazios durante a maior parte do ano do que correrem o risco dos seus armazéns ainda estarem ocupados com milho ou outro produto no período da colheita da soja” (FREDERICO, 2008, p.202).

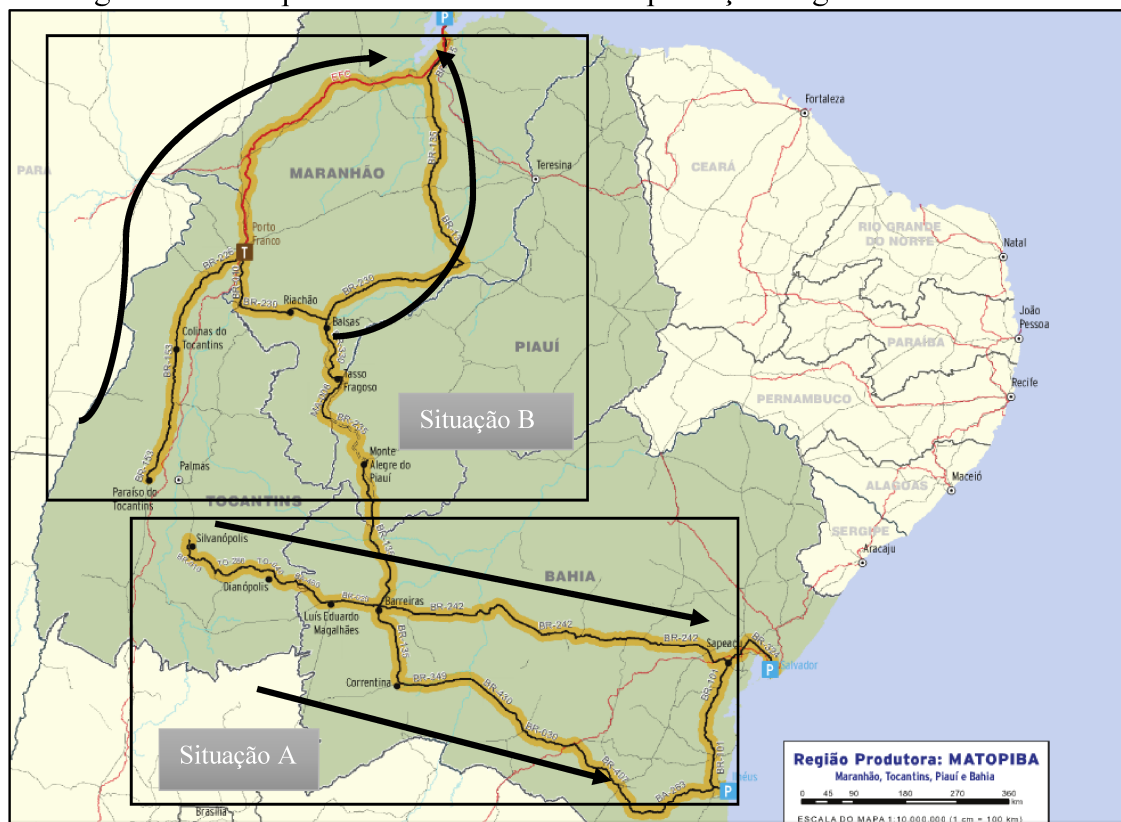
3.3.2 Sistema de movimento rodoviário

As rodovias são os principais meios de circulação de mercadorias no país. Em 2009, 61% das mercadorias do país foram transportadas por estradas, seguido pelas ferrovias que representaram 21%, enquanto o sistema de movimento aquaviário foi responsável por colocar em circulação 14% das mercadorias (BRASIL, 2014). Segundo a Confederação Nacional de Transportes (2014), em 2014 aproximadamente 65% da soja exportada no país foi transportada até os portos via rodovias, demonstrando a centralidade desse sistema de movimento para o transporte de cargas agrícolas, “o que demonstra uma contradição, visto que esse tipo de carga possui um pequeno valor unitário e uma grande quantidade em peso, sendo indicado, para esse tipo de carga, a utilização de modais mais econômicos como hidrovias ou ferrovias” (FREDERICO, 2004, p.23).

No MATOPIBA visualizamos dois eixos para escoamento da produção agrícola (Imagem 4). Na situação A, o sistema de movimento rodoviário é central para circulação dos grãos produzidos em porções do Tocantins e parte Sul do Piauí, mas sobretudo do Oeste baiano, no sentido Leste-Oeste, em direção aos portos de Salvador e de Ilhéus, ambos na Bahia (CNT, 2014). Como avalia Frederico (2014), esta configuração de fato não é a melhor opção logística para o escoamento da produção, visto que a área nuclear da produção agrícola no Oeste baiano está a mil quilômetros de distância dos referidos portos, e o transporte dos produtos é realizado por rodovias. Ainda segundo o autor, apoiado em Caixeta-Filho e Gameiro (2011), o modal rodoviário é viável economicamente para o traslado de distâncias curtas, acima de 500 km a circulação de mercadorias via rodovias torna-se onerosa e conseqüentemente menos lucrativa.

Para distâncias longas, de até 1.200 km, é aconselhável a utilização de ferrovias, e/ou hidrovias a partir de 1.500 km.

Imagem 4 – Principais rotas de escoamento da produção de grãos no MATOPIBA



Fonte: Confederação Nacional dos Transportes (2014). Adaptado por SOUZA, G. V. A. (2016).

Na situação B, as rodovias possuem influência menor, visto que a Ferrovia Norte Sul e a Estrada de Ferro Carajás possuem centralidade muito maior para o transporte das *commodities* agrícolas produzidas no Tocantins, Sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí. De forma geral, a segunda constituição logística (situação B) pode ser considerada favorável para a competitividade do agronegócio regional, visto que o deslocamento da produção, por rodovias, até os pátios de transbordo ferroviário em geral não ultrapassa 500 km (FREDERICO, 2014). Fica a cargo das ferrovias o transporte das *commodities* a distâncias maiores, ressaltando que, normalmente, o custo de transporte por ferrovia é cerca de 31% mais econômico do que o rodoviário (CASTILLO, 2011a, p.342).

Nesse sentido, as rodovias não se configuram como o principal sistema de movimento para a circulação das *commodities* agrícolas produzidas no MATOPIBA, há uma situação de complementariedade entre os modais, sobretudo o ferroviário e rodoviário, o que é um fator importante para a competitividade regional. Contudo, esta região é conectada por rodovias sob administração de governos estaduais e federal, sendo importantes vias para o escoamento das

commodities agrícolas para as ferrovias e portos, bem como para a circulação dos grãos para as unidades processadoras presentes na região³⁵. Cabe destacar, que parte da produção agrícola cultivada no MATOPIBA também abastece o mercado interno. A partir de vista de campo em corretoras de grãos, percebemos que a produção, sobretudo de milho, é comercializada para unidades esmagadoras e para granjas de aves distribuídas em várias porções do Nordeste do país, como o Ceará, Paraíba, Sergipe, entre outros, sendo o transporte rodoviário o principal modal de circulação desta mercadoria.

Conforme Huertas (2015), os principais eixos rodoviários na região são utilizados para direcionar o fluxo da produção agrícola para os terminais ferroviários (no Tocantins) e/ou portuários (principalmente no Maranhão e Bahia), visto que parte da produção é exportada. Para o autor, há vários eixos principais³⁶ do modal rodoviário que possibilitam maior circulação na região. Além das rodovias supracitadas, há outros trechos rodoviários importantes para circulação inter-regional³⁷, de menor movimento quando comparados aos trechos anteriores (Mapa 5). Tais objetos geográficos (rodovias), possibilitam maior fluidez aos circuitos espaciais produtivos dos grãos como milho e soja, principais produtos agrícolas da região, mas também promovem maior fluidez, e, logo, rapidez no transporte de produtos que são utilizados a montante no processo produtivo do campo, ou seja, para a distribuição dos produtos voltados ao consumo produtivo.

³⁵ Há várias agroindústrias na região voltadas para o processamento de grãos como a Granol em Porto Nacional (TO), Bunge nos municípios de Uruçuí (PI) e Luís Eduardo Magalhães (BA), em Barreiras há uma unidade da Cargill, a Algar Agro possui uma planta industrial no município de Porto Franco (MA), entre outras.

³⁶ “Paraíso do Tocantins-Campos Belos (GO): 556 km pelas TOs 080-050 (via Palmas e Natividade/TO); Natividade-Luís Eduardo Magalhães: 267 km pela TOs 280 – 040, BA – 460 e BR-242; BR-020 – Santa Maria da Vitória (BA): 238 km pela BR-349 (via Correntina/BA); Araguaína-Carolina: 109 km pela TO-222 e travessia de balsa em Filadélfia (TO)” (HUERTAS, 2015, p.50).

³⁷ “Gurupi-Imperatriz: 778 km pela Belém-Brasília (BRs 153-226-010); Divisa GO/BA (Posto Rosário) – Barreiras: 300 km pelas BRs 020-242; Barreiras-Florianópolis (PI): 845 km pelas BR 135 e PIs 324-140 (via Canto do Buriti/PI); Florianópolis-Estreito/MA: 659 km pelas BRs 230-010 (via Balsas e Carolina/MA)” (HUERTAS, 2015, p.48).

Mapa 5 – Principais eixos do sistema de movimento rodoviário no MATOPIBA



Pequeno e Elias (2015, p.18) ressaltam a importância das BR's no Oeste Baiano tais como “a BR 242 (que interliga o litoral da Bahia, desde Salvador ao Mato Grosso), a BR 020 (de Fortaleza a Brasília) e a BR 135 (desde o Maranhão até Belo Horizonte – MG)”. Segundo os autores, no trecho intraurbano da BR 242, em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, existe um conjunto de empresas vinculadas ao agronegócio nas margens desta rodovia, tais como a Cargill, em Barreiras, e a Bunge e Galvane Fertilizantes, em Luís Eduardo Magalhães, além de “[...] serviços de hospedagem, comércio de materiais de construção, importantes revendedoras de veículos, máquinas e insumos agrícolas” (PEQUENO; ELIAS, 2015, p.18). Assim, esta

rodovia apresenta-se como uma via estruturada pelo agronegócio, onde estão localizadas algumas agroindústrias, bem como serviços e comércio voltados para o agronegócio, portanto há uma monofuncionalização deste trecho da rodovia que está intimamente relacionada às demandas do agronegócio (HUERTAS, 2015, p.48).

Ainda cabe destacar que há conjuntos de rodovias que formam um complexo rodoviário por onde passa considerável volume de soja, e estes são denominados como “anéis da soja”. No Maranhão, mais especificamente no Sul, há um exemplo deste “anel da soja”, constituído pelas estradas estaduais MA-007, MA-132, MA-140 e pela MA-006 onde é transportado cerca de 50% a 60% da produção de grãos do Maranhão, no trecho entre Alto Paranaíba e Balsas (CERRADO RURAL, 2016). Na TransCerrado, localizada no Piauí e que interliga os municípios de Sebastião Leal a Gilbués, significativo volume de grãos é transportado, cerca de 3,7 milhões de ton em 2016 (JORNAL NACIONAL, 2016). Por fim, no Oeste baiano há um conjunto de rodovias que formam o “anel da soja” nesta porção do MATOPIBA, ligando grandes fazendas a importantes rodovias federais (como as BR’s 020 e 242), estas rodovias são BA-458, BA-459, 460. De forma geral, estas estradas possuem má conservação, como apontam reportagens e informações do CNT (2015)³⁸ sobre as condições das rodovias, sendo um dos motivos para considerar a circulação regional distante de uma situação consolidada (HUERTAS, 2015, p.45).

Uma das medidas para melhorar as condições de circulação da produção dá-se através da parceria entre o setor público e privado, através do Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro) e dos produtores agrícolas da região, que articulam operações de manutenção de rodovias como serviços de tapa buracos, roçagem de mato presentes no acostamento, entre outros (Quadro 1). Neste contexto, visualizamos uma situação da articulação do círculo de cooperação entre produtores e órgão público, somando esforços para a viabilização da maior fluidez das *commodities* agrícolas produzidas nesta região, possibilitando minimizar custos com a movimentação da carga.

³⁸ Segundo informações do CNT (2015), poucas rodovias federais que conectam diferentes regiões do MATOPIBA estão em boas condições, destacando as BR’s - 020 e 242, no Oeste baiano; trechos da BR – 135, no Piauí; BR – 153, entre Guarai (TO) e Aguiarnópolis (TO), e BR – 230 no trecho Aguiarnópolis (TO) a Araguaatins (TO), e uma pequena parte da BR – 242 no Tocantins; considerável parte da BR’s – 316 e 402, no Maranhão, BR – 135 entre Alto Alegre do Maranhão, BR – 226 que liga Presidente Prudente com a porção Leste do Maranhão, BR - 010 nos trechos entre Porto Franco a Açailândia e Carolina a Porto Franco e BR – 230 entre Carolina e Balsas.

Quadro 1 – Parcerias público-privado para viabilização de uma maior fluidez nas estradas no Oeste baiano

Projetos	Objetivo	Período (duração)	Recursos/ parceiro
Identificação e regularização de jazidas de cascalho para manutenção de estradas da região	Desenvolver programa de regularização de jazidas de cascalho para a efetiva exploração do mesmo, para facilitar o preparo e/ou recuperação de estradas rurais em municípios produtores da região.	Agosto 2015 a julho – 2016	Prodeagro/ Aiba, Abapa e Ufob
Recuperação de estradas da região da garganta	Realização de serviço de terraplanagem, para recuperação de 35 km de estrada entre o entroncamento da estrada da Bahia e Tocantins até a vila Panambi na região da Garganta. A este mesmo projeto foi feito aditivo para mais 12 km entre o fim do asfalto até o entroncamento das estradas da BA e TO.	Maio 2016 – julho 2016	Prodeagro
Recuperação do Anel da Soja	Projeto em parceria com o Governo do Estado em que será recuperado totalmente cerca de 20 Km do anel da soja.	Junho 2016 – maio 2017	Prodeagro
Operação tapa buraco	Ações de melhoria na condição das rodovias estaduais, com a aplicação de massa asfáltica nos trechos deteriorados do anel da soja	Junho 2016 – dezembro 2016	Prodeagro

Fonte: Adaptado de AIBA (2016)

Diante o exposto até aqui, concordamos com Huertas (2015) quando diz que na região dos Cerrados do MATOPIBA, de formal geral, não observamos o imperativo rodoviário de cargas, “visto que o papel desempenhado pelo sistema de movimento ferroviário (Ferrovia Norte-Sul/ FNS) precisa ser levado em consideração por conta de seu poder de atração e pelas perspectivas futuras como a construção, já em andamento das ferrovias de Integração Oeste-Leste (Fiol) e Nova Transnordestina” (HUERTAS, 2015, p.45-46). Somaríamos a este conjunto de ferrovias a Estrada de Ferro Carajás que é importantíssima para transportar a produção de grãos de partes do MATOPIBA (fundamentalmente do TO, MA e PI) para o porto de Itaqui, em São Luís (MA).

3.3.3 Sistema de movimento ferroviário

Segundo Fornaro (2012, p.57), a Ferrovia Norte-Sul (FNS), também denominada EF – 151, teve início de sua construção na década de 1980 e integra o projeto de modernização do sistema de transporte no país, com discurso oficial de promover a integração nacional pelo modal. Como a denominação indica, tal ferrovia tem projeções de articular várias unidades da federação, do Rio Grande do Sul ao Pará. Como sinalizado por Fornaro (2012), pode-se dividir

a expansão da FNS em cinco momentos na região do MATOPIBA, entre 1987 e 1989 quando foram construídos 95 km entre os municípios maranhenses de Açailândia e Imperatriz; mais 120 km foram construídos entre Imperatriz e Aguiarnópolis (TO) nos anos de 1995 a 2002; a partir dos anos 2000 houve intensa expansão da ferrovia como resultado dos investimentos do PAC, entre os anos de 2007 a 2010 foram criados mais de 500 km conectando Aguiarnópolis à Palmas (TO); O Tramo central da ferrovia, entre os municípios de Porto Nacional (TO) e Anápolis (GO), encontra-se disponível para operação, conforme publicação da Valec (2015)³⁹.

Ainda segundo a Valec (2015), o trecho da ferrovia entre Palmas e Açailândia está subconcessionado à Ferrovia Norte-Sul S.A, empresa do grupo Vale que, em 2007, arrematou a subconcessão desse trecho por um valor de R\$ 1.47 bilhões, com duração de 30 anos. Essa empresa tem “[...] por objetivo formar um corredor logístico para escoar as *commodities* agrícolas bem como outros itens, como fertilizantes e combustíveis” (VALEC, 2015). No trecho da FNS em questão, há seis pátios/terminais intermodais, cinco em Tocantins e um no Maranhão. Esses pátios possuem objetivo de receber, armazenar e classificar produtos, e configuram-se como verdadeiros entroncamentos logísticos ou nós destinados às empresas vinculadas na circulação, armazenamento e transbordo de produtos de origem agrícola (etanol, soja), fertilizantes e outros combustíveis (VENCOVSKY, 2011, p.105).

A Ferrovia Norte Sul está inserida no conjunto de ferrovias compreendidas por Vencovsky (2011) como “ferrovias do agronegócio”. Essas ferrovias “[...] são funcionais na concepção, projeto, construção e operação aos requisitos do agronegócio exportador, principalmente” (VENCOVSKY, 2011, p.92). Tais objetos geográficos estão sendo modernizados para atender as necessidades dos grandes produtores e grupos do agronegócio para escoar a produção agrícola.

A FNS faz conexão com a Estrada de Ferro Carajás (EFC), localizada no Norte e Nordeste do país conectando os estados do Pará e Maranhão. A EFC, está sob operação da empresa mineradora Vale, e possui nexos diretos ao Porto de Itaqui, em São Luís (MA). Assim, a EFC configura-se como importante ferrovia para a região em análise, visto que

[...] EFC, se tornou o modal estruturante do Eixo Centro-Norte, permitindo que grande parte das safras de soja de Tocantins, sul do Maranhão, Piauí, leste do Pará e até mesmo leste do Mato Grosso sejam escoadas por seus trilhos no sentido sul-norte até o terminal de Ponta da Madeira (MA). (FREDERICO, 2004, p.161)

³⁹ “A Agência Nacional de Transportes Terrestres, por meio das Resoluções Nº 4.363, de 23 de Julho de 2014 e Nº 4.596, de 11 de Fevereiro de 2015 autorizaram a abertura ao tráfego público ferroviário de cargas neste trecho e o IBAMA expediu a Licença de Operação Nº 1.240/2014 em 08 de Maio de 2014.” (VALEC, 2015)

As ferrovias em questão são controladas pela Vale, e, assim, a empresa atua estrategicamente no círculo de cooperação estabelecido pelas *tradings* (responsáveis pela compra e circulação das *commodities*), conformando uma solidariedade organizacional regional do MATOPIBA para a circulação de grãos. Estes sistemas de movimentos possuem desempenho relevante no circuito espacial produtivo das principais *commodities* de exportação, sendo importantes para a constituição do vetor logístico Centro-Norte de exportação.

Em trabalho de campo⁴⁰, pudemos constatar, junto a alguns grupos do agronegócio⁴¹, notoriamente as *tradings* que utilizam a ferrovia Norte Sul e Estrada de Ferro Carajás (para o escoamento sobretudo de soja), que este objeto geográfico é fundamental para o circuito produtivo espacial destes produtos, bem como para a competitividade agrícola regional. Segundo informações de um funcionário da Cargill, a soja comercializada em porções do Tocantins é tão competitiva como em outras porções do próprio MATOPIBA, como Balsas, e mesmo em porções do território brasileiro consideradas como os principais *belts* agrícolas (como é o caso do Mato Grosso), devido à presença deste sistema de engenharia próximo às principais áreas de produção agrícola, como ocorre na região de Pedro Afonso.

A vantagem logística que esta porção do MATOPIBA possui é importante para a construção de um discurso de competitividade regional que tal sistema de movimento confere à esta região, em especial ao estado do Tocantins e Maranhão. Como pronunciou o prefeito de Porto Nacional (TO), Otoniel Andrade, “O empresário pode investir no Tocantins, aqui temos a melhor logística do Brasil” (PORTO NACIONAL, 2015a). É o poder público local utilizando de um objeto geográfico para atrair o setor privado a acomodar-se no estado, fundamentalmente os grandes grupos do agronegócio, pois essas empresas são as responsáveis pelo “desenvolvimento regional” através do aumento dos investimentos e do emprego, segundo o discurso hegemônico. Percebe-se que são as forças locais buscando inserir-se nas lógicas globais de produção, que são alicerçados numa crença que apenas com a integração globalizada o lugar terá condições econômicas para transformação social.

⁴⁰ O trabalho de campo, realizado em maio de 2016, teve caráter exploratório cujo objetivo foi obter uma visão geral das transformações advindas com a expansão do agronegócio na região. Neste sentido selecionamos seis cidades que estão sofrendo mudanças em decorrência deste processo, sendo elas Porto Nacional (TO), Pedro Afonso (TO), Balsas (MA), Uruçuí (PI), Bom Jesus (PI) e Luís Eduardo Magalhães (BA). Na execução deste trabalho de campo utilizamos duas ferramentas metodológicas: observação simples (GIL, 1999) e o diário de campo (VENÂNCIO; PESSÔA, 2009). Além disto, visitamos um conjunto diversificado de agentes envolvidos no setor agrícola tais como: *tradings* agrícolas, sindicatos rurais, empresas de serviços e comércio voltados para o agronegócio, entre outros.

⁴¹ Cargill, em Pedro Afonso (TO); Algar Agro, Risa S/A e ADM, em Balsas (MA); na cidade de Bom Jesus, Agrex do Brasil e Multigrain; por fim, em Luís Eduardo Magalhães, Nidera e Glencore.

Estes fixos (ferrovias) são cada vez mais monopolizados pelos grandes grupos, sendo funcionalmente especializados no transporte de *commodities* agrícolas e também minerais (especialmente na EFC), monopolização que também é perceptível nos pátios/terminais multimodais (Quadro 2). Assim, “Entre a produção e os portos, as infraestruturas e respectivas normas de operação ficam rígidas e muitas vezes proibitivas para outros usos” (VENCOVSKY, 2011, p.92). Essa rigidez, que impede usos das ferrovias para além do agronegócio, pode ser observada na própria especialização da circulação dos produtos, volumosos e de pequena variabilidade, transportados nessas ferrovias. Ademais, também ocorre a monopolização na operação dos terminais/pátios multimodais da Ferrovia Norte-Sul por empresas que em sua maioria estão vinculadas à atividade do agronegócio, sobretudo com a comercialização de grãos e fertilizantes.

Quadro 2– Terminais/pátios multimodais da ferrovia Norte-Sul (FNS)

Terminais/ pátios multimodais	Localização	Tipos de Carga	Empresas com contrato de arrendamento e operação	Principais produtos movimentados
Porto Franco	Porto Franco/MA	<i>Commodities</i> agrícolas	Cargill S/A	Grãos
			Ceval S/A (Incorporada a Bunge)	Grãos
			ABC INCO (Atual Algar Agro)	Grãos
			Multigrain	Grãos
			Ceagro (atual Agrex do Brasil)	Grãos
Araguaína	Araguaína/ TO	<i>Commodities</i> agrícolas, fertilizantes, grânéis líquidos / combustíveis, cargas em geral / containers	Voetur	Grãos
			Renova	Biocombustível
			Global	Combustível
			Rodoposto Eldorado	Combustível
			COTRIL	Carga geral/ fertilizantes
Colinas	Palmeirante/ TO	<i>Commodities</i> agrícolas, fertilizantes, grânéis líquidos / combustíveis, cargas em geral / containers.	Nova Agri	Grãos
			Fertilizantes Tocantins	Fertilizantes
Guaraí	Tupirama/ TO	<i>Commodities</i> agrícolas, fertilizantes, grânéis líquidos / combustíveis, cargas em geral / containers	Bunge	Combustível / Carga geral
			Distribuidora Tabocão	Combustível / Carga Geral
Porto Nacional	Porto Nacional/TO	<i>Commodities</i> agrícolas, fertilizantes, grânéis líquidos / combustíveis, cargas em geral / containers.	Exito	Carga geral
			GECON	Fertilizantes
			Nova Agri	Grãos
			Los Grobo Ceagro (atual Agrex do Brasil)	Grãos
			Petrobras	Combustível
			Raízen	Combustível
Gurupi	Gurupi/ TO	<i>Commodities</i> agrícolas, fertilizantes, grânéis líquidos / combustíveis, cargas em geral / containers.	Norship	Combustível
			Sem informação	Sem informação

Fonte: VALEC (2015). Org. SOUZA, G.V.A. (2015).

Segundo Vencovsky (2011, p.92), essa rigidez é oficialmente legitimada através dos “[...] contratos estabelecidos entre concessionárias e clientes, exigentes de longo prazo e grande volume de cargas, na compra de material rodante (vagões e locomotivas) específicos para uma pequena variedade de produtos [...]”. A rigidez do uso deste objeto geográfico é uma das consequências das medidas de flexibilização organizacional, criada pelo Estado para promover a circulação corporativa. Conforme Silveira (2003, p.412), “[...] para o conjunto da sociedade a chamada flexibilidade é uma nova forma de rigidez, uma vez que lhe subtrai poderes e mecanismos de compensação e defesa contra os arbítrios do grande capital”.

Há um conjunto de outras estradas de ferro planejadas para instalação no território brasileiro, sendo algumas no MATOPIBA (Imagem 5). Essa intencionalidade que dotará o território de novas infraestruturas especializadas pode ser reconhecida na Lei 11.772 (BRASIL, 2008). Os trechos planejados que interligarão o MATOPIBA às regiões portuárias são os seguintes:

Na Bahia, a EF-334 (Ilhéus – Lucas do Rio Verde) ligará os municípios de maior produção de soja (São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães) ao porto de Ilhéus. O município de Balsas, maior produtor de soja do Maranhão, poderá escoar sua produção pelas ferrovias EF-232 (Recife – Estreito). (VENCOVSKY, 2011, p.100)

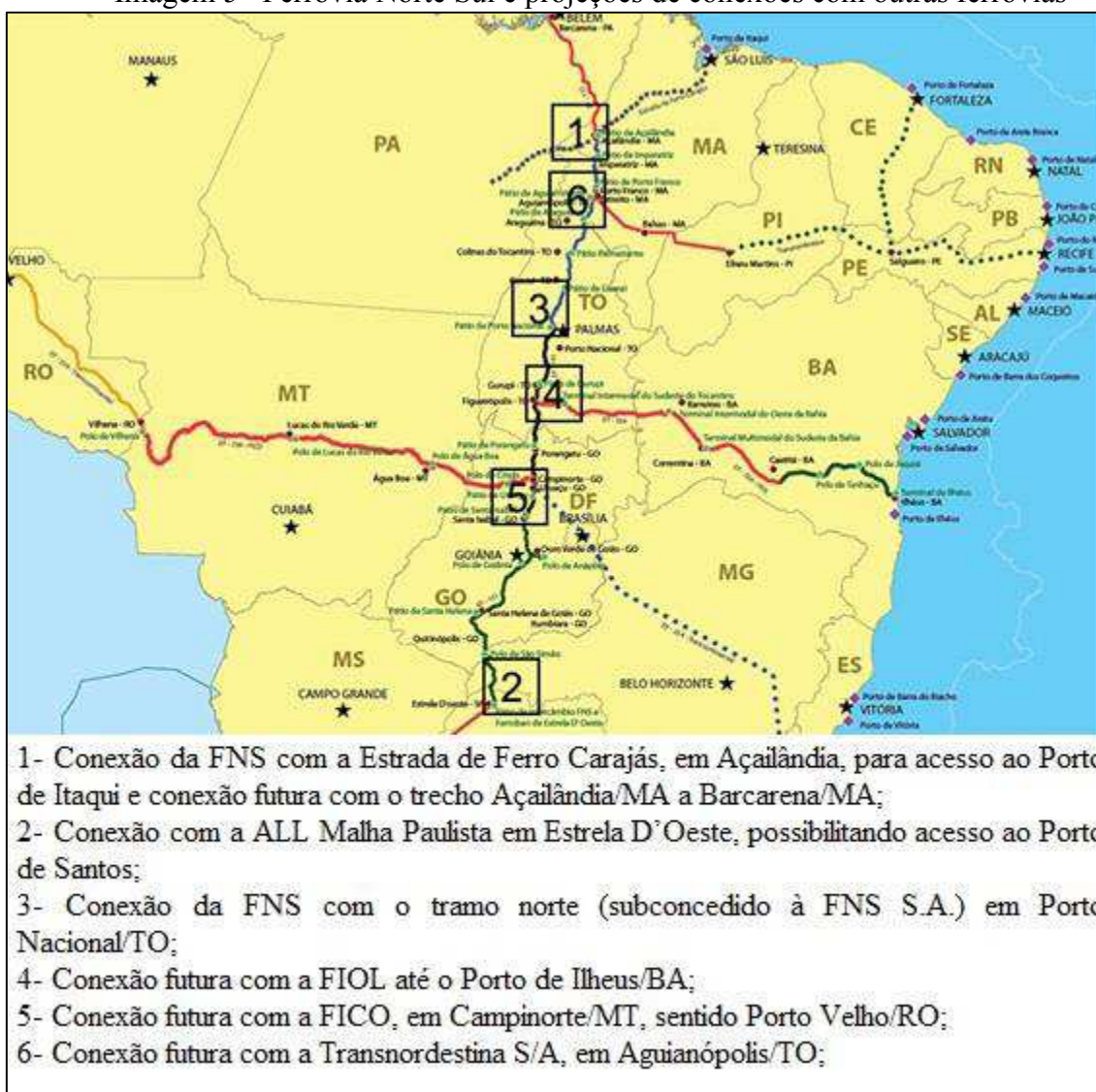
Segundo Huertas (2015) algumas dessas obras estão em andamento, ressaltando que a FNS já está em operação no MATOPIBA (entre Porto Nacional/ TO e Açailândia/ MA), e em todas estas obras de engenharia os traçados surgem com formas extravertidas (VENCOVSKY, 2011), pois visam uma integração com o mercado externo. Daí, surgem com intencionalidades voltadas para atender as demandas corporativas das *tradings*.

Nesse sentido, as ações e intencionalidades fundamentadas sob os sistemas de movimentos que conformam e dotam o MATOPIBA de competitividade e coerência organizacional revelam o caráter de formação de uma região como ferramenta (RIBEIRO, 2015), visto que são elaborações formuladas pelo Estado brasileiro para atender as demandas corporativas, ou seja, são políticas públicas para dotar porções do MATOPIBA com objetos técnicos necessários para responder ao interesse dos agentes hegemônicos da economia e da política.

Contudo, as vantagens propiciadas pelas ferrovias ficam sob o monopólio das grandes corporações na gestão e funcionamento das mesmas. Tal situação é considerada por Frederico (2014) como uma “desvantagem” competitiva, pois apenas um grupo formula a política de uso deste sistema, “que sem concorrência, elevam os preços de forma unilateral até se aproximarem do praticado pelo modal rodoviário” (FREDERICO, 2014, p.2147), tornando o custo do

transporte oneroso. Além disso, o uso das ferrovias é feito de forma igualmente restrita, pois apenas um grupo pequeno de *tradings* (Cargill, Bunge, Algar Agro, Agrex do Brasil, entre outros) utiliza este sistema de movimento; as ferrovias são estrategicamente incorporadas no território com finalidade de estimular a competitividade regional. Assim, para além de uma ineficiência técnica e estrutural dos sistemas de movimentos que compõem a logística, a constituição política sob as formas de controle e uso desses sistemas de engenharia configura-se como verdadeiros entraves para a tão almejada eficiência logística, portanto, a questão dos chamados “gargalos logísticos” e do tão polêmico “custo Brasil”, para além exatamente das condições técnicas, resulta sobretudo de questões políticas.

Imagem 5– Ferrovia Norte Sul e projeções de conexões com outras ferrovias



Fonte: VALEC (2015)

3.3.4 Os portos que finalizam o movimento de exportação

Com o imperativo de competitividade, e com ela a necessidade de exportação dos produtos agrícolas, resultado de uma nova composição política e econômica da atividade agrícola sobretudo a partir dos anos 2000, os portos são cada vez mais acionados neste contexto. Notoriamente, grande parte das exportações do país são feitas sobretudo nos portos localizados na região Concentrada do território (SANTOS; SILVEIRA, 2011), fundamentalmente em Santos e Paranaguá. Mesmo que nos últimos anos os portos do Nordeste estejam sendo mais utilizados para o escoamento da produção para o mercado externo⁴², quase metade da produção agrícola produzida no país ainda passa pelo porto de Santos (FREDERICO, 2014). No recorte espacial correspondente ao MATOPIBA não há nenhum porto com expressiva movimentação de cargas; contudo parte significativa da produção é escoada em portos localizados no Nordeste, indicando o caráter complementar de tais portos à funcionalidade da região agrícola que se desenha no interior.

Como podemos constatar (Tabela 6), grande parte das principais *commodities* agrícolas produzidas no MATOPIBA são exportadas através dos portos localizados no Nordeste, especialmente para os portos de Itaqui no estado do Maranhão e de Salvador no estado da Bahia. Não obstante, é interessante percebermos que há produtos que são exportados por portos distantes como os de Barcarena (PA), Santos (SP), Vitória (ES) e Paranaguá (PR), demonstrando uma relação extensa e complexa de movimentos no próprio território nacional.

É importante destacar que esta relação de verticalidades dentro do território nacional não se dá apenas com relação ao circuito espacial produtivo de grãos como soja e milho, mas também ocorre no que se refere ao algodão. Uma *trading*, a Glencore⁴³, com unidade localizada em Luís Eduardo Magalhães, cuja função é trabalhar com trâmites burocráticos do algodão comprado nos estados Mato Grosso, Goiás e do próprio Oeste baiano nos informou que o produto é transportado por rodoviás até o porto de Santos-SP⁴⁴, e percorre assim longas distâncias para ser exportado. Esta situação demonstra a complexização e extensão territorial do sistema de movimento voltado ao circuito do algodão.

⁴² O embarque de produtos da navegação de longo curso no Nordeste representava, em 1973, cerca de 5,6% de toda exportação do país, passando para 24,5%, em 1998, e parte significativa deste crescimento deve ao início das atividades do Porto de Itaqui (CONTEL, 2011, p.326)

⁴³ Informações foram recolhidas em trabalho de campo.

⁴⁴ Segundo dados levantados pela Aiba (2015b), em 2014 foram exportados 234 mil ton. (correspondendo a aproximadamente US\$ 419 milhões) de algodão do Oeste baiano, 91% deste volume passou pelo porto de Santos, seguido por Paranaguá com 7%, e por fim cerca de 2% do algodão exportado deu-se através do porto de Salvador.

Tabela 6 – Exportação de soja, milho e farelo de soja provenientes da região do MATOPIBA por porto – 2014 (mil ton.)

Origem (UF)	Porto de destino	Produto agrícola			Total	% em relação à origem
		Milho	Soja	Farelo de soja		
MATOPIBA	Total	244,3	4.795,6	971,8	6.011,7	-
Maranhão	Total	120,5	1.476,8	36,2	1.663,2	100
	São Luís (MA)	120,5	1.376,5	36,2	1.533,2	93,9
	Salvador (BA)	-	57,4	-	57,4	3,5
	Barcarena (PA)	-	42,9	-	42,9	2,6
Piauí	Total	-	350,5	-	350,5	100
	São Luís (MA)	-	224,6	-	224,6	64,1
	Salvador (BA)	-	124,5	-	124,5	35,5
	Barcarena (PA)	-	1,4	-	1,4	0,4
Tocantins	Total	69,7	1.243,2	-	1.311,1	100
	São Luís (MA)	69,7	868,1	-	936	71,4
	Salvador (BA)	-	295,7	-	295,7	22,6
	Barcarena (PA)	-	50,3	-	50,3	3,8
	Vitória (ES)	-	22,9	-	22,9	1,7
	Santos (SP)	-	6,2	-	6,2	0,5
Bahia	Total	55,9	1.725,1	935,6	2.716,6	100
	Salvador (BA)	22,6	1.449,4	931,9	2.453,9	90,3
	Ilhéus (BA)	27,2	142,4	-	169,6	6,3
	Vitória (ES)	6,1	67	-	73,1	2,7
	São Luís (MA)	-	12	-	12	0,4
	Santos (SP)	-	3,9	3,7	7,6	0,3
	Paranaguá (PR)	-	0,4	-	0,4	0

Fonte: MDIC. Reproduzido do Conselho Nacional dos Transportes – CNT (2015).

Os portos do estado da Bahia, Salvador e Ilhéus, são responsáveis pela exportação de significativos volumes de soja e derivados para o mercado externo, e grande parte deste produto é oriundo do Oeste da Bahia. Além dos referidos portos merece destaque o porto maranhense de Itaqui⁴⁵, localizado em São Luís, sendo um dos mais importante para a exportação das *commodities* produzidas no MATOPIBA, especialmente na situação A (Imagem 4) de escoamento da produção citada anteriormente. Segundo a Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP (2016), cerca de 54% dos grãos produzidos no MATOPIBA

⁴⁵ A articulação para criação do Porto de Itaqui está sendo desenvolvida desde do início do século XX. Contudo, a construção dos primeiros berços de embarque teve início apenas em 1966, a partir deste ano até 1999 foram construídos mais cinco berços. Este primeiro período de construção e ampliação do porto (1966 e 1999) foi gerenciado pelo Companhia Docas do Maranhão (Codomar), que era subordinada ao governo federal. A partir de 2001, o porto de Itaqui começa a ser administrado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, e é nesse momento que observamos a construção de objetos geográficos voltados especificamente para as *commodities* agrícolas, como a construção de um berço para embarcar grãos produzidos nos Cerrados do MATOPIBA, bem como o TEGRAM (Terminal de Grãos do Maranhão). É importante destacar a construção de outros dois berços, a partir de 2001, bem como a estruturação do porto para o transporte de contêineres com capacidade de movimentar cerca de 10 mil contêineres/ano. (EMAP, 2016).

passam por este porto. Em 2001, foram embarcadas aproximadamente 622 mil ton de soja, e em 2015 esse volume aumentou para quase cinco milhões de toneladas (EMAP, 2016).

Esta situação nos revela o quanto a produção agrícola no MATOPIBA aumentou durante uma década, e sobretudo o quanto a exportação nesta região vem crescendo. Percebemos que esta região está sendo estrategicamente acionada dentro de um novo contexto da divisão territorial do trabalho em que a exportação de *commodities* agrícolas e minerais foram base de uma política econômica para o equilíbrio da balança comercial, período marcado pelo pacto da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012). Contudo, esta exportação trata-se de uma circulação de mercadoria desnecessária, pois “não incidem sobre o bem-estar geral da população, constituiriam uma carga para a sociedade como um todo” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.268), através do investimento público na modernização dos portos que atendem as necessidades das corporações, o que reduz as condições efetivas de ampliação do bem-estar da população.

O Porto de Itaqui está em uma região considerada favorável para o escoamento da produção dos grãos produzidos no MATOPIBA, devido a maior proximidade com as principais regiões consumidoras, como a Europa e o mercado asiático, com destaque para a China. A proximidade do canal do Panamá é outro fator que confere competitividade à produção regional. Assim, este porto é um objeto geográfico indispensável para o escoamento da produção agrícola do MATOPIBA e mesmo de outras regiões do país como Mato Grosso e Pará.

Dentro das dependências do referido porto há um complexo de armazenamento voltado especificamente para grãos, o Terminal de Grão do Maranhão – TEGRAM. O TEGRAM é resultado de articulações público e privado, pois dos R\$ 640 milhões investidos pelas corporações responsáveis pela construção deste objeto geográfico, R\$ 245 milhões vieram dos cofres públicos via Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e Banco do Nordeste (BRASIL, 2015c). O TEGRAM é formado por um consórcio formado por quatro *tradings* a TCN, empresa constituída pela CHS (25%) e NovaAgri (75%), Glencore, CGG *Trading* e a *joint venture* entre a Amaggi e *Louis Dreyfus Commodities* (CHS NOTÍCIAS, 2015). Cada empresa é responsável por um lote no terminal, e cada lote possui um armazém – com capacidade de 125 mil ton, e um sistema de descarga rodoviário próprio, enquanto o descarregamento ferroviário e embarque das *commodities* agrícolas aos navios são custeadas pelo consórcio.

Conforme discurso proferido pela então presidente da república Dilma Rousseff,

Obviamente, vocês sabem que **não se viabiliza** investimento em infraestrutura a taxas pura e simplesmente de mercado. Para fazer infraestrutura, nós fomentamos, **o governo federal arca com uma sustentação**, tanto dos prazos quanto das taxas de juros. (BRASIL, 2015c, grifo nosso).

A narrativa de Dilma Rousseff nos aponta o quanto o Estado é agente viabilizador da tecnosfera no território, e esta viabilidade é legitimada por uma psicosfera arregimentada em um pensamento neoliberal em que as parcerias público-privado figuram como um dos elementos caracterizadores desta relação. Fica a cargo do Estado prover as condições materiais para o “desenvolvimento econômico”, através da alocação de dinheiro público em setores estratégicos para o setor privado, como é o caso do sistema de armazenamento em um lugar estratégico para a fluidez corporativa.

Cria-se um círculo de cooperação entre estas empresas e o Estado para a instalação de objetos geográficos estrategicamente instalados no território, na “porta de saída” da produção agrícola, visando o armazenamento dos grãos que chegam por rodovia e especialmente pela Estrada de Ferro Carajás. Mais uma vez, revela-se o caráter corporativo de tal infraestrutura, tendo em vista a rigidez de seu uso.

3.4 Algumas considerações sobre a logística no MATOPIBA

Percebemos que os grandes grupos estão instalados em lugares seletivamente escolhidos, em várias porções do território e em diversas instâncias dos circuitos espaciais produtivos. Concomitantemente, há o aprofundamento da especialização dos fixos responsáveis para a circulação de mercadorias, sobretudo de *commodities* agrícolas e minerais, acentuando a monofuncionalização destes sistemas de engenharia, bem como a própria monopolização do uso deste conjunto de objetos indispensáveis para a circulação corporativa. Nesse sentido, surge uma fluidez potencial que

[...] aparece no imaginário e na ideologia como se fosse um bem comum, possível pela presença dos novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas da informação, e de uma fluidez para todos, quando, na verdade, apenas alguns agentes têm a possibilidades de utilizá-la, desse modo, os detentores efetivos da velocidade. (SANTOS, 2001, p.83).

A organização e especialmente o uso das ferrovias e dos portos resulta do absoluto interesse das grandes *tradings* que visam a constituição de políticas e formas geográficas para atender os seus próprios interesses, demandando um capital público e esforços políticos que privilegiam tais interesses corporativos, que em geral tornam residuais outras demandas do

conjunto da população. Tal situação é bem expressa no desenvolvimento de políticas públicas para viabilizar a fluidez corporativa, sendo o Planos Nacionais de Logística e Transporte (PNLT) um desses instrumentos normativos, como avalia Castillo (2011a), ou ainda chamado o “Circuito MATOPIBA de Armazenagem”. Tais medidas assinalam que o Estado é, para além de um agente viabilizador de novas formas geográficas (a tecnosfera), sobretudo também um agente formulador de ideias indispensáveis para a sua constituição (a psicosfera), garantindo a legitimação de investimentos no setor e construindo um discurso de modernização regional (como pode ser encontrado no PDA – MATOPIBA).

Ainda cabe mencionar o conjunto de expectativas e intencionalidades sobre o sistema de movimento aquaviário no MATOPIBA, sobretudo com relação ao sistema hidroviário Tocantins-Araguaia que engloba porções desta região, bem como outros estados como Mato Grosso, Goiás e Pará. Esse sistema de movimento tem a possibilidade de conectar importantes regiões agrícolas aos portos de Belém (PA) e Vila do Conde (PA), bem como aos portos localizados em São Luís (MA) a partir da integração multimodal com a Estrada de Ferro Carajás (ANTAQ, 2013). Este sistema de movimento é um dos mais indicados para o transporte de mercadorias volumosas, como as *commodities* agrícolas, e, também é propícia para a circulação de longas distância. Contudo, a hidrovia Tocantins-Araguaia não é totalmente utilizada devido a vários empecilhos de ordem técnica, infraestrutura, ambiental e política.

Com vista de superar os problemas da hidrovia Tocantins-Araguaia a ANTAQ – Agência Nacional Transportes Aquaviários –, vem elaborando planos⁴⁶ para demonstrar e construir um discurso que legitime ações estatais para viabilização de obras e de políticas para tornar o sistema hidroviário competitivo para a circulação corporativa. Muitos dos argumentos para executar obras nesse sistema recaem sobre a necessidade de transportar as *commodities* agrícolas produzidas no MATOPIBA e de outras regiões. Assim, percebe a devoção de instituições públicas com intenções de dotar a região de maior competitividade, elaborando condições favoráveis para a circulação corporativa.

⁴⁶ Ver o relatório executivo, Plano Nacional de Integração Hidroviária da Bacia do Tocantins-Araguaia. (ANTAQ, 2013).

4 REDES AGROINDUSTRIAIS E AGENTES DA VALORIZAÇÃO E CONTROLE DE TERRAS

Em meados da década de 1980 a atividade agrícola moderna passou por alterações, pois a configuração política, econômica e técnica que dava sustentação a esse modelo de crescimento econômico – CAI – começa a ser desarticulada (COSTA; MAZZALI, 1995, p.143). Conforme Mazzali (2000), a partir deste momento observa-se a articulação de uma economia internacional contraditória que se estabelece através da globalização. Incluindo a este evento de ordem externa ao território brasileiro, as condições internas também contribuíram para a adequação de uma nova condição agrícola no país como a crise fiscal que assolava o território brasileiro (meados de 1980 e década de 1990) provocando menor intervencionismo do Estado em setores estratégicos dos CAIs (sobretudo no financiamento). Ainda cabe destacar as práticas políticas neoliberais promovidas no país, que fomentaram a “flexibilização do mercado e das relações de trabalho e a defesa do ‘Estado mínimo’” (MAZZALI, 2000, p.28).

Oliveira (2014) reconheceu essa constituição do capitalismo, no final do século XX, como capitalismo monopolista neoliberal. Para o referido autor, essa configuração monopolista e neoliberal do capitalismo é sustentada por três processos imbricados entre si: os movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacional e a existência de ações de governos em nível internacional⁴⁷. O movimento internacional de capitais foi constituído a partir a internacionalização da atuação das grandes corporações, estabelecendo relações produtivas e econômicas em diferentes lugares da Terra. Este processo é assegurado pelas fusões entre empresas multinacionais e nacionais, formando uma novidade nas alianças empresariais.

O movimento internacional dos capitais possibilitado pelo domínio restrito às pesquisas, tecnologias e aos fluxos de capitais, asseguram a produção internacional através do controle da força de trabalho, dos mercados, das matérias-primas nacionais, do consumo e da circulação. Este processo foi possível “[...] graças aos avanços tecnológicos na área informática

⁴⁷ “As articulações políticas praticadas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial foram as mais contundentes para fomentar este processo neoliberal, que atingiu o Brasil. Estes organismos supranacionais foram responsáveis pela criação do Conselho de Washington, em 1989. De forma sucinta, [...] esse programa (Conselho de Washington) passou a incluir ajustes fiscais, fim de subsídios para produtos agrícolas e combustíveis e privatização de companhias estatais lucrativas, medidas consideradas impopulares [...] em outras palavras [...] prevê estabilização da economia (combate à inflação); realização de reformas estruturais (privatização, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial); e retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2014, p.25).

e das comunicações [...] (que) viabilizaram a possibilidade de comunicação e integração entre as unidades industriais em diferentes partes do mundo” (OLIVEIRA, 2014, p.20-21).

Frente a este novo contexto do capitalismo, que atingiu o setor agrícola, observamos que as empresas sofrem mudanças internas de ordem organizacional e administrativa da produção, enquanto as estratégias externas são marcadas pela “[...] redefinição e a intensificação de vínculos com empresas concorrentes, clientes, distribuidores, e fornecedores, tornando fluidas as fronteiras entre empresas, cadeias e setores, traduzindo-se na conformação de ‘redes organizacionais’” (COSTA; MAZZALI, 1995, p.148) na agricultura brasileira. Neste contexto, surge um novo sistema de fluxos, de produtos e informações conformando uma rede organizacional entre as empresas (COSTA; MAZZALI, 1995; MAZZALI, 2000), incluindo as que atam no agronegócio.

Essas transformações foram elementos essenciais para pensar formas de compreensão de uma nova organização da atividade agroindustriais, bem como dos novos nexos territoriais próprios do atual momento histórico. Assim sendo, o entendimento de redes agroindustriais (ELIAS, 2006b; SILVEIRA, 2007) configura-se como um instrumento metodológico, adotado nessa pesquisa, para entendermos a articulação entre os lugares a partir dos nexos (fixos e fluxos) espaciais que as agroindústrias estabelecem no território, e nesse sentido configura-se como uma noção eminentemente geográfica para analisarmos o uso do território a partir da agroindústria.

Como apregoa Camila Dutra dos Santos (2016, p.56), “Para pensarmos em redes agroindustriais, é necessário, compreendermos o próprio conceito de rede, uma vez que a representação social do mundo integra, crescentemente, essa noção com base em interações entre os nós (de todos os tipos)”. Do ponto de vista geográfico, a constituição das redes deve ser considerada como um “[...] conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos” (CORRÊA, 2012, p.200). As redes são um dado técnico (pois são infraestruturas), mas, devemos considerá-las como um dado político, por não funcionarem sem um conjunto de normas, de ações políticas, e, portanto, são formas dotadas de conteúdo (SANTOS, 2002), pois, “Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração” (SANTOS, 2002, p.262). Logo, as redes geográficas também são redes sociais espacializadas (CORRÊA, 2012), sendo configuradas como um produto da sociedade em um determinado período, possuindo tempo de existência que acompanha o próprio movimento das diversas técnicas e ações fundantes de cada período histórico.

A rede é “o componente do espaço que permite aos lugares entrar em relação uns com os outros” (CASTILLO, 2003, p.48), propiciando a circulação e a fluidez de informação, ordens, mensagens, pessoas e mercadorias, caracterizando-se como elemento indispensável do atual período marcado pelo imperativo da fluidez (SANTOS, 2002). Destarte, os fluxos e as comunicações de qualquer tipo pressupõem redes. Conforme Dias (2000), o fundamento das redes é estabelecer conexões, conectar diferentes empresas distribuídas em diversas regiões do planeta de forma instantânea e simultânea, e estes nexos geográficos são assegurados através da convergência dos momentos e pela unicidade da técnica (SANTOS, 2001). Assim, as redes são ao mesmo tempo globais e locais, pois “As redes são veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (SANTOS, 2002, p.270).

Como assevera Campos (2014, p.61), “as redes estão presentes na organização infraestrutural de uma empresa, na circulação de mercadorias, informação e pessoas”, assim o entendimento de rede perpassa pelos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação (CASTILLO; FREDERICO, 2010b). Por conseguinte,

As redes atuais podem ser compreendidas como estruturas fundamentais para o desenvolvimento de novas estratégias de realização e distribuição do processo produtivo, e, dialeticamente, de transformação dos territórios onde se inserem, principalmente em se tratando das ações das grandes empresas, visto que estas possuem melhores oportunidades de construção e organização destes novos conteúdos ao mesmo tempo materiais, mas também virtuais, sociais e políticos nos territórios. (PEREIRA; KAHIL, 2006, p.221).

Conforme Rogério Silveira (2007, p.226), as atividades agroindustriais são caracterizadas pelo surgimento de regiões especializadas (que podem ser compreendidas como regiões competitivas agrícolas), fundamentadas por uma racionalidade organizacional que conecta e articula os diferentes agentes e segmentos que estão distribuídos em distintos níveis escalares. Nesse sentido o entendimento de rede possui contribuição conceitual e analítica para compreendermos as tramas agroindustriais no território. Diante desta conjuntura, observamos no território brasileiro a emergência de verdadeiras redes agroindustriais (ELIAS, 2006b, 2015; SILVEIRA, 2007), compreendidas como redes que

[...] compõem os territórios do agronegócio globalizado e reúnem as atividades inerentes ao agronegócio globalizado, seja atividade agropecuária intensiva propriamente dita, sejam as atividades que antecedem essa produção e lhe são fundamentais (pesquisa agropecuária, produção de máquinas agrícolas, sementes selecionais, fertilizantes, serviços de aviação etc.), sejam as atividades de transformação industrial cuja matéria-prima provém da

atividade agropecuária (indústria de alimentos, biocombustíveis etc.); sejam as atividades de distribuição comercial de alimentos, in natura ou transformado etc. (ELIAS, 2015, p.26).

Este entendimento nos possibilita compreender os usos estabelecidos pelas corporações do agronegócio, em especial as *tradings* e agroindústrias no MATOPIBA, pois as redes agroindustriais permitem vislumbrar as articulações formadas pelas empresas no território e como estas vão criando forças centrípetas e centrífugas (SANTOS, 2002) para alcançarem seus interesses corporativos. Além disso, essas estratégias empresariais vão ditando o ordenamento territorial promovendo e acentuando a divisão territorial do trabalho. O entendimento de redes agroindustriais nos auxilia na “[...] análise da dinâmica de funcionamento e de organização da rede, e de como e por que cada lugar ‘participa’ no conjunto da atividade agroindustrial, pode nos permitir apreender os diferentes modos de relação do complexo com o território [...]” (SILVEIRA, 2007, p.234), estas são resultantes e promotoras da “*commoditização*” do território, decorrente da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2001).

Segundo Frederico (2008), o grande poder das empresas agrícolas, notoriamente as *tradings*, está em suas ações reticulares nos diferentes territórios por onde estabelecem conexões, sejam nos países produtores ou nos países consumidores de *commodities*. Para além de conseguir administrar estas redes o mais importante e o que mais atribui poder à estas empresas, é o controle das redes de produção, industrialização, comercialização e distribuição, bem como o acesso privilegiado à informação estratégica. Como assevera Santos (2002, p.270), a existência de redes pressupõe poder, e a divisão territorial do trabalho resultante dessa relação possibilita a alguns atores terem o controle privilegiado da organização e do uso território.

Assim, as unidades de processamento e as redes de escritórios são formas-conteúdos importantes para compreendermos as redes agroindustriais que perpassam a região do MATOPIBA, situação avaliada nos próximos itens.

4.1 Unidades de processamento de grãos da região

Cleps Junior (1998, p.204) realizando uma avaliação sobre a atuação das agroindústrias no Triângulo Mineiro, no final da década de 1990, verificou que estas se instalavam em lugares próximos às cidades “polos” que possuem estruturas de comunicação, armazenamento e condições de circulação favoráveis para os fluxos corporativos, além disso, estão próximas dos principais mercados consumidores. As considerações apresentadas por

Cleps Junior (1998) nos apontam a funcionalidade sistêmica existente entre os diferentes objetos que compõem os circuitos espaciais produtivos, indicando, também, que a implantação desta forma geográfica (agroindústria) não se cristaliza de modo aleatório (assim como qualquer outro objeto técnico moderno). Há um conjunto de elementos que cooperam para a implantação das agroindústrias no território, portanto a informação sobre os lugares é indispensável para a localização das unidades agroindústrias.

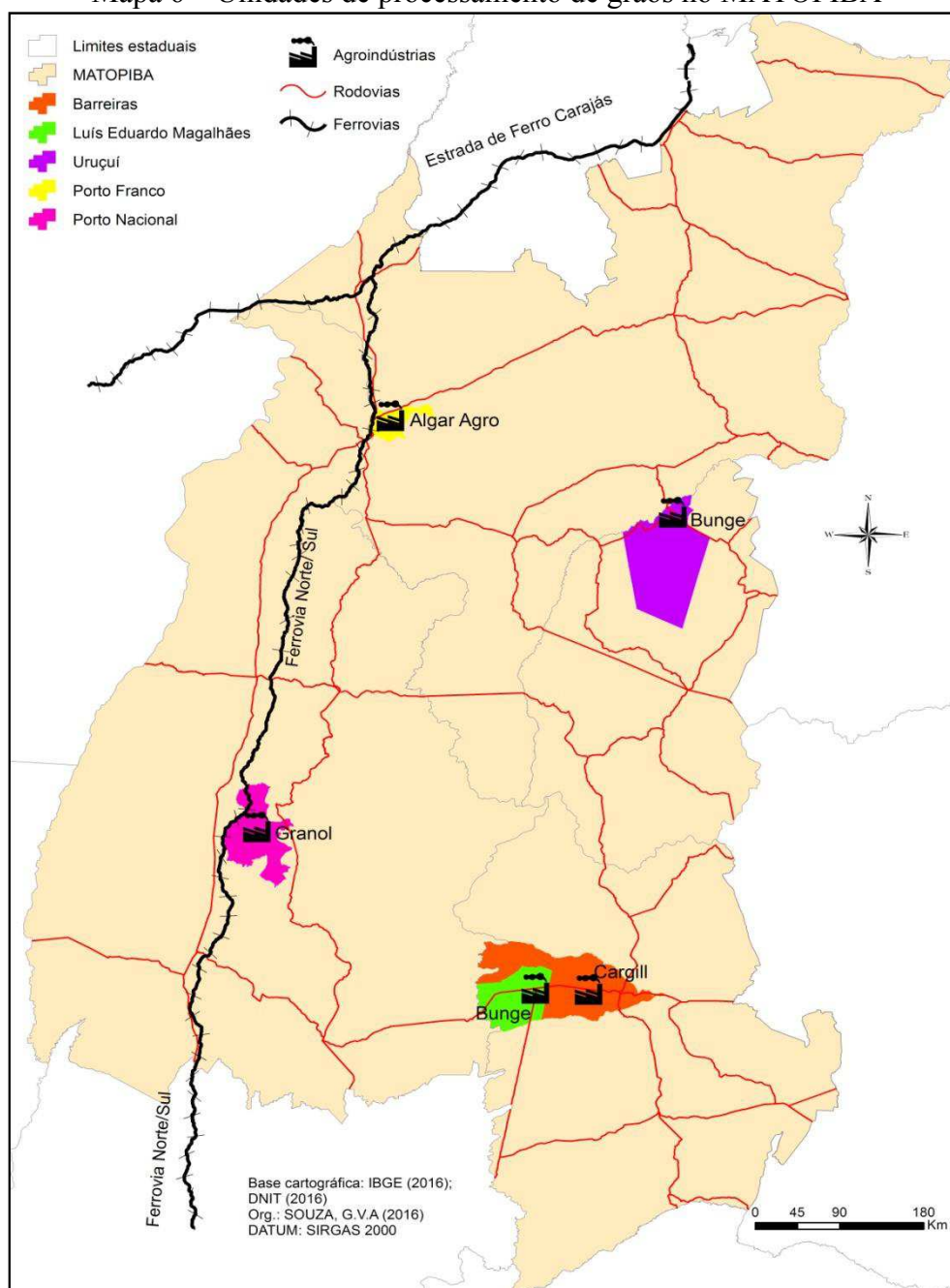
Segundo Frederico (2008, p.207), “as informações devem ser obtidas o mais rápido possível, pois os primeiros a chegarem a determinado lugar levam grande vantagem sobre os demais, e muitas vezes, acabam por inibir a implantação de empresas concorrentes”. Esta situação descrita por Frederico (2008) é emblemática com relação à instalação das processadoras de grãos no MATOPIBA, pois há uma monopolização do território (OLIVEIRA, 2014) quando constatamos que apenas quatro empresas controlam cinco grandes unidades de agroindústrias de processamento de grãos (soja) na região. Cada uma delas acaba por estabelecer uma divisão territorial do trabalho bastante definida: no Oeste da Bahia há duas agroindústrias das maiores empresas relacionadas ao agronegócio – Bunge e Cargill, os demais estados que compõem esta região possuem uma unidade. Em Uruçuí (PI) há outra unidade da Bunge, no município maranhense de Porto Franco funciona uma unidade da Algar Agro e a Granol está instalada em Porto Nacional (TO) (Mapa 6).

A partir da década de 1990 as grandes corporações, fundamentalmente aquelas compreendidas como “gigantes do grão”⁴⁸ – Bunge, Cargill, ADM e Louis Dreyfus –, começam a adquirir unidades processadoras de grãos de grupos nacionais, tanto na região dos *belts* quanto nos *fronts* em expansão, culminando na acentuação do controle dessas empresas nesse setor da atividade do agronegócio (FREDERICO, 2008). Conforme Santos (2016, p.193), a Cargill iniciou sua atividade agroindustrial na região dos Cerrados Nordeste na década de 1990, quando comprou a empresa que havia se instalado em Barreiras no final da década de 1980 (a Indústria Coelho S/A, de Pernambuco), e quando arrendou a Olvebasa – Óleos Vegetais da Bahia, indústria que pertencia ao grupo Chaves de Ilhéus (BA) (MENEZES, 2014, p.123). Em 1991, a Ceval (grupo sulista pertencente à Hering), um dos maiores grupos agroindustriais da época, começou o processo de industrialização de grãos no Oeste baiano, na localidade de Mimoso do

⁴⁸ Este termo foi cunhado por Dan Morgan (1980) para designar as principais empresas mundiais que controlam a mais de um século (já que essas empresas surgiram no século XIX e início do XX na Europa e Estados Unidos) as diferentes etapas do processo produtivo do setor alimentício. Este termo foi utilizado na tese de Frederico (2008), que avaliou o uso corporativo destas empresas no território brasileiro.

Oeste – atualmente município de Luís Eduardo Magalhães, e em 1997 a Bunge adquiriu a planta industrial da Ceval (SANTOS, 2016, p.193).

Mapa 6 – Unidades de processamento de grãos no MATOPIBA

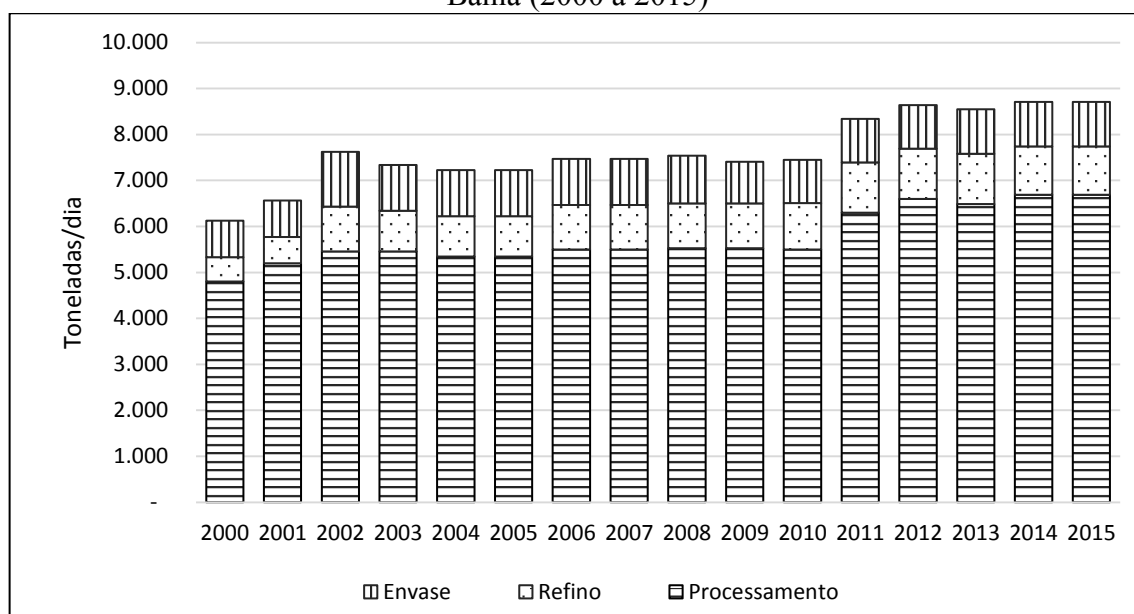


Atualmente, Cargill (unidade de Barreiras) e Bunge (unidade de Luís Eduardo Magalhães) possuem capacidade aproximada de processamento de 1,8 milhões de ton de soja (SANTOS, 2016, p.193). Segundo Menezes (2014, p.121-122) somente a Bunge foi responsável por processar cerca de 42% (1,2 milhões ton) da safra 2012/2013 produzida no Oeste baiano, enquanto a Cargill foi responsável por esmagar cerca de 500 mil ton de soja (18%

da produção do Oeste da Bahia), ou seja, as duas unidades agroindústrias processaram aproximadamente 60% da produção sojÍfera desta porção do MATOPIBA, demonstrando o poder dessas empresas no controle do território.

Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE (2016), entre 2000 a 2015 houve o aumento da capacidade de processamento de grãos na Bahia. Em 2000, as unidades agroindustriais presentes no estado baiano tinham capacidade de processar quase 5 mil ton/dia de soja, de refinar 530 ton/dia, e envasar cerca de 800 ton/dia (Gráfico 3), se comparado ao ano de 2015 os números cresceram cerca de 40%, 100%, 22%, respectivamente.

Gráfico 3 – Capacidade instalada de processamento de oleaginosas – Bahia (2000 a 2015)



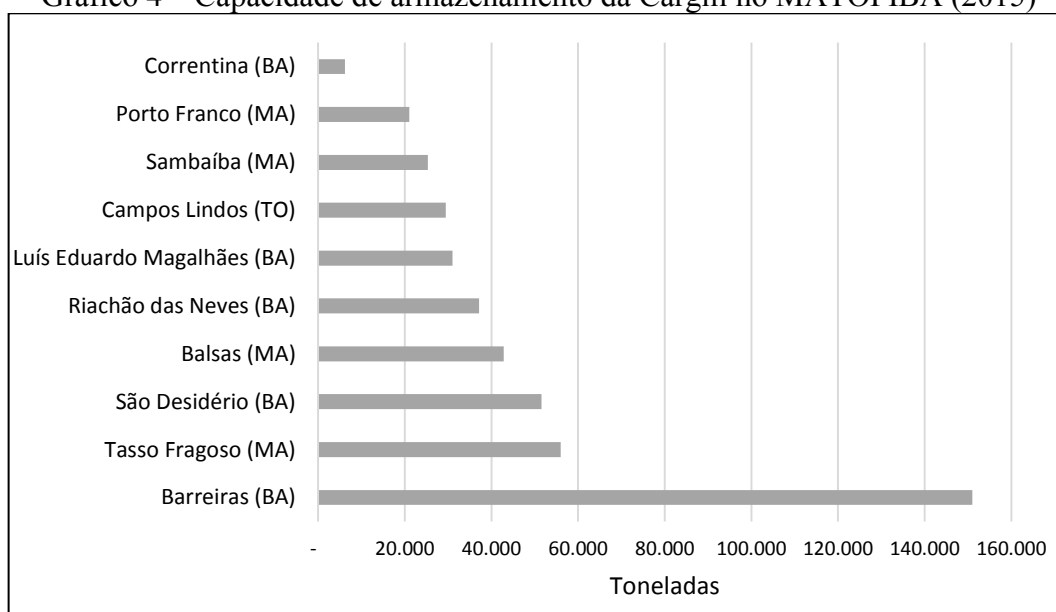
Fonte: Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE (2016); Org. SOUZA, G.V.A. (2016)

Esse aumento da capacidade de processamento de oleaginosas na Bahia deve-se muito pela atuação da Bunge e da Cargill no Oeste baiano, visto que a única unidade de processadora de grãos fora do Oeste baiano (Oleoplan, localizada em Iraquara) iniciou suas atividades no ano de 2013 (ABIOVE). Como podemos constatar no gráfico 3, não houve crescimento significativo na capacidade de processamento de grãos do estado a partir 2013, assim, compreendemos que a Cargill e a Bunge são indubitavelmente as principais agroindústrias da Bahia, e ambas estão localizadas no MATOPIBA.

Conforme Alves (2012) uma das primeiras estratégias de atuação das corporações nos lugares dá-se através da instalação do sistema de armazenamento no território, visto que são

objetos geográficos indispensáveis para articular as redes de circulação e distribuição das agroindústrias. Além do mais, as unidades de processamento são exigentes desta infraestrutura para armazenar grande volume de *commodity*. Segundo dados da Conab (2015), em 2015 dos 19 armazéns (com capacidade de 450 mil toneladas) da Cargill distribuídos em diferentes municípios no MATOPIBA, 11 estão localizados no Oeste Baiano, consequentemente a maior capacidade de armazenamento dessa empresa está nessa sub-região do MATOPIBA. Grande parte da capacidade de armazenamento da Cargill concentra-se em Barreiras, segundo dados da Conab (2015) aproximadamente 33% (cerca de 150 mil ton) da capacidade de estocagem de grãos da empresa presente no MATOPIBA está nesse município baiano (Gráfico 4). Tais dados demonstram a necessidade deste objeto técnico (armazéns) para a atividade agroindustrial, bem como sua localização em pontos estratégicos na região.

Gráfico 4 – Capacidade de armazenamento da Cargill no MATOPIBA (2015)

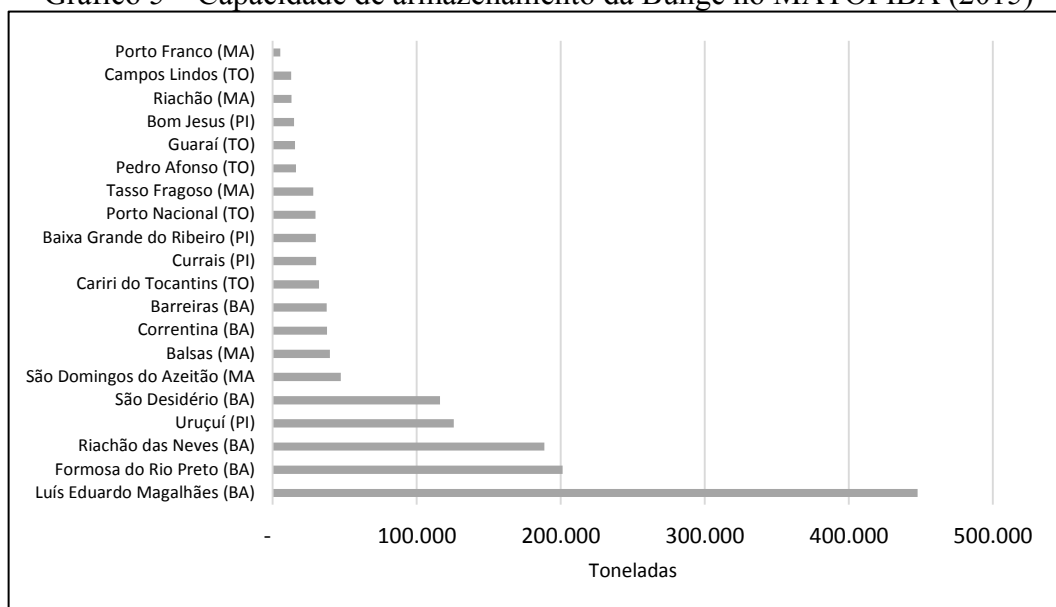


Fonte: CONAB (2015); Org. SOUZA, G.V.A. (2016).

Como apontado em outro momento, a Bunge é a *trading* que controla significativo volume para o armazenamento de grão no MATOPIBA, cerca de 17% - quase 1,5 milhões de ton – da capacidade estática de armazenamento de toda região (CONAB, 2015). Essa capacidade de armazenamento está distribuída em quase 50 armazéns na região, localizados em diferentes pontos do MATOPIBA, mas concentrados especialmente nos municípios do Oeste da Bahia próximos a Luís Eduardo Magalhães – que é o município com armazéns de maior capacidade (Gráfico 5). Somente em Luís Eduardo Magalhães, onde está localizada a unidade de processamento da Bunge, havia em 2015 cerca de 15 armazéns com capacidade de

armazenar quase 450 mil toneladas de grãos, o que representou cerca de 30% de toda capacidade de armazenamento dessa empresa no MATOPIBA, sinalizando a importância desse município para a Bunge.

Gráfico 5 – Capacidade de armazenamento da Bunge no MATOPIBA (2015)



Fonte: CONAB (2015); Org. SOUZA, G.V.A. (2016).

Como bem destacou Frederico (2008), há uma situação de acirrada competitividade no Oeste baiano promovida por essas duas corporações, onde a estratégia corporativa da Bunge é muito mais profunda em Luís Eduardo Magalhães, pois boa parte do sistema de armazenamento de grãos do município é controlado por essa empresa, bem como pela presença da unidade esmagadora, o que diminui as articulações da Cargill nesse município. Já em Barreiras a situação se inverte, a estratégia corporativa da Cargill é muito mais intensa do que a atuação da Bunge. Tal situação exemplifica os apontamentos anteriores, de como o pioneirismo de instalação de uma empresa em um determinado lugar é elemento importante para tirar proveito das vantagens da baixa concorrência, bem como para criar bases territoriais (armazéns, unidades de processamento, escritórios de exportação, entre outros) mais consolidadas.

No início dos anos 2000 a Bunge sofre um processo de reestruturação corporativa⁴⁹ e passa a atuar de forma mais incisiva no setor de fertilizantes, bem como na ampliação dos

⁴⁹ “Em 2001 a Bunge abriu capital na bolsa de Nova Iorque, EUA, e no ano seguinte comprou o controle acionário da empresa francesa Cereol S/A, que atua na Europa e nos EUA na área do óleo comestível e biodiesel. Tornou-se assim a maior empresa monopolista de processamento de soja e fornecimento de óleos para consumo” (OLIVEIRA, 2014, p.54).

negócios de alimentos, investindo mais no processamento de grãos para fabricação de óleos comestíveis e no ramo de biodiesel. Conforme Alves (2012, p.248), em 2002 a Bunge começa a processar grãos no município de Uruçuí (PI), possuindo capacidade de esmagar cerca de 6 mil toneladas de soja por dia. Grande quantidade deste volume de grãos, para o processamento, tem origem do próprio Piauí. Contudo, em determinados momentos do ano a empresa desloca produção de outros estados do MATOPIBA, tais como Maranhão e Tocantins para Uruçuí. Em 2006, quase 90% da produção do Piauí era destinada para a planta industrial da Bunge⁵⁰, das 500 mil ton produzidas pelo estado cerca de 400 mil foram para a referida unidade agroindustrial (ALVES, 2012).

Sem dúvida o grupo Bunge, bem com sua estratégia corporativa, foi fundamental para o aumento da capacidade de processamento de oleaginosas no Piauí. Conforme dados da ABIOVE (2016), em 2000 o referido estado tinha capacidade de processar 260 toneladas por dia, em 2015 essa quantidade passou para 2.800 ton/dia, ou seja, cresceu quase 980%. É importante destacar que, o período de maior crescimento ocorreu justamente no ano seguinte da ativação da unidade da Bunge em Uruçuí, de um ano para outro (2002 a 2003)⁵¹ houve o significativo aumento na capacidade de processamento da ordem de 580%, enquanto as demais atividades de processamento como refino e envase permaneceram as mesmas (Gráfico 6).

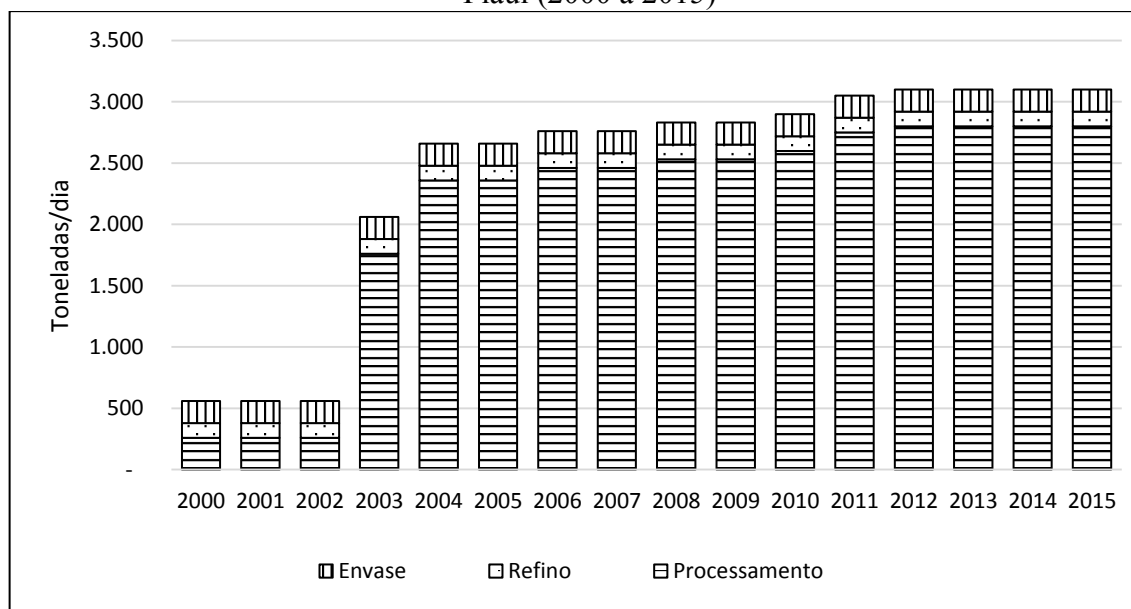
Segundo Alves (2012, p.246), “a primeira fase de instalação da Bunge no Piauí definiu-se pela tentativa de controlar aqueles setores estratégicos da cadeia de distribuição de grãos, sobretudo, na etapa de secagem e armazenamento do produto colhido”. Nos parece que essa estratégia se realizou de forma como planejada, pois, segundo dados da Conab (2015), 21% (cerca de 200 mil ton) da capacidade de armazenamento do Piauí está sob o controle da Bunge. Tal concentração, do volume de armazenamento de *commodities*, revela-se ainda maior quando constatamos que aproximadamente 60% (125 mil ton) da capacidade de estocagem de

⁵⁰ É importante salientar que recentemente (2011) a Bunge em conjunto com a Itochu – empresa japonesa, inaugura a planta industrial para o processamento de cana-de-açúcar em Pedro Afonso (TO), com o objetivo de produzir álcool combustível, açúcar e energia elétrica para atender o mercado interno e externo. Em 2011, a indústria possuía uma capacidade inicial de moagem de 2,5 milhões de ton de cana-de-açúcar por ano. Foram realizadas parcerias com empresas de pesquisa para criar plantas adaptadas ao clima e ao solo da região, e em 2011 houve o plantio de mais 24 mil hectares de cana-de-açúcar, com expectativas de ampliar para 32 mil hectares no ano seguinte. Dos 24 mil hectares de cana, cinco mil eram irrigadas por pivô central – apenas um pivô central possuía 1.300 metros (BUNGE, 2011). Estas informações demonstram o alto nível técnico na produção agrícola, bem como o investimento em conhecimento científico na criação de novas variedades de cana-de-açúcar realizado pela Bunge. Neste sentido, a Bunge antecipa-se espacialmente no ramo sucroenergético no estado do Tocantins.

⁵¹ No Piauí há outra unidade de processamento de grãos a Dureino, localizado na cidade de Teresina, contudo sua atuação não possui a mesma importância no processamento de grãos, como é perceptível no gráfico 6.

grãos de Uruçuí está sob a gestão da Bunge, indicando a aptidão dessa empresa em controlar os modernos sistemas de objetos que são importantes pontos da rede agroindustrial.

Gráfico 6 – Capacidade instalada de processamento de oleaginosas
– Piauí (2000 a 2015)



Fonte: Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE (2016); Org. SOUZA, G.V.A. (2016)

Segundo Fornaro (2012), nos últimos anos uma das empresas que mais realizam investimentos no Tocantins é a Granol, grupo nacional. A Granol tem origem em São Paulo, e data de outro momento da formação da atividade agroindustrial do país (1965). As principais atividades da Granol são produção e comercialização de grãos e derivados (farelos e óleos vegetais) e biodiesel para o mercado interno e externo. Esta empresa está distribuída por várias regiões do país, no Sul, Sudeste, Centro-Oeste e no Norte (Quadro 3), ou seja, está presente em áreas onde a atividade agroindustrial é dinâmica.

A Granol foi atraída pelos incentivos fiscais viabilizados pelo estado de Tocantins, bem como pela doação de terreno (de 120 mil metros quadrados) realizada pela prefeitura de Porto Nacional. A empresa instalou uma planta industrial, no município supracitado, como o objetivo de processar matérias-primas agrícolas. O investimento para construir tal agroindústria girou em torno de R\$ 260 milhões, financiado pelo banco da Amazônia (PREFEITURA DE PORTO NACIONAL, 2013, 2015). A atuação da corporação no processamento de grãos iniciou em 2015, e estava previsto o processamento de 300 mil ton/ano, para a produção de óleo, biocombustível e farelo de soja, dentre outros (PREFEITURA PORTO NACIONAL, 2013, 2015). Segundo informações da ABIOVE (2016), em 2015, no estado de Tocantins havia

agroindústria com capacidade de processar 3 mil ton/dia de grãos, sendo o resultado do início das atividades da Granol em Porto Nacional.

Quadro 3 – Atividades da Granol no território brasileiro

Unidades	Quantidade	Capacidade de produção	Localização
Complexos industriais (Produção de óleo comestível, biodiesel, glicerina e lecitina)	4	Esmagamento de 3.399.000t/ano, 2.651.000t/ano de farelo de soja, refino de 600.600t/ano de óleo bruto e envase; Produção de 887.800m³/ano; 66.000t/ano de glicerina; 9.000t/ano de lecitina	RS, SP, GO e TO
Escritório regionais de compra e armazenagem	54	Capacidade aproximada de armazenar 1.250.000 ton de grãos	RS, PR, SP, MG, GO, MS, MT e TO

Fonte: Granol (2016). Org.: SOUZA, G.V.A. (2016)

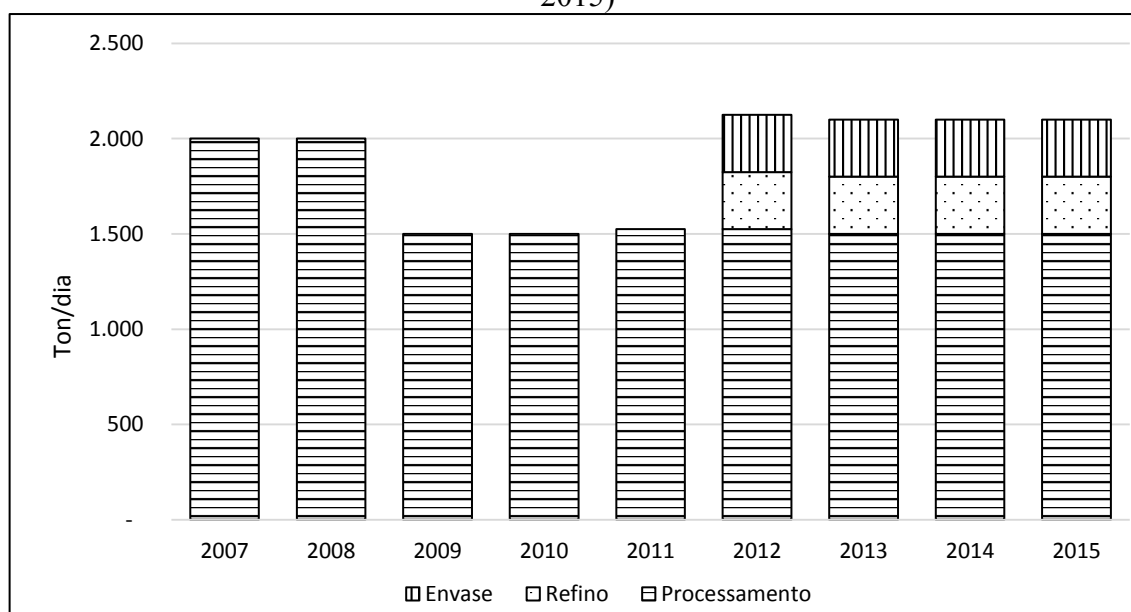
Somando a esta unidade de processamento, a Granol possui armazéns no pátio multimodal junto a Ferrovia Norte/Sul, em Porto Nacional. Esta unidade armazenadora possui capacidade de 36 mil ton – cerca de 36% da capacidade do município (CONAB, 2015), e outros armazéns nos municípios de Figueirópolis com 40 mil ton (CONAB, 2015) e São Valério. Além do mais, a empresa possui escritórios de comercialização em Aguiarnópolis e Marianópolis (GRANOL, 2016). Sem dúvida, a unidade processadora da Granol é, entre as agroindústrias em análise, a que possui maiores vantagens competitivas, devido a sua localização junto ao sistema de movimento ferroviário (Ferrovia Norte/Sul). A proximidade com a ferrovia favorece o escoamento de produtos com farelo de soja para o mercado externo. Além do mais, o Tocantins é um dos estados onde o *front* agrícola é mais recente, sobretudo em Porto Nacional e municípios vizinho, sendo uma região com áreas a serem exploradas pelo agronegócio, portanto é uma porção do Tocantins potencial para expansão agrícola.

A Algar Agro, grupo pertencente a *holding* brasileira Algar com sede em Uberlândia (MG), estabelece atividades agroindustriais no MATOPIBA no ano de 2006, quando inicia o processamento de grãos em Porto Franco (MA). Sua capacidade atual é de processar 1,5 mil toneladas por dia. Os grãos são provenientes do nordeste do Mato Grosso, porções do Pará e fundamentalmente do Maranhão. O destino dos principais produtos (óleo ABC e farelo de soja

– Raçafort) é o mercado interno, sobretudo os estados do Nordeste⁵², além de exportação de soja *in natura* e de farelo (ALGAR AGRO, 2016).

Conforme dados da ABIOVE (2016), a capacidade de processamento de grãos do Maranhão não sofre alteração desde 2009, após a inauguração da unidade da Algar Agro, sinalizando que nenhuma outra indústria processadora de soja iniciou atividades no estado (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Capacidade Instalada de Processamento de Oleaginosas – Maranhão (2007 a 2015)



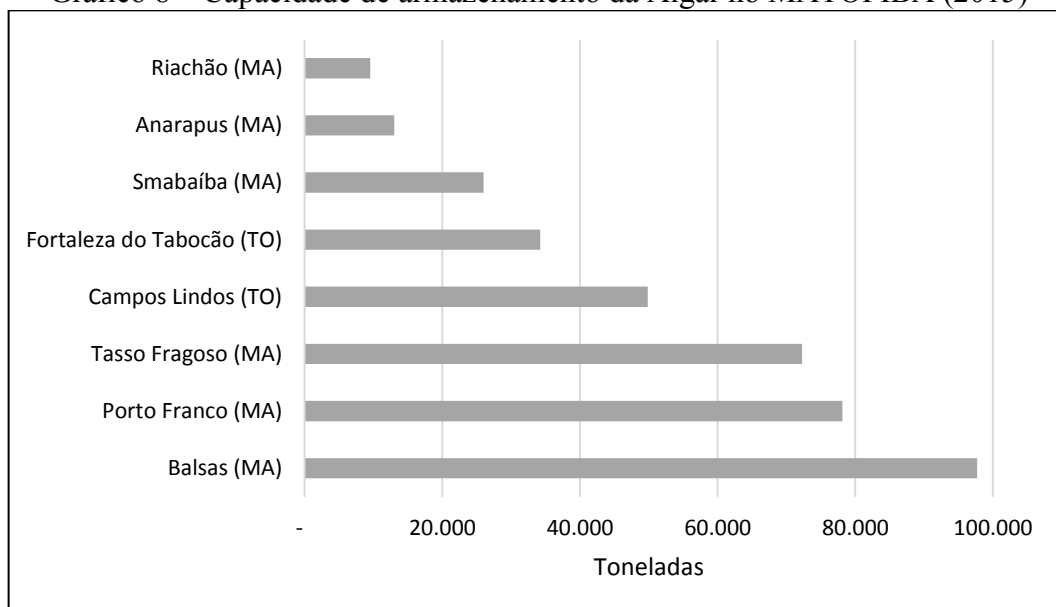
Fonte: Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE (2016); Org. SOUZA, G.V.A. (2016)

Dentre as *tradings* que estendem seus nexos no MATOPIBA, a Algar Agro fica atrás somente da Cargill e Bunge com relação a capacidade de armazenamento de grãos. O grupo possui 13 armazéns, com capacidade aproximada de 380 mil toneladas (CONAB, 2015) distribuídos em importantes municípios produtores de grãos no Maranhão e no Tocantins (Gráfico 8). Diferentemente das outras agroindústrias, os maiores armazéns da Algar Agro, se considerarmos os dados da Conab (2015), estão localizados fora na unidade processadora. O maior volume de armazenamento da empresa em questão está em Balsas (MA) – com quase 100 mil ton – que é o maior produtor de soja do estado do Maranhão, justificando a presença dessa infraestrutura logística nesse município. A Algar controla quase 70% (80 mil ton) do

⁵² Além da agroindústria de Porto Nacional, esse grupo possui outra unidade processadora de grãos localizada em Uberlândia (MG). As duas unidades de processamento de soja comercializam produtos para 18 estados do país – todo Nordeste e Sudeste, Goiás, Tocantins, Amazonas e Pará.

volume de armazenamento de Porto Franco, devido a presença da unidade de processamento de soja presente nesse município.

Gráfico 8 – Capacidade de armazenamento da Algar no MATOPIBA (2015)



Fonte: CONAB (2015); Org. SOUZA, G.V.A. (2016).

Além de possuir o controle de importante volume de armazenamento de soja (já que é a principal *commodity* produzida na região, assim como o principal produto processado pela empresa) no MATOPIBA, a Algar também aproveita de outro fator logístico que atribui maior competitividade, que é a proximidade com a ferrovia Norte/Sul, bem como o pátio multimodal presente em Porto Franco. Somando a esse fator, a empresa está inserida em uma das principais sub-regiões produtoras de grãos do MATOPIBA no sul do Maranhão, além de estabelecer conexões comerciais com outras áreas da região como nos municípios de Campos Lindos (um dos maiores produtores de soja do Tocantins) e Fortaleza do Tabocão (TO) devido a presença de armazéns nesse estado.

Diante do exposto até aqui, podemos considerar que esse reduzido grupo de corporações (Bunge, Cargill, Algar Agro e Granol) é responsável pela dinamização do circuito espacial produtivo da soja, por terem o controle da infraestrutura necessária para o processamento de grão, bem como possuírem o domínio de considerável volume da rede armazenadora no MATOPIBA. Nessa conjuntura de monopolização do território (OLIVEIRA, 2014), podemos inferir que essas empresas são as que mais concentram capital proveniente da atividade do agronegócio, promovendo e acentuando a especialização produtiva territorial, bem como o grau de vulnerabilidade territorial.

A atuação corporativa das *tradings* não se restringe apenas à atividade de processamento de grãos, bem como no controle do sistema de armazenamento. Essas empresas, também dinamizam a rede agroindustrial das principais *commodities* agrícolas, sobretudo a soja, através dos escritórios de comercialização de grãos que são responsáveis pela circulação de significativos volumes de mercadoria e dinheiro na região. Sem dúvida, esses escritórios são responsáveis pela exportação de grande quantidade de produtos para outros países, configurando como pontos indispensáveis para ampliação da acumulação de capital dessas corporações.

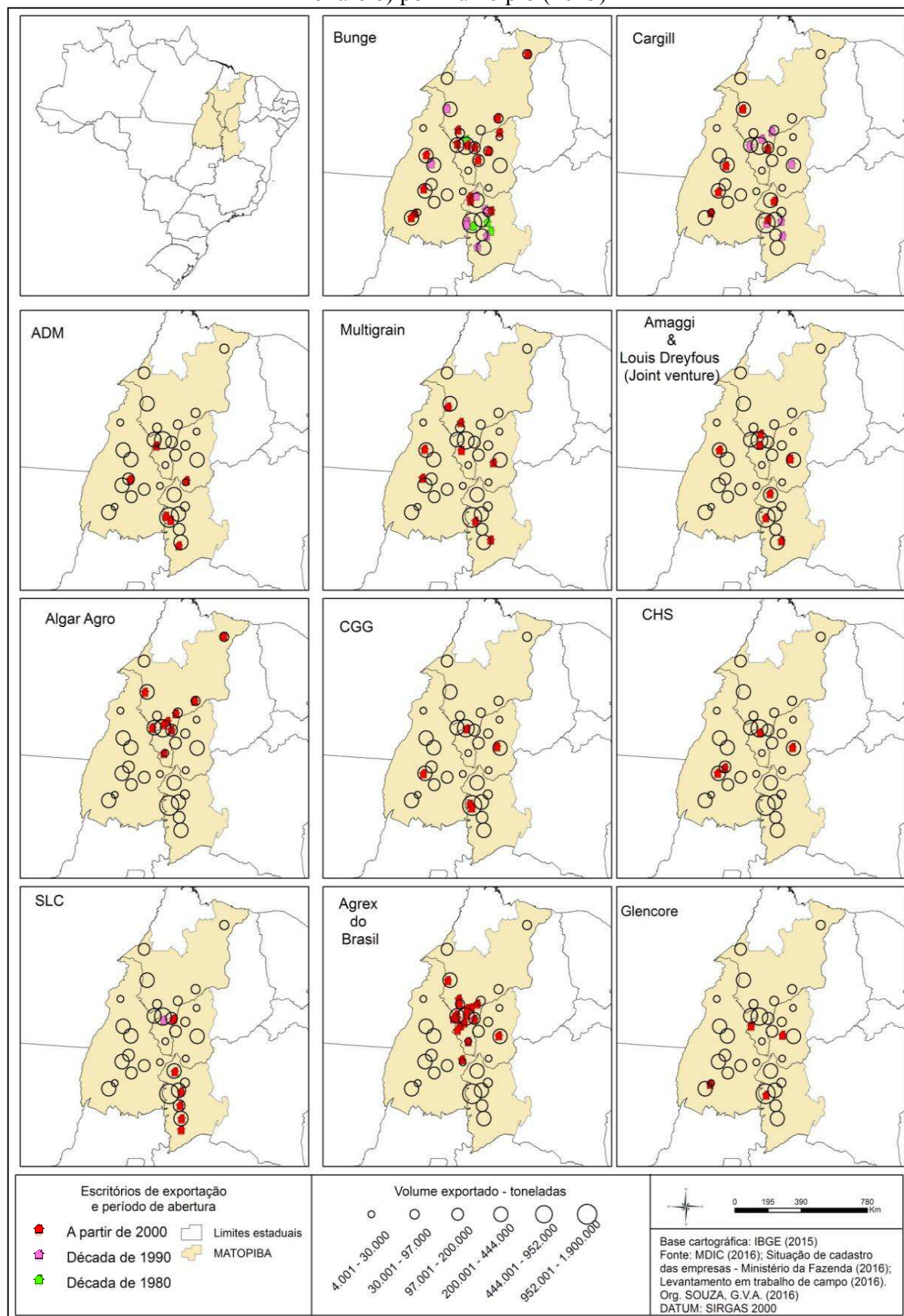
4.2 A rede de escritórios de comercialização de *commodities*

Conforme Frederico (2008), as unidades de exportação das grandes corporações configuram-se como verdadeiros pontos das redes agroindustriais. Os escritórios de exportação são equipados com objetos técnicos indispensáveis para a fluidez de informações, os funcionários estão o tempo todo conectados – através de computadores, telefones, celulares e *internet* – diretamente com as principais bolsas de valores que ditam o preço das *commodities*, com atenção especial à bolsa de Chicago e Nova Iorque nos Estados Unidos, ou em contato com os principais clientes. Assim, são pontos em que a informação, ordens e o controle de capitais, espalhados em diferentes partes do globo, se entrecruzam. Além disso os escritórios, são responsáveis pela circulação de mercadorias a partir da compra nas principais regiões produtoras de grãos e venda para mercados consumidores distantes.

A partir de informações obtidas através de consultas sobre a situação cadastral⁵³ (Ministério da Fazenda) das principais *tradings*, constatamos um movimento de difusão de escritórios das *tradings* em diversos lugares no MATOPIBA, viabilizando o aprofundamento da abertura do *front* agrícola nessa região. Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2016), atualmente a Bunge possui 28 escritórios de exportação e a Cargill 12, distribuídos nas principais áreas produtoras de grãos do MATOPIBA. O processo de territorialização das corporações se intensifica nos anos 2000, a partir da criação de novos escritórios da Bunge e da Cargill, bem como a chegada de outros grupos (Multigrain, Algar Agro, Amaggi & LDC, CHS, CGG *Trading*, Glencore, entre outros), que se instalam em diferentes pontos da região (Mapa 7).

⁵³ Os dados foram levantados a partir dos CNPJs das empresas, obtidos por meio de informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior – MDIC (2016). Através do CNPJ, obtivemos informações sobre a data de abertura das empresas, bem como as principais atividades desempenhas por elas.

Mapa 7 – Escritório das principais tradings no MATOPIBA e exportação de soja (grãos, óleo e farelo) por município (2015)



Quase que em sua totalidade, as principais *tradings* estão atuando nas áreas agrícolas mais racionalizadas, próprias da agricultura científica globalizada, em espaços onde a produção de *commodities* vem aumentando de forma significativa como nos municípios do Oeste Baiano (Luís Eduardo Magalhães, Barreiras e Formosa do Rio Preto), no Sudoeste do Piauí (Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro e Bom Jesus), Sul do Maranhão (Balsas, Riachão, Tasso Fragoso) e no Tocantins (Campos Lindos, Pedro Afonso e Porto Nacional), sendo as sedes destes municípios importantes pontos para o desenvolvimento do agronegócio através dos serviços e comércio especializados presentes nestes lugares (ELIAS, 2003, 2006a, 2011).

Observamos, assim, uma dispersão concentrada dos escritórios de exportação das principais *tradings*, dispersão esta vinculada ao aumento significativo da atuação das empresas na região. É importante destacar que alguns destes escritórios de exportação não comercializam soja e derivados, como é o caso das empresas (SLC e a subsidiária da Multigrain, a Xingu Agri) localizadas em Jaborandi (BA), onde a principal *commodities* exportada foi o algodão (em 2015 foram exportadas cerca de 8 mil toneladas de algodão – mais de 11 milhões de dólares no referido município) (MDIC, 2016).

As empresas estabelecem nexos no território com finalidade de atribuir a cada lugar uma determinada função, que vai de encontro aos seus interesses e que varia de firma para firma, com isso observamos diferentes divisões territoriais do trabalho. Em síntese “[...] as diversas empresas, segundo sua força, e segundo os respectivos processos produtivos, induzem uma divisão do trabalho que corresponde ao seu próprio interesse” (SANTOS, 2002, p.135).

Um exemplo é a atuação da Cargill no Tocantins. O grupo possui escritórios em Campos Lindos, Pedro Afonso, Porto Nacional e Gurupi, cada um deles é responsável pela comercialização de grãos em diferentes sub-regiões do Estado. O escritório de Gurupi estabelece relações com municípios do sudoeste de Tocantins, o escritório localizado em Porto Nacional atende a porção sudeste do estado, o escritório de exportação em Pedro Afonso comercializa a produção das porções do centro e norte de Tocantins, enquanto o de Campos Lindos se responsabiliza pela compra de grãos do próprio município⁵⁴.

Outro exemplo é a forte atuação da Algar Agro no Maranhão. Essa empresa possui oito escritórios de comercialização de grãos distribuídos nos principais municípios produtores e exportadores de soja, e um escritório em Campos Lindos (TO) que fica na divisa entre os estados do Maranhão e do Tocantins. Um dos motivos da forte atuação territorial desta empresa no Maranhão é a presença de uma unidade esmagadora em Porto Franco. Esta empresa é uma

⁵⁴ Informação obtida em trabalho de campo junto à dirigente da Cargill, em Pedro Afonso (2016).

das poucas *tradings* que estão investindo na criação de escritórios em áreas ao norte do MATOPIBA, como no município de Anapurus (MA). O referido município, em 2015, teve um volume exportado de 60 mil ton (US\$ 22 milhões), sendo grande parte comercializada pela Algar, pois essa empresa teve um volume de comercialização que girou entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões, enquanto a Bunge (a única empresa, além da Algar, com escritório em Anapurus) exportou uma quantidade de soja que variou entre US\$ 5 e US\$ 10 milhões (MDIC, 2016).

Em 2009, a Amaggi e a Louis Dreyfus estabeleceram uma *joint venture* (Amaggi&LDC) para atuar especificamente na região do MATOPIBA. A empresa criada tinha expectativa de faturar cerca de R\$ 700 milhões e movimentar um milhão de toneladas de grãos em cinco anos (AMAGGI, 2009). Conforme Mazzali (2001), a *joint venture* é uma aliança estratégica entre firmas que visam à conquista e o controle de mercados externos e/ou ampliação do mercado interno. Parece-nos que a *joint venture* em questão alcança seus objetivos, quando dois escritórios de exportação – em Luís Eduardo Magalhães (BA) e Guaraí (TO) – comercializaram considerável volume de grãos, entre 50 e 100 milhões de dólares, em 2015, e em outras cinco unidades circularam uma quantidade de grãos cujo valor negociado variou entre US\$ 10 e US\$ 50 milhões, em Formosa do Rio Preto (BA), Correntina (BA), Bom Jesus (PI), e dois escritórios em Balsas (MA) (MDIC, 2016).

A atuação das empresas de forma mais intensiva no território é resultante de processos iniciados nos anos de 1990, quando observamos o alargamento da porosidade territorial (ARROYO, 2003) em decorrência da modernização de objetos técnicos (portos, aeroportos, rodovias) e da criação de novas ações políticas⁵⁵ que viabilizaram o aumento do comércio externo. A partir deste momento histórico instaura-se um verdadeiro imperativo das exportações das *commodities* minerais e agrícolas, “sugerido a todos os países como uma espécie de solução salvadora” (SANTOS, 1999b), sobretudo para os países em “via de desenvolvimento”, implicando em um verdadeiro “boom” nas exportações (DELGADO, 2012)

Um dos fatores apontados por Frederico e Buhler (2015, p.205) para o crescimento das exportações foi o aumento do preço das *commodities*, motivado pelo crescimento do consumo desses produtos fundamentalmente nos países asiáticos, gerado pela ampliação do consumo de soja na Ásia (ARROYO, 2003, p.446). Os produtos que obtiveram maior crescimento (por saca

⁵⁵ “Recintos aduaneiros para executar o controle alfandegário, regimes tributários e tarifários para taxar ou desonerar o movimento de mercadorias, linhas de seguro que envolvem a circulação de dinheiro vinculado às exportações e atividades relativas à promoção comercial, todos eles, acionados para facilitar a abertura do território” (ARROYO, 2003, p.429)

de 60 kg) em seus valores foram o trigo (125%), soja (110%) e milho (98%), entre 2004 e 2013 (FREDERICO; BUHLER, 2015, p.204). Somando a este fator, Arroyo (2003, p.437) indica que a desoneração do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – sob produtos primários e/ou semielaborados com destino ao mercado externo foi legitimada pelo Estado através da lei complementar nº87/96 (Lei Kandir), além disso, essa lei reduz o ICMS de máquinas e equipamentos e de material de consumo não diretamente incorporado ao processo produtivo.

Da virada do século XXI até 2015 observamos o aumento substancial da exportação da soja em grão e derivados (óleo e farelo) no MATOPIBA. Em 1997 o volume exportado de soja foi de aproximadamente 395 mil ton (US\$ 120 milhões), crescendo quase 2 mil vezes quando houve o embarque de 8 milhões de ton. (US\$ 3 bilhões) em 2015 (ALICEWEB/MDIC, 2016). Este fenômeno do “boom” de exportação de soja e derivados foi acompanhado pela territorialização e dispersão das *tradings* no MATOPIBA. Na verdade, estas empresas (a partir de seus escritórios) são um dos grandes responsáveis por esse processo. O maior volume da exportação de soja é controlado por uma pequena quantidade de *tradings* como a Bunge, Cargill, Mulgrain e ADM⁵⁶, e em decorrência disto, observamos a maior concentração de capital sob o controle destas corporações.

Este processo de aumento das exportações nos indica a relação dialética entre o Estado e as firmas (SANTOS, 2014), demonstrando o quanto o Estado é agente viabilizador da expansão dos *fronts* agrícolas e por consequência colabora para o alargamento dos nexos territoriais das empresas em lugares favoráveis para a maior rentabilidade lucrativa. No período técnico-científico-informacional este agente organizacional (Estado) legitima as ações verticalizadas promovidas pelas corporações privadas e supranacionais, aprofundando o seu exercício de intermediador “[...] entre forças externas e os espaços chamados a repercutir localmente essas forças externas” (SANTOS, 2008, p.226), devido à constituição de uma psicosfera alicerçada no imperativo da exportação, onde os países que não se alinham a esta racionalidade estarão à margem do processo produtivo.

Esta viabilização do território (SILVEIRA, 2003) para a atuação das corporações produz uma região extravertida que é promovida pelas políticas das empresas multinacionais presentes no MATOPIBA, e impõe ao território novos eventos externos que atribuem novas formas de organização do agronegócio, acarretando em (re)arranjos territoriais (ELIAS, 2006a,

⁵⁶ Cada uma dessas empresas teve um escritório cuja exportação alcançou valor acima de 100 milhões de dólares no ano de 2015 (MDIC, 2016), essas estavam localizadas em Luís Eduardo Magalhães (ADM, Multigrain e Bunge) e Barreiras (Cargill), ambas são cidades baianas.

2006b, 2011), que são caracterizados pela acentuação das ações verticais e por consequência promovem o centrifugismo das forças reguladoras da produção local (SANTOS, 2002).

Conforme Santos (2002), “as verticalidades são de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado” (SANTOS, 2002, p.286) às ações corporativas. A atuação dos escritórios de exportação cumpre esta função de impor ao lugar normas produtivas que subordinam os produtores e as regiões aos interesses das corporações a partir da venda de insumos agrícolas (herbicidas, fungicidas e pesticidas) através do sistema bater⁵⁷, sementes geneticamente modificadas que reagem e se desenvolvem somente com insumos específicos que em geral são monopolizadas por poucas empresas, e, sobretudo, pela oferta do financiamento para o custeio da produção agrícola, como constatamos em pesquisa de campo.

O sistema de financiamento mais utilizado pelas *tradings* corresponde à compra antecipada de grãos (soja verde) dos produtores que é realizada antes do plantio. Após este procedimento, as corporações revendem as *commodities* nas bolsas de valores – notoriamente a de Chicago – como uma medida de segurança devido a oscilação de preço do produto. A moeda de liquidação do financiamento é a própria produção de grãos, além do pagamento de juros entre o período do plantio e da colheita, assim as empresas saem ganhando duplamente graças à garantia antecipada de grãos e pela aquisição de mercadoria a baixo preço (FREDERICO, 2008). Conforme Alves (2012, p.251),

Este sistema de crédito rural (“soja verde”), mantido pelas agroindústrias, segue mecanismos de financiamento semelhantes aos do setor bancário em geral, mas incorporando outras modalidades que elevam a subordinação do agricultor com a empresa credora. Nesse tipo de financiamento, o agricultor, ao adquirir dinheiro das processadoras, através de empréstimo, firma compromissos de pagamento de juros, os quais, comumente, superam as taxas cambiais operadas no mercado financeiro. Além disso, ele se sujeita a outras obrigações, como a de entregar diretamente à empresa financiadora uma parcela importante de sua produção. A empresa, por conseguinte, é quem estipula o preço a ser pago pelo produto. Com esse mecanismo de crédito de venda antecipada do produto, cujo preço é fixado no mercado futuro, a empresa adianta recursos financeiros para o custeio da safra mediante garantias dadas pelo agricultor, que podem ser a hipoteca das propriedades, penhor agrícola e promissórias.

Diante deste controle das empresas do agronegócio em algumas etapas do circuito espacial produtivo, Santos e Silveira (2011, p.263) compreendem que atividade agrícola

⁵⁷ Consiste na troca de insumos por uma parcela da produção futura com os produtores.

moderna não se configura como “uma atividade que permita falar em horizontalidades, já que as principais etapas do respectivo processo dependem exclusivamente dos interesses das grandes corporações”. Os antigos circuitos produtivos e círculos de cooperação estabelecidos pelos pequenos produtores marcados por relações contíguas em diferentes pontos da região, são paulatinamente substituídos pelas práticas da agricultura científica globalizada que são arregimentadas pelo controle político e econômico dos atores hegemônicos. Em outras palavras, os antigos processos de horizontalidades que caracterizavam as relações produtivas marcadas pela “extensão formadas de pontes que se asseguram sem descontinuidade [...] fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação limitada” (SANTOS, 2002, p.284), são, no período técnico-científico-informacional, cada vez mais reguladas por ações verticais.

Perante esta conjuntura vislumbramos que as redes hegemônicas são, por excelência, promotoras de um processo ao mesmo tempo de integração e de desintegração territorial, “[...] integração produtiva, de integração de mercados, de integração financeira, de integração da informação. Mas processos igualmente de desintegração, de exclusão de vastas superfícies do globo [...]” (DIAS, 2000, p.147). Destarte, as redes agroindustriais integram as etapas do processo produtivo – produção, circulação, distribuição e consumo, mas são desintegradoras de complementariedades horizontais, pois são resultantes de um agir verticalizado que estabelece ao lugar novas cargas de ações, de fazer e agir, alterando as antigas solidariedades orgânicas (SANTOS, 2002) estabelecidas pela população local, tornando o território mais fragmentado.

Para além das *tradings* agrícolas, observamos que agentes de outros ramos do agronegócio estão estendendo seus nexos corporativos ao MATOPIBA. Nos anos 2000, observamos a atuação de forma mais verticalizada de empresas que atuam no mercado de terras, muito responsáveis pela valorização de imóveis e por um claro processo de especulação fundiária, implicando na acentuação da fragmentação do território.

4.3 O controle corporativo da terra e a especulação fundiária

A partir dos anos 2000 observamos o aprofundamento da especulação fundiária no território brasileiro⁵⁸. Tal situação é cada vez mais fomentada pelo capital financeiro através dos fundos de investimentos (*private equity*), empresas que se capitalizam a partir da abertura de capital em bolsas de valores, fundos de pensões, entre outros. Contudo, as empresas de

⁵⁸ Como indicado por alguns autores (PITTA; MENDONÇA, 2010; FREDERICO, BUHLER, 2015; PEREIRA; PAULI, 2016), este processo não é um fenômeno recente no território brasileiro, e, também, ocorre em outras porções do planeta como na Ásia, na África, e em outros países da América Latina.

investimentos não administram, ou não possuem interesse em gerir os negócios fundiários, assim estabelecem um círculo de cooperação com empresas relacionadas com a atividade agrícola propriamente dita (produtores, operadores e *tradings* agrícolas). Além dos agentes supracitados, percebe-se que capitais provenientes de setores não tradicionais ao agronegócio como grupos da petroquímica, automobilística, logística, entre outros, estão investindo no mercado de terras no Brasil (PITA; MENDONÇA, 2010; FREDERICO; BUHLER, 2015).

Neste sentido, instaura-se uma situação geográfica em que corporações de diferentes capitais se associam – a partir de *joint venture* – para criar empresas especializadas na compra e venda de terras agrícolas, cujos investimentos são subsidiados a partir do capital financeiro internacional e nacional. Tal situação atesta a assertiva da tese defendida por Delgado (2012), que considera o mercado de terras como um dos sustentáculos do agronegócio da atualidade, sendo a estratégia do capital financeiro o motor desse processo. Para o referido autor o mercado de terras configura-se como um indicador de mudanças na configuração das relações produtivas no campo, e nos anos 2000 inicia-se um processo de rearticulação e revalorização dos preços das propriedades agrícola (já que na década de 1990 foi um período de desvalorização do preço das terras) sendo um dos resultados de uma nova econômica política do agronegócio. Delgado apoiado em Silva, nos traz que:

Através do sistema financeiro, a elevação do preço da terra conduz ao crescimento da massa de capital dinheiro disponível. Por esta via o capital resolve, ou, mais precisamente, recoloca em outro nível, a sua contradição com o monopólio da terra. A imobilização do capital dinheiro em terras gera capital dinheiro que ativa o sistema de crédito rural e o sistema financeiro em geral. (SILVA, 1984, p.44 apud DELGADO, 2012, p.52).

Na verdade trata-se de um movimento estrutural que se realiza via especulação. O preço da terra não se move por si próprio. Ele apenas reflete as condições do movimento do capital no campo, mas as possibilidades de mobilização do capital-dinheiro via sistema financeiro que esta estrutura atribui ao monopólio da terra resultam em reforço da tendência ao crescimento da renda. (SILVA, 1984, p.46 apud DELGADO, 2012, p.54).

Dessa forma a busca pela apropriação privada de terras no país está, também, relacionada com o *boom* de produção e exportação de *commodities* agrícolas a partir dos anos 2000, com destaque para soja e milho, o que colabora para valorização do preço das terras. Além do crescimento da produção dos grãos supracitados, a cana-de-açúcar foi outro cultivo que colaborou no processo de especulação fundiária, consequências da rearticulação do setor sucroenergético sobretudo no que diz respeito a produção de combustíveis (etanol) e energia (cogeração de energia). Outro fator que nos aponta elementos para explicar essa busca por terras

no país é a crise internacional do sistema financeiro, alimentício e energético que eclodiu em 2008. Nas palavras de Frederico e Buhler (2015, p.205),

A confluência de diversos fatores, como a manutenção dos preços elevados das *commodities*, o aumento da produção de biocombustíveis e a turbulência nos mercados financeiros internacionais, tem atraído novos atores para o campo moderno, com o aumento do peso dos fatores externos nas estratégias produtivas e na dinâmica territorial das regiões agrícolas brasileiras.

Deduzimos que a crise de 2008 foi um evento que demarcou um novo período na divisão internacional do trabalho, atingindo o setor de especulação fundiária no território brasileiro. O processo de verticalização dos investimentos em terras agrícolas por corporações financeiras configura-se como um movimento de capitais nacionais e internacionais buscando setores econômicos confiáveis para investimentos. Em outras palavras, o processo de fuga de capitais para o mercado de terras conforma-se como um ajuste “espaçotemporal” (HARVEY, 2016) do capital financeiro e demais setores que visam investir em áreas da economia que possam mitigar prejuízos decorrentes da crise de 2008, bem como atribuir maiores ganhos para os investidores. O ajuste espaçotemporal possui dois sentidos: “Uma parte do capital total se ajusta literal e fisicamente a determinado lugar por um período relativamente longo. Mas, ‘ajuste’ também se refere metaforicamente a ‘solução’ por meio de investimento de longo prazo na expansão geográfica” (HARVEY, 2016, p.143-144).

A segunda situação de ajuste espaçotemporal do “[...] problema da absorção do excedente de capital e trabalho” (HARVEY, 2016, p.143), que parece ser o caso da crise de 2008, encontrou no mercado de terras uma das “soluções”⁵⁹ para os prejuízos provenientes de tal crise financeira. Além do deslocamento ou diversificação de aplicação de capital em outros setores da economia, percebe-se o deslocamento espacial de investimentos financeiros sobretudo para regiões cujas expectativas e especulações para maior acumulação de riqueza são altas. Nesse sentido, “a criação de novas divisões territoriais de trabalho, novos complexos de recursos e novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital promovem oportunidade de geração de lucro e absorção dos excedentes de trabalho” (HARVEY, 2016, p.144). É neste momento (2008 ou um pouco antes) que observamos o surgimento de várias empresas para atuar na compra, especulação e venda de propriedades agrícolas em diferentes regiões do país, sobretudo nos *fronts* agrícolas.

⁵⁹ “[...] o preço da terra será uma função inversa da taxa de lucro. Se esta cai – e ocorre que ela cai, ciclicamente, nos períodos de baixa conjuntura – o preço da terra, dada a renda, deverá elevar-se”. (RANGEL, 2005, p.112 apud BEILER; PEREIRA, 2016, p.13).

A situação que observamos no MATOPIBA nos retrata essa configuração, de deslocamento espacial e setorial de investimento do capital financeiro e agrícola para o mercado de terras. Esta região competitiva agrícola, MATOPIBA, é constituída por uma psicosfera carregada de expectativas e especulações em torno do agronegócio. Conforme Lima (2014, p.41), “[...] é fundamental para a estratégia de atração do agronegócio a disseminação de ideia de um grande estoque de terras para exploração agrícola intensiva”. Nesse sentido, esta porção do território nacional tem potencial para a especulação fundiária, por se configurar como uma região de expansão do agronegócio tendo áreas com grandes possibilidades de serem convertidas em propriedades agrícolas competitivas. Além do mais, essa região tem terras agrícolas com preços menores se considerarmos outras regiões competitivas agrícolas (sobretudo de soja) nas áreas de *fronts* consolidados e nos *belts* (Tabela 7).

Tabela 7 – Evolução do preço médio das terras (R\$/ha) por unidades da federação

Estados	2003	2008	2013	Aumento do preço das terras (em %) – 2003 a 2013
Acre	249	952	1.239	398
Alagoas	1.636	2.256	3.934	140
Amapá	102	398	770	655
Amazonas	142	270	380	168
Bahia	1.481	2.727	3.802	157
Ceará	826	1.303	2.128	158
Espírito Santo	2.657	5.882	9.986	276
Goiás	2.451	3.828	7.361	200
Maranhão	514	878	1.874	265
Mato Grosso	1.670	2.480	4.275	156
Mato Grosso do Sul	2.784	4.174	6.121	120
Minas Gerais	2.458	4.842	7.574	208
Pará	625	1.190	1.628	160
Paraíba	835	1.141	1.994	139
Paraná	6.112	8.959	13.043	113
Pernambuco	1.743	3.823	5.668	225
Piauí	471	813	1.209	157
Rio de Janeiro	2.014	3.797	6.372	216
Rio Grande do Norte	787	1.116	2.846	262
Rio Grande do Sul	4.251	6.509	12.532	195
Rondônia	1.560	2.788	3.870	148
Roraima	395	688	970	146
Santa Catarina	3.709	9.388	16.209	337
São Paulo	7.316	12.031	17.649	141
Sergipe	1.103	3.642	6.381	479
Tocantins	1.068	1.805	3.339	213

Fonte: Agrianual/FNP (2003-2014). Org.: SOUZA, G.V.A (2017).

Se tomarmos os dados da FNP (2003-2014) constataremos que em 2003 o preço médio por hectares (ha) das terras do Maranhão (R\$ 514) e Piauí (R\$ 471) era aproximadamente 3 e 3,5 vezes menor se comparado ao preço médio do Mato Grosso (R\$ 1.670), que era de 4,7 e 5,2

vezes inferior ao compararmos com o preço médio em Minas Gerais (R\$ 2.458), e 8 e 9 vezes mais barato em relação ao preço médio das terras do Rio Grande do Sul (R\$ 4.251). Ainda no ano de 2003, os estados da Bahia e Tocantins (que possuem preços de ha relativamente próximos, respectivamente R\$ 1.481 e R\$ 1.068) possuem cotações médias de terras menores se comparados aos estados de Mato Grosso do Sul – quase 2 e 3 vezes mais barato, São Paulo – quase 5 e 7 menor, e Paraná – 4 e 6 vezes inferior (Tabela 7).

Entre 2003 e 2013 o preço médio das terras nos estados que conformam o MATOPIBA aumentou consideravelmente. A Bahia e o Piauí tiveram crescimento de quase 160%, no Tocantins o aumento foi de 210%, e o Maranhão foi o estado que conheceu maior elevação do preço médio das terras, chegando a 265% (FNP 2003-2014). Mesmo com o crescimento dos preços médios das terras dos estados que conformam o MATOPIBA, observamos que os custos para adquirir terras nesses estados ainda são menores se comparados as unidades da federação do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país (Tabela 7). Esse fator, preço baixo de terras, é um dos elementos que colaboraram para o aprofundamento do agronegócio no MATOPIBA, através do aumento do interesse e atuação de grandes corporações (*tradings* agrícolas) e empresas cujos interesses são voltados para especulação fundiária, o que propiciou a expansão dos *fronts* agrícolas para essa região do país.

Principalmente a partir dos anos 2000 um conjunto de agentes empreende práticas de especulação fundiária no MATOPIBA, devido aos motivos expostos anteriormente. Pereira e Pauli (2016), através de informações do Banco de Dados da Luta pela Terra – Dataluta, identificaram quase 30 empresas estrangeiras de diferentes setores do agronegócio no MATOPIBA. Dentre as empresas encontradas pelos autores, ao menos cinco são especializadas na compra e venda de imóveis rurais no MATOPIBA – BrasilAgro, Radar, Sollus Capital, Tiba Agro e Vanguarda. Além dessas empresas, há outro conjunto de corporações e *tradings* agrícolas, que estão adquirindo terras nesse *front* agrícola, como SLC Agrícola, Multigrain e CGG. Estas corporações possuem sob controle grandes propriedades agrícolas (comumente acima de mil hectares) distribuídas em porções do MATOPIBA mais acionadas pelo agronegócio globalizado.

Nossa pretensão é demonstrar a estratégia corporativa de algumas empresas que praticam especulação imobiliária no MATOPIBA, sem nos comprometer em discutir todas as empresas, pois isso nos demandaria uma atividade de pesquisa mais profunda, o que escapa ao nosso alcance. Deste modo, apresentaremos determinadas empresas que possuem sob seus domínios significativas áreas agrícolas no MATOPIBA, com o intuito de apontar um

movimento em bloco de empresas sustentadas pelo capital financeiro nacional e internacional voltados para aquisição e venda de terras.

Em 2008 foi criada a Sollus Capital. Essa empresa é resultante de um círculo de agentes que atuam em diferentes setores da economia, como no sistema financeiro através dos fundos de investimentos Vinci Partners e Touradiji Capital Management. Além das empresas mencionadas, a Sollus Capital era constituída pela empresa Los Grobo (que recentemente, 2017, retira-se das operações da Sollus), cuja estratégia de acumulação de capital é vinculada à produção no campo, sobretudo *commodities* agrícolas como soja e milho. As três empresas que compõem a Sollus Capital possuem funções definidas na empresa (Quadro 4).

Sollus Capital é uma empresa cujos interesses são voltados para a especulação e comercialização de terras. A corporação estende suas atividades em diferentes países da América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). A empresa possui banco de informação sobre áreas oportunas para a especulação imobiliária, foram mapeados cerca de 8 milhões de hectares de terras “disponíveis” para futuros investimentos⁶⁰. A aquisição de terras feita pela Sollus é realizada através de equipe de profissionais especializados em identificar áreas de fronteira agrícola favoráveis para o desenvolvimento de uma agricultura competitiva.

Quadro 4 –Organização empresarial da Sollus do Brasil

Empresa	Fundação	Distribuição geográfica	Informações
Vinci Partners	2009	Rio de Janeiro, São Paulo e Nova Iorque	É uma empresa de investimento financeiro que administra capital internacional e nacional, através de “ <i>private equity</i> ” que gerencia US\$ 1,7 bilhões de ativos. Os investimentos do fundo na Sollus Capital são efetivados através do financiamento (para aquisição de terras) e na construção de infraestrutura nas propriedades agrícolas.
Los Grobo	2008 (no Brasil)	Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai	Administra mais de 246.000 hectares de terras plantadas e produz mais de 3 milhões de toneladas de grãos na América do Sul. Dentre as funções assumidas na Sollus Capital estão a identificação de terras cultiváveis e o desenvolvimento da produção agrícola.
Touradiji Capital Management	Sem informação	Nova Iorque	É um grupo administrado de “ <i>hedge funds</i> ” especializado em desenvolver estratégias de investimento em <i>commodities</i> agrícolas (grãos e pecuária). Atualmente, a empresa administra mais de US\$ 3,5 bilhões em ativos.

Fonte: Sollus Capital (2017); Vinci Partners (2017). Org.: SOUZA, G.V.A (2017).

As estratégias da empresa para maximizar os ganhos advindos com a especulação de terras dão-se através do acesso a

⁶⁰ A empresa não nos revela maiores informações sobre a distribuição dessas terras.

[...] informações agrícolas ainda não incorporadas aos preços da terra; introdução de novas culturas nas diversas regiões; aquisição de terras aráveis que possam ser beneficiadas por descobertas no campo da agrotecnologia e investimentos em infraestrutura; e aquisição de ativos com questões operacionais complexas, inclusive relativas à propriedade legal e aspectos financeiros, a serem resolvidas. (SOLLUS CAPITAL, 2017).

A Sollus possui quase 30 mil hectares de terras no Brasil, e as propriedades possuem tamanhos que variam entre três e oito mil hectares, cada uma. O intuito de adquirir propriedades com os tamanhos supracitados é justificado pela necessidade de “reduzir o risco de liquidez e maximizar retornos” (SOLLUS CAPITAL, 2017). Dentre os quase 30 mil hectares que a empresa possui, um pouco mais da metade, 16 mil hectares são utilizados para a produção agrícola (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2016), tal informação nos revela que considerável área agrícola pertencente a esse grupo é reservada à especulação e valorização para comercialização futura. Segundo informações da Sollus Capital (2017), as propriedades estão distribuídas nos quatro estados que compõem o MATOPIBA, nos municípios de Jaborandi/BA (4 mil hectares), João Lisboa/MA (10 mil hectares), Bom Jesus/PI (8 mil hectares) e Campos Lindos/ TO (6 mil hectares).

Outro grupo que está investindo em terras no MATOPIBA é a BrasilAgro. A empresa possui capital aberto na bolsa de valores de São Paulo (Novo Mercado Bovespa Brasil), tendo valor de mercado de R\$ 702,8 milhões, isso em agosto de 2016 (BRASILAGRO, 2016). A corporação argentina, Cresud⁶¹ configura-se como acionista majoritário – 40% das ações – e um dos fundadores da BrasilAgro. Além da empresa argentina, a BrasilAgro é constituída pela Autonomy Capital e pelo empresário Elie Horn (outro sócio fundador), que são os outros dois maiores acionistas com quase 14% e 6% respectivamente (BRASILAGRO, 2016).

A BrasilAgro surge em 2006, e tem como meta a “aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária” (BRASILAGRO, 2017), e também estabelece o arrendamento de terras para terceiros. Com a aquisição das terras, a empresa inicia a produção agrícola com objetivo de agregar valor à propriedade. A BrasilAgro utiliza suas propriedades para o cultivo de grãos, cana-de-açúcar, pastagem e floresta, atividades estas que são desenvolvidas a partir de conhecimentos técnico e científico provenientes do uso de fertilizantes, agrotóxicos e sementes geneticamente

⁶¹ “A Cresud foi constituída em dezembro de 1936 sob as leis da Argentina, como uma sociedad anónima. A Cresud é um dos líderes na produção de produtos agrícolas básicos na Argentina e a única companhia do ramo com ações listadas na Bolsa de Comércio de Buenos Aires e na Nasdaq (CRESY)”. (BRASILAGRO, 2017).

modificadas que auxiliam na maior produtividade. Além do estabelecimento do cultivo, visa-se dotar as propriedades com infraestrutura como armazéns, sistema de irrigação, máquinas agrícolas, entre outros.

Desde seu surgimento a BrasilAgro adquiriu 13 propriedades agrícolas – quase 320 mil hectares, entre próprias e em parceria, sendo que algumas propriedades já foram comercializadas, como é o caso de unidades em Mato Grosso do Sul, Goiás, Maranhão e Piauí. Desde sua criação, a empresa investiu quase R\$ 600 milhões na aquisição e no desenvolvimento das propriedades, e realizou vendas que somaram um total de R\$ 517 milhões (BRASILAGRO, 2016). Em 2006, a empresa continha quase 80 mil hectares, após dez anos a área total passou para aproximadamente 240 mil hectares (BRASILAGRO, 2016). Estas propriedades estão localizadas nas regiões mais dinâmicas do agronegócio brasileiro, em áreas consideradas como *fronts* consolidados nos estados do Centro Oeste, *fronts* em expansão – MATOPIBA –, e, ainda possui unidade agrícola em Minas Gerais e no Paraguai.

Entre 2015 e 2016 boa parte das terras controladas pela BrasilAgro encontrava-se sem uso agrícola, pois apenas 18% da área total das propriedades estava com alguma atividade que gerava maior fluxo econômico (BRASILAGRO, 2016). Cerca de 33% das unidades agrícolas foram consideradas como “áreas novas com alta volatilidade e menor produtividade, com baixa geração de fluxo de caixa” (BRASILAGRO, 2016), ou seja, terras recém adquiridas com pouco empenho agrícola, ocasionando no menor preço e rentabilidade agrícola. Por fim, quase 50% das fazendas encontram-se praticamente intactas, com vegetação original e sem produção agrícola (BRASILAGRO, 2016). Esta situação de especulação de terras agrícolas é uma das implicações da regulação frouxa do Estado brasileiro sobre a situação da propriedade fundiária⁶².

Em 2006 a BrasilAgro iniciou suas atividades de especulação fundiária no MATOPIBA. No referido ano a empresa adquiriu quase 28 mil hectares no município piauiense de Baixa Grande do Ribeiro – propriedade vendida em 2015. Rapidamente a BrasilAgro comprou outras quatro unidades agrícolas em outras porções no MATOPIBA, como na Bahia,

⁶² Delgado (2012) aponta algumas Medidas Provisórias (MPs) que nos sinalizam a regulamentação frouxa sobre o mercado de terras no Brasil. O autor destaca as MPs “[...] 428/2008 (que) foi antecedida por várias iniciativas governamentais que gradativamente foram elevando as áreas máximas de terras públicas alienáveis, sob o critério de ‘reconhecimento de posse’: o art. 118 da lei n.11.196 elevou o limite para 550 hectares; a MP n.422/2005, emitida em março de 2008, permitiu ao Incra titular diretamente, sem licitação, propriedades da Amazônia Legal com até 15 módulos rurais ou 1500 hectares; e, finalmente, a MP n.458/2008 autoriza a União a licitar áreas excedentes às até então regularizáveis, ampliando o limite para 2500 hectares, dando preferência de compra aos seus ocupantes” (DELGADO, 2012, p.101).

Maranhão⁶³ e no próprio Piauí. Em 2016 a empresa administra 94 mil hectares no *front* agrícola do MATOPIBA, cujas principais atividades agrícolas estão voltadas para a produção de grãos, algodão e pastagem (Quadro 5).

Quadro 5 – Propriedades agrícolas da BrasilAgro no MATOPIBA (2016)

Propriedades	Localização	Ano de aquisição	Área total	Área Agricultável	Valor estimado (R\$ milhões)	Atividade
Fazenda Jatobá (100% própria)	Barreiras (BA)	2007	31.606	23.680	303.455	Grãos e algodão
Fazenda Chaparral (100% própria)	Correntina (BA)	2007	37.182	26.498	262.747	Grãos e algodão
Fazenda Preferência (100% própria)	Barreiras (BA)	2008	17.799	14.229	56.564	Grãos e pasto
Fazenda Parceria II (Arrendamento)	Ribeiro Gonçalves (PI)	2013	7.455	7.455	Sem informação	Grãos

Fonte: Adaptado de BrasilAgro (2016).

O acesso à informação é uma ferramenta indispensável para a obtenção de propriedades propícias para a produção agrícola e para a especulação fundiária. Além da informação sobre as características das propriedades (tamanho, localidade, fertilidade, pluviosidade, topografia, regularização fundiária, entre outros), é fundamental para a empresa ter acesso sobre as condições do mercado do agronegócio, como preço das *commodities* e dos insumos agrícolas, disponibilidade de crédito rural, etc. Com tais informações as empresas esperam os melhores momentos para adquirir, arrendar ou vender as propriedades, sempre aproveitando as condições favoráveis para obter maior volume de ganho.

Um exemplo que nos demonstra como a informação é elemento importante para a escolha do melhor momento para o investimento ou a venda de propriedades agrícolas pode ser observado na venda da fazenda da BrasilAgro no Piauí. A mencionada propriedade agrícola foi comercializada por um valor de R\$ 277 milhões, e automaticamente as ações da empresa subiram 5,3% na Bovespa e em Nova Iorque, os lucros com esta comercialização somaram R\$ 180 milhões e os maiores acionistas obtiveram dividendos que chegaram a mais de R\$ 80 milhões (TUBINO, 2016).

⁶³ A propriedade localizada no município maranhense de Tasso Fragoso foi obtida pela BrasilAgro em 2010 e vendida em 2012; essa unidade possuía um pouco mais de 14 mil hectares. A principal atividade desta fazenda era a produção de grãos. (BRASILAGRO, 2017).

Outra empresa que vem investindo na especulação de terras no MATOPIBA é a Adecoagro. Ao contrário das outras empresas discutidas anteriormente, os investimentos da Adecoagro não se restringem a especulação imobiliária de propriedades rurais, essa empresa atua em diversas áreas do agronegócio (como veremos adiante), ou seja, essa companhia não surge com interesses voltados para a comercialização de terras.

A Adecoagro foi fundada em 2002 na Argentina, e já continha sob seu domínio uma área de 74 mil hectares para a produção agrícola. Em 2004, a empresa expande seus nexos corporativos para outros territórios como Brasil e Uruguai. Em 2011 a empresa abriu capital na bolsa de Nova Iorque e com essa estratégia conseguiu levantar 420 milhões de dólares de capital. Segundo Orihuela (2011), em 2011 a Adecoagro tinha a Pampas Húmedas LLC como maior acionista da empresa – 33% das ações, além desse grupo a Qatar Holding (fundo soberano do Qatar) era outro grande acionista da Adecoagro com 11%. O capital advindo da bolsa de valores foi investido na produção agrícola, sobretudo grãos (arroz, soja e trigo), pecuária bovina (carne e leite), setor sucroenergético (açúcar, etanol e energia)⁶⁴, nos três países de atuação. Além de operar nos setores supracitados – produção de grãos, pecuário e sucroenergético – a empresa desempenha estratégias de acumulação de capital a partir da comercialização de terras.

A atuação no mercado de terras feita pela Adecoagro segue, basicamente, as mesmas estratégias das outras corporações já apresentadas. Primeiramente, busca identificar propriedades agrícolas com baixo preço, sobretudo aquelas consideradas pela empresa como “subdesenvolvidas e subutilizadas”. Quando as terras são adquiridas a corporação desenvolve projetos de produção agrícola, com uso de técnicas modernas, como forma de elevação do preço da propriedade agrícola. A partir do momento que a propriedade alcança determinado preço, a empresa traça planos para delinear as melhores opções de venda. Essa estratégia oportuniza a obtenção de lucros acima dos investimentos deslocados para compra das propriedades, nesse sentido a empresa pode investir na compra de mais terras ou na aplicação de capital em outros setores importantes para a corporação.

Atualmente a Adecoagro possui quase 270 mil hectares de terras distribuídos em 31 propriedades nos três países de sua ação. A empresa converteu 154 mil hectares considerados como mal administradas ou subutilizadas em terras produtivas no ponto de vista agrícola. Dos

⁶⁴ Desde 2008 a empresa vem investindo no setor sucroenergético no Brasil, quando adquire uma usina para o processamento de cana-de-açúcar em Minas Gerais. A partir desse momento, a Adecoagro construiu duas usinas, localizadas no Mato Grosso do Sul, com o objetivo de processar a cana-de-açúcar para produção de açúcar e etanol. As três usinas possuem capacidade de processar 7,2 milhões de toneladas de cana (ADECOAGRO, 2017).

154 mil hectares transformados em propriedades competitivas, já foram vendidos mais de 63.000 hectares de terra (ADECOAGRO, 2017). Essa empresa vem operando suas ações corporativas em porções do MATOPIBA, em especial no Oeste Baiano, desde 2004 na compra e vendas de terra e na produção de *commodities* agrícolas. Conforme informações da Adecoagro (2017), a empresa possui três fazendas no MATOPIBA cujas áreas somam em torno de 20 mil hectares. Segundo Pereira e Pauli (2016), essas propriedades estão localizadas nos municípios de Barreiras (BA) e Divinópolis do Tocantins (TO).

Mais um grupo que estende suas atividades corporativas no MATOPIBA é a SLC Agrícola. Essa empresa foi fundada na década de 1970 no Rio Grande do Sul, e atualmente tem negócios nas áreas de indústria de alimentos (SLC Alimentos), comércio de máquinas agrícolas (SLC Comercial) e distribuição de suprimentos industriais (Ferramentas Gerais). Devemos destacar que essa empresa atua como uma *trading* agrícola exportando grãos para diferentes regiões do mundo⁶⁵. Além de atuar nos setores do agronegócio supracitados, a empresa vem operando no mercado fundiário através de aquisição e venda de propriedades agrícolas.

A SLC Agrícola vem associando-se com o capital financeiro através da abertura de capital na bolsa de valores de São Paulo em 2007, bem como no estabelecimento de círculos de cooperação a partir de *joint venture* com fundos de investimentos. A empresa realizou *joint venture* com corporações voltadas para a administração de capital de fundos de pensões e fundos soberanos como a empresa inglesa Valiance (criando a SLC *LandCo*) e japonesa Mitsui&Co (instituindo a SLC MIT). Além das referidas *joint ventures*, a SLC Agrícola estabeleceu a parceria com o grupo Dois Vales criando, em 2013⁶⁶, a SLC Roncador (SLC AGRÍCOLA, 2017). A associação com o capital financeiro promoveu a expansão do portfólio e a área plantada da empresa a partir dessa estratégia.

A especialização da SLC na especulação no mercado de terras aprofundou-se sobretudo com a criação da SLC *LandCo*, pois essa *joint venture* foi instituída especificamente para atuar no comércio imobiliário de terras agrícolas, enquanto a SLC Roncador e SLC MIT são voltadas apenas para produção agrícola, sem fins de especulação fundiária. A empresa não informa quando surgiu a SLC *LandCo*, contudo, o fundo de investimento Valiance foi criado em 2008 (VALIANCE, 2017), o que nos leva a crer que a *joint venture* feita com a SLC Agrícola foi realizada após o ano de 2008. Cerca de 80% da SLC *LandCo* pertence a SLC

⁶⁵ Em 2015 a empresa possuía sete escritórios de exportação no MATOPIBA, deste total cinco escritórios movimentaram um volume de *commodities* cujo valor variou entre US\$ 10 e 50 milhões, os outros dois comercializaram cerca de US\$ 1 a 5 milhões e US\$ 5 e 10 milhões (MDIC, 2016).










⁶⁶ Informação obtida em reportagem da revista Valor, redigida por Batista (2013).

Agrícola cuja função no negócio é contribuir com terras que já eram de sua posse, bem como na operacionalização das terras através da produção de *commodities* agrícolas nas propriedades adquiridas, enquanto a Valiance (que controla quase 20% da SLC *LandCo*) colabora com capital para ampliação do portfólio da empresa.

A SLC Agrícola possui mais de 14 unidades agrícolas distribuídas nos três estados do Centro-Oeste e nos três estados do Nordeste que integram o MATOPIBA (Quadro 6). Essas fazendas são equipadas com modernos objetos técnicos (silos, sistema de irrigação, máquinas e equipamentos agrícolas), bem como laboratórios de biotecnologia para o desenvolvimento e aprimoramento das culturas (SLC AGRÍCOLA, 2017). Em 2016, a empresa concentrava um pouco mais de 320 mil hectares de terras próprias (incluindo as de *joint venture*), e produziu em área que chegou a quase 400 mil hectares alcançados por meio de arrendamentos de outras propriedades (SLC AGRÍCOLA, 2016). Dentro da divisão de terras por empresas, a SLC *LandCo* controla cerca de 86 mil hectares das terras do grupo SLC Agrícola, o que corresponde a aproximadamente 30% da área agrícola da corporação (SLC AGRÍCOLA, 2017). Ou seja, 86 mil hectares de terras estão sendo valorizadas para futuras negociações pela empresa, visto que as propriedades pertencentes à SLC *LandCo* são voltadas para comercialização.

A partir das informações do quadro 6 podemos inferir que a SLC foi uma das empresas que colaboraram para a abertura e expansão do *front* agrícola em porções do MATOPIBA, já que vem adquirindo propriedades agrícolas desde a década de 1980. Contudo, a acentuação da especulação fundiária tornou-se mais intensa em 2008, quando adquiriu várias terras em diversas sub-regiões do MATOPIBA, como nos municípios baianos de Barreiras e Jaborandi, e Santa Filomena (PI) (Quadro 6), ampliando seu portfólio nos anos subsequentes. Seis das nove propriedades presentes no MATOPIBA possuem participação da empresa SLC *LandCo*, o que equivale a aproximadamente 73 mil hectares. Tal informação nos revela que essa região do território brasileiro é alvo de um intenso processo de especulação de terras agrícolas por essa empresa (bem como várias outras), que se acentuou a partir dos anos 2007/08, fruto da crise internacional do sistema financeiro.

Quadro 6 – Portfólio da SLC Agrícola no MATOPIBA (2017)

Propriedades	Localização	Aquisição	Área total (hectares)	Atividade
Fazenda Parnaíba 	Tasso Fragoso (MA)	Década de 1980	75.394 (37.180 da SLC Agrícola, 10.200 são da SLC LandCo e 28.180 arrendados)	Algodão, milho e soja
Fazenda Planeste 	Balsas (MA)	1997	39.302 (23.325 da SLC LandCo e 15.979 de arrendamentos)	Soja, algodão e milho
Fazenda Paineira 	Monte Alegre do Piauí (PI)	Sem informação	12.040 (SLC Agrícola)	Soja, girassol, milho e sorgo
Fazenda Parnaguá 	Santa Filomena (PI)	2008	23.420 (SLC Agrícola)	Soja
Fazenda Panorama 	Correntina (BA)	Sem informação	24.778 (10.374,08 SLC LandCo e 14.404 arrendado)	Algodão, soja e milho
Fazenda Palmares 	Barreiras (BA)	2008	32.939 (6.166 da SLC Agrícola, 542 são da SLC LandCo e 16.230 são arrendados)	Algodão, milho, milho semente e trigo
Fazenda Piratini 	Jaborandi (BA)	2008*	30.355 (25.355 SLC LandCo e 5.000 arrendado)	Algodão e soja
Fazenda Parceiro 	Formosa do Rio Preto (BA)	2012*	42.092 (32.984 da SLC Agrícola, 3.680 são da SLC LandCo e 5.428 de arrendados)	Algodão, milho e soja
Fazenda Paladino 	São Desidério (BA)	2013*	21.898 (SLC-Mit)	Algodão e soja

Fonte/fotos: SLC AGRÍCOLA (2017). Org.: SOUZA, G.V.A. (2017)

*Ano da primeira safra na fazenda e/ou início das atividades

Como podemos constatar, todas as propriedades agrícolas adquiridas pelas empresas supracitadas estão parcialmente utilizadas para a produção, sobretudo para o cultivo de soja, milho e algodão, já que são as principais *commodities* do MATOPIBA. Assim, não basta apenas adquirir terras, cria-se mecanismos para a valorização das mesmas, e o principal fator de elevação do preço das terras dá-se pelo uso (mesmo que de forma incipiente), através de cultivos mais valorizados pelos agentes hegemônicos do agronegócio.

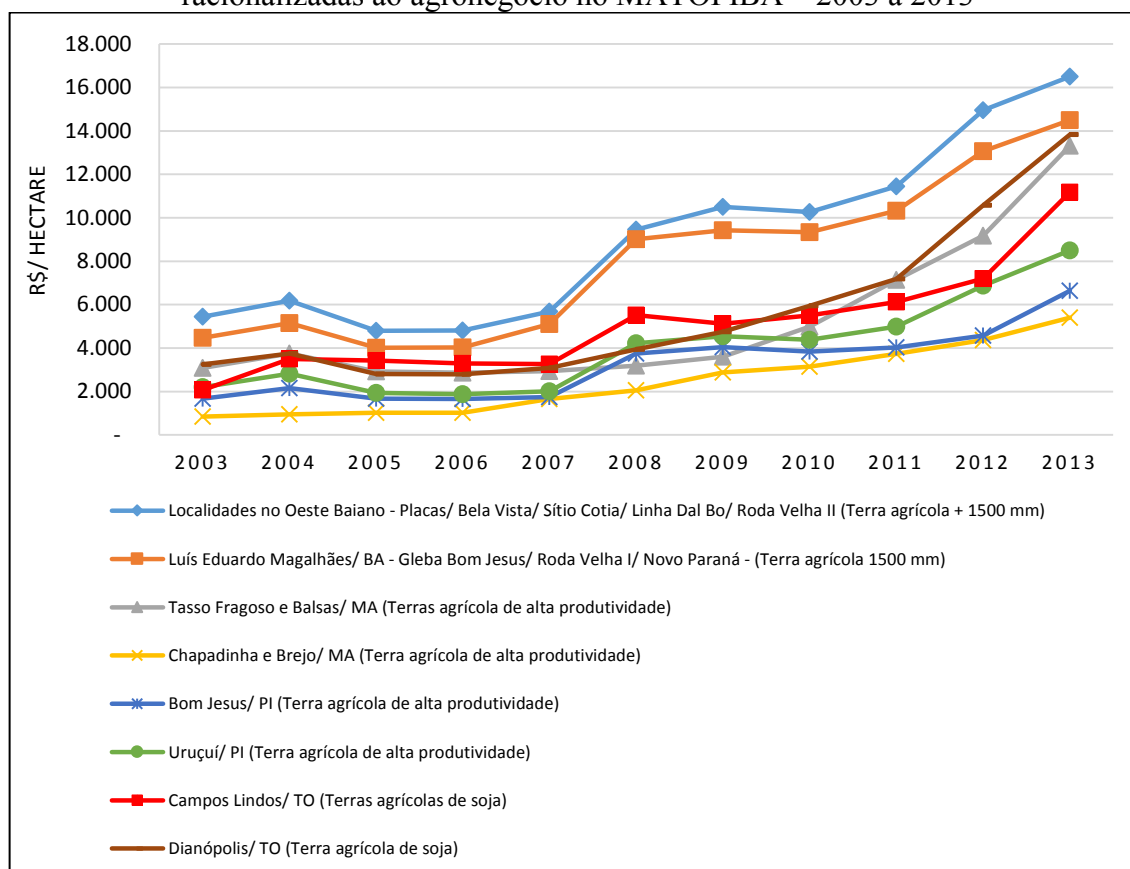
[...] o preço das mercadorias produzidas ou potencialmente produzíveis na terra e as demais condições susceptíveis de gerar renda fundiária afetam os preços das terras e arrendamentos, propiciando ganhos ou perdas, codeterminados, ora pelo movimento conjuntural dos mercados agrícolas, ora pela política econômica. (DELGADO, 2012, p.54).

Esta constituição é um dos procedimentos (produção agrícola) encontrados pelos grupos investidores no mercado imobiliário agrícola para aumentar a acumulação, através do aumento da renda fundiária⁶⁷, da propriedade privada. O aumento do preço das terras também está relacionado com a elevação do preço das *commodities* agrícolas perceptível nos últimos anos, o crescimento do financiamento público no agronegócio, bem como os investimentos em infraestruturas nas propriedades, são estratégias que visam a busca dos “ganhos de fundador”, atual estratégia do capital financeiro no mercado de terras (DELGADO, 2012).

Para Delgado (2012), a comercialização de terras no país pode ser compreendida sob duas situações: em áreas onde a atividade agrícola moderna é mais antiga e em regiões em que o agronegócio é mais recente. Nesse sentido, as empresas que estabelecem nexos em regiões de agricultura moderna mais recente (*fronts* agrícolas) criam estratégias para obter o ganho de fundador que pode ser considerado como sendo dado “[...] pela diferença entre o preço da terra – a renda prospectiva capitalizada dessas novas terras que estejam sendo trazidos ao mercado – e o custo privado de sua implantação” (DELGADO, 2012, p.51), que é alcançada pela conservação das terras em ociosidade (promovendo a especulação fundiária) e pela aquisição de novas terras ao comércio imobiliário. Tal processo, obtenção do ganho de fundador, caso o investimento obtenha os resultados esperados, culmina no aumento do preço das terras, essa situação está ocorrendo em diferentes sub-regiões do MATOPIBA (Gráfico 9).

⁶⁷ “[...] a renda da terra é a fração suplementar permanente do lucro do capitalista que explora a terra sob relações capitalistas de produção, ou seja, sob relações baseadas no trabalho assalariado em melhores condições em relação aos demais” (OLIVEIRA, 2007).

Gráfico 9 – Evolução do preço médio das terras por tipo/finalidade em porções mais racionalizadas ao agronegócio no MATOPIBA – 2003 a 2013



Fonte: Agrianual/ FNP (2003-2014). Org.: SOUZA, G.V.A (2017).

Obs.: Dados de Tasso Fragoso e Balsas, Chapadinha e Brejo apresentam-se agrupados.

Como podemos notar no gráfico 9, o preço das terras em algumas das áreas mais dinâmicas ao agronegócio no MATOPIBA vem passando por um processo de elevação de preço, sobretudo nas regiões limítrofes das divisas entre os estados que compõem essa região competitiva agrícola, como Luís Eduardo Magalhães/BA (divisa da Bahia com Tocantins), Dianópolis/TO (divisa do Tocantins com a Bahia), Uruçuí/PI (divisa do Piauí e Maranhão), Campos Lindos/TO (divisa do Tocantins e Maranhão), entre outros. É no Oeste baiano que percebemos o maior preço das terras, sobretudo aquelas consideradas com potencial de “valorização” (como defendem as empresas), como as terras agrícolas com precipitação de 1.500 mm e acima de 1.500 mm; em 2013 o custo para comprar essas propriedades (com essas características) girou em torno de R\$ 14.500 e R\$16.500 respectivamente (Gráfico 9).

Além das terras baianas, o preço das terras nos municípios maranhenses de Tasso Fragoso e Balsas (os preços estão agrupados) tiveram aumento significativo, o custo para adquirir terra de alta produtividade era, em 2003, de R\$ 3 mil, passando para R\$ 13 mil no ano

de 2013. Ainda cabe destacar a evolução do preço das propriedades agrícolas de soja em Dianópolis (TO), que teve crescimento de 330% entre 2003 (R\$ 3 mil) e 2013 (R\$ 14 mil).

Outra situação que nos revela os dados do gráfico 9 é o pico de crescimento do preço de algumas terras entre os anos de 2007 e 2008, justamente no momento histórico que algumas empresas de especulação fundiária verticalizam seus nexos corporativos no MATOPIBA a partir da aquisição de propriedades agrícolas. Os preços das terras agrícolas de soja de Uruçuí (PI) e de alta produtividade em Bom Jesus (PI) tiveram aumento de 110% e 115%, respectivamente, no período supracitado; merecem destaque as terras agrícolas no Oeste baiano com precipitação acima de 1.500 mm e as terras agrícolas de soja em Campos Lindos, pois ambas tiveram aumento do preço na ordem de 70% no referido período; por fim, o custo para adquirir propriedades em Luís Eduardo Magalhães, com terras onde a precipitação chega a 1.500 mm, passou de R\$ 5 mil para R\$ 9 mil – crescimento de quase 80% – entre os anos de 2007 e 2008.

Os dados da FNP (2003-2014) nos evidenciam que os capitais investidos pelas corporações no mercado de terras serão remunerados, devido a crescente elevação dos preços (observada nos últimos dez anos) das propriedades agrícolas consideradas propícias às práticas de uma agricultura científica globaliza, e nesse sentido o “ganho de fundador” está assegurado. Além desse processo, constata-se que significativa quantidade de terras está sob o controle de um pequeno grupo de empresas que cada vez mais se especializam na especulação de terras. Além disso, todo esse movimento culmina na maior concentração fundiária (uso corporativo da terra) e a intensificação dos conflitos por terras nessa região, demonstrando a faceta perversa dessa corrida por terras no MATOPIBA.

5 AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA: COMPLEMENTARIEDADE ENTRE URBANIZAÇÃO E CAMPO MODERNO

5.1 O processo de urbanização nas cidades do agronegócio e a dinâmica da economia urbana

Conforme Santos (2009), a partir da década de 1970 observamos o fenômeno de acentuação da urbanização e metropolização do território brasileiro. De forma sucinta, esse processo é fruto de vários eventos, entre os quais destacam-se a ampliação e aprofundamento do consumo pelo país; o adensamento dos sistemas de engenharia, que viabilizou maior interação entre os lugares a partir do intercâmbio mais rápido e intenso de bens, informação, capital e pessoas; expansão de forma mais contínua do meio técnico-científico-informacional na região Concentrada, e nas áreas de reservas esse meio surge pontualmente ou como manchas, a somatória desses eventos promoveu o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho e a expansão das atividades econômicas nas áreas de *belts* modernos, bem como nas áreas de *fronts*.

Devido às transformações decorrentes da urbanização e expansão do capitalismo no campo sobretudo para as áreas dos Cerrados, Santos (2009) reconhece a necessidade de superar o antigo entendimento sobre os estudos do rural e o urbano. Para o autor, devemos ultrapassar a dicotomia entre campo e cidade em nossas análises, pois no período técnico-científico-informacional agronegócio e urbanização são cada vez mais interdependentes, na atualidade não compreendemos os processos e as práticas agrícolas modernas, bem como o fenômeno da urbanização, se não levarmos em consideração os intercâmbios, as trocas, os fluxos, ou seja, suas complementariedades. Nesse sentido, o autor estabelece duas grandes compartimentações no território brasileiro, o Brasil agrícola com áreas urbanas e o Brasil urbano com áreas agrícolas, na primeira situação as regiões do agronegócio contêm cidades funcionais às suas necessidades, enquanto na segunda situação são as demandas urbanas que se adaptam às áreas rurais. Em síntese,

A região urbana tem sua unidade devida sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias, encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. *A região agrícola* tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representando este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. (SANTOS, 2009, p.76).

Com o advento do agronegócio globalizado nos Cerrados no MATOPIBA, observamos a reconfiguração das práticas agrícolas, mas, também, constatamos o processo de

reestruturação de algumas cidades próximas à regiões onde a atividade agrícola integra-se à racionalidade do atual período técnico-científico-informacional. As composições técnica e política são, nessas cidades, progressivamente adequadas às demandas da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2001), assim, tais cidades constituem-se como verdadeiras condições de produção (LENCIONI, 1985) à realização da moderna agricultura na região.

O estreitamento da relação entre agricultura e urbanização⁶⁸ vem possibilitando o surgimento de cidades especializadas em atender as demandas imediatas do agronegócio. Tais cidades foram, em primeira instância, denominadas como “cidades do campo” (SANTOS, 2009), mas nos últimos anos Elias (2006a, 2006b, 2011, 2013, 2015) vem debatendo e atualizando esse conceito, compreendendo-as como “cidades do agronegócio”.

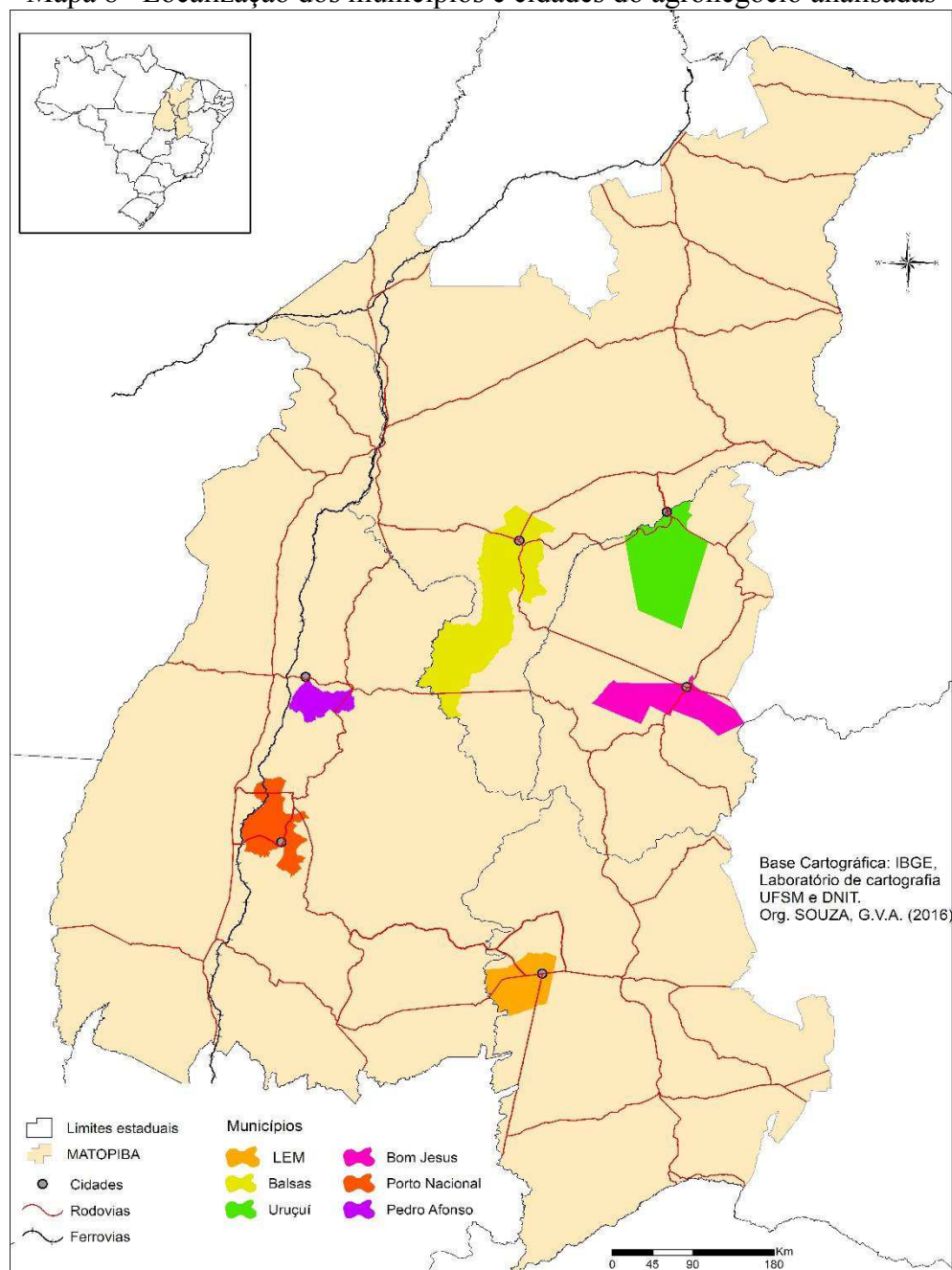
Segundo Lencioni (1985, p.43), as cidades são lugares indispensáveis para a reprodução do capital do campo, esta forma geográfica é considerada como “[...] materialização das condições gerais de produção e consumo historicamente determinadas”. Seguindo essa perspectiva, Elias (2006a, 2011, 2013) compreende as cidades do agronegócio como aquelas cujas funções são voltadas para atender as demandas do agronegócio globalizado, e esta funcionalização do meio urbano é predominante sobre qualquer outra atividade econômica. Assim as “cidades tornam-se o *locus* da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, 2009, p.56), por sediar elementos indispensáveis para a execução da atividade agrícola competitiva, sobretudo com relação ao consumo produtivo (o consumo que não esgota-se em si mesmo) necessário para realização da produção propriamente dita, bem como para as outras etapas do processo produtivo – circulação e distribuição (ELIAS, 2003).

Diante do conjunto de serviços e comércio, bem como o adensamento técnico nas cidades para atender o consumo produtivo, observamos uma verdadeira revolução nas cidades, em especial as localizadas nos *fronts* agrícolas, ocorrendo o processo intenso de urbanização atrelado às necessidades do campo moderno como é o caso das cidades de Porto Nacional, Pedro Afonso, Balsas, Uruçuí, Bom Jesus e Luís Eduardo Magalhães (Mapa 8). Tais cidades serão por nos avaliadas, por serem os principais centros funcionais às atividades do agronegócio

⁶⁸ Como assevera Lencioni (1985, p.43), “[...] entendemos a cidade como forma do urbano e o campo como a paisagem da agricultura. Como estamos voltados para a análise de processo e de relações, preferimos nos referir à relação entre agricultura e urbanização.” Optando pela perspectiva da autora citada, preferimos nos referir à relação entre agricultura e urbanização ao invés de relação campo-cidade, pois campo e cidade são formas geográficas materializadas no território, resultantes do processo de urbanização e da agricultura, melhor seria urbanização e agronegócio, pois as formas não se relacionam entre si, são derivações de processos sociais, e neste sentido preferimos denominar a relação entre urbanização e agricultura por se tratar de atributos relacionais decorrentes da interação de tais processos no MATOPIBA.

na região. Contudo, não significa que são as únicas cidades especializadas para atender as necessidades de consumo produtivo do agronegócio no MATOPIBA.

Mapa 8– Localização dos municípios e cidades do agronegócio analisadas



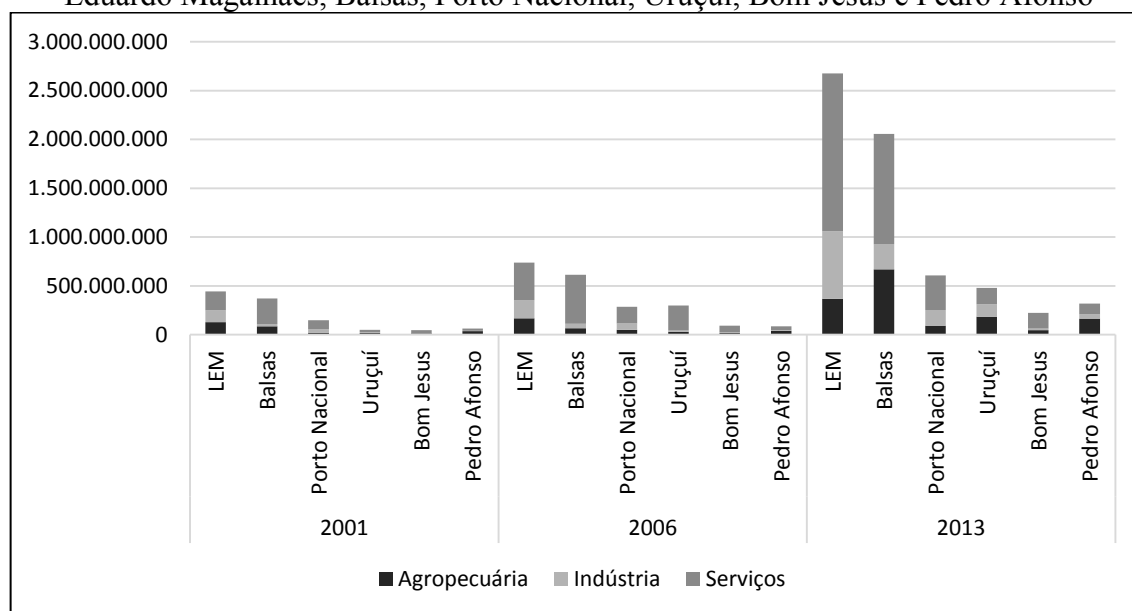
A expansão do consumo sem dúvida é um dos sustentáculos do processo de urbanização nos *fronts* agrícolas, incluindo as cidades em análise neste trabalho. Frederico (2008) aponta que um dos critérios para compreender tal situação geográfica (agronegócio e urbanização) pode ser alcançado pela análise da composição dos setores que compõem o Produto Interno Bruto – PIB, constituído pela soma da riqueza municipal gerada pela atividade

agropecuária, da indústria e serviços/comércio. Avaliando os dados disponibilizados pelo IBGE Cidades (2016) sobre a composição do PIB dos seis municípios em questão, observamos que conjuntamente esses municípios tiveram o crescimento do PIB de quase 500% em 12 anos (2001-2013). Este crescimento foi promovido pela sobreposição de sistemas de ações e objetos que culminaram na expansão dos *fronts* agrícolas no MATOPIBA, promovendo, também, o aprofundamento da especialização territorial produtiva nas áreas agrícolas modernas, assim como nas atividades não agrícolas presentes nos centros urbanos.

Dentre os municípios em análise merece destaque Uruçuí, que em termos relativos foi o que obteve o maior aumento do PIB, aproximadamente 900%, sendo a atividade industrial a que mais cresceu nos últimos anos, passando de um pouco mais de R\$ 7 milhões para R\$ 127 milhões (Gráfico 10), uma das implicações da instalação de uma unidade agroindustrial da Bunge. Ainda cabe destacar Luís Eduardo Magalhães e Balsas, pois possuem os maiores PIB entre os municípios em tela, passando de quase R\$ 500 milhões e R\$ 400 milhões para mais de R\$ 2,6 bilhões e R\$ 2 bilhões, respectivamente, entre 2001 e 2013 (IBGE CIDADES, 2016). Tais dados demonstram como os eventos advindos do agronegócio tem a capacidade de alterar a dinâmica econômica nestes lugares, que acolhem os feixes de modernização que integram porções do MATOPIBA à econômica internacional.

Além do crescimento do consumo consumptivo, o que mais vem colaborando para o crescimento do valor do PIB, é, sobretudo, o consumo produtivo do campo, tendo em vista que o acesso aos produtos e serviços do campo são, em geral, os que mais animam os fluxos financeiros, devido ao alto valor agregado das mercadorias comercializadas. No ano de 2013, em Luís Eduardo Magalhães, Balsas e Porto Nacional, aproximadamente 60% do PIB (R\$1,6 bilhões, R\$ 1,1 bilhões e R\$ 354 milhões, respectivamente) desses municípios teve o setor terciário como a principal atividade econômica (IBGE CIDADES, 2016). Ainda cabe destacar Bom Jesus, pois cerca de 70% (R\$ 161 milhões) do PIB resulta das atividades do terciário. Tais dados nos sinalizam o quanto serviços e comércio, especialmente os relacionados com a oferta do consumo produtivo ao agronegócio, possuem relevância na economia das cidades do agronegócio.

Gráfico 10 – Valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços no PIB (R\$) – Luís Eduardo Magalhães, Balsas, Porto Nacional, Uruçuí, Bom Jesus e Pedro Afonso



Fonte: IBGE CIDADES (2016). Org. SOUZA, G.V.A. (2016)

A criação de novos nexos, até então inexistentes ou pouco intensos, entre o meio urbano e agrícola, surgidos com o aprofundamento das condições próprias do atual período, implica na revolução do consumo, nas atividades econômicas e políticas (as atividades econômicas são legitimadas a partir de um conjunto de articulações políticas) nestas cidades, ocasionando na ampliação do processo de urbanização. Essas cidades vêm sofrendo com a alteração da dinâmica populacional, devido ao crescimento populacional, sobretudo nas áreas urbanas em detrimento da diminuição do contingente populacional na área rural, e, também se percebe a mudança na estrutura do emprego.

Juntamente com a abertura dos *fronts* agrícolas nos Cerrados do MATOPIBA, em meados de 1980, observamos o processo de urbanização nos municípios em análise. A partir dos dados do IBGE (2016), constatamos que os municípios tiveram crescimento de sua população (Tabela 8), com destaque para Balsas que alcançou crescimento populacional em termos relativos superior ao do país, aumentando aproximadamente 250%, enquanto o crescimento da população nacional foi de 60%, entre as décadas de 1980 e 2010. Para o mesmo período, em Bom Jesus o acréscimo populacional foi muito próximo ao do Brasil, aumentando 57%⁶⁹. Mesmo não atingindo o mesmo grau de crescimento populacional nacional, outros

⁶⁹ O crescimento populacional total dos estados de Maranhão e Piauí, entre 1980 e 1990, foram respectivamente de 64% e 45%; entre 1991 e 2010 o crescimento populacional de Tocantins foi de 50%, ressaltando que este estado foi instituído como unidade da federação somente em 1990.

municípios (Porto Nacional, Pedro Afonso e Uruçuí), bem como Balsas e Bom Jesus, se destacaram pelo crescimento da população urbana. A taxa de crescimento da população urbana no Brasil foi de aproximadamente 100%, enquanto Porto Nacional (município de menor crescimento da população urbana, entre as cidades que estamos avaliando) teve aumento de 105%, entre 1980 e 2010. Os municípios que mais se destacaram no aumento da população urbana foram Balsas e Bom Jesus, com crescimento respectivo de 438% e 227% (Tabela 8).

Tabela 8 – Crescimento populacional dos municípios (1980 a 2010)

Municípios	1980			1991			2000			2010			Crescimento em % entre 1980 e 2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Balsas	23.703	13.514	10.189	41.648	30.633	11.015	60.163	50.144	10.019	83.528	72.771	10.757	252	438	6
Bom Jesus	14.370	5.385	8.985	18.126	8.498	9.628	15.924	10.961	4.963	22.629	17.623	5.006	57	227	-44
Uruçuí	14.543	6.049	8.494	15.913	8.953	6.960	17.011	11.112	5.899	20.149	15.505	4.644	39	156	-45
Porto Nacional	39.327	20.664	18.663	43.224	34.654	8.570	44.991	38.766	6.225	49.146	42.435	6.711	25	105	-64
Pedro Afonso	10.021	3.767	6.254	13.432	6.919	6.513	9.028	7.328	1.700	11.539	10.016	1.523	15	166	-76

Fonte: IBGE (2016). Org. SOUZA. G.V.A. (2016)

É importante destacar o crescimento populacional de Luís Eduardo Magalhães, instituído como município no ano 2000, que

Somava cerca de 10 mil habitantes por ocasião da sua emancipação no ano de 2000, 60.105 em 2010 e 76.420 em 2014, de acordo com dados do IBGE. Isso nos dá um crescimento absoluto de 66.420 habitantes (664%) para o período⁷⁰. Somente na década de 2000 os números apresentaram um crescimento de 50.105 habitantes (500%). (PEQUENO; ELIAS, 2015, p.17)

Luís Eduardo Magalhães é o município que mais concentrou população no espaço urbano, dentre as seis cidades avaliadas. Em 2010, a cidade abrigava um pouco mais de 90% da população, em Balsas, Porto Nacional e Pedro Afonso a quantidade de habitantes na cidade era de quase 90%, enquanto Bom Jesus e Uruçuí a população urbana correspondia a cerca de 80% de todo município (IBGE CIDADES, 2016). Observamos assim a concentração da população no espaço urbano, assim como a diminuição da população rural na maioria dos municípios, demonstrando o processo de migração ascendente – êxodo rural (SANTOS, 2009). A migração ascendente, em parte, é motivada pela expropriação das populações que historicamente habitavam o meio rural, expulsas de suas terras por grileiros, cedendo lugar para

⁷⁰ O crescimento populacional total da Bahia entre 2000 e 2010 foi de 7% (IBGE, 2016).

as práticas agrícolas modernas. Portanto, esse tipo de migração (ascendente) configura-se como migração do tipo campo-cidade.

Conforme Santos (2001), a cidade é lugar indispensável para o comando técnico da produção agrícola, contudo, também é o lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, assim como das pessoas que trabalham no campo, que, em boa parte, são urbanos-residentes. Esta população urbano-residente nos auxilia a explicar o aumento da população urbana e a diminuição da rural, como é a situação em tela, pois esse processo é fruto da maior divisão social do trabalho nos espaços urbanos, devido a maior necessidade de mão de obra instruída para atender as demandas do campo especializado. Diante a este contexto, observamos o movimento de migração descendente, promovido pela migração de profissionais com qualificação acadêmica/técnica, sendo um tipo de migração cidade-cidade (SANTOS, 2009). Em trabalho de campo, constatamos que algumas firmas contratam trabalhadores de outras regiões do país, das regiões dos *belts* agrícolas como São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, mas sobretudo do Rio Grande do Sul e do Paraná, e em alguns casos da própria região do MATOPIBA⁷¹.

Outra situação que nos revela o aumento da migração descendente é observada pelo crescimento de profissionais cadastrados no Conselho Regional de Engenharia Agrônômica (CREA) de Porto nacional. Na década de 1990 foram cadastradas 1.510 pessoas, passando para 4.530 na década de 2000 (CREA – PORTO NACIONAL, 2015). É importante ressaltar que nem todos trabalhadores que se cadastraram no CREA – Porto Nacional necessariamente residem nesta cidade ou cidades vizinhas, alguns prestam os serviços e assim que acabam voltam para o local de origem. Muitos destes profissionais com registro no CREA de Porto Nacional são formados (curso superior e técnico) em agronomia, eng. florestal, eng. ambiental, agrimensura, geologia, geografia, entre outros, sinalizando que são trabalhadores que atuam direta ou indiretamente com o agronegócio.

A migração ascendente nos revela, também, os limites sobre a geração de emprego pelo agronegócio, pois parte da mão de obra empregada nesse setor produtivo não é proveniente da região, situação que se agrava nas cidades menores, sendo boa parte das vagas de emprego preenchidas por trabalhadores de outras regiões do país. Por exemplo, em 2010 a agroindústria canavieira em Pedro Afonso possuía cerca de 1.500 funcionários dos quais aproximadamente 470 (BUNGE, 2011) eram trabalhadores locais (Pedro Afonso, Tupirama e Bom Jesus do

⁷¹ Uma situação bastante emblemática foi encontrada em Balsas, na empresa Globo aviação, pois todos os oito pilotos – quase metade dos funcionários da empresa – são naturais do Rio Grande do Sul.

Tocantins), demonstrando a seletividade na contratação de mão de obra para atuar no setor, e, ao mesmo tempo esses dados vêm desmistificando o discurso propagado pelas corporações, que a instalação da unidade produtiva no lugar gera emprego de forma significativa para a população local.

Quanto maior for a especialização territorial produtiva agrícola, maior é a necessidade do acompanhamento de profissionais instruídos tecnicamente, pois esses são decifreadores das informações embutidas nos modernos sistemas de objetos (técnicos-científicos) que compõem a agricultura científica globalizada, e quanto mais expressiva é a presença de trabalhadores com conhecimento acadêmico, maior é o grau de competitividade regional do agronegócio globalizado. No conjunto das cidades em análise, trabalhavam em 2010 quase 400 agrônomos (IBGE, 2016)⁷², isso significa aproximadamente 11% dos agrônomos que atuavam em todos os estados que compõem o MATOPIBA (Tabela 9).

Tabela 9 – Mão de obra para a agricultura moderna nas cidades do agronegócio (2010)

	Pedro Afonso	Porto Nacional	Balsas	Bom Jesus	Uruçuí	LEM	Total
Dirigentes de produção agropecuária e silvicultura	42	129	175	19	16	360	741
Profissionais em ciências biológicas	24	95	163	23	5	187	497
Agrônomos e afins	7	42	155	11	5	177	397
Cartógrafos e agrimensores	5	17	-	-	-	-	22
Veterinários	5	17	-	-	4	30	56
Técnicos agropecuários	12	45	130	40	-	108	335
Técnicos de nível médio da tecnologia da informação e das comunicações	16	76	113	19	24	117	365
Mecânicos e reparadores de máquinas	85	523	973	221	211	1.100	3.113
Mecânicos e reparadores de motores de avião	-	-	18	-	-	-	18
Mecânicos e reparadores de máquinas agrícolas e industriais	-	90	195	24	35	236	580
Agricultores e trabalhadores da agropecuária	387	1.678	2.619	1.876	1.048	1.018	8.626
Trabalhadores do transporte e armazenamento	73	265	580	167	55	534	1.674

Fonte: IBGE/SIDRA (2016); Org. SOUZA, G.V.A. (2016)

Assim, “o mercado de trabalho agrícola já se mostra hierarquizado e apresenta em uma de suas pontas o trabalhador especializado [...] que passam a ser os assalariados permanentes [...] dos setores associados ao agronegócio, com elevada composição orgânica do capital” (ELIAS, 2006b, p.231). Somando a isso percebe-se a formação piramidal dos trabalhos

⁷² Consultar tabela 3592, no Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA).

vinculados ao agronegócio (FREDERICO, 2008, 2011), cuja base é constituída por uma quantidade mais expressiva de mão de obra menos instruída tecnicamente – como os agricultores e trabalhadores da agropecuária, enquanto o topo é formado por profissionais com qualificação acadêmica/técnica especializada, em menor quantidade.

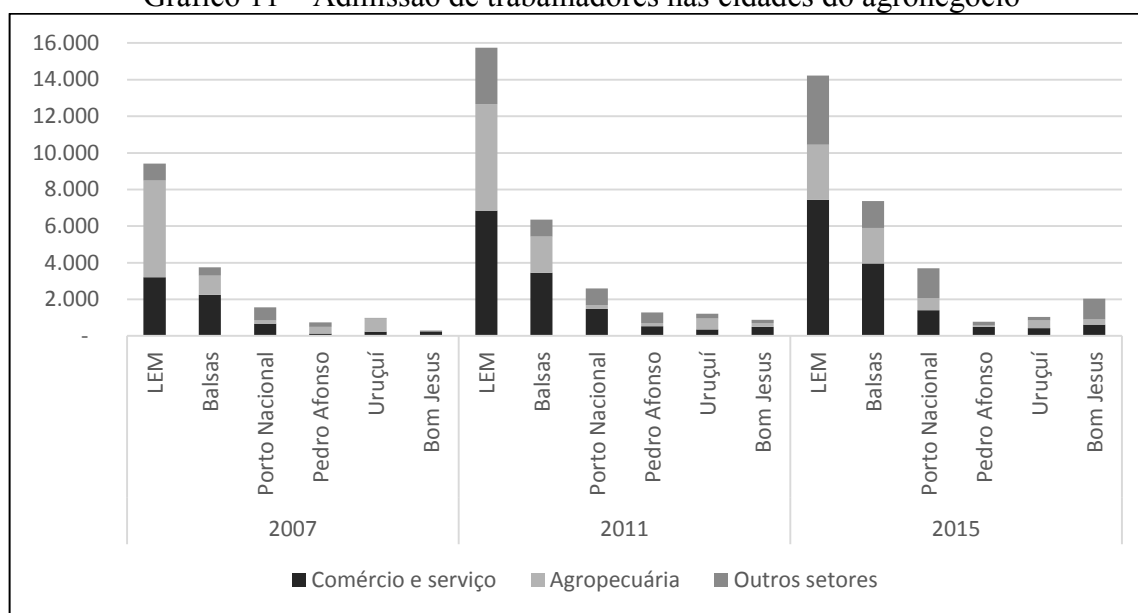
A Granol, localizada em Porto Nacional, nos últimos anos (2014 e 2015) contratou cerca de 100 empregados para trabalhar nas grandes propriedades agrícolas, especialmente aquelas que produzem milho⁷³. A principal atividade desempenhada pelos assalariados é a colheita e seleção de milho para semente, cuja remuneração não ultrapassa o salário mínimo. A contratação dessa mão de obra, que nessa ocasião é provinda dos pequenos produtores, dá-se no período da safra, ou seja, trata-se de um emprego temporário, e nesse sentido os trabalhadores ficam em situação de vulnerabilidade, pois, não estabelecem vínculos empregatícios sólidos com a empresa contratante do serviço. Assim, também ocorre a proletarianização dos agricultores familiares, pois no período de safra estão executando atividades em propriedades de terceiros, e, não possuem condições de trabalhar em suas terras – como ouvimos relatos no Sindicato Rural em Porto Nacional. Essa situação sinaliza o aprofundamento do capitalismo no campo (assalariamento do trabalhador rural), o que deixa os pequenos produtores em condição de vulnerabilidade frente a expansão dos *fronts* agrícolas.

Nos últimos anos, de 2007 a 2015, houve o aumento da admissão de trabalhadores nestas cidades, com destaque para Porto Nacional e Bom Jesus, pois foram os únicos municípios sem oscilação na contratação de pessoas para o mercado formal de trabalho, obtendo crescimento de 135% e mais de 500%, respectivamente (MTE/CAGED, 2016). É importante destacar que os setores de comércio e de serviços, bem como a atividade agropecuária são os que mais contratam mão de obra (Gráfico 11).

O setor terciário na contratação de mão de obra é importante para as cidades do agronegócio, especialmente naqueles municípios que obtiveram maior crescimento do PIB – nos respectivos setores supracitados, como o caso de Luís Eduardo Magalhães e Balsas, pois aproximadamente 50% das admissões de trabalhadores em ambas cidades foram providas do setor de serviços e comércio. Ainda que as atividades primárias apareçam com importância na composição do PIB municipal, como em Pedro Afonso, muitas vezes esse setor não figura como o maior empregador, inclusive com diminuição de contratação de mão de obra neste segmento da economia, tendo em vista o alto grau de modernização do campo.

⁷³ Informações obtidas em trabalho de campo junto ao Sindicato dos trabalhadores Rurais de Porto Nacional, em maio de 2016.

Gráfico 11 – Admissão de trabalhadores nas cidades do agronegócio



Fonte: CAGED/MTE (2016). Org. SOUZA, G.V.A. (2016)

Constata-se que as atividades do agronegócio globalizado vêm promovendo várias transformações nas cidades, sobretudo com relação ao consumo produtivo. Portanto, a atividade moderna no campo está adaptando o setor terciário das cidades do agronegócio, implicando na especialização das atividades não agrícolas, bem como no aumento dos nexos complementares entre o agronegócio e a urbanização.

5.2 Nexos complementares entre o campo e as cidades: consumo produtivo da agricultura moderna

Elias (1999, 2003, 2006a, 2006b, 2011, 2013, 2015), reconhece a importância das cidades na oferta de consumo produtivo nas regiões produtivas do agronegócio, tais como aportes técnicos, científico, informacional, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização. Este conjunto de serviços e comércio para o campo modernizado, demonstra o poder que o agronegócio possui em impor especializações nas cidades, sobretudo nos *fronts* agrícolas, como é o caso do MATOPIBA, devido às menores resistências territoriais, frutos da menor sobreposição de capital morto, portanto, lugares com menos rugosidades (SANTOS, 2002) que viabilizam o surgimento de forma intensa e rápida de novos objetos e ações que acabam aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, impondo aos lugares uma nova dinâmica.

Esta situação acaba agenciando uma nova vida de relações entre os lugares no MATOPIBA, reforçando o intercâmbio das atividades entre agronegócio e urbanização, acarretando em formas de solidariedade baseada na complementariedade aos lugares, ou seja,

é instaurado um novo acontecer complementar (SANTOS, 2005, p.257) que é compreendido como a relação “[...] entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo”. Esta nova trama de relações é decorrente do aprofundamento da modernização das práticas agrícola nesta porção do território, que é afirmada a partir do consumo imediato da parcela técnica da produção agrícola, tal consumo se encontra fundamentalmente nas cidades. Nesse sentido, o consumo torna-se elemento fundamental para compreendermos as novas formas de solidariedade nos *fronts* agrícolas.

Na atualidade as finanças configuram-se como dado indispensável para a vida social e no comando das atividades econômicas em várias etapas do processo produtivo. Os nexos financeiros no território brasileiro vêm se aprofundando cada vez mais, situação que promove o movimento de hipercapilaridade do crédito no território (CONTEL, 2009)⁷⁴. O acesso ao financiamento rural configura-se como consumo indispensável para o desenvolvimento e execução da atividade produtiva no campo moderno. O dinheiro antecipado em forma de crédito é o consumo de primeira essência para os produtores de grãos, o acesso ao financiamento possibilita o consumo de outros serviços e mercadorias imprescindíveis à prática do agronegócio, e esse fato se deve ao grau da dependência por dados técnico-científico que essa atividade atinge no atual período. Assim, o consumo do crédito agrícola “acaba por animar os fluxos que têm origem tanto no lugar onde a produção se realiza quanto os de origem distante” (PEREIRA, 2014, p.247).

Nas cidades avaliadas funcionavam 30 agências bancárias em 2015, entre bancos públicos e privados⁷⁵ (BACEN, 2016). Esta quantidade representa o crescimento de quase 100% desta forma-conteúdo (agências bancárias) indispensável para a circulação do dinheiro como informação (SANTOS, 2001), visto que no ano de 2000 haviam apenas 16 agências nas seis cidades em questão. O Banco do Brasil é a única instituição presente em todas as cidades, sendo que em Balsas e Luís Eduardo Magalhães há duas agências. Nestas duas últimas cidades encontram-se oito agências, representando a maior concentração de bancos em relação às outras cidades Porto Nacional, Uruçuí e Bom Jesus possuem quatro, por fim, em Pedro Afonso há

⁷⁴ De forma sintetizada, o processo de hipercapilaridade do crédito no território se dá a partir da dispersão e aumento das agências bancárias – públicas e privadas – pelo país, a maior disponibilidade de financiamento, pela expansão da informatização do setor ocasionando novas formas de acessos bancários, tais como: correspondentes bancários, cartões de crédito/débito, *internet banking*, caixas eletrônicos, entre outros, pelo país. (CONTEL, 2009)

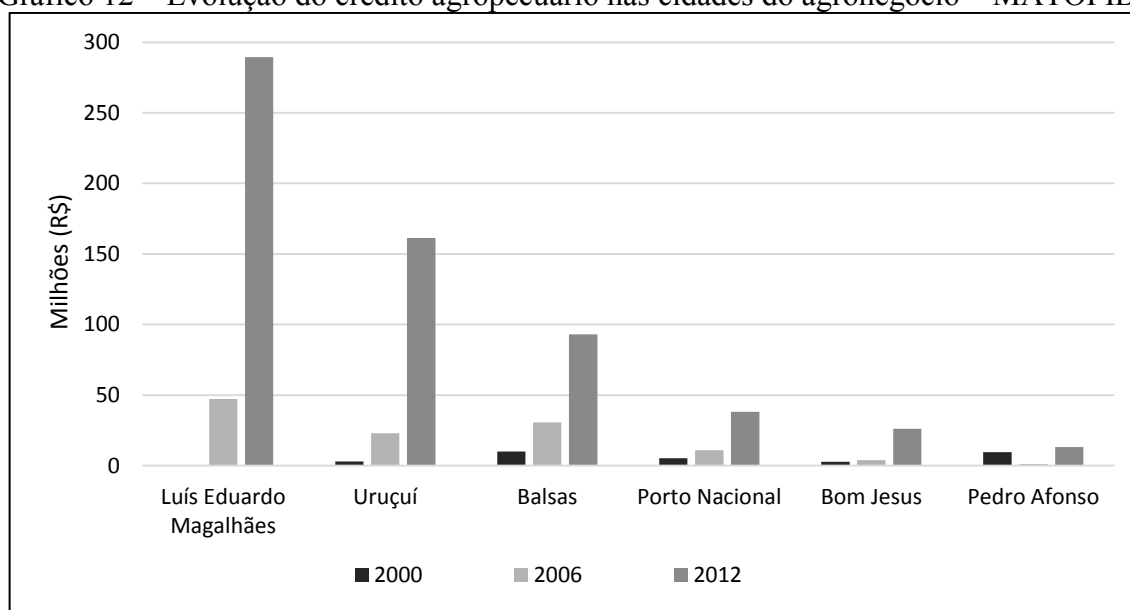
⁷⁵ Existem oito agências do Banco do Brasil, cinco do Bradesco e da Caixa Econômica Federal, quatro do Banco do Nordeste, três Banco da Amazônia, duas do Itaú, e uma do HSBC, do Santander e do Rabobank.

apenas duas agências – demonstrando certa centralidade na oferta deste serviço para o campo moderno.

Cabe destacar a presença do banco holandês Rabobank⁷⁶ em Balsas, pois há 110 anos essa instituição vem financiando a atividade agrícola, e a partir das décadas de 1970 e 1980 expande seus negócios para várias partes do mundo, incluindo o Brasil, quando chega em São Paulo com escritório de representação⁷⁷. A presença desta empresa expressa o nível de especialização das cidades, bem como o maior entrelaçamento entre os nexos do circuito superior da economia urbana com o agronegócio (ELIAS, 2003).

No conjunto das cidades do agronegócio em análise, constatamos que houve aumento da tomada de crédito rural (agrícola e pecuário) na ordem de 20 vezes entre 2000 e 2012, passando de quase R\$ 31 milhões para um pouco mais de R\$ 621 milhões (BACEN, 2000, 2012). Merecem destaque Luís Eduardo Magalhães e Uruçuí, pois, obtiveram o maior crescimento de empréstimos entre as cidades em questão, por volta de 95.000% e quase 5.200% respectivamente – para o mesmo período supracitado (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Evolução do crédito agropecuário nas cidades do agronegócio – MATOPIBA



Fonte: Anuário estatístico do crédito rural (BACEN); Org. SOUZA, G.V.A (2015)

⁷⁶ Informações sobre o Rabobank foram obtidas no site da empresa. Disponível em: < <http://www.rabobank.com.br>>. Acesso: 21 out. 2016.

⁷⁷ Desde 2000 o Rabobank vem atuando como banco múltiplo, agregando a carteira de investimento, e a partir de 2004 criou linhas de créditos específicos para os produtores rurais integrados com o agronegócio. Este banco configura-se como órgão financeiro especializado para atender as demandas do agronegócio, possuindo 14 agências que estão distribuídas nos principais “polos do agronegócio”.

Os dados do gráfico 12, apontam o nível de tecnificação da produção agrícola destes municípios (bem como municípios vizinhos), pois quanto mais tecnificada e cientificizada for a produção agrícola maior será a necessidade de investimentos e nesse sentido percebe-se o quanto o crédito é fundamental para o agronegócio. Somando a esse fato, o crescimento da oferta de crédito sinaliza o aumento do consumo produtivo do campo, que, por sinal, demonstra o grau de especialização do terciário das cidades.

Para além dos bancos públicos e privados, há outro conjunto de empresas que fomentam a atividade agrícola a partir do financiamento, como as *tradings*, que em sua maioria oferecem este tipo de serviço aos grandes produtores. Em geral, o financiamento adquirido junto aos grandes grupos do agronegócio é calculado em dólar, o que pode oferecer um risco para os produtores, principalmente nos últimos anos (a partir de 2014), devido à grande oscilação e aumento do preço do dólar. Tal situação nos aponta mais um fator de vulnerabilidade social e econômica causada pela especialização produtiva do território, e sobretudo pelo controle das grandes corporações em vários setores da atividade do agronegócio.

Algumas *tradings* possuem seu próprio banco, como é o caso da Cargill (criado em 2000), e que em 2009 obteve um lucro de quase R\$ 11 milhões (CARGILL, 2016). A influência desta empresa, juntamente com a Bunge, no financiamento agrícola pode ser observada em Pedro Afonso, pois, dez anos atrás, cerca de 70% a 80% do financiamento para o custeio agrícola dos produtores do município eram fomentados por essas empresas, e o restante era realizado pelos bancos do Brasil e Amazônia⁷⁸. Analisando o gráfico 12 percebemos a redução da oferta do crédito rural, o valor passou de R\$ 9,5 milhões para um pouco mais de um milhão de reais entre 2000 e 2006, justamente no período em que as *tradings* mais concederam crédito no município.

Nos últimos três a quatro anos (2012/2013) há mudanças com relação a centralidade das *tradings* no financiamento agrícola em Pedro Afonso, pois os bancos começam a financiar mais que as empresas devido ao recolhimento das corporações nos financiamentos, tal situação é constada pelo crescimento 1.000% da liberação de crédito rural via bancos entre 2006 e 2012 (BACEN). Cabe reiterar que essas corporações controlam outros serviços/comércio importantes para a produção propriamente dita no campo, como fertilizantes, agrotóxicos, sementes, e sobretudo a comercialização dos grãos produzidos nestes municípios.

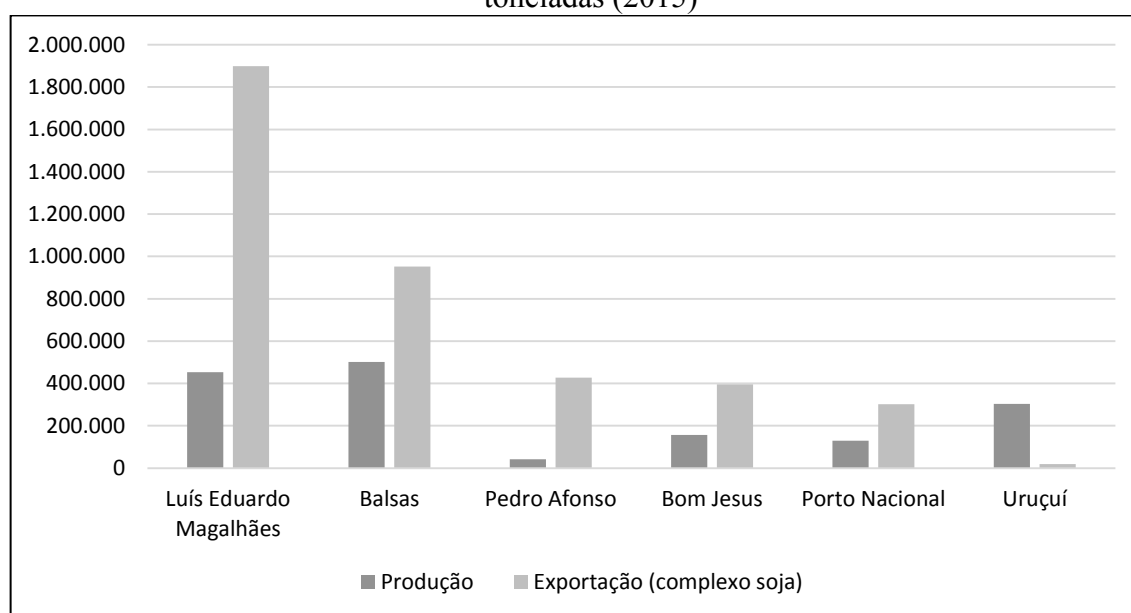
Como dito anteriormente, as *tradings* são responsáveis por dinamizar o circuito espacial produtivo das principais *commodities* agrícolas produzidas no MATOPIBA, pois

⁷⁸ Informações obtidas em campo, a partir de relato do representante da Cargill em Pedro Afonso.

possuem acesso a informações do mercado – intermediadas pelas bolsas, bem como estabelecem conexões sem intermediação com as matrizes das corporações, em sua maioria estão nos Estados Unidos, Europa e Japão. Os escritórios de exportação acabam conectando as cidades com o mundo, e vice-versa, assim as cidades são “pontos de interseção entre verticalidades e horizontalidades” (ELIAS, 1999, p.103), e quanto maior for a capacidade de circulação de mercadorias mais expressiva é a centralidade da cidade dentro da divisão territorial do trabalho.

Segundo informações do MDIC (2016), no MATOPIBA aproximadamente 50% de toda produção do complexo da soja (grãos, farelo e óleo) exportado em 2015 foi realizada pelas seis cidades em análise, apontando a importância destes núcleos urbanos na rede agroindustrial regional. As grandes corporações presentes nas cidades em avaliação, animam os fluxos e as conexões com os municípios vizinhos, visto que o volume exportado do complexo da soja é superior à própria produção agrícola municipal, com exceção de Uruçuí⁷⁹ (Gráfico 13). Somente Luís Eduardo Magalhães e Balsas, os dois maiores exportadores de soja do MATOPIBA, foram responsáveis por comercializar quase 3 milhões de toneladas de soja e derivados (cerca de 36% da soja exportado da região) – quase 2 milhões e cerca de 1 milhão de ton respectivamente (MDIC, 2016).

Gráfico 13 – Relação entre produção e exportação de soja e derivados – toneladas (2015)



Fonte: PAM/IBGE (2016); ALICEWEB/MDIC (2016). Org. SOUZA, G.V.A. (2016)

⁷⁹ Uma das explicações do pequeno volume de exportação em Uruçuí resulta da unidade agroindustrial de grãos presente nesse município, que drena considerável quantidade da produção do Sudoeste do Piauí. Os produtos processados nesta indústria são voltados para o mercado interno.

Em Pedro Afonso o volume exportado foi dez vezes maior do que a produção municipal de soja em 2015 (Gráfico 13). Um dos motivos para essa situação é o círculo de cooperação estabelecido entre as duas *tradings* que atuam nesta cidade com a COAPA – Cooperativa Agroindustrial do Tocantins, já que aproximadamente 50% a 60% dos grãos produzidos pelos cooperados são comercializados com a Cargill e a Bunge⁸⁰. Para se ter ideia, atualmente 80 cooperados considerados grandes produtores (propriedades com área superior a 500 hectares) são voltados para a produção de *commodities* – cana-de-açúcar e soja, e estão distribuídos por dez municípios do Tocantins⁸¹. Pedro Afonso configura-se como cidade canalizadora para o estabelecimento de nexos produtivos com os demais municípios produtores de grãos que estão vinculadas à COAPA, assim esta cidade é importante para a circulação da produção local/regional devido à articulação entre diversos agentes do agronegócio – COAPA e as *tradings*.

Percebe-se, assim, que as ações verticais, promovidas pela acentuação da divisão territorial do trabalho, ocasionam uma relação entre os lugares de forma hierarquizada, constituída por lógicas exógenas e por uma racionalidade organizacional, exemplificando o que Santos (2005) reconheceu como acontecer hierárquico. Por consequência, a solidariedade regida pelo acontecer hierárquico implica na modernização e especialização das áreas agrícolas e urbanas, ocasionando o estabelecimento de outra forma de solidariedade na região, o acontecer homólogo, cujos lugares

[...] se modernizam mediante uma informação especializada e levam os comportamentos a uma racionalidade presidida por essa mesma informação que cria uma similitude de atividades, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área assim definido. (SANTOS, 2005, p.257).

Para além do consumo de crédito e da atuação das grandes corporações, nas cidades do agronegócio o consumo produtivo pode ser reconhecido pela oferta de serviços especializados, tais como consultoria agrônômica e ambiental, escritórios de assessoria jurídica e contábil, laboratórios de biotecnologia, certificadores de qualidade de produção, assistência veterinária, logística – transporte de cargas, montagem e manutenção de armazéns, pulverização aérea de veneno; além da comercialização de grãos, insumos, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas – tratores, arados, colheitadeiras, sistema de irrigação, etc.

⁸⁰ Informações obtidas em trabalho de campo, com funcionários da COAPA e Cargill.

⁸¹ Bom Jesus do Tocantins, Tupirama, Rio Sono, Guaraí, Fortaleza do Tabocão, Miracema, Santa Maria, Tocantínia, Itacajá, Itapiratins, Goiatins, Recursolândia e Centenário (COAPA, 2016), juntos produziram um pouco mais de 260 mil toneladas de soja em 2014 (PAM/IBGE, 2016).

A partir de constatações realizadas em trabalho de campo, bem como em visitas em quase 40 empresas voltadas às necessidades do consumo produtivo do agronegócio, avaliamos que as cidades em análise possuem um terciário especializado para estas demandas (Quadro 7). O levantamento de dados realizados em trabalho de campo, ainda que como uma pesquisa exploratória (GIL, 1999), pode revelar a especialização e o alcance do setor terciário dessas cidades para atender as demandas de consumo produtivo do campo moderno. Portanto, as análises a seguir sinalizam, mesmo com uma amostra reduzida, a oferta especializada de serviços nas cidades avaliadas e suas expressões de alcance no MATOPIBA.

A situação geográfica de especialização do terciário para a produção do campo moderno na região em questão, sobretudo em Porto Nacional e Uruçuí, é bastante recente. Das empresas que visitamos em Porto Nacional (Quadro 7) a grande maioria não possui mais que dez anos de instalação na cidade, sendo que algumas empresas tinham sido inauguradas há poucos meses (início de 2016). Em Uruçuí encontramos uma situação que se aproxima do caso de Porto Nacional, quatro das sete empresas por nós visitadas foram criadas após 2010, e dentre essas, três são de 2015 (Quadro 7). Em levantamento de dados junto à prefeitura de Uruçuí, Araújo (2016) demonstrou que entre 2001 e 2010 foram instaladas 14 empresas relacionadas ao comércio e serviços agrícolas, quantidade essa que alcança 24 empresas no período de 2011 a 2013, indicando que o aumento de empresas especializadas nas demandas do campo moderno deu-se sobretudo nos últimos seis anos.

O aumento do consumo agrícola tornou-se mais acelerado sobretudo a partir dos anos 2000, e é precisamente neste período que o acesso ao crédito rural cresce, demonstrando a importância do dinheiro adiantado para o consumo, apontando, também, como o crédito influencia na “[...] reorganização do espaço e da produção, possibilitando a multiplicação de fixos e fluxos” (ELIAS, 2003, p.224), viabilizando os intercâmbios materiais e imateriais em nível regional, nacional e internacional. Sem esta forma de dinheiro os grandes produtores de *commodities* não conseguiriam acionar serviços especializados como pulverização aérea de agrotóxicos, pois o custo desse serviço gira em torno de R\$ 22 por hectare (preço cobrado pela empresa Global aviação agrícola, em maio de 2016, na cidade de Balsas), ou seja, em uma propriedade com mil hectares (tamanho médio atendido pela empresa supracitada) o produtor gastará R\$ 22 mil.

Assim “[...] o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas” (SANTOS, 2009, p.54), corroborando com a intensificação dos fluxos de trocas de mercadoria

entre as sub-regiões que compõem o MATOPIBA. Destarte, o consumo produtivo afirma-se como um dos elementos importantes na conformação de solidariedade entre os lugares.

Quadro 7 – Conjunto de serviços e comércio para o agronegócio

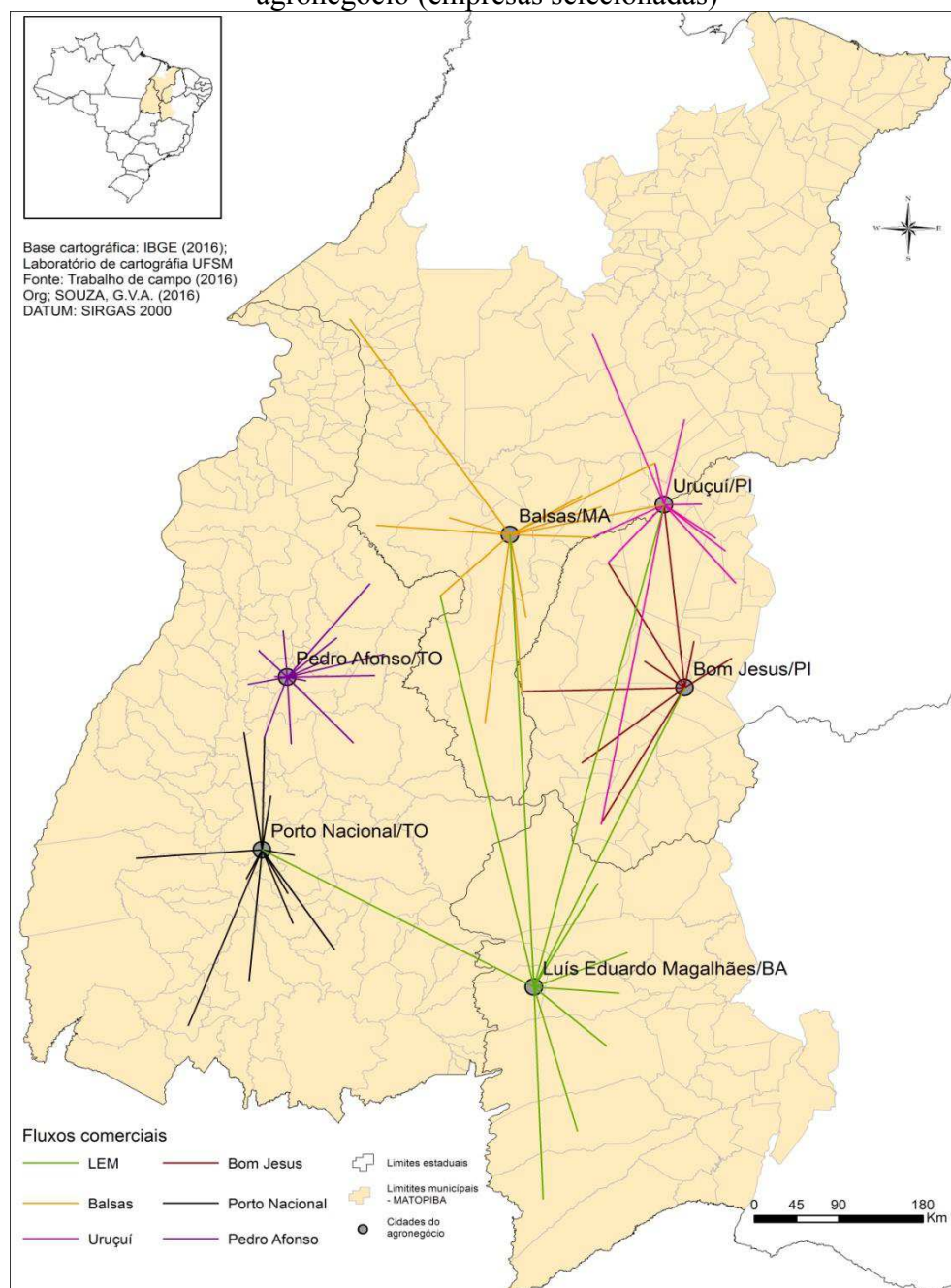
Cidades	Empresa	Ano de Criação	Serviços
Bom Jesus	Ar Consultoria	2014	Venda de fertilizantes e sementes; consultoria agrícola
	Gurgueia Máquinas Agrícolas	2013	Venda de fertilizantes, calcário e sementes (arroz e soja)
	Multigrão		Venda de sistema de irrigação por pivô central (Valley), fertilizantes, adubos e sementes.
	Mira Geo Consultoria	2012	Projeto ambientais, georreferenciamento e topografia
	Visão Agrícola	2011	Comercialização de máquinas e implementos agrícolas, e sementes - soja, milho sorgo e milheto
	Solutta	2008	Venda de defensivos, fertilizantes e sementes
	Agriforte	2005	Venda de peças agrícolas
	Agrocer	2004	Venda de peças agrícolas e compra e venda de grãos
Uruçuí	Maranata	2015	Consultoria agrônômica/elaboração de projetos agrícolas
	Porto Consultoria		Consultoria agrônômica/elaboração de projetos agrícolas
	Agrichem	2012	Comercialização de fertilizantes líquidos e sementes de soja e milho
	Artemã Grãos		Compra e venda de grãos (com ênfase no milho)
	Laborvet	2007	Consultoria agrônômica e ambiental/elaboração de projetos agrícolas
	New agro	2003	Comercialização de defensivos, adubos e fertilizantes
	Serença consultoria	1992	Consultoria ambiental
Balsas	Agrotopo	2011	Consultoria ambiental e topografia
	Globo aviação agrícola		Aplicação de defensivos agrícolas por avião
	Futura corretora		Compra, venda e transporte de milho
	Agrícola Balsas	2002	Venda de implementos e peças agrícolas, e assistência técnica
	Risa fertilizantes	2000	Comercialização de fertilizantes e defensivos agrícolas
	LC Regional	1991	Venda, montagem e assistência técnica para armazéns
	Lavronorte	1977	Venda de máquinas, implementos, peças agrícolas e assistência técnicas
Pedro Afonso	Terra Forte	2008	Consultoria ambiental - topografia, outorga, licença de desmate, entre outros
	Topografia Rio Sul	2005	Consultoria ambiental - topografia, georreferenciamento, licença de desmate
	Topografia Total	2004	Consultoria ambiental - agrimensura, topografia, licenciamento para desmate
	Suporte consultoria e projeto	2004	Consultoria agrônômica - elaboração de projetos e simulação de limites de crédito
	Negócio Imobiliários	2001	Compra e venda de propriedades rurais
	COAPA	1998	Assistência técnica, recepção e beneficiamento de grãos (soja, milho, sorgo) e comercialização de insumos agrícolas
	MC Topografia	1993	Consultoria ambiental - medições e regularização fundiária, averbação de reservas
LEM	Agrodim	2011	Compra, venda e beneficiamento de grãos
	Natureza agronegócio	2010	Vendas de defensivos agrícolas, sementes (milho e soja)
	Sanderson	2003	Consultoria ambiental e agrônômica - projetos de irrigação e regularização ambiental
	Mundo Verde	1999	Corretora e transporte de grãos
Porto Nacional	Rural contábil	2016	Contabilidade rural
	Fortaleza agrícola		Venda de insumos agrícolas
	Comagril	2015	Venda de máquinas/peças agrícolas e assistência técnica
	Delta Soluções	2013	Manutenção de peças de máquinas agrícolas e gps
	Agrifertil	2009	Folhagem de semente e comercialização de sementes
	Arplam	1991	Consultoria agrônômica – avaliação de imóveis rurais, limite de crédito rural, elaboração de investimentos agropecuário

Fonte: Trabalho de campo (maio, 2016); Org. SOUZA, G.V.A. (2016)

A análise do mapa 9 nos permite constatar que cada agente envolvido no setor terciário das cidades em questão possui um alcance territorial diferenciado. De forma geral, percebemos que as atividades terciárias das cidades de Porto Nacional, Pedro Afonso, Bom Jesus e Uruçuí para o atendimento às necessidades imediatas do agronegócio, em especial da parcela técnica

para produção, possuem atuação em escala local, assim esses centros urbanos são importantes pontos em nível local para o consumo produtivo do campo.

Mapa 9 – Fluxos comerciais e de serviços especializados ofertados pelas cidades do agronegócio (empresas selecionadas)



A área de atuação das empresas, que pudemos visitar, voltadas para a oferta de serviços e comércio ao campo moderno nas cidades supracitadas, concentra-se principalmente nos municípios mais próximos em um raio de aproximadamente 200 km (Mapa 9). Contudo, há empresas que prestam serviços em municípios mais distantes, e em alguns casos, como Uruçuí,

os nexos comerciais estendem-se à municípios de estados vizinhos, demonstrando que as relações comerciais não respeitam as divisões político-administrativas (limites estaduais), bem como a importância dessas cidades no contexto regional.

O caso de Luís Eduardo Magalhães é emblemático, pois suas ações se estendem inclusive a outros importantes centros do MATOPIBA. Estas cidades configuram-se como pontos estratégicos, nós indispensáveis para o estabelecimento das verticalidades, devido à grande concentração de *tradings* que representam interesses de lugares distantes (mercado internacional), pela concentração e diversificação de serviços e comércio para a agricultura moderna, que é fundamental para a disponibilização do aporte técnico para a produção agrícola extravertida, bem como pela possibilidade de atender as necessidades de consumo produtivo de municípios distantes e em vários estados que compõem o MATOPIBA (Mapa 9). Assim, essas cidades configuram-se como verdadeiros mosaicos de interações, formados “ao mesmo tempo, por grandes e pequenas empresas, profissionais com qualificações diversas, com salários diversos e, conseqüentemente, possibilidades de consumo diferenciadas” (FREDERICO, 2008, p.92).

Balsas estabelece nexos em municípios do Piauí e do Tocantins, atuando como importante ponto de propagação de solidariedade organizacional. Outro fato que nos indica o poder presente em Balsas de direcionar fluxos produtivos regionais, é perceptível pela atuação das *tradings*, que opera suas atividades em vários municípios vizinhos e mesmo em outros estados. Em uma visita ao escritório de exportação da ADM, foi relatado que houve a movimentação de cerca de 180 mil toneladas de soja por ano, nos últimos três/quatro anos, sendo que aproximadamente 12% da soja adquirida por essa empresa foi oriunda de produtores do Sudoeste do Piauí. Outro exemplo é a Glencore – cuja matriz está em Balsas, que possui representante comercial que atua especificamente no Piauí, comprando grãos dos municípios de Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro, um dos maiores produtores de soja do Piauí.

O grupo Risa é outro caso que evidencia o estreitamento das relações entre a sede municipal de Balsas com porções agrícolas do Piauí. A empresa, cujo escritório central está localizado em Balsas, possui duas fazendas no Piauí – em Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro, que juntas chegam a quase 45 mil hectares, voltadas para a produção de soja e milho (RISA, 2016). Segundo informações da Risa (2016), na fazenda localizada em Baixa Grande do Ribeiro há uma estrutura de armazenamento com capacidade de 56 mil toneladas, e na fazenda de Uruçuí (área arrendada) a capacidade de armazenamento dos silos chega a quase 20 mil toneladas. Em Uruçuí o grupo possui uma unidade de produção de fertilizantes, com capacidade de processar 35 ton/h de fertilizantes (RISA, 2016). Além do Piauí, a empresa possui outras

fazendas no Maranhão, em Loreto, Sambaíba e São Raimundo das Mangabeiras. Percebe-se o aprofundamento dos nexos da empresa em áreas do Maranhão, bem como no Piauí, afirmando a centralidade de Balsas como uma cidade que organiza a produção do agronegócio em diferentes porções do MATOPIBA.

Avaliando o atendimento de algumas empresas sediadas em Luís Eduardo Magalhães, verificamos que suas atividades são mais intensas com os demais municípios do Oeste baiano, mas suas atividades atingem outras porções do MATOPIBA. Determinadas empresas prestam serviços em diferentes municípios da região, sobretudo em certos municípios do Tocantins⁸² e do Piauí. Foram encontradas empresas nas outras cidades pesquisadas, em especial, Uruçuí e Bom Jesus, filiais de empresas cuja matriz se localiza em Luís Eduardo Magalhães, tais como Agrosul, presente em Bom Jesus, Agrichem – tendo filiais em Uruçuí e Bom Jesus. Em outros municípios como Campos Lindos⁸³ (TO), Porto Nacional e Balsas também há firmas cuja a sede está localizada em Luís Eduardo Magalhães, por exemplo a Delta Soluções Agro. Outro fato importante é que alguns produtores que possuem terras no Oeste baiano estão adquirindo áreas em outras regiões do MATOPIBA, como percebemos em rodas de discussões realizadas na Bahia Farm Show, realizada em 2016.

É importante ressaltar que essas cidades estabelecem relações com o campo moderno em outros municípios que estão fora da delimitação do MATOPIBA, em outras palavras, as redes agroindustriais (ELIAS, 2006b) perpassam esta região, e as condições de realização das atividades do agronegócio não se dão isoladamente, sendo necessário uma solidariedade com outras parcelas do território. As mercadorias comercializadas nestas cidades são oriundas de outras regiões do país, como exemplifica o caso das máquinas, defensivos e insumos agrícolas, que são trazidas majoritariamente dos estados da região Concentrada (SP, MG, PR e RS) e do Centro-Oeste (sobretudo GO), e em alguns casos são importados diretamente dos EUA e Europa, como os aviões para disseminação de agrotóxicos.

Devemos salientar a onipresença da maior metrópole do Brasil – São Paulo, que influencia a vida econômica de regiões distantes (direta ou indiretamente) em quase todo o país, como já debateram Santos e Silveira (2011), Scherma e Kahil (2011) – para o caso da densidade do sistema financeiro – e Frederico (2015) com relação ao poder de direcionar fluxos comerciais e informacionais a partir da presença das matrizes das principais *tradings* do agronegócio. Assim, apreende-se que:

⁸² Da divisa do Tocantins a Luís Eduardo Magalhães são aproximadamente 50 km.

⁸³ Um dos maiores produtores e exportadores de soja do Tocantins.

São as cidades locais que exercem esse comando técnico, ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita. Cidades distantes, colocadas em posições superiores no sistema urbano (sobretudo as cidades globais), têm o comando político, mediante ordens, disposição da mais-valia, controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a regulação. (SANTOS, 2002, p.272).

Destarte, há um certo centrifugismo do controle das relações políticas que dinamizam as práticas sociais e produtivas nos lugares, cabendo à essas cidades do agronegócio apenas o controle imediato da parcela técnica da produção. Neste sentido, essas cidades em questão são verdadeiros “lugares conectados”, dinamizando o consumo produtivo em nível local/regional, cuja implicação é o aprofundamento da alienação do território (SANTOS; SILVEIRA, 2011) por ideologias constituídas pelas lógicas distantes e estranhas aos lugares. Tais fenômenos proporcionam a fragmentação do espaço urbano, bem como o aumento das desigualdades sociais nesses lugares, sendo essa uma das características das cidades do agronegócio, situação que não escapa aos casos que estamos avaliando no MATOPIBA.

5.3 Desigualdades e vulnerabilidades socioterritoriais nas cidades do agronegócio

O antagonismo entre modernização e produção de desigualdades no território brasileiro pode ser percebido no MATOPIBA. O moderno é traduzido pela expansão do agronegócio nesta região, inserindo um conjunto de novos valores, práticas, ideologias, normas e técnicas, implicando na configuração de novas redes organizacionais para esse setor, com vistas a organizar as bases territoriais que viabilizam maior fluidez de bens e ordens. Assim, as redes agroindustriais que perpassam o MATOPIBA visam o estabelecimento de uma nova ordem de fazeres, balizada por acontecimentos hierárquicos, que por sua vez são acompanhadas de uma verdadeira desordem local, facilmente observada nas cidades do agronegócio.

As cidades do agronegócio são dotadas de um conjunto de objetos técnicos – modernos sistemas de armazenamento, indústrias de processamento de grãos, novos sistemas de engenharia, revendas de máquinas e equipamentos agrícolas modernos, edifícios comerciais, etc. O aprofundamento da especialização produtiva territorial acentua, ou mesmo cria novas desigualdades sociais, estas cidades são castigadas por um processo intenso de urbanização, resultando em processos de favelização, desemprego, precariedade dos serviços de saúde, condições mínimas de saneamento básico, entre outros problemas. Sem dúvida, estas cidades

do agronegócio revelam de forma concreta que modernização e desigualdades são pares indissociáveis do modelo político e econômico vigente nos países de economia dependente.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial. (SANTOS, 2009, p.10).

Constatamos esta situação nas cidades que nos propomos a avaliar, sobretudo aquelas que possuem maiores nexos de complementariedade com o agronegócio, como Balsas e Luís Eduardo Magalhães. Apenas o grupo Risa, cuja gênese resulta das forças centrípetas decorrentes dos inúmeros eventos verticais que vem atingindo o MATOPIBA nos últimos 30 anos, obteve lucro que superou R\$ 1 bilhão na soma dos anos de 2013 e 2014 (DINHEIRO RURAL, 2015). Além desta empresa, há um conjunto de corporações que movimentam significativos volumes de dinheiro a partir da exportação de *commodities*, tendência do Brasil agrícola com áreas urbanas (SANTOS, 2009). Entre as *tradings* que mais dinamizam os circuitos espaciais produtivos, em especial o da soja, destacam-se a Cargill, Bunge, CHS, Glencore, ADM e Amaggi & LDC, que exportaram mais de 50 milhões de dólares em soja e derivados em 2015 (MDIC, 2015), fundamentalmente nas cidades de Balsas, Luís Eduardo Magalhães e Pedro Afonso.

Estas cidades podem ser compreendidas como cidades corporativas (SANTOS, 2009) nos *fronts* agrícolas do MATOPIBA, pois as corporações são agentes que organizam o espaço urbano (CORRÊA, 1989), possuem em seus domínios o acesso privilegiado a informação e exercem de fato o controle da vida política e técnica da produção. Sem dúvida a instalação destas empresas vem promovendo substancial crescimento econômico nessas cidades, o que pode ser perceptível pelo crescimento da renda *per capita* nos municípios (Tabela 10).

Os dados contidos na tabela 10 demonstram (mesmo que de forma limitada) que o crescimento populacional nestes municípios foi considerável, em parte esse aumento deve-se ao processo migratório de pessoas instruídas tecnicamente para atender as demandas do agronegócio globalizado, mas também pela migração da população sem qualificação técnica, que vê nestas cidades uma possibilidade de ascensão social, visto que essas cidades despontam como importantes pontos (em escala local/regional) devido crescimento econômico que vem passando nos últimos anos. A renda *per capita* cresceu em todas as cidades em estudo, com destaque para o município de Uruçuí que teve aumento de 420%, entre 2000 e 2010. Luís

Eduardo Magalhães, mesmo com crescimento pequeno (apenas 9%, entre 2001 e 2010), é o município que possui a maior renda *per capita* (R\$ 25 mil) entre os municípios analisados.

Tabela 10 – Crescimento econômico, populacional e da desigualdade

Municípios	PIB (mil reais)		População		Renda <i>per capita</i>		<i>Déficit</i> habitacional	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
LEM	444.836*	1.511.292	19.212*	60.105	23.154	25.144	-	4.037
Balsas	344.259	1.152.027	60.163	83.528	5.722	13.792	3.090	3.896
Porto Nacional	148.621	325.306	44.991	49.146	3.303	6.619	1.569	1.543
Uruçuí	49.538	307.176	17.011	20.149	2.912	15.245	-	1.133
Bom Jesus	46.500	137.197	15.924	22.629	2.920	6.063	-	546
Pedro Afonso	63.464	118.190	9.028	11.539	7.030	10.243	-	434

Fontes: IBGE CIDADES (2016); Estimativa populacional (IBGE, 2001); FJP (2013). Org. SOUZA, G.V.A. (2016) * Dado referente ao ano de 2001

Contudo, esse crescimento econômico é promovido fundamentalmente pela instalação das corporações (*tradings* agrícolas) nessas cidades, que animam a circulação de mercadoria e de capital colaborando decisivamente no aumento da “riqueza”. Além das corporações, as pessoas instruídas tecnicamente, bem como os grandes produtores de *commodities* contribuem (em parte) para o crescimento econômico ao qual passam as cidades do agronegócio. Ao mesmo tempo observamos o crescimento econômico desses municípios, constatamos o aumento populacional tendo como uma das explicações a migração descendente e a ascendente.

Dessa forma, convivem nas cidades do agronegócio dois tipos de migrantes: os que possuem condições de consumo e cuja infra-estrutura urbana é feita para seu usufruto e os excluídos do consumo moderno, que se alojam nas áreas periféricas e aumentam o número de desempregados, subempregados e trabalhadores informais. (FREDERICO, 2008, p.92).

Assim, o crescimento econômico promovido pela expansão do agronegócio, bem como o crescimento populacional, não implica no desenvolvimento social⁸⁴, pois tal situação pode ser constatada através da condição de moradia da população que vive nas cidades do agronegócio, já que é na construção dos espaços de moradia que apreendemos a condição mais

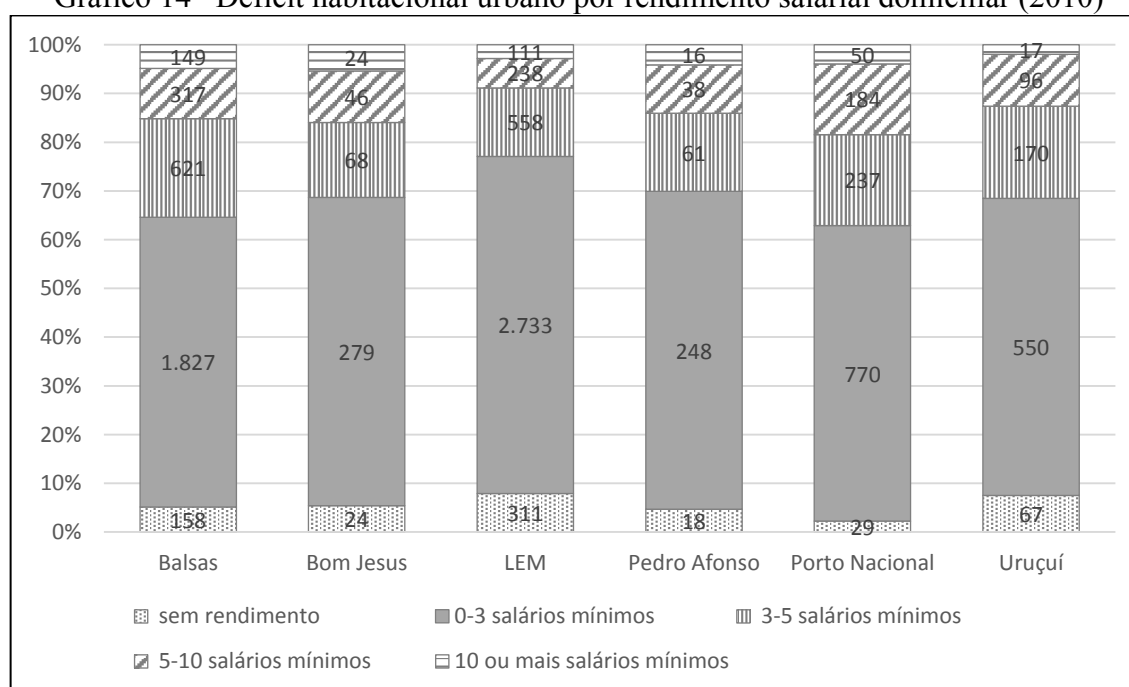
⁸⁴ Conforme Andrade (1987, p.59-50), apoiado em Perroux (1960), o desenvolvimento é a “[...] combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável seu produto real, global” [...] O crescimento, porém, existe apenas quando há um aumento do produto e, conseqüentemente, da renda *per capita*”.

predatória da expansão da urbanização e de suas mazelas (ELIAS; PEQUENO, 2007; PEQUENO; ELIAS, 2015).

O *déficit* habitacional em Porto Nacional manteve-se praticamente o mesmo, entre 2000 e 2010 (Tabela 10); no mesmo período constatamos que a situação em Balsas torna-se ainda mais preocupante, devido ao aumento do número de famílias sem residência – de 3.080 para 3.896 (26% maior) (FJP, 2013). Se tomarmos os dados da Fundação João Pinheiro (2013) sobre o *déficit* habitacional urbano em Balsas, constataremos que o crescimento é ainda mais relevante se comparado a situação do município como um todo, pois o número de famílias sem domicílio saltou de 1.977 para 3.090 (56% maior), nesse sentido podemos afirmar que as desigualdades sociais só aumentaram.

Em termos relativos a falta de moradia nas cidades em tela é superior à condição brasileira. Em 2010, o *déficit* habitacional nas cidades no Brasil era de 12% (quase 5,9 milhões), enquanto em Luís Eduardo Magalhães o *déficit* foi de 24% (quase 4 mil), Uruçuí 22% (900), Balsas 16% (mais de 3 mil) e Pedro Afonso 13% (380), evidenciando o nível de exclusão ao acesso a uma das condições básicas de vida que é a moradia. De forma aproximada, as famílias mais assoladas pelo *déficit* de habitação são aquelas com renda de até três salários mínimos (Gráfico 14), cerca de 60% da população em todas as cidades (FJP, 2013), afirmando a situação de vulnerabilidade social.

Gráfico 14– Déficit habitacional urbano por rendimento salarial domiciliar (2010)



Fonte: FJP (2013). Org. SOUZA, G.V.A (2016)

Se o processo de especulação imobiliária não fosse tão acentuado, bem como a falta de uma política habitacional, a situação do déficit habitacional seria outra, pois a relação de famílias sem habitação e o número de domicílios vagos são próximos (Tabela 11)⁸⁵. Para exemplificar esta situação utilizaremos o caso Luís Eduardo Magalhães, onde em 2010 havia quase 4 mil famílias sem residência, e, no entanto, tinham aproximadamente 3.120 casas não ocupadas. Esta situação encontrada em Luís Eduardo Magalhães ocorre de forma similar em Uruçuí, visto que 15% das casas estavam vazias enquanto 900 famílias não possuem residência, no ano de 2010. Tal constituição demonstra a importância destes agentes (mercado imobiliário e poder público) na organização do espaço urbano e na produção das desigualdades sociais.

Tabela 11 – Relação entre déficit habitacional e domicílios vagos (2010)

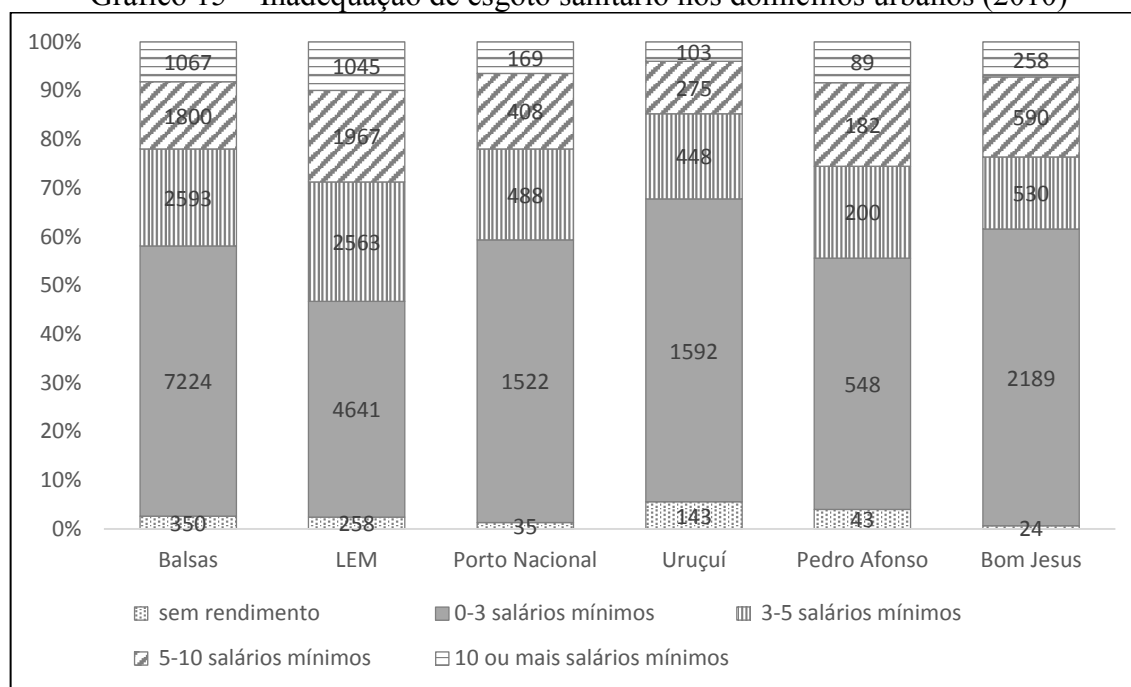
Unidade Territorial	Domicílios Vagos Urbano	Domicílios particulares permanentes Urbano (DPPU)	% domicílios vagos em relação DPPU	Déficit habitacional urbano	
				Absoluto	%
Brasil	4.656.978	49.228.253	9	5.885.528	12
LEM	3.119	16.380	19	3.950	24
Balsas	2.308	18.666	12	3.072	16
Porto Nacional	946	11.791	8	1.270	11
Uruçuí	615	4.031	15	901	22
Bom Jesus	430	4.531	9	441	10
Pedro Afonso	201	2.867	7	380	13

Fonte: FJP (2013). Org. SOUZA, G.V.A. (2016)

O aumento das desigualdades sociais é uma característica da urbanização brasileira, que se dá de forma intensa no território. Os serviços públicos não acompanham as demandas sociais que aumentam com o processo acelerado de expansão das cidades, ou melhor, privilegiam-se áreas e segmentos sociais que recebem os investimentos em infraestrutura públicas (água e esgoto tratados, asfalto, escola, energia, etc). É comum ver esgoto a céu aberto nas cidades do agronegócio, causando mau cheiro e prejudicando a saúde de pessoas, sobretudo as que possuem renda salarial de até três salários mínimos, pois de forma aproximada, cerca de 60% das residências com inequidades na rede de esgoto sanitário são das residências ocupadas pela população mais pobre (FJP, 2013), nas seis cidades em questão (Gráfico 15). Tal situação, é mais preocupante nas cidades de Uruçuí e Balas, pois respectivamente 496 e 436 residências não possuem rede de esgoto adequado, desse total cerca 80% das casas são da população com renda de três salários.

⁸⁵ A confecção desta tabela tomou como exemplo o trabalho de Pequeno e Elias (2015)

Gráfico 15 – Inadequação de esgoto sanitário nos domicílios urbanos (2010)

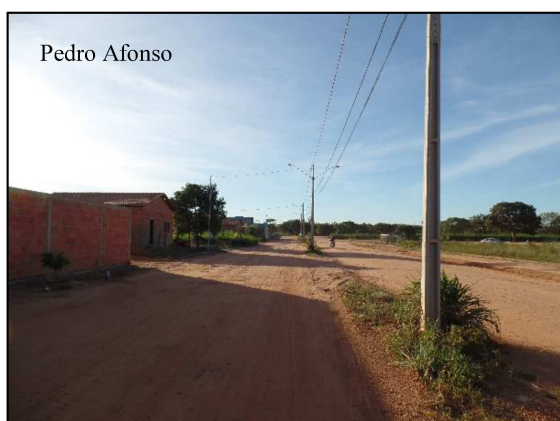
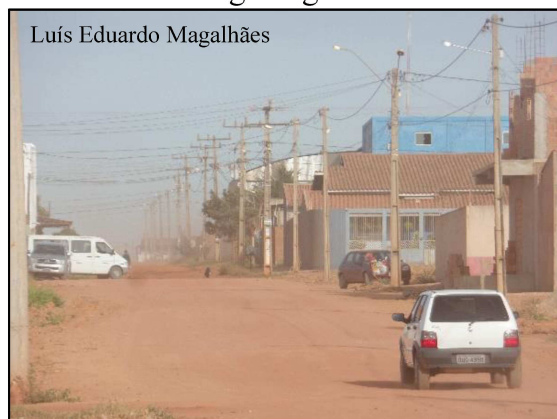


Fonte: FJP (2013). Org. SOUZA, G.V.A. (2016)

Nestas cidades há a cristalização de paisagens antagônicas, onde convivem modernos sistemas de objetos responsáveis pelo direcionamento de fluxos que animam os circuitos espaciais produtivos, com objetos que nos revelam a pobreza destas cidades, com nítida precariedade das condições de infraestrutura urbana como saneamento básico e ruas sem pavimentação (Foto 3), apontando o nível de fragmentação (via exclusão social) e articulação (integração capitalista) das cidades. Assim, “incapazes de acompanhar o passo do processo de modernização material e organizacional, certas pessoas e regiões são excluídas das benesses da modernização, sem, todavia, deixarem de ser resultado dela” (SILVEIRA, 2005, p142).

Frente a esta conjuntura, podemos constatar que as cidades do agronegócio tornam-se espaços esquizofrênicos, “[...] porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobreza, excluídos, marginalizados” (SANTOS, 2001, p.114). Portanto, essas cidades abrigam maior quantidade de eventos modernizantes e ao mesmo tempo há o aprofundamento das vulnerabilidades territoriais.

Foto 3 – Aspectos e antagonismo na paisagem das cidades do agronegócio no MATOPIBA



Autor: SOUZA, G.V.A (maio, 2016)

5.4 A construção de uma psicosfera modernizadora e as articulações contra hegemônicas

Entendemos que a constituição da tecnosfera nas cidades do agronegócio nos Cerrados MATOPIBA se dá de forma concomitante ou mesmo posterior ao surgimento de uma psicosfera, que “colabora para que seja atribuída a correta relevância à relação entre técnica e cultura no debate da modernidade brasileira” (RIBEIRO, 1991, p.49), e assim viabiliza o aprofundamento da agricultura científica globalizada e a especialização das atividades não agrícolas presentes nas cidades, a partir da cristalização de novas formas geográficas, normas e um conjunto de valores que imprimem novas dinâmicas territoriais ao lugar. Conforme Kahil (2010), a criação de novos valores e normas são importantes para a inserção da racionalidade hegemônica nos lugares, tal construto ganha maior relevância no período técnico-científico-informacional, quando a atuação das multinacionais se faz de forma mais intensa no território, ou seja, a elaboração de discursos carregados de intencionalidades forma uma psicosfera que viabiliza o uso corporativo dos lugares. Como assevera Santos (2009, p.50),

As necessidades de informação, inerentes à presença do meio técnico-científico e exigidas por sua operação, fazem com que, ao mesmo tempo em que se instala essa tecnoesfera, haja a tendência paralela à criação de uma psicosfera (SANTOS, 1988a) fortemente dominada pelos discursos dos objetos, das relações que os movem e das movimentações que os presidem. [...] A psicosfera também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras objetivas da racionalidade ou do imaginário, palavras de ordem cuja construção frequentemente é longínqua.

No caso das cidades do agronegócio, a psicosfera da modernização é sustentada e mesmo legitimada a partir dos discursos/ideologias que rotulam o agronegócio como atividade econômica propulsora do “desenvolvimento” da cidade, trazendo consigo todo o espírito de nossa época, que é marcado pelos imperativos de competitividade, fluidez de mercadorias e informações, e de exportação, ou seja, toda a carga de racionalidade que sustenta o capitalismo no atual estágio de globalização. São as forças externas agindo no interno. Tal situação é construída pela elite dirigente, seja através da criação de leis ou pelos pronunciamentos feitos por prefeitos e vereadores dessas cidades.

A condição de mistificação regional e manipulação social, em nosso entendimento, perpassa a constituição de uma psicosfera que pode ser perceptível na narrativa da elite dirigente local, como pode ser apreendido nas seguintes citações:

Estamos entusiasmados com a **grandiosidade econômica** e com a abrangência regional e territorial deste projeto (PDA-MATOPIBA), que

certamente vai permitir a geração **de muitos postos de trabalho** e renda neste setor, o agronegócio, que é um importante **gerador de riquezas** para o Brasil consequentemente **para nosso povo**. (PORTO NACIONAL, 2015b, grifo nosso). (prefeito de Porto Nacional, Otoniel Andrade)

Segundo Humberto Cruz (prefeito de LEM), o município de Luís Eduardo Magalhães está pronto e faz questão de participar deste **grandioso** e instigante desafio que é a consolidação do Matopiba. “Tenham certeza de que nós vestimos a coragem e carregamos conosco, sempre, o compromisso com o bem comum”, comentou. (SIGIVILARES, 2015, grifo nosso).

A cidade (Bom Jesus) **respira o progresso**. Localizada em uma área geográfica privilegiada, o vale do Gurguéia, a economia é tocada pelo comércio e serviços, boa parte **consequência dos avanços no agronegócio**. (PREFEITURA DE BOM JESUS, 2015, grifo nosso)

Percebe-se que o discurso é balizado pela exaltação do projeto modernizador, que é a criação da região do MATOPIBA como ferramenta de planejamento Estatal e viabilizadora da expansão do agronegócio. Há a exaltação do agronegócio e de como essa atividade promove a “riqueza” e emprego para população nessa porção do território. Propagam-se discursos que evidenciam apenas o crescimento econômico promovido pelo agronegócio globalizado, negligenciando a outra face dessa relação que é a produção da desigualdade e da pobreza. Assim, alimenta-se uma psicofera da globalização como fábula (SANTOS, 2001), onde são apresentadas as “vantagens” que o agronegócio pode oferecer, bem como o encantamento que o crescimento econômico pode trazer para alguns.

As empresas que controlam a atividade agrícola moderna cooperam para o fortalecimento deste tipo de discurso, aliás estes atores hegemônicos são os principais formuladores desta ideologia. Encontramos o pronunciamento de representantes dessas firmas, notoriamente as *tradings*, cujo teor discursivo está baseado na velha ideia que a instalação da empresa promoverá a oferta de vagas de emprego, e com isso proporcionará o crescimento econômico de forma harmônica com a sustentabilidade ambiental e com o compromisso social. Parece nos que esta psicofera perfila-se como uma estratégia de aproveitamento da condição de escassez que essa região possui (bem como o restante do país), devido a distribuição desigual da densidade técnica e normativa, bem como o acesso restrito da população ao consumo de bens e produtos. Diante desta situação de escassez as corporações apresentam-se como “salvação” à população local, a partir da dinamização da vida econômica nos lugares⁸⁶.

⁸⁶ Conforme Pereira (2013), a psicofera empresarial balizada pelo discurso de responsabilidade social torna-se mais delineada na década de 1990, com a corporificação do Estado mínimo, em que a ação Estatal dá-se de forma seletiva na atividade política e econômica. De tal modo “o papel de regulador (do

Uma das táticas de fortalecimento dessa ideologia, dá-se através de construção de projetos sociais, fundamentalmente em lugares que são importantes para a construção da opinião social, as escolas de nível básico. Observamos *tradings* como a CHS e a Agrex do Brasil desenvolvendo projetos “educativos” nas escolas da região do MATOPIBA (Imagem 6).

Imagem 6 – “Desenvolvimento social” da CHS no Piauí

O PILAR SOCIAL
em Bom Jesus e Currais

Parceria entre CHS e secretarias de educação dos municípios piauienses qualificará professores para atuar no registro da memória coletiva das localidades

Uma primeira reunião, realizada em março, envolvendo professores do ensino fundamental II e coordenadores pedagógicos e técnicos das secretarias municipais de educação de Bom Jesus e Currais, no Piauí, marcou o lançamento do projeto “Memória Local na Escola”. O projeto está sob responsabilidade da área de EHS e Sustentabilidade; porém, conta com a experiência e liderança de nossa colega Solange Cacho, que está à frente da Liga Solidária desde 2013.

Por meio do Memória Local na Escola, professores de Artes, Português, História e Geografia, devidamente capacitados, irão estimular seus alunos a registrarem a memória coletiva (oral) de suas comunidades a partir das histórias de vida contadas pelos moradores.

CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
Para a CHS, é fundamental estabelecer laços fortes e duradouros com as comunidades com as quais se relaciona, sobretudo apoiando projetos de natureza socioeducacional, principalmente entre jovens e crianças.

Cabe à CHS viabilizar o contato entre os moradores escolhidos para narrar suas histórias e as escolas. Ao todo, o projeto atenderá 13 escolas da região, envolvendo 39 professores e um universo de aproximadamente mil alunos.

Os 5 Pilares da Sustentabilidade na CHS:

- Responsabilidade Social
- Responsabilidade Ambiental
- Governança e Gestão
- Investimentos e Estratégia de Crescimento
- Cadeia de Suprimentos

criando pontes com educadores e comunidade

Fonte: CHS NOTÍCIAS (2015)

A Agrex tem buscado desenvolver atividades junto à comunidade nos locais próximos das áreas de atuação, principalmente nas fazendas de produção própria. Temos hoje uma aproximação com 3 escolas: uma em Batavo, município de Balsas (MA), outra no interior do município de Ribeiro Gonçalves (PI) e uma ação mais recente com a Escola do Povoado de Apinajé no município de São Valério da Natividade (TO). Com isso, estamos buscando maneiras dos alunos conhecerem nossa atividade através de visitas nas áreas de produção. Tais visitas são guiadas e dentro das regras quanto à segurança dos alunos e professores, pois elas são realizadas durante nossa operação. (AGREX DO BRASIL 2016).

Outro exemplo desse discurso de crescimento econômico, a partir do agronegócio, conciliado com o compromisso social e ambiental pode ser verificado pelo grupo Risa.

Estado) é transferido em parte para as empresas que coordenam sob a lógica da competitividade o que deve e o que não deve ser considerado interesse social” (PEREIRA, 2013, p.151).

A RISA não tem apenas o objetivo da maximização dos seus lucros, e está sempre disposta a contribuir com a mudança de quadros que complicam **o desenvolvimento de processos de caráter social**, abarcando os segmentos da educação e do meio ambiente, a partir da criação de espaço para diálogos com organizações interessadas em implementar projetos que defendam a **preservação de ecossistemas** e outros interesses da natureza. (RISA, 2016, grifo nosso).

Estes discursos de modernização via agronegócio estão presentes nas ações, bem como nos objetos – já que são embutidos de intencionalidades, que acabam seduzindo e se inserindo no cotidiano da população que habita as regiões competitivas agrícolas, através dessas ações corporativas de “responsabilidade social”, assim como pela narrativa dos políticos e dos meios de comunicação. Conforme Santos (1994, 2002), o cotidiano pode ser compreendido como a quinta dimensão do espaço, visto que o cotidiano se dá no lugar, e, é no lugar que as possibilidades, as oportunidades, os eventos, do mundo se realizam e se tornam história concreta, “no lugar – um cotidiano compartimentado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperações e conflito são a base da vida comum” (SANTOS, 2002, p.322). Destarte, o cotidiano pode ser definido como

[...] resultado de todo o conjunto de práticas concretas e virtuais que se dão num lugar específico, comportando certo ritmo de sucessão das ações, encadeadas por rupturas e repetições demarcadoras de múltiplas temporalidades (técnica, naturais, políticas, normativas globais, locais, etc.). (BALBIM, 2003, p.157).

As cidades avaliadas no MATOPIBA são comumente consideradas como “capitais do agronegócio” ou “polos do agronegócio”, uma forma de representar a pujança e o “ímpeto” dessas cidades na gestão das práticas produtivas agrícolas e não agrícolas de forma competitiva em âmbito local/regional. Esta repetição discursiva (disseminada pelos meios de comunicação) atinge parcela da população que incorpora esta fabulação do agronegócio como símbolo de modernidade e como sinônimo de desenvolvimento. Outra situação que nos aponta essa psicosfera “modernizadora” que influência no cotidiano dessas cidades, foi averiguado em campo, quando deparamos em diferentes estabelecimentos de Uruçuí (em hotel, lanchonetes, restaurantes e empresas) banners e/ou *outdoors* com publicidades das empresas que “contribuíram para o crescimento dos Cerrados” (Foto 4).

Algumas das empresas presentes nestas publicidades estão intimamente relacionadas com a atividade agrícola moderna⁸⁷. Há nessas publicidades a exaltação do agronegócio como

⁸⁷ Lavronorte (revendedora Jonh Deere), Risa S/A, Agrobahia, Grupo MAPITO (compra e venda de terras), Lavro Campo (venda de sementes e insumos agrícola), entre outros.

promotor do crescimento dos Cerrados, e em todos os *outdoors* há imagens de satélites dos principais municípios produtores de *commodities* do Sudoeste do Piauí (Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro e Ribeiro Gonçalves), com a delimitação das grandes fazendas produtoras de grãos, bem como a unidade processadora da Bunge em Uruçuí. Percebe-se a relação dialética entre a psicosfera e tecnosfera, e vice-versa, para a conformação de uma situação geográfica marcada pelo aprofundamento da especialização territorial produtiva de *commodities*.

Foto 4 – Psicosfera da modernização nas publicidades em Uruçuí – PI



Autor: SOUZA, G.V.A. (maio, 2016)

Elias (2003, p.193), apoiada em Santos (1979c), afirma que: “Toda atividade do circuito superior da economia urbana utiliza o *marketing* como instrumento de transformação de hábitos e costumes, para conseguir erigir novas demandas e aumentar seu mercado consumidor”. Uma das formas mais expressivas de exaltação do consumo produtivo é

estabelecida nas feiras do agronegócio⁸⁸, que se configuram como “vitrines” de divulgação de modernos objetos técnicos, considerados como indispensáveis para tornar a atividade agrícola ainda mais competitiva. Estes eventos são importantes dinamizadores do circuito superior da economia urbana (SANTOS, 2007b), colaborando para a construção de um imaginário de quão modernas tecnicamente são as regiões produtivas que realizam estas feiras comerciais.

A presença de sulistas nestas cidades é marcante, e isso pode ser apurado quando encontramos supermercados com nomes bastantes sugestivos, tais como Catarinense e Paraná (caso encontrado em Porto Nacional), ou inúmeras empresas como Tchê Imóveis, Autopeças Paraná, Pampa Transportadora, entre outros – nas cidades do agronegócio. Além disso, há oferta de produtos que são voltados para atender o consumo consumptivo das pessoas que vieram do sul do país, como erva mate, cuia e bomba para chimarrão. Os migrantes de outras regiões do país estabelecem no lugar um novo conjunto de valores, consumo, hábitos, sotaques, pensamentos e discursos⁸⁹.

Os gaúchos, como são conhecidos pela população nordestina e nortista, possuem o espírito mais aberto à ideologia hegemônica, e incorporam os discursos de meritocracia e competitividade. Empresas de outras regiões do país instalam-se nos *fronts* agrícolas do MATOPIBA, e, algumas possuem dificuldades de encontrar trabalhadores com mão de obra “qualificada” ou “colaboradores”/“associados” (como apregoam algumas empresas) com perfil “arrojado”, criativo e competitivo. Além do mais alguns funcionários dessas empresas alegam que a população local é “conservadora”, no sentido de possuírem certa resistência em interagir e estabelecer parceria com quem chega de outros lugares⁹⁰.

Neste sentido, percebemos um primeiro “choque” cultural que é estabelecido entre o contato da frente de expansão (população local) e a frente pioneira (população de outras regiões), de uma “cultura objetiva e cultura subjetiva [...]” que tornam-se “[...] instrumento da produção de uma nova consciência” (SANTOS, 2002, p.326). São as forças de uma atividade econômica e política – agronegócio representado pela chegada dos “gaúchos” – recente e sobretudo do presente, (re)agindo sob as heranças de um tempo passado. Este embate vem

⁸⁸ No MATOPIBA há pelo menos quatro grandes feiras do agronegócio, Bahia Farm Show realizada em Luís Eduardo Magalhães – é considerada uma das maiores do país; Agrotins a maior feira agropecuária da região Norte do país, feita na cidade de Palmas; AgroBalsas, a maior feira do Maranhão que acontece em Balsas; Em Bom Jesus há a realização da Piauí Agroshow.

⁸⁹ “Matopiba Tchê: a saga dos gaúchos que desbravaram a região”, é um interessante documentário sobre a chegada dos “Sulistas” no MATOPIBA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uFsZNENGos8>>. Acesso em: 19 out. 2016.

⁹⁰ Tal situação encontramos em Porto Nacional, quando visitamos um escritório de contabilidade especializada para atender fazendeiros, esta empresa possui matriz em Bom Jesus do Goiás (GO); e em Balsas, em diálogo com representante de *trading*, cuja origem é de Uberlândia (MG).

promovendo transformações regionais, culminando em nova (des)organização local no MATOPIBA. Deste modo, “a vida do cotidiano abrange várias temporalidades simultaneamente presentes, o que permite considerar, paralelamente e solidariamente, a existência de cada um e de todos, como, ao mesmo tempo, sua origem e finalidade” (SANTOS, 2001, p.127).

O surgimento de um novo cotidiano nas cidades através da incorporação de uma tecnosfera alinhada à racionalidade hegemônica, bem como a construção de novos valores, não apagam por completo os eventos históricos que precederam o conjunto de ações e objetos que viabilizaram a expansão da agricultura científica globalizada (e todas suas implicações) para o MATOPIBA, é assim que “o espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar” (SANTOS, 1994, p.16).

No lugar também são estabelecidos os processos de rompimento com as lógicas dominadoras, logo o cotidiano deve ser compreendido como processo de ruptura e de mudanças, e essas mudanças emergem no lugar. É no lugar e por consequência no cotidiano que observamos os limites desta globalização como perversidade, que invade os lugares de forma avassaladora e produz a esquizofrenia territorial. Cotidiano e lugar se fundem, produzem ações e eventos contra hegemônicos, resultados de articulações políticas horizontais e contíguas agenciadas por forças locais.

Assim sendo, é indispensável a construção dos saberes locais (SANTOS, 1999c), alimentados por aqueles que possuem o conhecimento de fato das práticas sociais produzidas no lugar, mas, também, nutridas pelo conhecimento sobre o mundo. Esta relação entre os saberes produzidos em ordem planetária e o conhecimento local é importante para elaboração das ações políticas advindas do cotidiano, já que o mundo se realiza no lugar. Nas palavras de Santos (1999c, p.21), “O sábio local não é aquele que somente sabe sobre o local propriamente dito; tem de saber, mais e mais, sobre o mundo, mas tem de respirar o lugar em si para poder produzir o discurso do cotidiano, que é o discurso da política”.

Como nos ensina Santos (2005), o lugar proporciona uma revanche aos imperativos da globalização como perversidade, demonstrando o papel ativo do território usado e habitado. Uma das manifestações contra hegemônicas, em nosso entender, se dá pela própria organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no MATOPIBA. Os movimentos sindicais, onde tivemos oportunidade de visitar, de forma geral datam de um momento anterior à expansão do agronegócio na região, mas desde a década de 1980 estas instituições civis vêm passando

por processos de reestruturação política, deixando de lado antigas funções de prestação de serviço não relacionados com o movimento de campo (serviços médicos e odontológicos). A partir desta década, os sindicatos assumem um papel mais politizado e comprometido com a causa camponesa, combatendo a expansão da modernização das práticas agrícolas e suas implicações como: a concentração da estrutura fundiária, trabalho análogo à escravidão (escravidão por dívida), grilagem de terras, entre outros.

Outra forma de ação contra hegemônica dá-se através da organização de encontros que fomentam discussões de combate as ações hierárquicas impostas nos Cerrados. Devemos destacar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição que vem estabelecendo colóquios com o intuito de divulgar e formular ações contra o agronegócio, incluindo alertas sobre o caráter perverso do PDA-MATOPIBA⁹¹. Uma destas articulações efetivadas pela CPT, foi o “Encontro Regional do Povos e Comunidades do Cerrado” realizado em Araguaína (TO) no ano de 2015. Neste encontro, foram reunidas mais de 170 pessoas entre camponeses, povos indígenas, quebradoras de coco, agricultores familiares, geraizeiros, pescadores, entre outros, com objetivo de informar e manifestar sobre o “PDA MATOPIBA e as consequências para os Povos do Cerrado” (CPT, 2015).

Além deste encontro, destacamos o seminário “Perspectivas Populares MATOPIBA”, realizado em 2016 na cidade Bom Jesus (PI), organizado por membros da Universidade Federal do Piauí, PCT, sindicato rural, entre outras instituições de representação civil vinculadas com o movimento rural. O intuito deste seminário foi “ampliar as discussões, fomentando com mais informações a respeito de suas possíveis implicações do Projeto MATOPIBA, principalmente para os grupos sociais que, direta ou indiretamente, serão afetados, como [...] comunidades tradicionais e a população em geral” (FÓRUM PIAUIENSE, 2016). Cabe comentar sobre o seminário “MATOPIBA: conflitos, resistências e novas dinâmicas de expansão do agronegócio no Brasil”, realizado em Brasília (DF) no ano de 2016, organizado pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. O seminário realizado em Brasília, objetivou-se “estudar, debater e traçar os próximos passos a serem adotados para barrar esse projeto de expansão do Agronegócio que é o MATOPIBA” (CPT, 2016), onde os temas de discussão, bem como os participantes se aproxima com os outros eventos supracitados.

Merece evidência a “III Assembleia dos Povos Indígenas de Goiás e Tocantins”, que aconteceu em Palmas (julho de 2016), com propósito de estabelecer “[...] estratégias para o

⁹¹ Ver o documentário “MATOPIBA” produzido por membros da CPT, no qual traz a relação contraditória da expansão do agronegócio na região, bem como o caráter excludente do PDA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=A0kBXi3t0Gk>>. Acesso em: 15 out. 2016.

enfrentamento desse modelo de desenvolvimento extremamente predador, destruidor, criminoso e genocida que está sendo implantado com euforia e aval do governo e apoiado com recursos públicos” (ADITAL, 2016), que é o PDA-MATOPIBA. Foi denunciado a “morte do MATOPIBA”, a partir do desmatamento dos Cerrados, assoreamento de cursos d’água e a ameaça aos povos dos Cerrados. Este evento contou com a participação de povos indígenas (dez tribos que somaram cerca de 600 pessoas), quilombolas, camponeses, bem como acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas e representantes do Ministério Público Federal.

Mais um movimento de contra-ataque as lógicas organizacionais impostas pelos atores que ditam o ritmo produtivo da agricultura científica globalizada, são expressas pelas manifestações socioterritoriais e as ocupações (DATALUTA, 2015), que são organizadas por diversas instituições civis como o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Liberdade Sem Terra, comunidades quilombolas, tribos indígenas, entre outros. Segundo o Banco de dados da luta pela terra – Dataluta (2015) – entre 2000 e 2014 foram registradas mais de 600 ocupações com a mobilização de quase 95 mil famílias, somente nos estados que compõem o MATOPIBA. Ainda neste mesmo período, houveram mais 1.110 manifestações nos quatro estados que compõem o MATOPIBA, contando com mais de 600 mil famílias (Tabela 12).

Tabela 12 – Manifestações e ocupações nos estados que compõem o MATOPIBA (2000 a 2014)

Estados	Manifestações	Pessoas	Ocupações	Famílias
Bahia	625	427.007	500	74.048
Maranhão	270	119.729	52	9.215
Piauí	151	86.123	42	5.519
Tocantins	105	31.704	50	6.158
Total	1.151	664.563	644	94.940

Fonte: Banco de dados da luta pela terra – Dataluta (2015)

Nos parece que essas manifestações de luta no campo configuram-se como um dos elementos que constituem a noção de “projeto”. Ribeiro (2003, p.32), a partir das reflexões de Sartre, compreende a noção de projeto como “[...] portador da força necessária à superação potencial da reificação e da alienação [...] contém a rebeldia da ação, e portanto, contém o princípio de liberdade [...] articula técnica e ação e caracteriza a ação de natureza propriamente política [...]”. Neste sentido as articulações provindas das inúmeras instituições civis de luta contra às ações políticas e econômicas dos atores hegemônicos, apontando para a luta e superação da condição atual imposta à região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa última seção, produziremos uma síntese do que pode ser constatado na pesquisa que deu origem a esta dissertação, reconhecendo os eventos que propiciaram a reorganização territorial na região do MATOPIBA, a partir da difusão do agronegócio viabilizado pelo Estado brasileiro e pelo setor privado.

Como reconhecemos, nas últimas décadas do século XX houve a ocupação dos fundos territoriais nos Cerrados brasileiros, cuja apropriação das porções do Norte e Nordeste aconteceu principalmente em meados da década de 1980 e 1990, através da expansão dos *fronts* agrícolas modernos. A partir desse período, observamos nos Cerrados Norte e Nordeste o esforço do Estado brasileiro em dotar esta porção do território de condições materiais para a viabilização da agricultura moderna, sob a ação de inúmeras políticas públicas. O PRODECER foi uma das principais políticas promovidas pelo Estado para a modernização da agricultura dos Cerrados, evento fundamental para a abertura do *front* agrícola em porções do MATOPIBA.

Certamente essa região revela de forma exemplar todas transformações do setor agrícola brasileiro a partir dos anos 2000, com o surgimento do chamado pacto da economia política do agronegócio. É a partir desse momento histórico que observamos um salto quantitativo na produção, produtividade e exportação de *commodities* agrícolas, notadamente a soja. Assim, houve a inserção de capitais de grandes grupos estrangeiros e nacionais do agronegócio no MATOPIBA, bem como a articulação do Estado, atividades estas que mobilizaram esforços para acionar essa região para cumprir uma nova função dentro da divisão social e territorial do trabalho, tornando o MATOPIBA uma região do agronegócio de *commodities* voltadas ao mercado externo.

A partir destas constatações, percebemos uma nova articulação bastante recente do Estado brasileiro para incentivar a difusão do agronegócio no MATOPIBA, tal medida foi estabelecida a partir da criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA-MATOPIBA). A articulação política sustentada pelo PDA-MATOPIBA demonstra de forma nítida o caráter extravertido da delimitação dessa região, cujo objetivo maior é fortalecer o agronegócio a partir de uma série de investimentos em infraestrutura logística e no desenvolvimento de tecnologia para o campo moderno, para aumentar a produção de *commodities* voltadas ao mercado externo. Nesse sentido apreendemos o caráter extravertido da proposta de delimitação regional feito pela Embrapa, em que se privilegia estratégias para uma integração econômica com o mercado internacional em detrimento da integração nacional.

Constatamos que a Embrapa é uma instituição de pesquisa cujos esforços não se restringem apenas ao desenvolvimento de tecnologias para a produção agrícola. Neste início de século, esta instituição é também responsável pela elaboração de uma psicosfera modernizadora que busca legitimar ações para a expansão do agronegócio globalizado no território brasileiro. Tal situação foi verificada quando pesquisadores da Embrapa criaram uma densidade informacional para justificar os investimentos do Estado, bem como da iniciativa privada, em regiões consideradas estratégicas para o agronegócio.

As táticas mais recentes elaboradas pela Embrapa foram observadas a partir da criação do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica, grupo de pesquisa fundamentado na noção de Inteligência Territorial Estratégica e coordenado por Evaristo Miranda, um dos grandes responsáveis por criar e defender o recorte espacial do MATOPIBA. Como reconhecemos, esta organização foi e é fundamental para construir um discurso de caráter científico, conferindo maior confiabilidade e legitimidade para os investimentos do Estado e do mercado no agronegócio nessa região. Portanto, essa configuração traduz-se no conhecimento técnico-científico, produzindo estratégias para maior acumulação de capital para os agentes hegemônicos que exploram a atividade.

Ainda vimos que esta articulação política (PDA-MATOPIBA) é definitivamente conservadora e seletiva, pois privilegia determinado segmento social, a chamada classe média rural, excluindo desse processo os camponeses, os geraizeiros, as comunidades quilombolas, os povos indígenas, as quebradeiras de coco, entre outros grupos considerados “povos tradicionais”. Por conseguinte, essa política configura-se como uma medida que não proporcionará mudanças sociais, pelo contrário, fomentará a permanência ou mesmo o aumento das desigualdades no campo. Esta é uma das características perversas da política brasileira, que visa a criação de instrumentos para o crescimento econômico com interesses corporativos e com vistas às demandas externas.

Sem dúvida, o caso do PDA-MATOPIBA figura como exemplo da importância do fenômeno de organização do território via *commodities*, demonstrando o caráter político e geográfico da “*commoditização*” territorial. As relações sociais e políticas recentes no MATOPIBA propiciaram, de fato, o surgimento de uma região com forte atuação do agronegócio, e diante disso houve a possibilidade de elaborar, via articulações políticas do Estado, uma região como ferramenta com intencionalidades de tornar as condições materiais (tecnosfera) e imateriais (psicosfera, fluxos, ordens e informação) mais atraentes para o investimento privado no setor, ou seja, este plano (e o conjunto de informações organizadas

pelo GITE) lança as bases para uma nova organização do território a partir da “invenção” regional voltada para o incentivo à produção de *commodities* agrícolas.

Assim, o PDA para o MATOPIBA pode ser compreendido como uma estratégia que legitimou a “invenção” de uma região como ferramenta para viabilização territorial (SILVEIRA, 2003), em que as grandes corporações do agronegócio serão ainda mais beneficiadas com esse plano, pois uma das grandes metas dessa ação é melhorar a infraestrutura logística da região.

Constatamos o esforço do Estado em melhorar a logística através de significativos investimentos, a partir de políticas estratégicas para a logística como o Programa de Aceleração do Crescimento e o Plano Nacional de Logística e Transporte, nos principais sistemas de engenharia da região, fundamentalmente na Ferrovia Norte/Sul, com nítidas intenções em tornar o território mais fluído para a circulação corporativa das principais *tradings*, que são responsáveis pela movimentação de grande volume de produtos com baixo valor agregado.

A almejada fluidez territorial aos poucos se torna efetiva para a circulação de *commodities* agrícolas para as grandes *tradings*, ganhando um caráter corporativo na região. Podemos afirmar que a fluidez territorial propiciada pelos sistemas de engenharia é ilusória para grande parte da população que habita essa região, pois os benefícios propiciados por esses objetos geográficos são usados e controlados por um grupo pequeno de empresas, que acaba por atribuir um caráter monofuncional (especialização no transporte de *commodities* agrícolas) aos sistemas de transporte. Portanto, constrói-se uma integração territorial a partir desses sistemas de movimentos para a integração mais profunda com o mercado externo, e nesse sentido percebemos que a região do MATOPIBA é cada vez mais elaborada para atender demandas externas.

Outro fato que atesta o processo de exclusão e seletividade de agentes nesse processo de modernização das práticas do agronegócio dá-se pela distribuição desigual da densidade técnica agrícola. Grande parte dos objetos técnicos avaliados nessa pesquisa, tais como máquinas, implementos agrícolas, sistema de irrigação e armazéns, estão concentrados nas grandes propriedades agrícolas, ou sob o domínio das *tradings* para o caso dos armazéns, demonstrando o caráter seletivo das ferramentas técnicas que atribuem maior competitividade à produção agrícola regional. Constatamos a maior concentração de objetos técnicos fundamentalmente nos espaços mais racionalizados pelo agronegócio: Oeste Baiano, Sudoeste do Piauí, Sul do Maranhão e de forma mais difusa pelo Tocantins – nos municípios de Pedro Afonso, Porto Nacional, Lagoa da Confusão e Campos Lindos. Também percebemos a alteração de uma situação de baixa densidade técnica, com pouco empenho científico na prática

agrícola, em que a dinâmica da natureza predominava e ditava o ritmo da produção, para uma situação geográfica baseada na agricultura científica globalizada, sobretudo nos anos 2000. O conjunto de objetos técnicos para a produção, carregados com conhecimento científico e informação, dotou a região de novos recursos técnicos/materiais, ideias e valores.

Esta região inventada e viabilizada para o agronegócio é resultante de inúmeros eventos internos e externos ao território brasileiro e à região, principalmente no que confere à afirmação do Brasil como país agroexportador na divisão internacional do trabalho, condição esta que se afirma nos anos 2000. Tal conjuntura permitiu que fosse possível o estabelecimento de conexões com diferentes partes do mundo, a partir da troca de informações, ordens, capitais e mercadorias, integrando o MATOPIBA à economia internacional.

Neste contexto, reconhecemos o processo de “territorialização” e monopolização do território a partir do aprofundamento da atuação das *tradings* agrícolas no MATOPIBA. Averiguamos que poucos grupos do agronegócio (sobretudo a Bunge, Cargill, ADM, Multigrain e Algar Agro) controlam importantes objetos geográficos, demonstrando o poder que possuem em dinamizar as redes agroindustriais. Instaladas em pontos estratégicos no território, essas corporações articulam diferentes lugares indispensáveis para a realização de suas atividades, evidenciando que a base territorial é fundamento para a existência das empresas. Por conseguinte, essas corporações estabelecem nexos territoriais em diferentes pontos do MATOPIBA conformando verdadeiras redes agroindustriais, sendo uma das estratégias para maior acumulação a partir da compra, venda e processamento de grãos produzidos na região.

Além da atuação das *tradings* agrícolas (seja através das unidades de processamento ou pelos escritórios de exportação) que controlam diversas etapas do circuito espacial produtivo tais como a produção, circulação e distribuição, um conjunto de corporações estendem suas atividades no MATOPIBA, como os grupos voltados para compra e venda de terras. Compreendemos que a chegada em bloco de um conjunto de empresas especializadas que atuam na compra e venda de terras e produzem a especulação fundiária seja reflexo de um contexto de crise internacional que eclodiu em 2008. Parece-nos que esse movimento de verticalização da especulação fundiária trata-se de uma estratégia empreendida pelos diversos capitais para “solucionar” os prejuízos de superacumulação. Portanto, configura-se como um ajuste espaço-temporal para os problemas advindos da crise de 2008. Muitos dos grupos atuantes na especulação de terras estão substancialmente alicerçados no capital financeiro (fundos de pensão, fundos soberanos) demonstrando o quanto a atividade do agronegócio se faz a partir dos interesses do capital financeiro, o que vem oportunizando o aprofundamento da

especulação fundiária, bem como a valorização das terras na região, sendo assim um dos elementos que permitem a expansão e consolidação do agronegócio no MATOPIBA.

Não há como negar que a instalação de um conjunto de corporações na região foi responsável pela imposição de acontecimentos hierárquicos, assim como toda racionalidade característica do atual período técnico-científico-informacional na região. Assim, percebemos que o território é utilizado pelas grandes corporações como um recurso, uma base material onde são escolhidos pontos estrategicamente selecionados para cumprir determinada função para as corporações, com objetivo de extrair o máximo possível de lucro através da exploração dos lugares.

Todo o conjunto de transformações com o advento da modernização do campo, a partir da expansão do agronegócio na região, culminou na especialização territorial produtiva. A especialização na produção de *commodities* implicou em mudanças no campo, mas, também, observamos o surgimento de um conjunto de cidades em diferentes pontos da região para atender as necessidades de consumo produtivo do agronegócio globalizado. As cidades do agronegócio são pontos indispensáveis para amarrar as complexas tramas das redes agroindustriais que perpassam essa região produtiva do agronegócio. Constatamos, assim, a especialização de alguns centros urbanos para a oferta imediata do consumo produtivo para o campo modernizado, demonstrando a capacidade que o agronegócio possui em transformar os espaços não agrícolas.

Verificamos que a cidade Balsas possui relações de complementariedade muito estreitas com outros grandes municípios produtores de grãos do Maranhão, bem como outras porções do MATOPIBA, especialmente o Sudoeste do Piauí e alguns municípios do Tocantins. Balsas configura-se como uma das principais cidades do agronegócio da região, pela sua capacidade de exportar significativo volume de soja produzida em diversos municípios da região, bem como por possuir um terciário especializado para atender as demandas de consumo para a produção do campo moderno. Decerto, Luís Eduardo Magalhães é, entre as cidades analisadas, o centro urbano com maior influência na oferta de serviços e comércio, devido a diversidade e quantidade de empresas especializadas para atender as demandas do agronegócio. Os agentes que prestam serviços para o agronegócio, presentes em Luís Eduardo Magalhães, estendem suas atividades para outros municípios distribuídos em diferentes estados que compõem o MATOPIBA, tais como Balsas, Uruçuí, Bom Jesus e Porto Nacional, que são importantes centros urbanos para o agronegócio na região. Indubitavelmente, estas duas cidades, Balsas e especialmente Luís Eduardo Magalhães, foram as que rapidamente responderam as demandas do campo moderno, afirmando-se como as principais cidades do

agronegócio em nível regional nessa porção do território brasileiro. As cidades de Porto Nacional, Pedro Afonso, Uruçuí e Bom Jesus possuem relevância em escala local.

Com o aprofundamento da especialização do terciário nessas cidades verificamos o processo de urbanização, sobretudo a partir de 1980, o movimento de migração ascendente e descendente, e um vertiginoso crescimento econômico nessas cidades. Todas essas transformações são algumas das implicações decorrentes do aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho advindo do agronegócio na região. Contudo, juntamente com essas transformações, as desigualdades sociais permaneceram e tornaram-se mais acirradas. As desigualdades foram percebidas pela condição de fragmentação desses espaços, com significativo nível de segregação social, sendo a condição de moradia um dos grandes elementos que nos revelaram essa situação. Toda riqueza gerada nas cidades do agronegócio fica, majoritariamente, sob controle das corporações, cujo único interesse é obter maiores lucros, sem compromisso algum com a população local.

Portanto, ao invés de melhores condições para a população local como é narrado pela elite dirigente, bem como pelas grandes corporações, criando uma psicosfera modernizadora, observamos o aprofundamento da pobreza nesses lugares que acolhem as ações e objetos modernizadores. A expansão do agronegócio no MATOPIBA está promovendo o aumento da subordinação regional às lógicas distantes que são estranhas ao lugar, culminando em uma situação de esquizofrenia territorial. Assim o agronegócio globalizado na região está proporcionando maior fragmentação, vulnerabilidade e alienação territorial.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil, potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AIBA – ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. Produtores baianos discutem a necessidade de ampliação de armazenagem no MATOPIBA. **Informaiba**. [S.I.] 23, n.236, ago. 2015a.

_____. **Panorama socioeconômico do agronegócio do Oeste da Bahia. Barreiras: Aiba, 2015b. 37 slides, color**. Disponível em: < <http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2013/11/producao-e-destino-dos-graos-do-oeste-da-bahia.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

_____. **A Aiba**. Disponível em: < <http://aiba.org.br/>>. Acesso em: 4 jul. 2016a.

_____. Produtores rurais fazem melhorias em rodovias do Oeste baiano. **Aiba**, [S.I.]. Mar. 2016b. Disponível em: <<http://aiba.org.br/noticias/produtores-rurais-fazem-melhorias-em-rodovias-do-oeste-baiano-2/#.V4PXBfkrLIU>>. Acesso em: 11 jul. 2016b.

ADECOAGRO. **Informações institucionais**. Disponível em: <<http://www.adecoagro.com>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ADITAL. **Matopiba é morte, queremos a vida**. (2016). Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=89176&langref=PT&cat=24>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

AGREX DO BRASIL. **Sustentabilidade**. (2016). Disponível em: < <http://www.agrex.com.br/sustentabilidade/o-que-fazemos/>>. Acesso em 14 nov. 2016.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e modernização nos Cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. A presença das grandes empresas do agronegócio nos Cerrados nordestinos: o caso da Bunge Alimentos no sul do Piauí. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n.2, p.241-261, 2012.

_____. Prefácio. **Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. O problema da polarização características e aspectos dos polos de crescimento e de desenvolvimento. In: _____. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987. p.57-72.

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO. **Relatório executivo: Plano Nacional de Integração Hidroviária**: Bacia do Tocantins-Araguai. ANTAQ: Brasília, 2013.

AMAGGI. **Amaggi e Dreyfus firmam parceria**. 2009. Disponível em: <<http://amaggi.com.br/2009/11/amaggi-e-dreyfus-firmam-parceria/>>. Acesso em: 29 set. 2016.

ARROYO, Mônica. Território brasileiro e mercado externo: uma leitura dessa relação na virada do século XX. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org). **Território brasileiro**: uso e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.428-457.

AVICULTURA INDUSTRIAL. **Agrinvest procura sócio-investidor para crescer**. 2016. Disponível em: <<http://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/agrinvest-procura-socio-investidor-para-crescer/20130918-091514-N303>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BACEN – BANCO CENTRAL. **Estatística bancária por município –Estban**. 2016. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: 21 out. 2016.

BAHIA FARM SHOW. **Bahia Farm Show movimentou R\$ 1,014 bi em negócios no oeste.**

Disponível em: <<http://bahiafarmshow.com.br/>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA – DATALUTA. **Relatório Brasil 2014.** Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2015. Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2014.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

BALBIM, Renato Nunes. A quinta dimensão do espaço cotidiano e práticas espaciais. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos.** Campinas: Edições Territorial, 2003. p.174-185.

BATISTA, Fabiana. SLC Agrícola conclui associação com o grupo Dois Vales. **Valor.** 2013.

Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3144358/slc-agricola-conclui-associacao-com-o-grupo-dois-vales>>. Acesso em 01 fev. 2017.

BEILER, Ruhan Rodys; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Impactos do setor sucroenergético sobre o preço das terras no Triângulo Mineiro. In: XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA, 2016, São Cristóvão – SE. **Anais do XXIII ENGA.** São Cristóvão: UFS, 2016. v.1. p.1-15.

BENAKOUCHE, Tamara. Tecnologias e sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (Org). **Redes, sociedade e território.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p.79-106.

BERNARDES, Julia Adão. Fronteiras da agricultura moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências”. In: BERNARDES, Julia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Org.). **Geografias da soja II: a territorialidade do capital.** Rio de Janeiro: Arquimedes/CNPq, 2009. p. 13-40.

BUNGE. **Diagnóstico da socioeconomia e plano de gestão integrada:** Municípios do entorno do empreendimento Pedro Afonso Açúcar e Bioenergia. [s.i]: Fundação Bunge, 2011.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento. **BNDES aprova financiamento de R\$ 27 milhões para construção de armazéns graneleiros no Cerrado.** 2015. Disponível em

<<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

Plano Nacional de Logística e Transporte. Brasília: Ministério dos Transportes, 2007. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/images/Relatorio_Executivo_2007.pdf>. Acesso em:13 out. 2016.

_____. Projeto de lei complementar 228/212, 2012a. **Institui o complexo geoeconômico e social do Corredor Centro-Norte.**

_____. **Plano Nacional de Logística e Transporte.** Brasília: Ministério dos Transportes, 2012b. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/images/2014/11/PNLT/2011.pdf>>. Acesso:13 out. 2016

_____. IBGE mapeia a infraestrutura dos transportes no Brasil. Portal do Brasil. Nov. 2014.

Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/11/ibge-mapeia-a-infraestrutura-dos-transportes-no-brasil>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

_____. **Governo Federal lança plano para desenvolver nova fronteira agrícola.** 2015a.

Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/governo-federal-lanca-plano-para-desenvolver-nova-fronteira-agricola>>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. Decreto nº 8.447, de 6 de janeiro de 2015b. **Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e A Criação de Seu Comitê Gestor.**

_____. **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração do Terminal de Grãos do Maranhão – TEGRAM – São Luís/MA.** 2015c. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso->

da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-do-terminal-de-graos-do-maranhao-tegram-sao-luis-ma>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. Projeto de lei complementar n.º 279, de 2016a. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Matopiba.**

_____. **Plano plurianual da União 2016-2019.** Ministério do Planejamento: Brasília, 2016.

Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/plano-plurianual>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASILAGRO. **Relatório de sustentabilidade:** 2015/2016. [s.i]: Brasilagro, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil-agro.com>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. **Informações institucionais.** Disponível em: <<http://www.brasil-agro.com>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

BUNGE. **Bunge inaugura usina em Pedro Afonso (TO).** Disponível em: <<http://www.bunge.com.br/Imprensa/Noticia.aspx?id=208>>. Acesso em: 22 set. 2016.

CAMPOS, Natália Lorena. **Redes do agronegócio canavieiro:** a territorialização do grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. 2014. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

CARGIL. **Banco Cargill.** 2016. Disponível em: <<http://bancocargill.com.br>>. Acesso em: 21 out. 2016.

CASTILLO, Ricardo. Tecnologia da informação e organização do território brasileiro: monitoramento e fluidez. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org). **Território brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Edições territorial, 2003. p.41-53.

_____. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional, 4., 2008, Santa Cruz do Sul. **Anais...** . Santa Cruz do Sul: Unisc, 2008. p.1-19

_____. Agricultura globalizada e logística nos Cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, Márcio Rogério (Org.). **Circulação, transportes e logística diferentes perspectivas.** São Paulo: Outras expressões, 2011a. p.331-354.

_____. A ideia de região competitiva aplicada ao estudo das fronteiras agrícolas modernas. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 9., 2011b, Goiânia. **Anais...** .Goiânia: Anpege, 2011b. p.1-6.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 3, n. 22, p.461-473, dez. 2010a.

_____. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p.17-26, Jan/Abr. 2010b

CENSO AGROPECUÁRIO (2006)/ IBGE. **Número de estabelecimentos agropecuários com uso de irrigação e Área dos estabelecimentos por método utilizado para irrigação, condição do produtor em relação às terras, fonte de água utilizada, orientação técnica e grupos de área de lavoura.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=855>>. Acesso em: 10 dez 2015.

CERRADO RURAL. Anel da soja – Governo do Maranhão anuncia retomada das obras no sul do Estado. **Cerrado Rural**. [S.I]. Nov. 2016. Disponível em <<http://Cerradoeditora.com.br/Cerrado/anel-da-soja-governo-do-maranhao-anuncia-retomada-das-obras-no-sul-do-estado/>>. Acesso em: 11 jul. 2016

CGG TRADING. **Corredor logístico e infraestrutura.** Disponível em: <<http://www.cgctrading.com/logistica/Tegram>>. Acesso em: 08 jul. 2016

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHENNAIS, François (Org). **A finança mundializada: raízes e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005. p.35-68.

CHS NOTÍCIAS. Telegram: na rota do crescimento. **Chs Notícias**. [S.I], p. 1-1. jul. 2015.

CLEPS JUNIOR, João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, Rio Claro, 1998. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/teses/TESE_JOAO_CLEPS_JUNIOR.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

COAPA – Cooperativa Agroindustrial do Tocantins. **História**. Disponível em: <<http://www.coapa.coop.br/site/>>. Acesso em: 27 out. 2016.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Acompanhamento de safra brasileira: grãos, nono levantamento**. Brasília: CONAB, 2013.

_____. **Consulta de capacidade estática**. Disponível em: <<http://sisdep.conab.gov.br/capacidadeestatica/>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

CONSELHO NACIONAL DOS TRANSPORTES. **Entraves logístico ao escoamento de soja e milho**. Brasília, 2015. Disponível em <https://issuu.com/transporteactual/docs/estudo_transporte___desenvolvimento?e=2235293/30904456> . Acesso em 08 jul. 2016

_____. Relatório de pesquisa CNT de rodovias por unidade da Federação, 2015. Disponível em: <<http://pesquisarodovias.cnt.org.br/Pagina/relatorio-por-unidade-federativa>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

CONTEL, Fabio Betioli. Os sistemas de movimento do território brasileiro. In: SANTOS, Milton Santos; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011. P. 323-340.

_____. Espaço geográfico, sistema bancário e hipercapilaridade do crédito no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v.22, n.55, p.119-134, jan/abr. 2009.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Carta aberta à sociedade brasileira e à presidência da República e ao Congresso Nacional sobre a destruição do Cerrado pelo MATOPIBA**. (2015). Disponível em:

<<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-do-Cerrado/3001-carta-aberta-a-sociedade-brasileira-e-a-presidencia-da-re>>. Acesso em: 07 out 2016.

_____. **Inicia o Seminário Nacional do Matopiba em Brasília**. (2016). Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-do-Cerrado/3503-inicia-o-seminario-nacional-do-matopiba-em-brasil>>. Acesso em 21 nov. 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, [S.I], v. 9, n. 16, p.199-218, 2012.

COSTA, Vera Mariza H. de Miranda; MAZZALI, Leonel. A perda de dinamicidade do modelo de desenvolvimento via CAI e a necessidade de um novo aparato conceitual. **Boletim Geografia Teórica**. [S.I], p.139-152, 1 995.

COURA, Kalleo. Luís Eduardo Magalhães: terra em alta. **Veja**, Luís Eduardo Magalhães, maio 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/luis-eduardo-magalhaes-terra-em-alta>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTROS, Iná de Castro; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.141-161

DINIZ, José Alexandre F.. Modernização e conflito na fronteira ocidental do Nordeste. **Geonordeste**, S/i, v. 1, n. 1, p.12-20, 1984.

ELIAS, Denise. Trabalho de Campo: notas teórico-metodológicas. **Geousp**, São Paulo, v. 1, p. 97-108, 1999.

_____. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola no Brasil. In: **Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**. Vol. X, n.º 218 (3), 19 p. Barcelona, 2006a.

_____. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Org). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006b. p. 221-239.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, [s/i], v.13, n.2, p. 153-170, 2011.

_____. ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p.25-44.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. [s.i] v.9, n.1, p.25-39, mai. 2007.

EMBRAPA. **Matopiba é fator de segurança alimentar do Nordeste**. 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2108739/matopiba-e-fator-de-seguranca-alimentar-do-nordeste>>. Acesso em: 08 out. 2016.

_____. Proposto instituto de ciência e tecnologia para o Matopiba. **Embrapa**. [s.i]. nov. 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/7768834/proposto-instituto-de-ciencia-e-tecnologia-para-o-matopiba>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Inteligência Territorial Estratégica é ferramenta para transferência de tecnologia. **Embrapa**. [s.i].2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/13911147/inteligencia-territorial-estrategica-e-ferramenta-para-transferencia-de-tecnologia>>. Acesso em: 05 out. 2016.

EMBRAPA MILHO E SORGO. Caracterização ambiental das áreas com agricultura irrigada por pivôs centrais na região do Matopiba. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2014.

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP. **Infraestrutura**. Disponível em: <<http://www.emap.ma.gov.br/>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

FORNARO, Alexandre Caselli. **Logística e Agronegócio Globalizado no Estado do Tocantins: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas modernas no território brasileiro**. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FIGHERA, Delfina Trinca. Globalização e seletividade espacial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea**. Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996. p.265-274.

FÓRUM PIAUIENSE. **Seminário discute MATOPIBA na UFPI em Bom Jesus**. (2016). Disponível em: <<http://www.forumsemiaridopi.org.br/noticia/150/seminario-discute-matopiba-na-ufpi-em-bom-jesus.html>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

FREDERICO, Samuel. **Sistemas de movimentos no território brasileiro: os novos circuitos espaciais produtivos da soja**. 2004. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

_____. **O novo tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. 2008. 285 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v.1, p. 5-23, 2011.

_____. Imperativos da exportação e especialização agrícola no território brasileiro: das regiões competitivas às regiões cooperativas. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 36, p.5-18, 2012.

_____. Região e modernização agrícola. In: _____. BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Catia Antonia; ARRUIZZO. **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p.99-111.

_____. Agronegócio e dinâmica territorial brasileira no início do século XXI. In: CONGRESO IBEROAMERICANO ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2014. p. 2134 - 2154. Disponível em: <[http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo2/Samuel Frederico.pdf](http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo2/Samuel%20Frederico.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2015.

_____. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **Geographia**, Rio de Janeiro, v.17, n.35, p.68-94, 2015.

FREDERICO, Samuel; BUHLER, Eve Anne. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p.199-225.

FOLHA DE SÃO PAULO. **País será gigante da agricultura, diz ministro**. 2000. São Paulo, p. 10-10. nov. 2000. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. _____. (2013) Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégica. MATOPIBA: quadro natural. Campinas: Embrapa, 2014a. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite>>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. **Proposta de delimitação territorial do MATOPIBA**. Campinas: Embrapa, 2014b. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite>>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. **Um Sistema de Inteligência Territorial Estratégica para o MATOPIBA**. Campinas: Embrapa, 2014c. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite>>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. **Caracterização Territorial Estratégica do Matopiba. Campinas: Embrapa, 2015a. 66 slides, color**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/>>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. **Renda e pobreza rural na região do MATOPIBA**. Campinas: Embrapa, 2015b. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

INCRA. **Incra e Embrapa promovem diagnóstico territorial estratégico da região do MATOPIBA**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-e-embrapa-promovem-diagnostico-territorial-estrategico-da-regiao-do-matopiba>>. Acesso em: 30 set. 2016.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa;

CORRÊA, Roberto Lobato (Ogrs). **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p.367-415.

_____. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. Desenvolvimento geográficos desiguais e produção de espaço. In: _____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p.139-152.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O Prodecer e as tramas da territorialização do capital no Cerrado**. 2010. 271 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação/ IESA, Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS – IFTO. **MATOPIBA: IFTO divulgará ações de desenvolvimento em seminário voltado para a região**. Disponível em: <<http://reitoria.ifto.edu.br/visualizar.php?id=5149>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

JORNAL NACIONAL. Produtores do Piauí sofrem com as condições da rodovia TransCerrado. **G1**, [S.I.]. Fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/produtores-do-piaui-sofrem-com-condicoes-da-rodovia-transCerrado.html>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

KAHIL, Samira Peduti. Psicosfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.22, n.3, p.475-485, 2010.

LENCIONI, Sandra. Agricultura e urbanização, a intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no estado de São Paulo. **Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo**, [s.i.], p.41-51, 1985.

_____. Introdução. In: _____. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003. p.15-30.

LIMA, Débora Assumpção e. **A expansão da soja na fronteira agrícola e as transformações do espaço agrário tocantinense**. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

_____. A expansão da fronteira agrícola moderna nos cerados do Centro-Norte e o avanço dos monocultivos da soja no Tocantins. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 325-351

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Regionalizar para quem? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org). **Brasil século XXI por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p.54-66.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: _____. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins da humanidade. São Paulo: Contexto, 2014.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Unesp, 2000.

MENEZES, Willian Guedes Martins. **Globalização e fragmentação: a agricultura científica em Formosa do Rio Preto – Bahia**. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade da Bahia, Salvador, 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Relatório Técnico De Monitoramento Do Desmatamento No Bioma Cerrado, 2002 a 2008: Dados Revisados**. Brasília: Centro de Informação, Documentação Ambiental, 2009. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatorio_tecnico_monitoramento_desmate_bioma_Cerrado_csr_rev_72_72.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2015.

_____. **Monitoramento do desmatamento nos Biomas brasileiros por satélite:** monitoramento do bioma Cerrado 2008-2009. Dados Revisados. Brasília: Centro de Informação, Documentação Ambiental, 2011a. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatoriofinal_Cerrado_2010_final_72_1.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2015.

_____. **Monitoramento do desmatamento nos Biomas brasileiros por satélite:** monitoramento do bioma Cerrado 2009-2010. Dados Revisados. Brasília: Centro de Informação, Documentação Ambiental, 2011b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatoriofinal_Cerrado_2010_final_72_1.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (Ed.). **Kátia**

Abreu: Matopiba tem potencial para exportar grãos e peixes à Arábia Saudita. 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2015/11/katia-abreu-matopiba-tem-potencial-para-exportar-graos-e-peixes-a-arabia-saudita>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____. **Dilma e Kátia Abreu anunciam criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba.** 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/05/dilma-e-katia-abreu-anunciam-criacao-da-agencia-de-desenvolvimento-do-matopiba>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MIRANDA, Evaristo. Cerrados: salvação na lavoura. 2015a. Disponível em: <<http://www.evaristodemiranda.com.br/page/1/>>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. **MATOPIBA:** desenvolve a agricultura ou os agricultores?. 2015b. Disponível em: <<http://www.evaristodemiranda.com.br/page/2/>>. Acesso em: 05 out. 2016.

MIURA, Juliana. Inteligência territorial e os desafios do crescimento sustentável da agricultura brasileira. **XXI Ciência para a vida**. Embrapa. Jan. 2016. Disponível em: <http://evaristodemiranda.com.br/wp-content/uploads/2016/05/XXI-Ciencia-para-a-vida-12_EvaristoMiranda.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. Introdução. In: _____. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Annablume, 2011. p.15-30.

MORGAN, Dan. Les géants du grain. **Politique étrangère**, Paris, v.45, n.3, p.765-767, 1980. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/polit_0032-342x_1980_num_45_3_3034_t1_0765_0000_2>. Acesso em: 15 set. 2016

MULLER, Geraldo. **Formulações gerais sobre o CAI**. In: Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec, 1989. p.45-59.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A renda da terra. In: _____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. p.44-65.

_____. Mundialização da agricultura brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; LIRA, Elizeu Ribeiro; CABRERA, José Pedro; SANTOS, Roberto de Souza (Org.). **Território em conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, 2014. p.17-103.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudena, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ONDEI, Vera. Terra de valor. **Dinheiro Rural**, S.I, v.19, set. 2015. Disponível em: <<http://dinheirorural.com.br/secao/capa/terra-de-valor>>. Acesso em: 16 nov. 2015

ORIHUELA, Lee Spears e Rodrigo. Adecoagro, de George Soros, reduz preço para IPO nos EUA. **Exame**. [s.i]. 2011. <http://exame.abril.com.br/mercados/adecoagro-de-george-soros-reduz-preco-para-ipo-nos-eua/>

ORIOLI, Álvaro Luiz; CAMARGO, Amábilio J. A. de. Principais problemas ambientais causados pela implantação de lavouras. In: YOSHII, Kazuhiro; CAMARGO, Amábilio J. A. de; ORIOLI, Álvaro Luiz (Org). **Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do PRODECER**. Planaltina, DF: CAMPO/EMBRAPA Cerrados/JICA, 2000, p.19-26.

PEIXINHO, Dimas Moraes; SCOPEL, Iraci. A territorialização da agricultura moderna no Piauí. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Org). **Geografias da soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes/CNPq, 2009. p. 13-40.

PEREIRA, Evelyn Andrea Arruda. A nova psicosfera empresarial na globalização: questões sobre as ações sociais empresariais no território brasileiro. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.34, p.146-163, 2013.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio no MATOPIBA. **Campo Território**, [s.i], v.11, n.23, p.196-224, jul. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/1380/showToc>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente KAHIL, Samira Peduti. O território e as redes: considerações a partir das estratégias de grandes empresas. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; CARVALHO, Pompeu Figueiredo. (Org). **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: AGETEO, 2006, p. 213-226.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Potencialidades da análise regional no estudo das tendências de modernização e fragmentação do território. **Ciências Humanas** (Viçosa), v. 9, p. 13-22, 2009. _____. Globalização, especialização do território e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do Cerrado mineiro. **Cuadernos de Geografia**, Bogotá, v.23, n.2, p.239-254, jun.2014.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do Estado e as transformações agrárias no Cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba/MG**. 1988. 251f. Tese (Doutorado) – IGCE, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1988. Disponível em: < <http://www.lagea.ig.ufu.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. (RE)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 35, p.10 – 39, 2015.

PITTA, Fábio Teixeira; MENDONÇA, Maria Luisa. O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. **Mural Internacional**, [s.i], v.5, n.1, jul 2014. _____. **A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. v. 1. p.58.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Dos Cerrados e de suas Riquezas. **Conflitos no Campo**, Goiânia, p.88-95, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/2392-conflitos-no-campo-brasil-2014?Itemid=23>>. Acesso em: 22 out. 2015.

PREFEITURA DE BOM JESUS. **Bom Jesus e destaque em programa da tv cidade verde**. 2015. Disponível em: <<http://www.bomjesus.pi.gov.br/2014/bom-jesus-e-destaque-em-programa-da-tv-cidade-verde/>>. Acesso em 11 nov. 2016.

PREFEITURA DE PORTO NACIONAL. **Otoniel e Siqueira cancelam instalação da Granol em Porto Nacional. Investimento será de R\$258 milhões.** 2013. Disponível em: <<http://www.portonacional.to.gov.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. **Prefeitura de Porto Nacional oficializa doação de área para construção do Parque Industrial da Granol.** 2014. Disponível em: <<http://www.portonacional.to.gov.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. **Porto Nacional se impõe como polo do agronegócio na Região Norte do Brasil.** 2015a. Disponível em: <<http://www.portonacional.to.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

_____. **Otoniel recebe gerente da Granol que informa início das operações industriais da empresa em Porto Nacional.** 2015b. Disponível em: <<http://www.portonacional.to.gov.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

RAMOS, Soraia. A. Sistemas técnicos-agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Bestbolso, 2011. p.341-355.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org). **Brasil território da desigualdade: descaminhos da modernização.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p.44-55.

_____. Pequena reflexão sobre categoria da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org). **Território brasileiro: usos e abusos.** Campinas: Edições territorial, 2003. p.29-40.

_____. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org). **Brasil século XXI por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p.194-212.

RISA. **Risa agricultura.** Disponível em: <<http://risasa.com/institucional-risa-agricultura/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

ROCHA, Caio Tibério Dorneles; CHRISTOFIDIS, Demetrios. Vantagens da opção pela agricultura irrigada. **Política agrícola**, Brasília, v. 14, n. 2, p.17-25, jun. 2015.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste baiano.** 2016. 450 f. Tese (Doutorado) – Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: [s.i], 1994. Disponível em: <<http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2016.

_____. A Política dos Estados À Política Das Empresas. **Caderno da Escola de Legislativo**, Belo Horizonte, v. 3, n.6, p.9-23, out. 1997.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. São Paulo, **Território**. n. 6, Jan/Jul 1999a. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_2_santos.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, n.2, p.15-26, ago./dez.1999c.

_____. **Por uma outra globalização.** Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. O retorno do território. In: **OSAL: Observatório Social de América Latina.** Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza. In: _____. **Economia espacial.** São Paulo: Edusp, 2007a. p.13-40.

_____. Uma revisão da teoria dos lugares centrais. In: _____. **Economia espacial.** São Paulo: Edusp, 2007b. p.125-136.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura Silveira. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SLC AGRÍCOLA. **Informações institucionais**. Disponível em: <<https://www.slccagricola.com.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

_____. **Gerando valor através da agricultura e do desenvolvimento de terras**. S.i: SLC Agrícola, 2016. Disponível em: <http://ri.slccagricola.com.br/ptb/1759/SLC_RI_BOOK_PT.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2017.

SCHERMA, Ricardo Alberto; KAHIL, Samira Peduti. Densidade do sistema financeiro: uso corporativo e desigualdade regionais do território brasileiro. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 23, n.1, p.105-113, abr.2011.

SIGIVILARES. **Prefeito aproveita lançamento do Matopiba para reforçar pedidos junto ao Ministério da Agricultura**. (2015). Disponível em: <<http://sigivilares.com.br>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton; BECKER, Berta (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 282-314.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Território**. Rio de Janeiro. Ano IV, n.6, p.21-28, 1999.

_____. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.408-416.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (Org). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz: Edunisc, 2007. p.215-256.

SOLLUS CAPITAL. **Informações institucionais**. Disponível em:<<http://www.solluscapital.com.br>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA. **Terminais/ pátios multimodal da ferrovia Norte-Sul**. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/OperacoesTerminaisPatios.php>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

VENÂNCIO, Marcelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: _____. RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

VENCOVSKY, Vitor Pires. **Ferrovia e logística do agronegócio globalizado: Avaliação das políticas públicas e privadas do sistema ferroviário brasileiro**. 198 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

VINCI PARTNERS. **Informações institucionais**. Disponível em: <<http://www.vincipartners.com>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

TUBINO, Najar. Bancada ruralista: legalizar para rentabilizar a terra. **Carta Maior**. [s.i]. 2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Bancada%C2%ADruralista%C2%ADlegalizar%C2%ADpara%C2%ADrentabilizar%C2%ADa%C2%ADterra/7/35391>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

YOSHII, Kazuhiro. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer. In: YOSHII, Kazuhiro; CAMARGO, Amambílio J. A. de; ORIOLI, Álvaro Luiz (Orgs). **Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do PRODECER**. Planaltina, DF: CAMPO/EMBRAPA Cerrados/JICA, 2000, p.27-34.